

TD

**Alfredo de Freitas Branco,
Visconde do Porto da Cruz**
Representações Literárias da Madeira,
Cultura e Identidade Insular

TESE DE DOUTORAMENTO

Sílvia Gilberta Gomes

DOUTORAMENTO EM LITERATURAS E CULTURAS INSULARES
ESPECIALIDADE DE CULTURAS INSULARES E IDENTIDADE



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

dezembro | 2023

**Alfredo de Freitas Branco,
Visconde do Porto da Cruz**
Representações Literárias da Madeira,
Cultura e Identidade Insular

TESE DE DOUTORAMENTO

Sílvia Gilberta Gomes

DOUTORAMENTO EM LITERATURAS E CULTURAS INSULARES
ESPECIALIDADE DE CULTURAS INSULARES E IDENTIDADE

ORIENTAÇÃO

Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz

COORIENTAÇÃO

Leonor da Fonseca Martins Coelho



Faculdade de Artes e Humanidades
Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas

DOUTORAMENTO EM LITERATURAS E CULTURAS INSULARES
Especialidade de Culturas Insulares e Identidade

Doutoramento interinstitucional com a Universidade da Madeira,
Universidade dos Açores, Instituto INALCO e Universidade da Córsega

Tese de Doutoramento

Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz:
Representações literárias da Madeira, Cultura e Identidade Insular

Sílvia Gilberta Gomes

Orientação:

Professora Doutora Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz

Coorientação:

Professora Doutora Leonor da Fonseca Martins Coelho

Funchal, 2023



Fotografia de Alfredo António de Freitas Branco, 1916
Fonte: ABM

AGRADECIMENTOS

A todos os que, de diferentes formas, estiveram próximos deste trabalho, expresso os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço às minhas orientadoras Professora Doutora Ana Isabel Moniz e Professora Doutora Leonor Martins Coelho, pelo bom acolhimento desta investigação, desde o primeiro momento. As suas palavras de incentivo, para que este estudo tomasse corpo e forma, significaram muito para mim. Agradeço toda a disponibilidade, permanente apoio e valiosas sugestões críticas, na orientação deste trabalho. A minha gratidão pela amizade e simpatia com que sempre me receberam.

Um agradecimento especial aos Professores da Universidade da Madeira, pelo contributo na minha formação académica.

Aos amigos e colegas, sou grata pelas palavras amigas e de ânimo.

O meu agradecimento especial à minha família, ao meu núcleo mais restrito, pela paciência e compreensão, pelo amor e apoio incondicional.

RESUMO

O presente trabalho de investigação centra-se no estudo de um autor madeirense do século XX, ainda pouco estudado, Alfredo de Freitas Branco (1890-1962), conhecido pelo título de Visconde do Porto da Cruz. Jornalista, publicista e escritor, foi também um homem de causas públicas, tendo abraçado várias ideologias políticas e doutrinárias, em diferentes fases da sua existência.

O estudo incide, num primeiro momento, nas movimentações desta personalidade incontornável da cultura contemporânea insular, no seu tempo e espaço, de modo a compreender o seu percurso de vida, e a formação e desenvolvimento do perfil político e ideológico. Num segundo momento, procura identificar representações culturais e identitárias da Madeira na sua escrita, evidenciando o discurso relativo à ilha, através de uma abordagem da obra de ficção, com particular incidência em *O Destino* (1915) e *A viagem aventureosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs* (1934).

Escritas em diferentes etapas do percurso literário do autor, a sua produção literária revela um cunho autobiográfico, e evoca questões históricas, políticas, sociais, culturais e identitárias. Deste modo, contribuiu para o conhecimento da identidade madeirense da primeira metade do século XX, fomentando uma reflexão acerca da atualidade de algumas situações retratadas.

Palavras-Chave: Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, Ilha da Madeira, Literatura, Cultura, Identidade.

ABSTRACT

This research paper focuses on the study of a little-studied 20th century Madeiran author, Alfredo de Freitas Branco (1890-1962), known by the title of Viscount of Porto da Cruz. A journalist, publicist and writer, he was also a man of public causes, having embraced various political and doctrinal ideologies at different stages of his life.

The study focuses, firstly, on the movements of this inescapable personality of contemporary island culture, in his time and space, in order to understand his life path, and the formation and development of his political and ideological profile. Secondly, it seeks to identify cultural and identity representations of Madeira in his writing, highlighting the discourse relating to the island, through an approach to his works of fiction, with a particular focus on *O Destino* (1915) and *A viagem aventureosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs* (1934).

Written at different stages of the author's literary career, his work is autobiographical and evokes historical, political, social, cultural and identity issues. In this way, he has contributed to an understanding of Madeiran identity in the first half of the 20th century, encouraging reflection on the relevance of some of the situations portrayed.

Key-words: Alfredo de Freitas Branco, Viscount of Porto da Cruz, Madeira Island, Literature, Culture, Identity.

ÍNDICE

Agradecimentos	2
Resumo	3
Abstract	4
Abreviaturas utilizadas	9
Introdução	10
Parte I Alfredo de Freitas Branco: o homem e o seu tempo (1890-1962)	16
Capítulo 1 Alfredo de Freitas Branco: um percurso de vida inquieto	18
Capítulo 2 O ambiente em Portugal: do final da Monarquia à entrada na Guerra Colonial	26
2.1 A queda da Monarquia Constitucional e a Implantação da República	27
2.2 A Primeira República Portuguesa	29
2.3 A Ditadura Nacional e o Estado Novo	32
2.4 Consolidação do Estado Novo e início da Guerra Colonial	34
2.5 Contexto político, social e cultural na Madeira	38
Capítulo 3 Formação e desenvolvimento do pensamento político de Alfredo de Freitas Branco	48
3.1 A Causa Monárquica.....	48
3.1.1 Da Implantação da República portuguesa ao exílio	49
3.2 O Integralismo Lusitano.....	56
3.2.1 Formação e desenvolvimento do movimento doutrinário e político	57
3.2.2 Ligação de Alfredo de Freitas Branco ao movimento.....	64
3.2.3 O fascínio por Sidónio Pais	75
3.3 Regimes ditatoriais.....	77
3.3.1 Sedução fascista italiana e adesão ao Nacional-Sindicalismo	78
3.3.2 Salazarismo e Estado Novo: um novo rumo político	85
3.3.3 Faceta germanófila	89
Parte II A Madeira na escrita de Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz	100
Capítulo 1 Da ficção à história – olhares diversos: <i>O Destino</i> (1915)	102
1.1 O romance histórico: elementos para uma definição	102
1.2 De Scott ao romance histórico em Portugal.....	110
1.3 Representação do real: visão crítica dos tempos.....	125

Capítulo 2 A viagem aventurosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs (1934): Entre a Viagem e a Ficção Científica	147
2.1 Da viagem na literatura à Literatura de Viagem	148
2.2 O subgénero Ficção Científica (FC) - Contributos para uma definição	160
2.3 Um olhar crítico à sociedade.....	177
Conclusão	203
Fontes e Bibliografia.....	211
Anexos.....	238

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Atividade jornalística do Visconde do Porto da Cruz.....	239
Quadro 2: Cronologia do Integralismo Lusitano e do integralista Alfredo de Freitas Branco (de 1907 a 1933)	240
Quadro 3: Relação de publicações sobre a Madeira por escritores estrangeiros (1420-1820).....	242
Quadro 4: Comparativo das duas obras do <i>corpus</i> literário	243

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Capa do livro <i>O Destino</i> (1915)	102
Figura 2: Capa do livro <i>A viagem aventurosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs</i> (1934)	147
Figura 3: Árvore Genealógica de Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz	245
Figura 4: Registos fotográficos de AFB (VPC), em diferentes anos.	246
Figura 5: Exemplares de periódicos fundados por AFB (VPC).....	246
Figura 6: Capa do Estatuto da Organização Política da Causa Monarchica	247
Figura 7: Imagens do banquete dos nacionais-sindicalistas, realizado em 1933, publicadas no Diário de Lisboa.	247

Figura 8: O Visconde do Porto da Cruz com o uniforme da Legião Portuguesa.....	247
Figura 9: Oficiais da Legião Portuguesa que participaram em exercícios de manobras em Valongo	248
Figura 10: Notícia sobre o I Congresso Nacional de Turismo, realizado em Lisboa, em 1936	248

Este trabalho foi escrito segundo as regras do Acordo Ortográfico em vigor.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

ABM	Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira
AFB	Alfredo de Freitas Branco
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CEHA	Centro de Estudos de História do Atlântico
DRAC	Direção Regional dos Assuntos Culturais
<i>DM</i>	<i>Diário da Madeira</i>
IL	Integralismo Lusitano
LP	Legião Portuguesa
MNS	Movimento Nacional-Sindicalista
<i>RP</i>	<i>Revista Portuguesa</i>
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
SRTC	Secretaria Regional do Turismo e Cultura
VPC	Visconde do Porto da Cruz

INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, numerosos intelectuais nascidos no arquipélago da Madeira distinguiram-se em diferentes domínios, uns tornando-se figuras célebres, reconhecidas internacionalmente, outros contribuindo, com os seus estudos, para o conhecimento da história, da cultura, da sociedade e da identidade insular.

No que diz respeito ao século XX, em particular, várias figuras madeirenses desenvolveram uma atividade profícua no seu tempo, tanto na literatura, como na música, nas artes visuais, entre outras artes e distintos domínios. Diversos autores deixaram um legado literário, de manifesta importância para o conhecimento de uma época. Todavia, grande parte desse labor permanece recôndito nos arquivos, sendo ainda escassos os estudos biobibliográficos de madeirenses, que marcaram o seu tempo. É neste sentido que se destaca a ação de Alfredo de Freitas Branco (1890-1962), conhecido pelo título de Visconde do Porto da Cruz¹, uma figura ímpar no meio intelectual madeirense.

Alfredo de Freitas Branco foi uma personalidade notável da sociedade e da cultura madeirenses do século XX, embora também polémica, devido às sucessivas causas e credos que foi abraçando. Inquieto e inconformista, como afirmaram alguns coevos, o Visconde do Porto da Cruz atraiu sobre si algumas hostilidades, servindo-se da imprensa periódica como principal instrumento de intervenção pública, a partir da qual afirmava as suas convicções e lutava pelas causas que o moviam.

De natureza multifacetada, e envolvido em diferentes projetos, deixou um vasto legado literário, composto por uma obra diversificada, que engloba romances, novelas, contos, teatro, política, folclore, peças jornalísticas, folhetos, conferências, entre vários textos, nos quais aborda diferentes temas relacionados com o arquipélago da Madeira, grande parte ainda ignorado, o que desde logo nos desperta um particular interesse para investigar a sua obra, apontamentos e documentos originais e aprofundar diversos aspetos sobre a vida de um prolífero intelectual madeirense do século XX.

O estado da arte tende a revelar a inexistência de um estudo aprofundado sobre o perfil e percurso de vida de Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, e ausência de uma análise crítica às suas obras literárias. A evidência de que os estudos sobre a obra são escassos, quase inexistentes, constitui um desafio suplementar para a

¹ A propósito do título de Visconde do Porto da Cruz veja-se o ponto 1.3. deste trabalho.

concretização das nossas pretensões, tendo em conta o relevo que pretendemos dar, a uma parte da sua produção literária, a que se juntam as complexidades inerentes a um trabalho desta natureza, com variadas espécies documentais inéditas, ainda por explorar.

A nossa motivação parte, também, de um trabalho de investigação prévio, na sequência da nossa dissertação de Mestrado intitulada *Memória e Promoção Cultural Madeirense na Obra do Visconde do Porto da Cruz* (2013), que se debruça, essencialmente, sobre uma vertente cultural da obra do Visconde do Porto da Cruz, focalizada nos seus estudos acerca do património cultural material e imaterial madeirense. Além desta abordagem apresentámos, em linhas gerais, o percurso político e ideológico do autor, a intensa atividade como jornalista, escritor, conferencista, locutor da rádio e envolvimento em diversas iniciativas na Madeira. Contudo, devido à abundante produção bibliográfica e às variadas fontes documentais, ainda por estudar, consideramos pertinente aprofundar a investigação acerca da vida e da obra deste intelectual madeirense e as suas movimentações em diferentes domínios. Temos, ainda, como propósito, conhecer e explorar uma parte do seu vasto legado literário, que permanece na penumbra dos arquivos, sendo praticamente desconhecido da maioria dos leitores.

O percurso biográfico de Alfredo de Freitas Branco permite-nos percorrer um período assinalado por acontecimentos relevantes da História do nosso país, como o fim da Monarquia Constitucional e conseqüente Implantação da República, ou as lutas monárquicas com intuítos restauracionistas, entre outros acontecimentos que assistiu. Foi ainda um tempo em que se destaca a emergência de ideais, como o Integralismo Lusitano, o nacionalismo e o surgimento de regimes ditatoriais como o fascismo italiano e o nacional-socialismo germânico. Freitas Branco pertenceu à geração de intelectuais do século XX, tendo privado com a elite cultural portuguesa, sobretudo ligada aos círculos monárquicos e ao Integralismo Lusitano, movimento doutrinário e político a que viria a aderir e no qual colaborou ativamente de forma profícua. Viveu a maior parte da sua vida entre a Madeira e Lisboa, onde desenvolveu uma intensa atividade, participando na vida pública do seu tempo e distinguindo-se em vários domínios, como escritor, publicista, jornalista, folclorista, conferencista e membro de várias associações culturais.

Certamente influenciado pelas alterações profundas e marcantes do século XX, de carácter político, social e cultural, quer no país, quer à escala global, Freitas Branco foi seguindo, em diferentes fases da sua vida, vários ideais doutrinários e políticos,

revelando diferentes facetas como monárquico, integralista, antissemita, regionalista, nacionalista, nacional-sindicalista, fascista e germanófilo, tendo uma experiência de vida que decerto terá contribuído para marcar a sua escrita, como revelam algumas das suas obras de cunho biográfico.

O presente estudo tem como objetivos centrais abordar a ação deste intelectual madeirense, no seu tempo e espaço, explorar traços da sua biografia, procurando identificar representações da Madeira na sua escrita, e dar a conhecer o seu contributo, para o conhecimento de vários aspetos da História, da Sociedade e da Cultura do nosso país, relevando a realidade madeirense, da primeira metade do século XX, tendo por base obras literárias publicadas, em diferentes fases da sua vida.

Partindo dos objetivos delineados, tentaremos responder às seguintes questões: Como se moveu Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, atendendo à conjuntura da época e que caminhos seguiu? Quem marcou o seu pensamento e participou na formação das suas ideologias? Quais foram as suas influências? Qual o seu contributo para o conhecimento da sociedade, cultura e identidade madeirense do século XX? De que modo a sua produção literária contribuiu para traçar um mapa político, histórico e cultural da ilha da Madeira?

Tendo em conta os objetivos propostos, a investigação teve como suporte distintas fontes, pertencentes ao espólio de Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, fontes coevas e diversa bibliografia geral, referente à temática em estudo, com vista à contextualização histórica do século XX, sobretudo acerca da realidade em Portugal e na Madeira. No que concerne ao espólio de AFB, salientamos a investigação efetuada ao seu fundo documental, à guarda do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), composto por um vasto número de documentos, nomeadamente, apontamentos manuscritos; originais de obras editadas e a editar; manuscritos de palestras radiofónicas; exemplares bibliográficos; documentos pessoais de AFB (diplomas académicos e atestados abonatórios); correspondência particular (cartas, ofícios, telegramas; cartões de visita; bilhetes postais); recortes de imprensa; exemplares de revistas e outros boletins periódicos; panfletos; fotografias e outro material iconográfico. Destacamos, também, a pesquisa das colaborações do autor e coevos, em periódicos da época, na imprensa nacional e regional e averiguação de conferências que proferiu.

Para cumprimento do plano inicialmente delineado, organizamos a nossa tese em duas partes, subdivididas em capítulos, por nos parecer a estruturação mais apropriada

aos objetivos propostos. Por uma questão metodológica, com o intuito de tornar o presente trabalho mais acessível e de evitar possíveis dificuldades de leitura, optámos por atualizar a grafia das citações. Quando repetimos a citação das obras *O Destino* e *A viagem aventureira de Suvenine Boliface a Zelstrufs*, de páginas sucessivas, estas são referenciadas no corpo do texto, entre parêntesis, com o número da respetiva página, para efeitos de economia de espaço e simplificação do tratamento do *corpus* em análise.

Na primeira parte, procedemos à contextualização da conjuntura histórica da época, enquadrando o autor no seu tempo, tendo como marcos temporais, o final do século XIX, e a década de sessenta do século seguinte (1890-1962). As datas correspondem, precisamente, ao tempo de vida do autor, iniciando-se esta parte com um capítulo dedicado ao percurso biográfico de Alfredo de Freitas Branco. Em linhas gerais, procuramos apresentar traços do seu perfil político e as ideologias que foi seguindo, nomeadamente, o regionalismo, o nacional-sindicalismo, o sidonismo, o fascismo e o germanofilismo, sublinhando, também, o seu labor prolífero como jornalista, publicista e escritor, e o envolvimento em diversas iniciativas em prol do desenvolvimento da sua terra.

No segundo capítulo, abordamos o ambiente em Portugal, desde os últimos anos da Monarquia Constitucional e conseqüente queda desse regime, até à entrada na Guerra Colonial, circunscrevendo os acontecimentos mais marcantes, do período em que viveu AFB, alguns dos quais tomou parte ativa. Entre os momentos mais significativos ocorridos em Portugal, na primeira metade do século XX, destacamos os confrontos intensos entre monárquicos e republicanos, despoletados pela queda da Monarquia e Implantação da República; o golpe militar de 28 de maio de 1926 e conseqüente instauração de um regime de ditadura, durante quase quatro décadas (Ditadura Nacional e Estado Novo), a que se juntam duas grandes guerras mundiais, que provocaram alterações profundas a nível global. Por ser um autor madeirense, impôs-se, ainda, uma abordagem ao contexto político, social e cultural da Madeira.

No terceiro capítulo, aprofundamos a formação e o desenvolvimento do perfil político e ideológico de AFB. Recorremos aos registos de memórias do autor, procurando estabelecer uma articulação entre a sua escrita e o seu pensamento, de modo a compreender as ideologias que foi abraçando, em diferentes fases da sua vida. Iniciamos este capítulo com a Causa Monárquica, uma causa que abraçou na sua juventude, acabando por condicionar o seu futuro, como procuraremos demonstrar. O surgimento do movimento doutrinário do Integralismo Lusitano e de regimes fascistas e

autoritários, nomeadamente, o Nacional-Sindicalismo e a ditadura de Salazar e o Estado Novo, iriam influenciar o pensamento do autor e, certamente, ter eco na sua escrita. Desta forma, evidenciamos a ligação de AFB a estes movimentos e ideologias, bem como o fascínio manifestado por Sidónio Pais, e ainda a sua simpatia germanófila, tendo chegado a colaborar com o governo alemão, durante a Segunda Guerra Mundial.

Na segunda parte deste trabalho, subdividida em dois capítulos, propomo-nos analisar, em particular, duas das obras da sua produção literária ficcional. Dada a dimensão da obra de AFB, começamos por circunscrever o nosso *corpus* à bibliografia publicada em volume. Contudo, perante a constatação de um *corpus* demasiado extenso, para o estudo que pretendíamos realizar, optámos por retirar os estudos sobre a cultura popular e sobre o património cultural madeirenses, até porque já realizámos uma primeira abordagem às suas recolhas etnográficas, e outras de teor cultural, referentes à Madeira, na nossa dissertação de Mestrado. Por fim, escolhemos duas obras literárias, escritas em dois momentos distintos da vida do autor: *O Destino: romance histórico* (1915) e *A viagem aventureira de Suvenine Boliface a Zelstrufs* (1934). No período que medeia as duas obras, Freitas Branco publicou outros nove livros, entre inúmeros artigos jornalísticos e conferências, abordando as mais diversas temáticas. A razão que nos levou a escolher este *corpus* de estudo, dentro do vasto legado do autor, prende-se com a nossa pretensão de analisar obras ficcionais, nas quais a Madeira surge representada ou subentendida, tendo em vista refletir sobre o modo como o autor representa, na sua escrita, a realidade insular, para ir ao encontro dos nossos objetivos traçados.

O carácter inédito deste trabalho constitui uma motivação e um desafio acrescido, visto não existir, até à data, qualquer análise às suas obras de ficção. No nosso trabalho de investigação, encontramos algumas dificuldades, sendo a principal, a ausência de uma análise crítica à obra do autor. Todavia, esta circunstância acabou por permitir uma maior liberdade no estudo dos textos, destacando-se o carácter pioneiro e inaugural desta pesquisa.

Iniciamos esta parte com um capítulo dedicado à obra *O Destino: romance histórico* (1915), respeitando a ordem cronológica das publicações em estudo. Tendo a análise implicado a identificação do género literário, começamos por problematizar o género romance histórico, como sugere o subtítulo, seguindo-se uma análise formal da obra, dando relevo às representações da Madeira.

O último capítulo é dedicado à obra *A viagem aventurosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs* (1934). Procurando identificar o género literário, apresentamos breves considerações sobre os subgéneros Literatura de Viagem e Ficção Científica, tentando estabelecer pontos de contacto com a publicação em análise. Em seguida, procedemos a uma análise da obra, que retrata uma sociedade imaginária, levando a crer que se trata da sociedade portuguesa, em concreto, a lisboeta e a madeirense, mais próximas do autor do livro. Sendo que uma parte da narrativa tem por cenário uma ilha imaginária, assumimos como sendo a representação da sociedade da ilha da Madeira, que nos interessa particularmente, crendo que as experiências do autor, e as observações da sociedade do seu tempo tenham influenciado a elaboração deste registo ficcional.

Parte I

Alfredo de Freitas Branco: o homem e o seu tempo (1890-1962)

Nenhum homem tem o direito de se alhear do que respeita à vida coletiva do seu País e conseqüentemente sobre tudo o que incide na Causa Publica da Nação a que pertence. Mas para se dedicar à política deve ter uma preparação, uma cultura e condições que permitam atuar com acerto e isenção para o bem comum.

Alfredo de Freitas Branco (Visconde do Porto da Cruz)²

² Caderno de apontamentos (inéditos) da autoria do VPC sob o título: “Dezasseis anos de lutas políticas (1910-1926). Memórias Políticas” (vol. II), fls. 61-66 [ABM, Espólio do VPC].

Capítulo 1 | Alfredo de Freitas Branco: um percurso de vida inquieto

Alfredo António de Freitas Branco³ nasceu no Funchal, na freguesia da Sé, a 1 de janeiro de 1890, “pelas dez horas e três quartos da noite”⁴. Foi batizado na Igreja da Sé, Catedral do Funchal, a 9 de janeiro de 1890, tendo por padrinhos o avô paterno, Silvano de Freitas Branco e a avó materna, D. Ana Rita de Castro Almeida de Freitas Leal.

Era filho legítimo de Luís Vicente de Freitas Branco e de D. Ana Augusta de Castro de Freitas Leal de Freitas Branco, ambos naturais da freguesia de São Pedro, Funchal, destacados proprietários, descendentes de ilustres famílias madeirenses: os Freitas Branco e os Freitas Leal. Pelo lado paterno, era neto do comendador Silvano de Freitas Branco e de D. Maria Cândida de Sant’Ana e Vasconcelos de Freitas Branco, e materno de Alfredo de Freitas Leal e de D. Ana Rita de Castro Almeida de Freitas Leal⁵.

Oriundo de famílias que gozavam de grande prestígio na sociedade, ligadas a diferentes áreas, da política, à advocacia, ao comércio e às artes (música e literatura), Alfredo de Freitas Branco cedo afirmou as suas convicções monárquicas⁶, que o levariam a envolver-se em diversas lutas políticas e ideológicas e, também, a adotar o título aristocrático de Visconde do Porto da Cruz, pelo qual ficaria conhecido, pertencente ao bisavô materno, Valentim de Freitas Leal (que o recusara)⁷.

³ Na sua autobiografia, publicada no 3.º vol. de *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira* (1953), apresenta-se com o nome completo de Alfredo António de Castro Teles de Meneses de Vasconcelos de Bettencourt de Freitas Branco. Cf. VPC (1953b), *Notas e Comentários..., III Volume 3º Período: 1910-1952*, [Funchal], Câmara Municipal do Funchal, pp. 331-334. Sobre o percurso biobibliográfico do Visconde do Porto da Cruz, ver o nosso trabalho: Sílvia Gilberta Gomes (2013), *Memória e Promoção Cultural Madeirense na Obra do Visconde do Porto da Cruz*, Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural, Funchal, UMA.

⁴ ABM, *Registos Paroquiais*, “Paróquia da Sé”, liv. 1292, fl. 2.

⁵ Ver anexos – Figura 3: Árvore genealógica e Figura 4: Registos fotográficos de AFB.

⁶ Numa entrevista ao *Diário Nacional*, transcrita pelo *Diário da Madeira*, AFB assume ser monárquico “por convicção e estudo”. Cf. “Entrevista de Arte”, *DM*, n.º 1753, 07-01-1917, p.1.

⁷ O título de Visconde do Porto da Cruz foi atribuído a Alfredo de Freitas Branco, em abril de 1921, legalmente autorizado por D. Manuel II, no exílio, e reconhecido pelo Conselho da Nobreza em 1950. No terceiro volume de *Nobreza de Portugal e do Brasil* (1961), pode ler-se: “O título foi-lhe concedido por D. Manuel II, no exílio, em abril de 1921, e foi-lhe confirmado pelo Conselho da Nobreza por alvará de 20-III-1949. O título foi primitivamente concedido ao bisavô materno do atual titular, Valentim Lúcio de Freitas Leal Teles de Meneses, que o declinou, como agradecimento dos grandes serviços por ele prestados no período em que foi governador da Madeira. A esta concessão se referiu expressamente o Rei D. Manuel II, em carta autógrafa, quando autorizou o uso do título”. Cf. Afonso Eduardo Martins Zuquete [dir., coord. e comp.] (1961), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, Lisboa, Editorial Enciclopédia, p. 171. Relativamente à recusa do título de VPC, no 3.º vol. do *Elucidário Madeirense* (1998), refere-se: “Foi membro desta família o comendador Valentim de Freitas Leal, que entre outros cargos exerceu o de governador civil deste distrito e que recusou o título de visconde do Porto da Cruz, título de que há alguns anos usa um seu bisneto.” Cf. Fernando Augusto Silva e Carlos Azevedo Meneses (1998), *Elucidário Madeirense*, Fac-Símile da edição de 1940-1946, vol. 3, Funchal, SRTC, DRAC, p.107.

No dia 12 de março de 1921, em vésperas de se tornar Visconde do Porto da Cruz, casou-se com Beatriz Tavares de Almeida Carvalho, natural de Caminha, na terceira Conservatória do Registo Civil de Lisboa⁸. Do enlace nasceram cinco filhos, três raparigas e dois rapazes: Ana Rita Tavares de Almeida Carvalho de Freitas Branco, Maria Manuela Beatriz Tavares de Almeida Carvalho de Freitas Branco, Maria Francisca Teresa Tavares de Almeida Carvalho de Freitas Branco, Silvano José de Freitas Branco⁹ e Luís Filipe de Freitas Branco.

O Visconde do Porto da Cruz viveu grande parte da sua vida em Lisboa, onde desenvolveu uma intensa atividade, sobretudo como escritor e jornalista, ligado aos círculos monárquicos e ao Integralismo Lusitano, movimento que iria aderir e contribuir para a sua propagação. A infância foi passada na Madeira, um período que por vezes evoca, em algumas obras literárias, por exemplo, em *Folclore Madeirense* (1955), quando narra a “Lenda do Convento das Mercês”:

Menino ainda, lembra-me vagamente de me levarem ao Mosteiro das Mercês, de me sentarem na roda do «palrotório» [sic] e fazendo-a girar no seu eixo pesado eu ia encontrar do outro lado, de onde só ouvíamos vozes frescas, caras alegres recebendo-me festivamente!

Levavam-me as Freiras para o Claustro florido e eu andava, de braço em braço. Davam-me bolos deliciosos e depois voltava outra vez, pela *roda*, para junto dos que ali me tinham levado. Recordações saudosas de tempos felizes que não voltam mais!¹⁰

No Funchal, frequentou a Escola do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia e o colégio de D. Laura Estela, que, segundo afirma, eram considerados os melhores colégios da época¹¹. Em 1901, com apenas 11 anos, seguiu para Lisboa, para ingressar

Também na edição de 1935 da *Revista Portuguesa*, n.º 3, menciona-se que “o Tenente-Coronel Valentim Lúcio de Freitas Leal foi Governador interino do Distrito em 1816. [...] foi agraciado com o título de Visconde do Porto da Cruz”. Cf. Cónego Fernando de Menezes Vaz (1935), “Genealogia – Os Leaes do Porto da Cruz”, *Revista Portuguesa*, Verão de 1935, n.º 3 (suplemento - *Ilustração Madeirense*, n.º 10), Lisboa, Imprensa Lucas & C.ª, p.21.

O próprio Alfredo de Freitas Branco em *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira* (2.º vol., 1950 e 3.º vol., 1953) afirmou que o título pertencia a Valentim de Freitas Leal, seu bisavô materno. Cf. VPC (1950b), *Notas e Comentários..., II Volume 2.º. Período: 1820-1910*. [Funchal], Câmara Municipal do Funchal, p.22 e VPC (1953b), *op. cit.*, p. 24 e p. 331).

⁸ ANTT, 3ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, *Livro de Registo de Casamentos* n.º 51, Registo n.º 183. O casamento católico realizou-se no dia 19 de março de 1922, na Igreja de S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa. Cf. Cónego Fernando de Menezes Vaz (1935), “Genealogia – Os Leaes do Porto da Cruz”, *Revista Portuguesa*, Verão de 1935, n.º 3 (suplemento - *Ilustração Madeirense*, n.º 10), Lisboa, Imprensa Lucas & C.ª, p.21.

⁹ O seu filho Silvano (1925-2013) viria a usar o título de 2.º Visconde do Porto da Cruz.

¹⁰ VPC, *Folclore Madeirense*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, p.26. Sublinhado do autor.

¹¹ VPC (1953b), *op. cit.*, p. [331].

como aluno interno no Colégio de Campolide¹², uma instituição jesuíta. Todavia, acabou por regressar à ilha, por motivos de saúde, onde concluiu o curso do Liceu. Mais tarde, fez o antigo Curso das Alfândegas (posteriormente designado Curso de Ciências Económicas e Financeiras) e frequentou o Curso de Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que não chegou a concluir, por ter decidido alistar-se no exército, matriculando-se na Escola de Guerra.

Na verdade, Alfredo de Freitas Branco acabaria por se dedicar às Letras, tendo desenvolvido uma atividade profícua nesse campo. A sua vocação para a Literatura teria sido evidenciada pelo Padre Manuel Fernandes Santana, um jesuíta madeirense que conheceu no Colégio de Campolide. Naquele estabelecimento de ensino, e com as devidas recomendações do Padre Santana, terá sido orientado pelos Padres Luís de Gonzaga Cabral, Pe. Júlio do Rosário e Pe. Torcato Cabral Ribeiro nas disciplinas de Literatura e de História. Segundo refere o próprio Freitas Branco, a propósito de uma biografia que escreveu acerca do Padre Santana:

Mais de uma vez me disse [o Padre Santana] que a minha tendência ia toda para a literatura e para a História e por isso fez aos Padres Luís de Gonzaga Cabral, ao Padre Júlio do Rosário e ao Padre Torcato Cabral Ribeiro, que foram sucessivamente meus Mestres de português e de história, uma especial recomendação a meu respeito do que resultou esses Professores eminentes, a quem tudo devo, terem a preocupação de me prepararem com uma sólida cultura literária¹³.

Mais tarde, no Liceu do Funchal, foi aluno de João Augusto de Freitas, um professor que também o “auxiliou no caminho difícil e ingrato das boas letras”¹⁴. Todavia, o grande mentor da sua aptidão para as Letras foi o seu tio paterno, João de Freitas Branco (1854-1910)¹⁵, como confirma, em várias ocasiões. Veja-se, por exemplo, quando refere este tio como impulsor da sua vocação literária:

¹² Fundado a 21 de junho de 1858, na Quinta da Torre, em Campolide, o Colégio de Maria Santíssima Imaculada (Colégio de Campolide), teve um grande impacto na cultura portuguesa, a partir de meados do século XIX, sobretudo por ter sido a instituição de ensino pré-universitário responsável pela educação dos jovens pertencentes às camadas mais altas da sociedade portuguesa. Foi, essencialmente, um colégio de elites, sendo este um dos argumentos que os opositores dos jesuítas usaram para a sua expulsão. Para os adversários da Companhia de Jesus era fundamental que fossem encerrados os colégios dirigidos pelos jesuítas e que fossem expulsas as ordens religiosas dos territórios portugueses. Esta seria a forma de impedir a influência que os jesuítas exerciam na educação da nobreza e da burguesia lisboetas. Cf. Francisco Malta Romeiras (2015), *Ciência, Prestígio e Devoção – Os Jesuítas e a Ciência em Portugal (Séculos XIX e XX)*, Cascais, Lucerna, pp. 47-48.

¹³ VPC (1950b), *op. cit.*, p.77.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ João de Freitas Branco foi um dramaturgo, ensaísta, crítico literário e tradutor de obras de autores como Ibsen e Bjornson, entre outras. Ver, por exemplo, a biografia de João de Freitas Branco elaborada pelo

Foi ainda ele [João de Freitas Branco] o grande orientador e impulsionador dos sobrinhos [...]. Pelo meu lado o pouco que eu possa valer em matéria de literatura e de arte devo-o também a este grande Mestre, tão culto e tão inteligente, que se isolava de todos mas que era inigualável¹⁶.

Com efeito, acabaria por se distinguir como jornalista, publicista e escritor, tendo fundado, dirigido e colaborado em diversos periódicos de cariz político, literário e cultural, onde publicou inúmeros textos, de temas diversos, de interesse social, político, literário e cultural. É também de relevar a vasta obra que compõe o seu legado, e da qual fazem parte distintos géneros literários, nomeadamente, romances, novelas, contos, teatro, biografias, memórias, política, entre vários estudos de teor etnográfico e interesse económico, social e cultural relacionados com o arquipélago da Madeira.

Quando foi proclamada a República, em outubro de 1910, Alfredo de Freitas Branco era um jovem de vinte anos, e encontrava-se na ilha da Madeira a aguardar uma colocação na Alfândega, de acordo com as suas memórias¹⁷. Contudo, os últimos incidentes políticos viriam a ter grandes consequências no país, alterando de forma profunda a sociedade do seu tempo, a todos os níveis, assim como o rumo da sua vida. No mês seguinte, já a viver em Lisboa, abraça a Causa Monárquica e envolve-se em conspirações que, mais tarde, o levariam ao exílio.

O ambiente em Portugal, desde os começos de 1911 era de insegurança, de violência e de confrontos. Muitos portugueses, considerados opositores do novo regime, viram-se obrigados a abandonar o país, por incompatibilidades com a república. É neste quadro que o jovem monárquico Freitas Branco segue para a Galiza, numa viagem feita com alguma angústia, conforme o próprio confessou:

Como o tempo passa! Foi nos fins de janeiro de 1912 que embarquei em Lisboa, no velho «Clyde» da Mala Real Inglesa! [...] Sentia o coração confranger-se ao afastar-me da terra bendita da Pátria onde só Deus sabia, quando voltava!¹⁸

Retornaria apenas em 1914, em consequência de ter participado nas incursões monárquicas lideradas por Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944), organizadas por refugiados portugueses que já se encontravam na Galiza, a conspirar contra a República,

VPC em: VPC, “Dr. João de Freitas Branco”, *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 4, 1950, Funchal, Sociedade de Concertos da Madeira, p. 40 e VPC (1950b), *op. cit.*, p. 87.

¹⁶ VPC, “Dr. João de Freitas Branco”, *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 4, 1950, Funchal, Sociedade de Concertos da Madeira, p. 40.

¹⁷ ABM, Espólio do VPC, cx. 8 – Caderno de apontamentos da autoria do VPC: “Dezasseis anos de lutas políticas (1910-1926). Memórias Políticas”, vol. I, fls. 13-14.

¹⁸ *Idem*, fl. 40.

entre o quais, alguns dos seus camaradas e amigos. Contudo, devido ao fracasso daqueles combates, mais precisamente após a derrota da segunda incursão, em julho de 1912, foi novamente forçado a procurar outros destinos. Encontrou refúgio em França, tendo acabado por se fixar em Paris, onde viveu exilado, nos dois anos seguintes.

De regresso a Portugal, após a amnistia para os presos políticos, iria continuar a luta pela Causa Monárquica, quer com intervenções na imprensa periódica, quer no envolvimento em ideais que se desenvolviam, sobretudo, nos meios académicos. Assim, em maio de 1915, no Funchal, fundou com Ramon Rodrigues *O Realista*, um semanário monárquico, suspenso no mesmo mês, devido ao fim da ditadura de Pimenta de Castro. Ainda naquele ano (de 1915), em outubro, chega a Lisboa para frequentar a faculdade de Direito. Na capital, priva com personalidades como António Sardinha e toma contacto com o movimento doutrinário (e político) do Integralismo Lusitano, ao qual irá aderir e desenvolver uma intensa atividade, contribuindo na formação e propagação dos princípios integralistas.

Em 1918, ficou deslumbrado pela figura de Sidónio Pais, que, entretanto, chegara ao poder. Depois do assassinato deste presidente, chegou a envolver-se na formação de Juntas Militares, para defesa do regime edificado por Sidónio Pais.

Depois do fracasso das Juntas Militares participou em várias conspirações monárquicas para derrubar o Partido Democrático, mas, devido ao insucesso destas, refugiou-se na Madeira¹⁹. De regresso a Lisboa, aderiu à Acção Tradicionalista Portuguesa, movimento surgido na sequência de divergências no seio dos monárquicos. Depois do Pacto de Paris (assinado a 17 de abril de 1922, pelos representantes de D. Manuel II e da infanta D. Aldegundes de Bragança, tutora de D. Duarte Nuno), a organização da Acção Tradicionalista passou a ser conhecida por Acção Realista Portuguesa.

Mais tarde, cooperou com o movimento militar de 28 de maio de 1926, que pôs termo à Primeira República portuguesa, vindo a ser reconhecido, por Luís Acciaiuoli, pelos bons serviços prestados à organização. Em 1931, durante a Revolta da Madeira, apoiou as forças salazaristas, sendo, mais tarde, louvado por Fernando Augusto Borges,

¹⁹ O VPC refere, na obra *Paixão e morte de Sidónio* (1928), o seu envolvimento em diversas conspirações monárquicas (que fracassaram), após as derrotas de Monsanto e do Norte. Cf. VPC (1928), *Paixão e morte de Sidónio*, Funchal, Tip. Esperança, pp. 74-83.

comandante das Forças Expedicionárias à Madeira, pela cooperação com a Ditadura no restabelecimento da Ordem no Funchal²⁰.

Todavia, acabou por se afastar da política devido ao desencanto pelo rumo que seguiu o Estado Novo, embora a sua desilusão não estivesse relacionada com a figura de Salazar, que admirava, e a quem dedicou a obra *Olhando o passado... considerando o futuro* (1949)²¹.

O Visconde do Porto da Cruz revelou uma faceta regionalista e fundou, em 1928, no Funchal, o semanário *Independência*, com o objetivo fundamental de defender os interesses da sua terra e dos conterrâneos. No entanto, acabou por atrair sobre si algumas hostilidades, ao se envolver em combates públicos, quer criticando, quer denunciando dificuldades, ou ainda reclamando autonomia para o arquipélago. Mais tarde, em 1930, continuou a defender o regionalismo no diário *O Jornal*, onde também publicou alguns textos sobre o fascismo, ideologia que o seduziu, e que o fez aderir, em 1933, ao movimento do Nacional-Sindicalismo, dirigido por Francisco Rolão Preto.

O Visconde era germanófilo e jamais escondeu a sua admiração pela Alemanha e pelo seu povo. Uma simpatia, aliás, assumida publicamente nos seus textos biográficos e obras de memórias políticas²². Não surpreende, portanto, que as suas preferências germanófilas o tivessem levado a aceitar um cargo de locutor, na Rádio de Berlim, no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Importa referir que o propósito das palestras na *Reichsrundfunk*, ao serviço da Alemanha do *III Reich*, proferidas para as emissões em português e outras línguas latinas, sob o título “Pontos nos ii”, era de transmitir uma propaganda favorável do governo alemão, para as emissões em língua portuguesa²³.

²⁰ ABM, Espólio do VPC, cx. 13 – Atestados abonatórios a AFB, VPC. No terceiro volume das suas *Notas e Comentários...* (1953b), o VPC reproduz um atestado emitido pelo coronel Fernando Augusto Borges, comandante das Forças Expedicionárias à Madeira, a seu pedido, pela colaboração às Forças expedicionárias que haviam desembarcado em Machico e estavam a ter dificuldades em chegar ao Funchal, por terem sido dinamitadas e destruídas algumas pontes: “Foi nessa conjuntura que o Sr. Alfredo de Freitas-Branco prestou relevante serviço promovendo o rápido transporte dessa unidade para o Funchal, obtendo os necessários meios de transporte e servindo-lhe de guia até o Funchal onde continuou a acompanhar o Comandante da Força, dando-lhe valiosas indicações para o exercício da sua missão e com este cooperando no restabelecimento da Ordem e da Autoridade legítima no Funchal”. Cf. VPC (1953b), *op. cit.*, pp. 78-81).

²¹ Dedicatória do Visconde do Porto da Cruz: “A Sua Excelência o Senhor Doutor António Oliveira Salazar, Homenagem respeitosa”. Cf. VPC (1949b), *Olhando o passado... considerando o futuro*, [Funchal], ed. do autor.

²² A este propósito ver, por exemplo, VPC (1946a), *Como vi o fim da guerra na Alemanha*, Lisboa, Editorial do Povo e *Idem*, (1954f), *Memórias da Guerra na Alemanha*, s.l., ed. do autor, (imp. A Lusitânia – Aveiro).

²³ A respeito da colaboração do VPC na rádio alemã ver: Sílvia Gilberta Gomes (2013), *Memória e Promoção Cultural Madeirense na Obra do Visconde do Porto da Cruz*, Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural, Funchal, UMa, pp.121-122; Ricardo Silva (2015), “O Visconde que adorava Hitler”, *Sábado*, Nº 587, de 30 de julho a 5 de agosto de 2015, Lisboa, pp.56-61 e Eduardo Jorge Trindade

Nos últimos anos da sua vida, na década de 1950, já em Portugal, teve outra experiência como locutor radiofónico, num programa semanal, na Estação Rádio Madeira, com as crónicas “Comentários ao acaso...”, de teor social, através das quais procurava transmitir a sua perspetiva sobre diversos assuntos de interesse público, da sociedade do seu tempo. Naquela derradeira etapa da sua vida, reuniu ainda diversos estudos acerca das tradições e folclore madeirense, publicados anos antes, na imprensa periódica, editando-os em opúsculos e em volume.

Ao longo da sua existência, o Visconde do Porto da Cruz, abraçou sucessivos credos políticos e ideologias, mas também revelou-se um prolífero jornalista²⁴, publicista e escritor, como já referimos, e foi ainda um estudioso do património cultural material e imaterial madeirense. Em diversas ocasiões demonstrou interesse pela Madeira e por tudo o que representava o progresso do arquipélago, estando, inclusivamente, entre os promotores de iniciativas como a Exposição Agrícola, Pecuária e Industrial do Funchal (inaugurada em 1927), com o objetivo de impulsionar a economia, a indústria e o turismo madeirenses. Aliás, como considerava o sector do turismo muito importante para a prosperidade da Madeira, debateu ideias para o seu desenvolvimento, e até chegou a publicar, em 1929, uma revista, denominada *Ilustração Madeirense*, com o intuito de promover a Madeira no estrangeiro.

No âmbito do seu intenso dinamismo e de uma vasta intervenção cultural²⁵, salientamos ainda as diversas conferências que proferiu, em que abordou temas muito diversificados e destacamos a sua filiação em diversas Associações, com as quais colaborava, enviando os seus trabalhos e comunicando em palestras. Sublinhe-se, a este propósito, que o Visconde foi membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses; da Sociedade de História, Arqueologia e Etnografia; da Sociedade de Intelectualismo Espanhol; da Associação dos Escritores e Homens de Letras do Porto; da Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas; da Academia Francesa de *l'Ordre de Bevaïn*; da Sociedade Humanística de Paris; da Sociedade Portuguesa de Escritores; da Liga de Proteção à Natureza e da Sociedade Columbófila da Madeira, tendo recebido, em 1920, a distinção de Cavaleiro da Union Cavalheiresca e, em 1952, nomeado pelo *Institut*

Simões (2016), “Portugueses ao Serviço da Rádio Berlim durante a Segunda Guerra Mundial.”, *Islenha* (58), jan.-jun., Funchal, Direção Regional da Cultura, pp. 101-118.

²⁴ Ver anexos – Quadro 1: Atividade jornalística do VPC e Figura 5: Exemplares de periódicos fundados por AFB (VPC).

²⁵ A respeito do envolvimento do VPC em diversas iniciativas, ver o nosso trabalho: Sílvia Gilberta Gomes (2013), *Memória e Promoção Cultural Madeirense na Obra do Visconde do Porto da Cruz*, Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural, Funchal, UMa, pp.111-127.

Humaniste de Paris, *Grade de Commandem dans l' Ordre du Devoir*, pelos seus serviços culturais.

Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, morre a 28 de fevereiro de 1962, “vítima de pertinaz doença que a ciência médica não conseguiu debelar”²⁶, na sua residência no Funchal, à Travessa das Capuchinhas, nº 3, freguesia de São Pedro. O seu corpo foi sepultado no Cemitério de São Martinho, no jazigo de família, no dia 1 de março de 1962, precisamente dois meses após completar 72 anos.

²⁶ “Visconde do Porto da Cruz”, *Diário de Notícias*, n.º 28360, 1 de março de 1962, p. 3.

Capítulo 2 | O ambiente em Portugal: do final da Monarquia à entrada na Guerra Colonial

No ano do nascimento de Alfredo de Freitas Branco, em 1890, precisamente na última década do século XIX, Portugal era intimado com o Ultimato inglês contra as aspirações portuguesas em África, originando uma exaltação patriótica e um movimento de contestação da Monarquia. Em 1961, um ano antes do seu falecimento, tinha começado a Guerra Colonial (ou Ultramarina). Pelo meio, assistiu a acontecimentos marcantes, ocorridos na fase mais ativa da sua existência, que corresponde à primeira metade do século XX. Os múltiplos acontecimentos sociais, políticos, culturais e ideológicos, certamente iriam influenciar a sua vida e as escolhas que fez ao longo dos seus 72 anos.

Sendo nosso objeto de estudo as representações da Madeira na literatura de AFB, é nosso propósito esboçar, neste capítulo, o panorama português nos seus mais variados aspetos, procurando interpretar, numa perspetiva social, política, cultural e ideológica, os momentos mais relevantes da época em que viveu o autor, num eixo espaço-temporal que começa na última década do século XIX até a década de sessenta do século seguinte (1890-1962).

O século XX foi um tempo marcado por grandes acontecimentos a vários níveis, não só de desenvolvimento científico e tecnológico como também de transformações em todos os domínios da vida à escala global. Na primeira metade deste século, ocorreram duas guerras mundiais, entre crises nos sectores financeiros e políticos, que tiveram grande impacto na sociedade, a nível mundial. Foram implementados sistemas democráticos em diversos países, embora, também tenham surgido, neste século, regimes fascistas e totalitários.

Em Portugal, o primeiro quartel do século XX fica assinalado pelas lutas intensas entre monárquicos e republicanos, despoletadas pela queda da Monarquia e Implantação da República. Tal período, de grande instabilidade política, culmina num golpe militar, que conduz os destinos do país a um regime de ditadura, durante cerca de quatro décadas. Neste sentido, ao longo deste capítulo, abordamos os eventos mais significativos ocorridos nessa época. Saliente-se o carácter conciso da nossa abordagem ao período em questão, por ser nosso objetivo sistematizar e contextualizar o tempo e o espaço em que se moveu AFB, de modo a compreender as movimentações, as

influências e o pensamento do autor, assim como a forma em que a sua escrita foi influenciada pelas suas experiências.

2.1 A queda da Monarquia Constitucional e a Implantação da República

O ambiente em Portugal, em finais do século XIX, era de instabilidade política, económica e social²⁷. A última década ficou marcada por agitações públicas perante o Ultimato Inglês de 1890, seguido de uma tentativa, no ano seguinte, de implementar a república no Porto. Perante as dificuldades financeiras do país, os baixos salários do operariado urbano e as dificuldades da população do meio rural, o governo mostrava-se incapaz de solucionar os problemas sociais, e a monarquia estava cada vez mais fragilizada. A nível político, dois partidos alternavam-se no poder: o Partido Progressista, à esquerda, e o Partido Regenerador, à direita. Esta conjuntura do país favorece a chegada ao poder do Partido Republicano e à consequente implantação de um regime democrático, no século seguinte.

A 11 de janeiro de 1890, o Governo britânico enviava a Portugal um memorando, a exigir a retirada militar portuguesa em África, ameaçando o corte de relações diplomáticas entre as duas nações. A cedência do Governo português ao Ultimato inglês acabava com as pretensões portuguesas de ligar Angola a Moçambique, representadas no chamado “Mapa Cor-de-Rosa”. Neste contexto, gera-se um clima de agitação social e política, com manifestações patrióticas e sentimentos antibritânicos. A monarquia estava no centro das contestações, enquanto os ideais republicanos ganhavam força. Entre os principais opositores do Ultimato encontravam-se os homens de letras, escritores e intelectuais, que faziam surgir a ideia de nacionalismo e despertavam uma consciência de nação. Na verdade, de acordo com Rui Ramos (1994), coordenador e autor do sexto volume da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, em finais do século XIX, os escritores tinham grande prestígio na sociedade, a atividade na área das letras era importante, o que lhes facilitava a entrada em cargos políticos. Por esta altura, a publicação de livros aumentava, surgiam editores, que vendiam diferentes géneros

²⁷ Sendo muito vasta e diversificada a bibliografia sobre os acontecimentos históricos relativos ao período em análise (1890-1962), para a contextualização histórica de Portugal recorreremos, sobretudo, à *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso (1994), volumes 6 e 7. Foram ainda fundamentais os trabalhos e/ou estudos de Manuel Braga da Cruz (1982), Francisco Carlos Palomanes Martinho (2007) e Fernando Rosas (1996), referenciados e indicados na bibliografia.

literários, de romances a poesia. Esta tendência continuou nas primeiras décadas do século XX, verificando-se também um fomento na publicação de jornais. A imprensa era um importante veículo de difusão de ideias e de ideais, a maior parte dos jornais eram poderosos instrumentos ao serviço de partidos políticos e da sociedade em geral²⁸.

Os republicanos também usavam a imprensa para atacar a monarquia, e difundir a sua doutrina, transmitindo a ideia de que, a República, era a solução para os problemas do país. Grande parte dos homens que pertenceram à «Geração de 70», como Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro e Antero de Quental, tinham adotado o republicanismo, contribuindo com as suas ideias para a propaganda e instituição da doutrina republicana.

Um ano após o Ultimato inglês, em específico, no dia 31 de janeiro de 1891, na cidade do Porto, deu-se a primeira tentativa de implementar o regime republicano em Portugal. Os revoltosos chegaram a proclamar a República, porém, falharam o objectivo de tomar a estação de correios e telégrafos, perante as forças da Guarda Municipal, defraudando as suas expectativas republicanas. No entanto, começavam a abalar as estruturas monárquicas portuguesas.

Para a queda da monarquia terá contribuído ainda o governo ditatorial de João Franco (1855-1929), um político que desempenhou, entre a década de 1890 e os primeiros anos de 1900, vários cargos no Governo, tendo implementado diversas medidas e reformas²⁹. Em 1901, João Franco funda o Partido Regenerador Liberal, na sequência de discordâncias com Hintze Ribeiro (1849-1907) no Partido Regenerador. Franco chega à liderança do governo em 1906, e vai acabar por governar em ditadura,

²⁸ Cf. José Mattoso (dir.) (1994), *História de Portugal*, Vol. 6, Rui Ramos (coord.), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp.43-67.

²⁹ João Franco Ferreira Pinto Castelo-Branco (1855-1929) – Formado em Direito na Universidade de Coimbra, seguiu a carreira administrativa como delegado do Procurador Régio, chefe de serviço e administrador geral interino das alfândegas, auditor do Tribunal do Contencioso Fiscal Aduaneiro. Em 1884, inicia a vida política, eleito deputado por Guimarães. Na década de 1890, desempenha vários cargos políticos: lidera a pasta da Fazenda, no ministério presidido por António de Serpa Pimentel (janeiro a outubro de 1890); assume a pasta das Obras Públicas, no governo de João Crisóstomo (maio de 1891 a janeiro de 1892); Ministro interino da Instrução Pública e Belas-artes (julho de 1891 até novembro do mesmo ano) e ainda gere a pasta do Reino, no governo de Hintze Ribeiro (fevereiro de 1893 a fevereiro de 1897). Entre 1893 e 1897, implementa diversas medidas, como a reforma da instrução secundária, o Código Administrativo, a lei eleitoral e algumas medidas sociais como o aumento dos vencimentos aos pequenos funcionários, estabelecimento do descanso semanal para os trabalhadores, criação de uma taxa de aposentação para os operários. Em janeiro de 1894, João Franco esmaga uma subversão e dissolve as associações Comercial, Industrial e a de Lojistas de Lisboa. No mês seguinte, em fevereiro, são criadas câmaras para substituir as associações dissolvidas. Com o encerramento das Cortes, em novembro de 1894, Portugal vive um período de ditadura, sem representação popular no parlamento.

iniciando um período que ficou conhecido por «franquismo»³⁰. O franquismo termina com o assassinato do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe, no dia 1 de fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, em Lisboa.

Por essa altura, o Partido Republicano Português, que se apresentava dividido (e desorganizado) até 1890, emerge com uma nova organização. Os republicanos iam adquirindo poder e importância, dos quais começa a destacar-se a figura de Afonso Costa, um professor universitário eleito, em 1900, deputado pelo Porto³¹.

No dia 5 de outubro de 1910, é proclamada a República em Portugal, após alguns confrontos em Lisboa, em resultado de uma revolução iniciada nesse mesmo mês, pelo Partido Republicano Português. Na sequência de tais acontecimentos, o jovem monarca, D. Manuel II, parte para o exílio com a família real. Embarcam na Ericeira, no iate real “Amélia”, de onde seguiram para Gibraltar, exilando-se depois em Inglaterra. Assim, terminava a monarquia em Portugal.

Após a proclamação da República foi criado um governo provisório, chefiado por Teófilo Braga, até à aprovação da Constituição de 1911, que daria início à Primeira República Portuguesa, sendo depois eleito Manuel de Arriaga para presidente da República.

2.2 A Primeira República Portuguesa

Com a revolução de 5 de outubro de 1910, verificam-se grandes mudanças em Portugal. Desde logo, o patriotismo ganha grande expressão: o hino *A Portuguesa* e a bandeira, que passou de azul e branca para verde e vermelha, tornam-se símbolos nacionais; instituem-se feriados nacionais os dias 5 de outubro, 31 de janeiro e 1 de dezembro, passando estes dias a ser comemorados; muda-se o que era «real» para «nacional»; por exemplo, as estradas reais, passaram a estradas nacionais³².

Apesar das altas expectativas depositadas no regime republicano, a Primeira República Portuguesa seria caracterizada por instabilidade política e social. Os governos

³⁰ Numa primeira fase do seu governo, João Franco defende um governo liberal, prometendo o aprofundamento da democracia. A partir de 2 de maio de 1907, chefiando novo Governo, acaba por governar em ditadura. Dissolve Câmaras Municipais e Juntas de Paróquia, demite funcionários, limita a liberdade de imprensa, de associação e de reunião, e promove perseguições políticas a republicanos e radicais, incluindo alguns monárquicos não afetos ao rei. Com o Regicídio de 1 de Fevereiro de 1908, João Franco abandona a Presidência do Ministério e a vida política. Morre em abril de 1929.

³¹ Cf. José Mattoso (dir.), Rui Ramos (coord.) (1994), *op. cit.*, p.265.

³² *Idem*, p.417.

sucediam-se, chegando aos quarenta e cinco, e oito presidentes da República, apenas em dezasseis anos. Em termos sociais, caracterizou-se por um tempo agitado, de revoluções, greves, tumultos, crimes e alterações na vida portuguesa.

Logo no início do novo regime político, entre outubro de 1910 e os primeiros meses de 1911, assinala-se um período de lutas diversas, de oposição do governo republicano aos monárquicos e à Igreja católica, sendo, até, o anticlericalismo, um dos aspectos que caracterizou a recém-instaurada República. Num país maioritariamente católico, com grande influência da Igreja, o governo provisório, tendo Afonso Costa como Ministro da Justiça, extingue todas as referências à religião católica na vida pública, assim como o ensino cristão nas escolas. Com a Lei da Separação da Igreja e do Estado, promulgada em 20 de abril de 1911, o Estado deixa de reconhecer a religião católica como religião oficial do País, expulsa as ordens religiosas e passa a administrar a Igreja³³. Ora, estas medidas levam a que a República ganhe alguns opositores nos meios conservadores, enquanto se multiplicavam os confrontos entre monárquicos e republicanos. Este ambiente de instabilidade levou muitos portugueses a abandonar o país, exilando-se em França e na Galiza, perseguidos e incompatibilizados com a República. A partir do exílio na Galiza, padres, franquistas, fidalgos e jesuítas lusos começam a montar uma conspiração contra a República. Entre 1911 e 1912, os exilados portugueses, comandados por Henrique de Paiva Couceiro³⁴, tentam duas incursões monárquicas, mas, saíram goradas as suas pretensões restauracionistas³⁵.

Em 1913, os republicanos haviam conseguido vencer os monárquicos, porém, chegava de Paris uma nova ameaça, por via de influência da *Action Française*, que iria inspirar o movimento do Integralismo Lusitano, criado em 1914, no mesmo ano em que eclodiu a I Guerra Mundial. Mais adiante, neste trabalho, abordaremos com maior detalhe o Integralismo Lusitano, ao qual pertenceu AFB, tendo colaborado ativamente na difusão da doutrina integralista.

Ao longo dos dezasseis anos da Primeira República, o país teve dois períodos de ditadura: em 1915 e em 1917-1918. O primeiro surge na sequência de uma insubordinação militar, em janeiro de 1915, conhecida como «Movimento das Espadas», que conduz ao poder o general Pimenta de Castro (1846-1918). Todavia, o seu governo ditatorial dura poucos meses, sendo derrubado por uma revolução, no dia

³³ *Idem*, p.407.

³⁴ Veja-se nota biográfica no capítulo II (2.1) deste trabalho.

³⁵ Cf. José Mattoso (dir.), Rui Ramos (coord.) (1994), *op. cit.*, p.265.

14 de maio desse ano, levando de novo os democratas ao poder, nomeadamente, Afonso Costa que irá liderar um Ministério.

Seguem-se anos difíceis para os portugueses, agravados com a participação de Portugal na Grande Guerra, em 1916. Na verdade, a Primeira Guerra Mundial trouxe fome, escassez de alimentos, e uma inflação que devastou o país, alterando o modo de vida da classe média.

Em dezembro de 1917, em plena guerra mundial, o clima de agitação social no país era propício a uma revolta contra a República. Nesse mesmo mês, dá-se uma sublevação em Lisboa, liderada por Sidónio Pais, que irá ascender ao poder. O governo de Afonso Costa cai e verifica-se uma viragem no sistema político vigente. Começa, assim, o segundo período de ditadura da Primeira República, um tempo que ficou conhecido como «sidonismo». Sidónio Pais defendia a ideia de uma «República Nova», uma república para todos, que incluía os monárquicos³⁶. O «Presidente-rei», como o designou Fernando Pessoa³⁷, governa num regime presidencialista, ou seja, acumulando em simultâneo, as chefias do Estado e do Governo. Seria assassinado no ano seguinte, no dia 14 de dezembro de 1918.

Depois da morte de Sidónio Pais, o país volta a viver um período de instabilidade política, que é aproveitado pelos monárquicos, numa tentativa de restabelecer o regime derrubado a 5 de outubro de 1910. Os revoltosos chegam a proclamar a Monarquia no Porto, conhecida como «Monarquia do Norte», a 19 de janeiro de 1919, mas revelou-se um fracasso, bem como outras insurreições monárquicas que se seguiram, até ao golpe militar de maio de 1926, que instaurou uma ditadura.

É de sublinhar que a instabilidade política foi uma constante neste período, a juntar às sucessivas crises económicas e sociais. A luta pelo poder tornava-se cada vez mais intensa, inclusive, no campo republicano, entre democráticos e liberais. É neste quadro que ocorre, na noite de 19 para 20 de outubro de 1921, um acontecimento revolucionário e violento, após a demissão do governo de António Granjo. Naquela noite, que ficou designada como a «Noite Sangrenta», foram assassinados vários políticos republicanos: António Granjo, então presidente do Ministério do 31.º Governo da República, Machado Santos e Carlos da Maia, dois protagonistas da Proclamação da

³⁶ *Idem*, p.615.

³⁷ Fernando Pessoa (1940), *À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais*, Lisboa, Ed. Império.

República, entre outros³⁸. No mesmo ano, em Itália, sobe ao poder Benito Mussolini. Em 1923, Primo de Rivera sobe ao poder em Espanha. Enquanto na Europa ascendiam os partidos e as ideologias de extrema-direita, em Portugal começa-se, cada vez mais, a falar em fascismo.

Além dos aspetos sociais e políticos ocorridos nas primeiras décadas do século XX, sucintamente descritos e fundamentais para a compreensão do período em análise, salienta-se, a nível cultural, o fomento no campo literário, e também o desenvolvimento da música e do cinema, sobretudo, na capital do país. Quanto ao plano musical, verificou-se um aumento na quantidade de concertos, surgindo orquestras sinfónicas, grupos corais e sociedades de concerto. No entanto, o cinema estava entre as artes preferidas do público, tendo alcançado nos anos de 1920 a 1930, a sua fase de maior fulgor³⁹.

2.3 A Ditadura Nacional e o Estado Novo

No dia 28 de maio de 1926, ocorre um golpe militar, liderado pelo general Gomes da Costa, que provoca a queda do governo de António Maria da Silva e a demissão de Bernardino Machado como chefe de Estado. Na sequência deste golpe instaura-se um regime autoritário, que deu origem à Ditadura Nacional e, posteriormente, em 1933, ao Estado Novo.

O estabelecimento de uma ditadura era visto como uma solução conveniente ao país. Defendia-se um governo forte e autoritário para dar resposta aos problemas políticos, económicos e sociais que o país atravessava, como afirmam diversos historiadores, que ilustramos nas palavras de Alberto Vieira (2001):

Os governos sucediam-se a um ritmo cada vez maior, as greves eram constantes e, um pouco por todo o lado, aconteciam atentados bombistas, gerando uma insegurança geral. A desvalorização da moeda portuguesa e o agravamento do custo de vida criaram condições para o açambarcamento de bens essenciais, a especulação dos preços e a corrupção política; os governos, de pouca duração, não conseguiam debelar a crise. O apelo à “ordem”, ao nacionalismo e à salvação da Pátria eram constantes, clamando-se por um ditador⁴⁰.

³⁸ Sobre este assunto, ver: Alice Samara, “A Noite Sangrenta”, in PAÇO, António Simões do (coord.) (2004), *Factos Desconhecidos da História de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest S.A., pp.242-251.

³⁹ Cf. José Mattoso (dir.), Rui Ramos (coord.) (1994), *op. cit.*, p.649.

⁴⁰ Cf. Alberto Vieira (coord.) (2001), *História da Madeira*, Funchal, Editorial Eco do Funchal, p. 312.

No início do novo regime estabelecido em 1926, ainda houve alguma instabilidade política, com diferentes ideologias na luta pelo poder. Em causa estavam os ideais de republicanos conservadores, defendendo uma ditadura com ligação aos membros dos antigos partidos; de monárquicos e integralistas, que pretendiam o regresso a um regime monárquico e, ainda, de militares conservadores, a pretender uma Ditadura liderada pelo Exército. O historiador Alberto Vieira (2001) afirma que o regime procurou “silenciar os opositores através da censura aos jornais, livros, revistas, rádio e cinema e da criação de uma polícia política”⁴¹. Uma medida de controlo da informação, aos órgãos de comunicação social, “estabelecida em 22 de junho de 1926, pelo governo de Gomes da Costa, e manteve-se até ao 25 de abril de 1974”⁴².

Dois anos após a instauração da ditadura, a 27 de abril de 1928, António de Oliveira Salazar (1889-1970) entra para o Ministério das Finanças, e estabelece uma política de controlo de despesa sobre os diferentes ministérios. O novo Ministro das Finanças consegue equilibrar as contas públicas e devolver a estabilidade económica ao país. Em 1932, Salazar assume a chefia do governo, e inicia-se um novo período em Portugal, com a institucionalização do Estado Novo, após aprovação e entrada em vigor da nova Constituição, a 11 de abril de 1933.

No mesmo ano de 1932, foi criada a União Nacional, uma organização política para apoio ao regime ditatorial. Salazar convidou os monárquicos a colaborar com a União Nacional, deixando claro a improbabilidade de regressar ao regime monárquico. Perante as evidências, muitos monárquicos aderiram ao Estado Novo, chegando a fazer parte da União Nacional. Contudo, ainda houve alguns dissidentes, nomeadamente os integralistas, que iriam permanecer na oposição política militante e criar um movimento⁴³. Com efeito, ainda em 1932, surge o Movimento Nacional-Sindicalista (MNS), de inspiração fascista, sob a liderança carismática de Francisco Rolão Preto. Mais tarde, o grupo acabará por ser neutralizado por Salazar, como veremos, mais adiante, neste trabalho.

⁴¹ *Idem*, p.313.

⁴² *Idem*.

⁴³ Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”, *Análise Social* vol. XVIII, N.º.70 - 1.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 174-175.

2.4 Consolidação do Estado Novo e início da Guerra Colonial

Na década de trinta do século XX, consolida-se o regime do Estado Novo, com a aprovação da Constituição de 1933 e com as políticas que então foram implementadas. Entre essas medidas, foram criadas milícias de suporte ao regime, tais como:

- Em 1933, o estabelecimento da Polícia de Defesa e Vigilância do Estado (PVDE) que, a partir de 1945, passou a chamar-se Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e, que em 1969, passa a ter a denominação de Direção-Geral de Segurança (DGS), extinguida em 1974, com a Revolução de 25 de abril;

- A Mocidade Portuguesa, instituída pelo Decreto-Lei nº 26.661, de 19 de maio de 1936, destinava-se às camadas jovens da população, dos sete aos catorze anos, cujos objetivos fundamentais eram os de promover a educação moral, a devoção à Pátria e o gosto pelo dever militar, sendo de carácter obrigatório;

- A Legião Portuguesa, criada a 30 de setembro de 1936, pelo decreto-lei 27058, uma organização milicianista nacionalista e anticomunista, constituída por voluntários, de ambos os sexos, com mais de 18 anos de idade. A esta milícia do Estado nos referimos, com outro detalhe, no terceiro capítulo deste trabalho, visto AFB ter sido legionário.

O Estado exercia o seu poder e controle através destas organizações, mediante repressão política, além da censura que já era feita aos órgãos de comunicação social. Mais: de acordo com o historiador José Manuel Garcia (1981), “as afinidades do Estado Novo com o *Reich* alemão e o Estado Fascista italiano eram numerosas e assentavam basicamente em princípios repressivos”⁴⁴. O mesmo autor expõe os ideais de Salazar nos seguintes moldes:

A ideologia que o norteou, e aos seus mais próximos colaboradores, é integrável num sentido amplo dentro do movimento fascista, mas de uma forma mais precisa resultou da convergência dos princípios integralistas, católicos, tradicionalistas, puramente fascistas e, enfim, uma índole profundamente reacionária, que negava qualquer transigência com o liberalismo ou o socialismo⁴⁵.

De salientar que, para divulgação da ideologia do Estado Novo, foi criado, em 1933, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)⁴⁶, dirigido pelo jornalista António Ferro. A propaganda política do regime valorizava a tradição portuguesa. O homem

⁴⁴ José Manuel Garcia (1981), *História de Portugal. Uma visão global*, Lisboa, Editorial Presença, p. 242.

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ O SPN foi criado pelo Decreto-lei nº 23 054, de 25 de setembro de 1933. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1933/09/21800/16751676.pdf> (consulta em 21-02-2022).

escolhido por Salazar era admirador do fascismo, desde a década de 1920, e estava ligado a correntes futuristas e modernistas. Por conseguinte, Ferro concilia a tradição com as novas correntes artísticas, numa nova conceção da tradição. O SPN coordenava a imprensa do regime, dirigia os serviços de censura, organizava festividades para as classes populares e outras atividades destinadas às elites, fomentando também as relações culturais com outros países. Muitos intelectuais e artistas foram convocados para a execução destas tarefas. Os temas de carácter etnográfico e folclórico eram valorizados e mereceram uma maior atenção⁴⁷. Assim, o foco principal do SPN era a identidade nacional. Para a sua concretização, era necessário elevar o espírito dos portugueses, no sentido de valorizar a sua cultura. Procurava-se os traços mais singulares e pitorescos do povo. O regime defendia a existência de um estilo próprio, português, impondo um padrão clássico, que os artistas ao serviço do SPN teriam de trabalhar, no seu processo criativo. Procurava-se representar os elementos característicos de um país rural, estando em harmonia com os princípios: «Deus», «Pátria», «Autoridade», «Família» e «Trabalho». As palavras «história», «folclore» e «arte popular» eram utilizadas para inspirar os artistas. Ferro implementa, assim, uma política cultural designada de a «política do espírito», mobilizando a imprensa, a literatura, a arte, o cinema, o teatro e a radiodifusão, como meios fundamentais à ação do SPN. Entre as múltiplas iniciativas deste organismo contam-se diversas exposições de “Arte Moderna” (Escultura e Pintura); participações em grandes Feiras Internacionais (Paris, em 1937; Nova Iorque e São Francisco, em 1939) e organização da Exposição do Mundo Português (1940). Em 1944, o SPN passou a Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)⁴⁸.

No ano de 1933, Salazar teve de lidar com a oposição do Movimento Nacional-Sindicalista, representado pelo seu líder Francisco Rolão Preto. Em novembro desse ano, dá-se uma cisão no MNS, que acaba por ser extinto por Salazar, em meados de 1934. Neste quadro, muitos dos seus membros aderem ao Estado Novo, integrando a União Nacional, enquanto outros são forçados ao exílio. Quanto a AFB, que também tinha aderido ao MNS, decide apoiar Salazar e abraça o Estado Novo. Esta vertente de

⁴⁷ Cf. Francisco Carlos Palomanes Martinho (2007), “O Pensamento Autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações”, *Locus – Revista de História*, vol. 13, Nº.2, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, p.24.

⁴⁸ Sobre o SPN, ver: Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (1996b), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Venda Nova, Bertrand Editora, pp. 893-896.

AFB, bem como algumas movimentações do MNS abordaremos, com outro pormenor, no terceiro capítulo deste trabalho.

Entre 1939 e 1945, decorreu a Segunda Guerra Mundial, tendo o Governo Português declarado neutralidade, que manteve durante o conflito. Após a Guerra, os regimes totalitários são condenados e prevalecem as democracias. Em Portugal, no entanto, o governo de ditadura consegue manter-se no poder, apesar de aumentarem as atividades da oposição ao salazarismo, que viam uma oportunidade de mudança de regime. Segundo afirma Alberto Vieira (2001):

A derrota do fascismo e do nazismo, no final da 2ª guerra mundial, criou algumas dificuldades à Ditadura portuguesa, mas não foi suficiente para pôr-lhe fim. O clima de histeria anticomunista, que se seguiu à guerra (o regime português apresentava-se como ferozmente anticomunista) e o divisionismo nas fileiras da Oposição, a adesão de Portugal à NATO, no ato de fundação em 1949 e a entrada para a ONU, em 1955, proporcionaram condições para a sobrevivência do Estado Novo. As muitas tentativas para derrubá-lo fracassaram até 1974⁴⁹.

Contudo, o regime ditatorial seria abalado a partir de 1961, naquele que ficou conhecido como o *annus horribilis* para Salazar, com múltiplos acontecimentos a marcar o início do fim do Estado Novo. Com efeito, o ano (de 1961) começou de forma dramática, logo em janeiro, com o sequestro do paquete Santa Maria, liderado por Henrique Galvão, numa tentativa de protestar contra os regimes ditatoriais vigentes nos países ibéricos⁵⁰. No dia 4 de fevereiro, ocorreu a primeira revolta em Luanda, em que militantes do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) tentaram tomar de assalto esquadras de polícia. No mês seguinte, em março, ocorreram ataques à população branca, em zonas isoladas, desencadeados pelo movimento independentista da UPA (União das Populações de Angola, mais tarde denominada FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola). Estes acontecimentos iriam confluir para uma guerra colonial de treze anos, de confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas colónias (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), que ditaria o fim do Estado Novo, a 25 de abril de 1974.

⁴⁹ Alberto Vieira (coord.) (2001), *op. cit.*, p.313.

⁵⁰ Entre 21 e 22 de janeiro de 1961, um grupo de revolucionários portugueses e espanhóis, chefiado pelo capitão Henrique Galvão, toma de assalto o navio de passageiros português “Santa Maria”, a que foi dado o nome de “Operação Dulcineia”. Tinham por objetivo fundamental chamar a atenção da opinião pública internacional, para os regimes ditatoriais vigentes nos países ibéricos, provocando, assim, uma crise política. Porém, não conseguiram ter sucesso nos seus intentos.

A guerra colonial começou no ano anterior ao do falecimento de AFB. Todavia, salientamos no seu percurso de vida, as duas viagens, realizadas às províncias ultramarinas portuguesas em África, em 1957 e em 1959, na qualidade de jornalista e diretor da *Revista Portuguesa*. Uma notícia publicada naquele órgão dá conta de tais jornadas:

Em meados de 1959 partiu para as Províncias Ultramarinas de S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique o nosso Diretor, Sr. Visconde do Porto da Cruz, que ali foi expressamente para colher «in loco» os elementos necessários para a organização de alguns números especiais da «Revista Portuguesa», como já em 1957 fizera em relação à Província de Cabo Verde.⁵¹

Com efeito, destas viagens resultaram várias reportagens, em diversas línguas (português, inglês, francês e alemão), ilustradas e publicadas em três números da *Revista Portuguesa*, dedicados às antigas colónias portuguesas do Ultramar. Assim, em maio de 1957, sai um número especial dedicado a Cabo Verde, ao qual o periódico *Correio das Ilhas* se referiu nestes termos:

O espírito dinâmico do sr. Visconde do Porto da Cruz acaba de dar a lume o n.º 80 da «Revista Portuguesa», número especial dedicado às Ilhas de Cabo Verde, em que se afloram todas as realizações e aspirações daquelas importantes parcelas que fazem parte do território pátrio.

Textos em Português, francês, inglês e alemão, dão conta de todos os aspetos da vida económica, política e social das Ilhas onde começa o ultramar português, iluminadas – é o termo – com esplendidas fotos realçadas em bom papel couché, constituindo no seu todo uma magnífica realização, tanto sob o ponto de vista jornalístico-literário, como também gráfico.⁵²

A segunda viagem, empreendida em 1959, foi dividida em duas etapas, depois publicada na *Revista Portuguesa*, de junho de 1960, n.º 87 - primeira etapa; e de fevereiro de 1961, n.º 88 - segunda etapa. Na primeira etapa, o itinerário traçado foi de Lisboa, Funchal, S. Tomé, Lobito, Benguela e Moçâmedes. A segunda etapa, o roteiro seguido foi de Lourenço Marques (Moçambique), Moçâmedes, Benguela, Luanda, S. Tomé, Funchal, Lisboa. Destaca-se o importante trabalho realizado na época, que dá a conhecer aspetos distintos sobre aqueles territórios, como economia, paisagens, personalidades ilustres e cultura, entre outros, além de incluir informações úteis para o viajante que pretendesse visitar as Províncias Ultramarinas portuguesas.

⁵¹ “Visconde do Porto da Cruz”, *Revista Portuguesa*, junho de 1960, N° 87, Aveiro, Tip. A Lusitânia, [n.p.].

⁵² “De «Correio das Ilhas»”, *Revista Portuguesa*, maio de 1957, N° 80, Aveiro, Tip. A Lusitânia, [n.p.].

2.5 Contexto político, social e cultural na Madeira

Nos finais do século XIX, e primeiras décadas do século XX, vivia-se no Arquipélago da Madeira uma crise generalizada, em termos económicos, financeiros e sociais⁵³. Havia muita pobreza e miséria, a produção de bens alimentares era escassa, ainda existia uma grande dependência da importação de cereais e de outros produtos, os ingleses dominavam em todos os sectores produtivos e comerciais, além do centralismo de Lisboa. A agravar a difícil situação financeira do arquipélago, a Madeira, desde 1852, foi perdendo para as Canárias várias carreiras de navios, que eram para ali desviadas, devido ao seu porto ser mais moderno e eficiente. Segundo Rui Nepomuceno (2010), “A tudo isto juntava-se a corrupção, o compadrio e o descrédito que minavam quase todos os partidos burgueses locais e continentais, enquanto as populações rurais e urbanas viviam com pesados sacrifícios e fortemente exploradas pelos senhorios e por outros detentores dos meios de produção, na sua maioria ingleses”⁵⁴.

Neste contexto de crise económica, social, moral e de pobreza generalizada, o Partido Republicano ganhava cada vez mais adeptos, chegando a eleger o deputado republicano Manuel Arriaga pelo círculo da Madeira, nas eleições de 26 de novembro de 1882.

Ainda em finais do século XIX, começou a luta pela autonomia, tal como sucedia nos Açores. Os debates pelos interesses madeirenses iniciaram-se no *Patriota Funchalense*, o primeiro periódico surgido na Madeira, em 1821. A imprensa periódica representava um importante meio de difusão doutrinal e de combate político. Deste modo, a reivindicação da autonomia da Madeira prosseguiu em vários órgãos da imprensa, que foram surgindo na Ilha. Em 1901, foi decretada a autonomia administrativa da Madeira. A mesma autonomia já tinha sido aprovada para os Açores em 1895⁵⁵.

Em outubro de 1910, a notícia da proclamação da República no Continente foi recebida com alegria e esperança, pela maioria da população madeirense. No Funchal, a bandeira republicana foi hasteada no dia 6 de outubro de 1910, no Palácio de S.

⁵³ Para contextualizar e compreender os acontecimentos ocorridos na Madeira, na primeira metade do século XX, foram fundamentais os trabalhos de Alberto Vieira (2001), Rui Carita (2020) e Rui Nepomuceno (2003 e 2010), além dos contributos de autores da época, César A. Pestana (1985), Abel Marques Caldeira (2007, 3ª ed.) e do próprio VPC (1953b). Estes livros e estudos estão indicados na Bibliografia.

⁵⁴ Cf. Rui Nepomuceno (2010), “A Primeira República na Madeira”, *Islenha*, Nº 47, Funchal, DRAC, pp. 46.

⁵⁵ *Idem*, p.60.

Lourenço, seguindo-se de comemorações pelas ruas da cidade. No meio rural, a adesão à República foi mais demorada⁵⁶.

Com o novo regime, o povo tinha expectativas de melhorias económicas e mais Autonomia para a Madeira, porém, estas foram-se desvanecendo. O sector económico permanecia estagnado, com um sistema de produção obsoleto. A população rural continuava a ter uma vida miserável, estando por resolver os contratos de Colonia, que ainda vigoravam. Também as medidas anticlericais, aplicadas na Madeira, tal como ocorrera na metrópole, provocaram desagrado, com a expulsão das Ordens Religiosas e apreensão de edifícios (entre os quais, o Colégio dos Jesuítas, passando a ser um quartel militar e o Convento das Mercês transformado em cadeia)⁵⁷.

A situação agrava-se com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, que trouxe mais dificuldades económicas e financeiras, tendo piorado os problemas sociais e condições de vida da população. Atente-se às constatações do historiador Alberto Vieira (2001) sobre este período:

A mobilização militar, os elevados custos da guerra, o agravamento da situação económica e financeira e o inevitável aumento de impostos, a desvalorização da moeda e a consequente subida dos preços, originaram o descontentamento geral.

As dificuldades no transporte de mercadorias, nomeadamente dos alimentos, por causa da insegurança dos mares com a guerra, penalizaram muito mais os madeirenses, sempre dependentes do abastecimento externo⁵⁸.

Também o historiador Rui Carita (2020) caracteriza esse tempo de dificuldade insular:

A situação da Madeira no domínio das subsistências entrará, a partir destas datas, numa fase grave, passando a haver mesmo fome. A ilha estava longe de produzir o suficiente para a sua subsistência, dependendo essencialmente dos transportes marítimos, pelo que, mesmo com todos os perigos que o mar alto oferecia, não havia outra hipótese de sobrevivência senão assumir os riscos⁵⁹.

Para agravar ainda mais a situação, no decorrer da Primeira Guerra Mundial, o Funchal foi bombardeado por submarinos alemães, em duas ocasiões, provocando vários mortos, feridos e estragos em diversos pontos da cidade. O primeiro ataque aconteceu no dia 3 de dezembro de 1916, e o segundo ocorreu a 12 de dezembro de

⁵⁶ “Em Santana, a República só foi proclamada a 1 de fevereiro de 1911 (...). No Estreito de Câmara de Lobos, tal só viria a acontecer no mês seguinte”. Cf. Alberto Vieira (coord.) (2001), *op. cit.*, p.287.

⁵⁷ Cf. Alberto Vieira (coord.) (2001), *op. cit.*, p.288 e Rui Nepomuceno (2010), p.60.

⁵⁸ Alberto Vieira (coord.) (2001), *Idem*.

⁵⁹ Rui Carita (2020), *História da Madeira, Século XX, O Caminho para a Autonomia*, Vol. VI, Funchal, Imprensa Académica, p. 72.

1917. Nesta conjuntura, na Madeira, tal como sucedia no país, ansiava-se por mudanças que melhorassem a vida da comunidade, em todas as áreas. Assim, a Revolução de 5 de dezembro de 1917, e consequente subida de Sidónio Pais ao poder, vinha fazer renascer a esperança dos madeirenses. Sidónio Pais era visto como um ‘salvador da Pátria’, e era apoiado por monárquicos, integralistas, republicanos conservadores e católicos insatisfeitos com o anticlericalismo de Afonso Costa. Porém, cedo esmoreceu o entusiasmo na «República Nova» de Sidónio Pais e, o desejo de retorno à «República Velha», o que viria a acontecer, com o assassinato do ditador, em dezembro de 1918⁶⁰.

A partir de 1920, a luta pela autonomia da Madeira ganhou novo entusiasmo, aspirando-se uma maior autonomia económica e administrativa⁶¹. Na base das reivindicações autonomistas madeirenses estavam o desapontamento com a Primeira República e o seu pouco interesse na resolução dos problemas da Madeira, as medidas de sobrecarga tributária e o agravamento da crise económica e financeira, evidenciada durante a Primeira Guerra Mundial. Em relação a estes anseios autonomistas, Alberto Vieira (2001) afirma:

A «questão das subsistências», que agora se colocava de modo mais evidente, com o agravamento da dependência económica da Madeira em relação ao exterior e o aumento do custo de vida, provocados pela guerra, a que se juntavam a repressão sobre as forças republicanas e a censura aos jornais a elas afetos, suscitaram uma renovada vontade de afirmar a necessidade de uma maior autonomia para a Madeira⁶².

Neste quadro, um grupo de madeirenses aproveitou as comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira, para despertar as reivindicações independentistas. O debate pela autonomia foi assumindo variadas matrizes, uns defendiam a descentralização política e administrativa, outros focavam-se no aspeto económico e financeiro, e havia até quem defendesse a criação de um Partido Regionalista, como o Padre Fernando Augusto da Silva, por exemplo, que se movimentou nesse sentido, no verão de 1923. Segundo Rui Nepomuceno (2003):

[...] estes madeirenses, que criavam doutrina em volta do problema da Autonomia, ou eram banqueiros e abastados comerciantes ou figuras conservadoras e já influenciadas pelas correntes autoritárias dos nacionalismos ou então quadros republicanos, mas ligados aos interesses da burguesia do Arquipélago. Daí que a

⁶⁰ *Idem*, pp.78-79, Alberto Vieira (coord.) (2001), *op. cit.*, p.293 e Rui Nepomuceno (2010), *op. cit.*, p.56.

⁶¹ Sobre a questão da Madeira e Autonomia, ver: Alberto Vieira (2001), *op. cit.*, pp.292-293, Rui Carita (2020), *op. cit.*, pp. 94-103 e Rui Nepomuceno (2003), “Uma Perspetiva da História da Madeira”, Funchal, Editorial Eco do Funchal, pp. 262-278.

⁶² Alberto Vieira (coord.) (2001), *op. cit.*, pp. 292-293.

sua mensagem fosse escutada com desconfiança pelos sectores operários e populares, galvanizados pela esperança e pelas conquistas da Revolução Russa de 1917 e que não viam os seus interesses de classe defendidos por uma Autonomia de raiz burguesa; antes temiam que o centralismo do Terreiro do Paço fosse substituído por outro modelo mais sofisticado, mas no fundo, também centralista e antidemocrático⁶³.

Em finais de 1923, reacenderam-se as propostas autonomistas, e “surgiu também um novo movimento com base num sector mais conservador e que passou a utilizar o termo *regional*, em vez de *autonómico*”⁶⁴. Publicavam artigos com essa temática, no *Jornal da Madeira*, sendo Luís Vieira de Castro o motor desse novo conceito de descentralização. A luta pela Autonomia da década de 1920 ficaria, contudo, pela retórica, voltando a dependência do poder de Lisboa⁶⁵. De salientar que o Visconde do Porto da Cruz foi um acérrimo defensor do regionalismo, chegando a fundar no Funchal, em 1928, o semanário *Independência*, para debater e defender os interesses da Madeira e dos madeirenses⁶⁶. Mais tarde, terminada a publicação do *Independência*, ainda publicou n’ *O Jornal*, em 1930, diversos textos de teor regionalista⁶⁷.

Quando se deu o golpe militar, a 28 de maio de 1926, existia na Madeira um sentimento de descrédito no regime democrático republicano, tal como acontecia na metrópole, que foi aproveitado pelas forças conservadoras, monárquicas e católicas, reivindicando um regime político corporativo. Com o golpe de 28 de maio, segue-se um período de Ditadura Militar que, como já referimos, ficou marcada por alguma instabilidade, até à chegada de Salazar ao poder, em abril de 1928, como Ministro das Finanças. Pouco tempo depois, os efeitos da grande crise económica mundial, iniciada em 1929, nos Estados Unidos, fazem-se sentir na Madeira, com a falência das casas bancárias “Henrique Figueira da Silva” e o “Banco Sardinha & C.”, causando prejuízos na economia madeirense e em muitos depositantes que perderam as suas poupanças⁶⁸.

⁶³ Rui Nepomuceno (2003), *op. cit.*, p.276.

⁶⁴ Rui Carita (2020), *op. cit.*, p. 100. Sublinhado do autor.

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ O semanário *Independência* iniciou a sua publicação a 10 de junho de 1928, no Funchal, sob a direção de A. de Freitas Branco (Visconde do Porto da Cruz). A publicação foi interrompida no nº 37, a 26 de março de 1929. No dia 1 de novembro de 1929, reapareceu, com o nº 38, e o último número saiu no dia 15 desse mês. Sobre o semanário *Independência*, ver o nosso artigo: Sílvia Gomes (2018), “Uma perspetiva sobre a vida sociocultural no Funchal, pelo Visconde do Porto da Cruz – Uma primeira abordagem ao semanário *Independência* (1928-1929)”, in SALGUEIRO, Ana e SANTO, Duarte (coords.) *Translocal – Culturas Contemporâneas Locais e Urbanas*, nº. 1, Funchal, Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, pp. 100-109.

⁶⁷ A este propósito, ver os seguintes artigos do Visconde do Porto da Cruz, publicados em *O Jornal*: “Regionalismo” (nº. 1123, 14-11-1930) e “A Defesa da Madeira” (nº. 1131, 23-11-1930)

⁶⁸ Cf. Alberto Vieira (2001), *op. cit.*, pp.314-315.

A 26 de janeiro de 1931, o Governo promulgou um decreto concedendo o monopólio da importação de cereais a um grupo de moageiros madeirenses, causando indignação popular e levando a uma greve dos estivadores do porto do Funchal, no dia 6 de fevereiro e assaltos às moagens, pela população. Estes acontecimentos estiveram na origem da Revolta da Madeira, que eclodiu a 4 de abril de 1931, e que contou com a participação de militares destacados e deportados na Ilha, que procuravam combater o salazarismo. Do lado dos revoltosos estava a Maçonaria, o Partido Comunista Português, o movimento operário e sindical, e os partidos republicanos Esquerda Democrática e União Liberal. No outro lado da batalha estava a maioria dos monárquicos e dos membros do Centro Católico Português, apoiantes de Salazar, no combate contra aquela Revolução na Madeira. Ainda na mesma década de 1930, dá-se outro tumulto popular, em agosto de 1936, contra a legislação nacional, instituindo o monopólio do leite na Junta de Lacticínios. Esta passava a controlar o fabrico da manteiga e a comercialização do leite, em prejuízo dos particulares que exerciam essa atividade⁶⁹. Os madeirenses seriam penalizados depois destes motins, na medida em que Salazar não esqueceu as rebeliões populares dos anos trinta, chegando a aplicar pesados impostos, e a fazer censura aos meios de informação, sujeitos a um regime autoritário e centralista, segundo afirma Rui Nepomuceno (2003), asseverando que a classe operária e os camponeses “privados do direito de se organizarem em associações ou sindicatos livres, foram também condicionados ao medo, à ignorância e sobretudo a situações de exploração de miséria”⁷⁰

No ano de 1939 e princípios do seguinte, as condições de vida dos madeirenses agravaram-se, devido ao início da Segunda Guerra Mundial. Embora Portugal tenha mantido a neutralidade perante o conflito, a Madeira foi a mais afetada das terras portuguesas. O sector do turismo, importante fonte de receita para a economia insular, foi o mais prejudicado, devido à diminuição da navegação marítima, sobretudo inglesa, que era a que mais contribuía para o movimento do porto do Funchal.⁷¹ Contudo, apesar das dificuldades, Alberto Vieira (2001) observa que a economia da Ilha beneficiou com a chegada de refugiados gibraltinos, que fugiam dos bombardeamentos a que Gibraltar foi alvo durante a guerra. A imprensa da época referiu o aumento do movimento nas

⁶⁹ Sobre as Revoltas ocorridas na Madeira, na década de 1930, ver: Alberto Vieira (2001), *op. cit.*, pp.351-361 e Rui Nepomuceno (2003), *op. cit.*, pp. 279-294.

⁷⁰ Rui Nepomuceno (2003), *op. cit.*, p. 295.

⁷¹ Sobre os efeitos da Segunda Guerra Mundial na Madeira ver: Alberto Vieira (2001), *op. cit.*, pp.332-333.

ruas e nos cafés do Funchal, os passeios em “carros-de-bois” e automóveis, a amabilidade dos madeirenses para com os estrangeiros e o reconhecimento dos gibraltinos, em donativos, organização de festas de caridade, e outras ajudas aos pobres da Madeira, em maior número, devido à guerra⁷².

Verifica-se, assim, que apesar de algumas adversidades, a década de 1940 trouxe alguns progressos aos madeirenses. Aliás, até à década de 1950 e, inclusive, para apaziguar o desânimo generalizado, o Estado Novo investiu em Obras Públicas, nomeadamente, na ampliação do porto do Funchal, em melhoramentos nos Correios e Comunicações, na construção do Aeroporto, em obras no sector energético, no incremento de levadas de rega e na construção de redes viárias, melhorando as ligações entre as várias localidades da Ilha⁷³.

De 1950 a 1970, há a assinalar o fenómeno de emigração massiva, chegando a causar decréscimo da população e algum despovoamento, sobretudo nos campos. Tal acontecimento estaria associado a situações de exploração e à miséria, levando muitos madeirenses a procurar melhores condições de vida⁷⁴.

A nível cultural, na primeira metade do século XX, numa vertente erudita, verificou-se um movimento profícuo de intelectuais, escritores, poetas, romancistas e jornalistas, que contribuíram com os seus trabalhos para o fomento da literatura madeirense.

No período da Primeira República, ganha destaque uma geração de intelectuais madeirenses, constituída por escritores, jornalistas, militares, médicos e advogados, que voltavam para a Ilha, após concluir os estudos em Lisboa. Estes homens formaram grupos, reunindo-se em clubes, tertúlias literárias, ou instituições culturais, onde trocavam ideias sobre diferentes assuntos, desde política, literatura, arte, entre outros, evidenciando já uma preocupação com a situação cultural madeirense. Também conhecida como a Geração do Cenáculo, os intelectuais madeirenses da época fomentaram o gosto pelas tertúlias literárias, sendo uma das mais consagradas na ilha, a do Grupo do Centenário, que depois passou a *Cenáculo*⁷⁵. Desta tertúlia surgiu a ideia

⁷² Cf. Alberto Vieira (2001), *op. cit.*, p. 332.

⁷³ Cf. Rui Nepomuceno (2003), *op. cit.*, p. 300.

⁷⁴ *Idem*, pp. 295-296.

⁷⁵ Sobre as tertúlias literárias que se formaram na Madeira, na primeira metade do século XX, ver: VPC (1953b), *op. cit.*, pp. 12-15 e as publicações de César A. Pestana (1985), *A Madeira Cultura e Paisagem*, Funchal, SRTC, DRAC, pp.27-35; *Idem*, “Academias e tertúlias da Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. II, n.º 12 (maio-junho), 1952, Funchal, Sociedade de Concertos da Madeira, pp. 35-36 e *Idem*, “O cenáculo: Academias e tertúlias da Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. VIII, n.º 38 (Ano XVIII), 1968, Funchal, Sociedade de Concertos da Madeira, pp. 21-23.

das comemorações do V Centenário da Descoberta da Madeira⁷⁶, daí resultando a obra *Elucidário Madeirense*, coordenada pelo padre Fernando Augusto da Silva, importante estudo ainda hoje referenciado. Segundo César A. Pestana (1985), esta tertúlia “era constituída na sua maioria pelos nossos melhores valores mentais – tudo pessoas categorizadas que desfrutavam de grande prestígio na vida intelectual e social da Madeira, graças aos cargos que exerciam no ensino, no clero, no funcionalismo e no foro”⁷⁷. Com efeito, o *Cenáculo* era presidido pelo major João dos Reis Gomes, distinto professor, escritor e diretor do *Heraldo da Madeira* e do *Diário da Madeira*, órgãos officiosos da agremiação. Faziam ainda parte do *Cenáculo*, entre outros, o tenente Alberto Artur Sarmiento e o padre Fernando Augusto da Silva.

O grupo do *Cenáculo* reunia no hotel Golden Gate, à porta fechada, numa sala privada. Ali discutiam diversas questões de interesse para a vida do Funchal, sendo a opinião deste clube muito valorizada pelas autoridades oficiais, que o consultava, com frequência. Chegavam, até, a lançar os novos valores na literatura e na arte, que dependiam da sua aprovação. Era, contudo, um grupo muito restrito, com poucos membros, guiado por uma disciplina rígida, com uma hierarquia (os efetivos e os correspondentes), sendo vedado a qualquer intelectual não convidado ou previamente aprovado. Sobre esta prática, o Visconde do Porto da Cruz relata, nas suas *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira* (1953):

Em volta do «Cenáculo» apareciam *curiosos* que não se afoitavam a aproximar-se de centro tão restrito, onde, especialmente, Reis Gomes e o Padre Fernando da Silva, não viam com bons olhos o advento de novos valores e por isso nem os animavam com um convite amável para tomar parte nas reuniões do «pagode» e até os afastavam fazendo por desiludi-los!⁷⁸

O mesmo afirmou César A. Pestana (1985), constatando que diversos escritores talentosos jamais conseguiram entrar no grupo, incluindo “o próprio Visconde do Porto da Cruz, ao tempo com uma obra literária muito promissora já, nunca ultrapassou o «átrio» (...) circunstância que se deve atribuir, em parte, ao seu irrequietismo...”⁷⁹.

Assim, formou-se outra tertúlia, mantendo o carácter restrito, formada pelos irmãos Henrique Franco e Francisco Franco, Alfredo Miguéis, João Cabral do

⁷⁶ O *Elucidário Madeirense* dedica cerca de cinco páginas a estas comemorações centenárias. Para conhecer em pormenor os festejos veja-se a entrada: “Quincentenário do Descobrimento da Madeira” in *op. cit.*, pp.163-168.

⁷⁷ César A. Pestana (1985), *op. cit.*, p. 30.

⁷⁸ VPC (1953b), *op. cit.*, p.12.

⁷⁹ César A. Pestana (1985), *op. cit.*, p. 30.

Nascimento e mais tarde o pintor Abel Manta, que participou no grupo durante a sua estadia na Ilha, entre 1924 e 1926. O Visconde do Porto da Cruz acrescenta, ainda, outros nomes que se juntaram ao núcleo inicial: o poeta Jaime Câmara, que acabou por se incompatibilizar com os colegas; o naturalista Adolfo de Noronha e o médico João Francisco de Almada. Reuniam no Golden Gate, onde debatiam temáticas e novas expressões artísticas, nomeadamente, na pintura. Promoveram a Primeira Exposição de Pintura e Escultura Moderna no Funchal, em 1922 e foram responsáveis pela fundação do Museu Municipal, que ficou sob a direção de Adolfo de Noronha. De referir ainda que muitos deles tiveram uma profícua produção literária e artística, com projeção fora da ilha, por exemplo, nomes como João Cabral do Nascimento, no campo das letras, e Francisco Franco, na escultura.

Outro grupo que se formou foi “Os Cinco Artistas Vagabundos”, composto por jovens intelectuais, universitários e escritores: Alfredo de Freitas Branco, Álvaro Manso de Sousa, João Cabral do Nascimento, Luís Vieira de Castro e Rodolfo Ferreira. Mais tarde, juntaram-se a este núcleo Ernesto Gonçalves e António da Cunha de Eça. No verão de 1916, o grupo publicou, no *Diário da Madeira*, sob nomes fictícios, um folhetim intitulado “Novela romântica e burlesca de cinco artistas vagabundos. Contada por cinco artistas absurdos e todos verdadeiros”. Estes jovens escritores, certamente influenciados por novas correntes estéticas e ideológicas, que testemunharam no continente português, onde estudavam, apresentam um folhetim de carácter extravagante e irreverente, de acordo com a proposta de leitura de Ana Salgueiro Rodrigues (2012):

Assim, no verão de 1916, a viagem de regresso destes intelectuais à sua ilha fê-los levar consigo as reflexões e problemáticas que, no seio das tertúlias metropolitanas, lhes haviam sido suscitadas. Pela via ficcional dos seus folhetins (com tudo o que isto implicava de novo e irónico nos sistemas culturais insular e português), encenam no *Diário da Madeira* um processo de criação literária, de desdobramento autoral e de questionação estético-ideológica que, de facto, acompanhou a vanguarda modernista portuguesa, nomeadamente as propostas divulgadas pela revista *Orpheu* e pelos autores a ela associados⁸⁰.

⁸⁰ Cf. Ana Salgueiro Rodrigues (2012), “Arte Moderna em tempos de Guerra (Madeira, 1916). Uma periferia insular questiona o centro”, Anuário 2012 do CEHA, Funchal, CEHA, p. 273. A investigadora contextualiza e interpreta, a criação literária do grupo de jovens estudantes madeirenses, de férias no Funchal, terminado o ano académico, no verão de 1916. Segundo a autora, a narrativa “marcada por um registo irónico e provocatório” (*Idem*, p. 267), teria causado alguma perturbação no meio intelectual insular: “A receção perturbadora do folhetim, no verão madeirense de 1916, compreende-se, se tivermos em consideração que, nesse pacato diário insular, os jovens criadores dessa narrativa (...) deram forma a um perfil autoral inusitado e abordaram temáticas que, tendo em conta o contexto político, social, religioso e económico da ilha e de Portugal, eram, de facto, novíssimos e algo irreverentes” *Idem*, p. 271.

Outros pequenos grupos foram animando a cidade funchalense, ligados sobretudo à literatura e às artes plásticas, enquadrando-se num ambiente onde imperava o sentimento regionalista. Foram também publicando artigos na imprensa periódica madeirense e contribuindo para o fomento da literatura, do jornalismo e das artes do arquipélago. Também é importante salientar o impacto que estes grupos tiveram na vida pública madeirense, na criação de instituições como o já referido Museu Municipal, a que acrescentamos a Escola de Belas Artes no Funchal, em 1913, iniciativa do grupo do Visconde da Ribeira Brava⁸¹.

A par destes movimentos artísticos e literários surgiram na Madeira iniciativas de revistas culturais, como as revistas *A Esperança* (1902); *Arquivo Histórico da Madeira* (1931); *Ilustração Madeirense* (1929); *Revista Portuguesa* (1941) e *Das Artes e da História da Madeira* (1950), entre outras publicações. Na verdade, a imprensa periódica servia também para os escritores divulgarem os seus trabalhos constituindo, assim, um importante meio de divulgação da produção cultural insular elitista da época.

A vida cultural dos funchalenses fez-se também em torno dos teatros e das salas de cinema. Ao longo da primeira metade do século XX, o Funchal foi palco de diversas manifestações artísticas, nas suas salas de espetáculos, com exhibições de teatro, música e cinema.

No campo da música, verificou-se um grande movimento, tanto nos espaços culturais então existentes, como em talentos nascidos na ilha, que se destacaram, chegando a alcançar projeção internacional, como foi o caso do tenor Nuno Lomelino Silva, tendo sido apelidado de “Caruso português”. Entre os vários grupos musicais existentes destaca-se, a título de exemplo, a atuação de Manuel dos Passos Freitas, um advogado natural do concelho da Calheta, na fundação de dois grupos musicais, que obtiveram grande sucesso: a tuna de bandolins Dr. Passos Freitas e o grupo de canto coral Orfeão Madeirense⁸².

O Funchal era uma cidade cosmopolita, um porto de entrada e de saída para muitos visitantes estrangeiros, que chegavam a permanecer na ilha por longos períodos. Para entreter os forasteiros, que passavam temporadas na Madeira, organizavam-se diversos saraus, musicais e artísticos, em algumas quintas. Este hábito, que vinha já desde meados do século XIX, prolongou-se até a primeira metade do século XX. A

⁸¹ Cf. VPC (1953b), *op. cit.*, p. 13.

⁸² Cf. Paulo Esteireiro (2008), *50 Histórias de Músicos na Madeira*, Funchal, Associação de Amigos do Gabinete Coordenador de Educação Artística, pp. 38-39. Paulo Esteireiro apresenta, nesta obra, biografias de vários músicos madeirenses, que mais se projetaram, desde a última metade do século XIX.

Quinta Deão era um dos locais onde ocorriam tais encontros culturais, de “elevado nível de qualidade musical, participando neles vários artistas nacionais e estrangeiros”⁸³.

O cinema estava entre as preferências do público, sendo acessível a todos, pobres, ricos, analfabetos e eruditos. Também o teatro era muito frequentado. Neste sentido, o Funchal teve diversas salas de Cinemas e de Variedades, onde se realizavam sessões de cinema e diferentes espetáculos, como bailados, atuações musicais, entre outros. De referir que havia também projeção de filmes em diferentes espaços, menos convencionais. Dos vários espaços então existentes, o Cine Jardim era muito frequentado pelas classes populares e o Cine Victória, o preferido pela colónia estrangeira; o Pavilhão Paris, onde também atuavam grupos de variedades e revistas, exibia as melhores novidades cinematográficas; o Salão Central e o Salão Ideal apresentavam sessões de cinema e espetáculos de variedades; e o Teatro-Circo era considerado um dos melhores locais de diversão funchalense, depois do Teatro Municipal Baltazar Dias⁸⁴, por onde passaram artistas consagrados e diversas companhias de circo e de variedades, tendo funcionado também como sala de cinema⁸⁵.

Apesar do número reduzido de intelectuais, inseridos numa sociedade de contrastes, onde havia muita pobreza e uma alta taxa de analfabetismo, verifica-se que o Funchal teve um considerável movimento cultural, na primeira metade do século XX. Para tal dinâmica terão também contribuído os muitos visitantes estrangeiros que aportavam na cidade funchalense.

⁸³ *Idem*, p. 70.

⁸⁴ O Teatro Municipal Baltazar Dias foi inaugurado oficialmente a 11 de março de 1888, sob o nome de Teatro D. Maria Pia. Ao longo dos anos sofreu diversas alterações na sua denominação: em novembro de 1910 passa a chamar-se Teatro Dr. Manuel de Arriaga, mudando, em janeiro de 1912, para Teatro Funchalense; em 1917, volta a chamar-se Manuel de Arriaga e, finalmente, em 1942, muda o nome para Teatro Municipal Baltazar Dias, que mantém até à presente data.

⁸⁵ Cf. Abel Marques Caldeira (2007), *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX: 1900-1925*, 3ª Edição, Funchal, Editorial Eco do Funchal, pp. 59 a 63.

Capítulo 3 | Formação e desenvolvimento do pensamento político de Alfredo de Freitas Branco

A primeira metade do século XX, a nível político e ideológico, fica marcado pelo surgimento de movimentos de contestação à democracia, como a *Action Française* (AF), um movimento de extrema-direita, nascido em França, tendo como principal animador Charles Maurras, a defender um nacionalismo integral. Este movimento vai influenciar o surgimento, em Portugal, do Integralismo Lusitano, que por sua vez, se irá aproximar do ideário fascista que começava a se formar na Europa. De assinalar, também, a emergência de regimes fascistas e autoritários, na Europa, no período compreendido entre as duas guerras mundiais, nomeadamente, o fascismo fundado por Mussolini, em Itália, e nacional-socialismo, na Alemanha, ou o nazismo de Hitler, que desprezavam a democracia liberal e o Estado de direito. No caso português destaca-se o nacional-sindicalismo, de Rolão Preto, e o regime de ditadura de Salazar.

Tendo vivido nesse tempo, Alfredo de Freitas Branco revelou-se um fervoroso ativista político, colaborando em diversos movimentos revolucionários e ideológicos. Privou com distintas personalidades da sociedade portuguesa de então, e foi seguindo, em diferentes momentos, diversas causas e ideais, acabando por revelar uma natureza multifacetada, como monárquico, integralista, antissemita, regionalista, nacionalista, fascista, nacional-sindicalista e germanófilo.

Neste capítulo, procuramos explorar a formação e o desenvolvimento do seu perfil político e ideológico e conhecer as várias causas que abraçou. cremos poder afirmar que as suas criações literárias terão sido influenciadas pelo seu percurso e experiências de vida. Desta forma, tentamos estabelecer uma articulação entre a sua escrita e o seu pensamento.

3.1 A Causa Monárquica

A Causa Monárquica foi a designação dada à organização política que surgiu, em 1911, como forma de reação à Implantação da República portuguesa e de apoio ao ex-soberano português, D. Manuel II. A organização era dotada de estatutos escritos pelo próprio monarca e funcionava na dependência do lugar-tenente do rei, que nomeava os seus dirigentes nacionais. O seu objetivo fundamental era “disciplinar a ação de todos

os portugueses que se propõem defender e propugnar, pelos meios legalmente consentidos, a restauração da Monarquia em Portugal, na Augusta Pessoa de Sua Majestade El-Rei o Senhor Dom Manuel II”⁸⁶, de acordo com o definido no *Estatuto da Organização Política da Causa Monarchica*⁸⁷, publicado em 1924.

Entre os portugueses que se propunham defender a restauração da Monarquia em Portugal estava Alfredo de Freitas Branco. Monárquico convicto, o futuro Visconde do Porto da Cruz, cedo abraçou a Causa Monárquica, que defendeu ao longo da vida. Uma posição, aliás, que haveria de lhe trazer dissabores, logo nos primórdios da Primeira República, sendo forçado a sair do país e a procurar exílio na Galiza e em França, como analisamos, com outro pormenor, no próximo ponto deste trabalho.

3.1.1 Da Implantação da República portuguesa ao exílio

No dia 5 de outubro de 1910, é proclamada a República em Portugal e destituída a monarquia constitucional vigente. O Rei D. Manuel II sai do país com a família, embarcando na *Ericeira*, no iate real “*Amélia*”. O último monarca português refugia-se primeiro em Gibraltar e depois no Reino Unido, onde permanece até o fim da sua vida.

Quando foi proclamada a República portuguesa, Alfredo de Freitas Branco encontrava-se na Madeira. As manifestações de regozijo na ilha foram escassas, mas, ainda assim, AFB testemunhou e deixou alguns registos, nos quais relata como assistiu às (escassas) comemorações de vitória dos republicanos:

No dia 5 de outubro fui para o “Jardim Pequeno” com o António Forjaz de Sampaio, escondidos por detrás das palmeiras, assistir ao arrear da Bandeira azul e branca para ser substituída, no mastro da Fortaleza de S. Lourenço, pelo novo estandarte verde e vermelho! Foi o velho republicano, Dr. António Augusto Martins, homem sério e idealista sincero, quem teve de desempenhar essa missão e por sinal içou a nova bandeira ao contrário, isto é, com a cor vermelha para o lado do mastro e o verde para fora! Além de umas manifestações de rua, poucos entusiasmos se exteriorizaram nos primeiros dias⁸⁸.

⁸⁶ *Estatuto da Organização Política da Causa Monarchica*, Capítulo I “Da organização e seus fins”, Art. 1.º, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=6014892> (consulta em 03/12/2020). Ver anexo – Figura 6: capa do *Estatuto da Organização Política da Causa Monarchica*.

⁸⁷ A Causa Monárquica acabaria por dar lugar, a partir de 1976, a uma organização independente do chefe da Causa Real Portuguesa. Sobre a este assunto veja-se o sítio da Causa Real na internet, em: https://www.causareal.pt/media/attachments/2020/05/22/cr_historia-da-causa-real.pdf (consulta em 03/12/2020).

⁸⁸ ABM, Espólio do VPC, cx. 8 – Caderno de apontamentos da autoria do VPC: “Dezasseis anos de lutas políticas (1910-1926). Memórias Políticas”, vol. I, fls. 13-14.

Com a Implantação da República, a vida profissional do jovem monárquico fica comprometida: de acordo com as suas memórias, pretendia ser nomeado Aspirante da Alfândega. Tinha feito o curso e concorrido a concurso público àquela função, contudo, segundo afirmou, “em consequência de não aderir à República, devia considerar destruída a [sua] vida pelas Alfândegas...”⁸⁹. Daí, ter decidido viajar para Lisboa e matricular-se no curso de Direito, na Universidade de Coimbra.

Porém, chega à capital num período conturbado do país, decorrente dos últimos acontecimentos políticos, que iriam alterar a vida dos portugueses, a todos os níveis. Com efeito, entre outubro de 1910 e os primeiros meses de 1911, o ambiente era de instabilidade e de insegurança, sobretudo para aqueles que eram considerados opositores do novo regime. A República perseguia a Igreja, confiscando os seus bens, e invalidando todas as referências à religião católica, na vida pública. Os republicanos perseguiram todos aqueles que não aceitavam a nova realidade política, incluindo os monárquicos, principalmente os que estavam ligados a uma direita conservadora. Com efeito, no início de 1911, aumentava a violência e a instabilidade entre os republicanos e os seus opositores. A agitação social era enorme, com muitas greves, violência entre grevistas e republicanos, assaltos, demissões, entre outros conflitos. Nesta conjuntura são destruídos jornais não republicanos, entre os quais, o *Correio da Manhã*, o primeiro jornal monárquico, fundado em outubro de 1910⁹⁰.

No livro de memórias políticas *A Política Social na Lição da História* (1953), AFB relembra o ambiente revolucionário vivido em Lisboa, em finais do ano de 1910, e no decorrer do período conturbado da Primeira República portuguesa. Como o próprio afirmou, em *A Política Social na Lição da História* (1953), não seria demais “reviver e acentuar o que foram esses tempos de terríveis e sangrentas perseguições políticas e religiosas”⁹¹, e também porque pretendia que as novas gerações tivessem conhecimento das dificuldades que a sua “sacrificada «Geração do Resgate» teve de enfrentar”⁹². É nesta perspetiva que o autor descreve, nesta obra, acontecimentos ocorridos naquele a que denominou de “o período do «Terror»”⁹³:

A «Carbonária e os «revolucionários civis» assaltavam os Templos apoderando-se dos objetos do culto, das telas e imagens valiosas, provocavam

⁸⁹ *Idem*, fl.18.

⁹⁰ Cf. José Mattoso (dir.), Rui Ramos (coord.) (1994), *op. cit.*, pp. 407-457.

⁹¹ VPC (1953a), *A política social na lição de história*, Aveiro, ed. do autor, pp.8-9.

⁹² *Idem*, p. 28.

⁹³ *Idem*, p. 8.

constantes alterações da ordem pública, abatiam a tiro ou à paulada, impunemente, os adversários que, de qualquer forma, consideravam como obstáculos para a execução das suas arbitrarias prepotências.

As bombas de dinamite estoiravam, causando vítimas, em pleno dia, nas ruas de Lisboa, como o facto mais natural da vida cidadina!

Ninguém podia ter a certeza de segurança⁹⁴.

Além de relatar o seu testemunho, AFB apresenta neste livro, um resumo de incidentes políticos e sociais, causadores de instabilidade no país, no período de 1910 a 1926, incluindo violências políticas; assassinatos; assaltos; tumultos; greves; incêndios; escândalos no governo e numerosas mudanças nos ministérios⁹⁵.

Perante o clima de insegurança, após a Implantação da República, muitos portugueses abandonam a pátria. Assim, incompatibilizados com a República, padres, franquistas e monárquicos saem do país, indo exilar-se, na sua maioria, em França e na Galiza⁹⁶. Este seria também o destino de Alfredo de Freitas Branco, ao partir para a Galiza, “numa tarde fria de janeiro, deixando a espaçosa e linda enseada onde o Tejo vem banhar Lisboa”⁹⁷, onde já se encontravam outros portugueses na condição de exilados.

O desembarque em terras espanholas iria acontecer em Vigo e, até juntar-se aos seus companheiros, refugiados em Verin, sofre algumas contrariedades, por ser confundido com um espião:

Mal saltara em Vigo tomando informações sobre o paradeiro dos conspiradores um agente monárquico, comunicara para o Quartel-general «que um português *suspeito* seguia em procura do Capitão Camacho e outros conspiradores». E como de Portugal chegara aviso de que um celebre *carbonário* Fragofo fora encarregado de *eliminar* os principais vultos da conspiração e como os sinais do dito coincidiam com os meus não devia restar dúvida. Eu era o *Fragoso* disfarçado! Como Fragofo me tomaram em Orense e como tal, mais tarde, em Ginzo de Limia, devia talvez perecer às mãos do forte latagão que me convidava a descer e desistir de continuar a viagem até Verin⁹⁸.

O equívoco desfaz-se, com a ajuda da esposa do capitão Jorge Camacho (1870-1919)⁹⁹, confirmando conhecê-lo desde criança. Assim, inicia a vida de exilado,

⁹⁴ *Idem*, p. 9.

⁹⁵ Veja-se a relação dos acontecimentos em *Idem*, pp. 10-33.

⁹⁶ Cf. José Mattoso (dir.), Rui Ramos (coord.) (1994), *op. cit.*, p. 458.

⁹⁷ AFB [VPC], (1917b), *No Exílio: cenas da vida dos conspiradores monarchicos*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, p. [7].

⁹⁸ *Idem*, p. 13.

⁹⁹ Jorge Perestrelo Veloso Camacho (1870-1919) foi um militar e monárquico português. Nasceu no Funchal e morreu em Lisboa, assassinado por um republicano, com um tiro na cabeça. Foi oficial do Exército, tendo participado na Campanha do Barué, sob o comando de João de Azevedo Coutinho. Foi

juntando-se aos camaradas conspiradores, que organizavam um movimento restauracionista, sob o comando do major Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944)¹⁰⁰. O jovem Alfredo ingressa também nas hostes couceiristas, sendo nomeado ajudante do tenente Júlio de Ornelas e Vasconcelos¹⁰¹. De Verin, segue depois para Gendibe, com os companheiros, onde permanece cerca de três meses. Porém, a estadia naquela povoação não teria sido agradável, conforme recorda: “Em Gendibe passei os tempos mais árdios da minha vida de exilado. [...] essa pobre aldeola [...] era horrível. Era pleno inverno. Fazia um frio glacial. A neve caía abundantemente. Não havia que comer quase”¹⁰².

As diversas experiências vividas em Espanha, e também alguns acontecimentos da sua vida de exilado em França são narrados no livro *No exílio: scenas da vida dos conspiradores monarchicos* (1917). Nesta obra, que resultou numa escrita de cunho biográfico, Freitas Branco garante ter passado por algumas provas no exílio. Atente-se, por exemplo, às recordações do tempo passado no país vizinho:

Os horríveis meses decorridos em Espanha, nas serras da fronteira da Galiza, passaram na minha mente como um pesadelo angustioso. E involuntariamente eu recordei a minha chegada a Vigo, o alistamento nas hostes de Paiva Couceiro, e a minha estada em Gendibe, uma miserável aldeia encravada nas serras fronteiriças de Castro Laboreiro, onde servi como ajudante do pobre Tenente Vasconcelos durante alguns meses...¹⁰³

De Gendibe é transferido para a coluna de Verin e voluntaria-se para participar numa “expedição perigosa”¹⁰⁴ e sigilosa. Esta operação secreta leva-o em viagem de comboio até França (Paris), passando depois pela Bélgica (Bruxelas e Antuérpia) e pela

Chefe do Estado-maior de Paiva Couceiro nas incursões monárquicas de 1911 e dirigiu uma conspiração monárquica, em 1913, conhecida por Primeira Outubrada.

¹⁰⁰ Henrique Mitchell de Paiva Cabral Couceiro (1861-1944) – Natural de Lisboa, Paiva Couceiro foi um Oficial do Exército e político português. Notabilizou-se nas campanhas de ocupação colonial em África (Angola e Moçambique). Entre 1907 e 1909, exerceu funções como governador-geral de Angola. Recebeu diversas condecorações, entre outras, a Medalha de Prata para distinção ao mérito, filantropia e generosidade (1892); a Cruz de 1.ª Classe do Mérito Militar de Espanha (1893); a Medalha Militar de Ouro do Valor Militar (1896). Foi um dos maiores defensores da Causa Monárquica. Após a Implantação da República portuguesa, exilou-se em Espanha, onde assume o comando das forças realistas, nas incursões monárquicas, em 1911 e 1912, a partir da Galiza. Em 1919, proclama a chamada 'Monarquia do Norte', presidindo à Junta Governativa. Mais tarde, parte de novo para o exílio, em Espanha. Regressa a Lisboa alguns anos mais tarde, onde vive os últimos anos da sua vida. Morreu em Lisboa a 11 de fevereiro de 1944.

¹⁰¹ Júlio de Ornelas e Vasconcelos (1881-1912) - Nasceu em Abrunheira, concelho de Montemor-o-Velho, a 1 de fevereiro de 1881. Era filho do Visconde de Ponte da Barca (Fernando Luiz Monteiro Bandeira Pereira de Vasconcellos). Militar português, fez parte da coluna realista de Paiva Couceiro, destacando-se como tenente e comandante de um pelotão, que entrou em Vinhais a 5 de outubro de 1911. Comandou ainda um pelotão no combate de Chaves a 8 de julho de 1912, no qual foi ferido e preso. Foi levado para o Hospital Civil onde acabou por falecer, a 19 de julho de 1912.

¹⁰² AFB [VPC], (1917b), *op. cit.*, pp. 31-32.

¹⁰³ *Idem*, p. 43

¹⁰⁴ *Idem*, p. 18.

Holanda, onde outros exilados portugueses aguardavam instruções, preparando-se para um golpe contra a República portuguesa. Porém, a insurreição terá fracassado devido a denúncias, sendo apreendido todo o armamento clandestino que haviam conseguido¹⁰⁵. Regressa depois para Espanha, onde se preparava uma nova incursão monárquica e na qual participa, partindo de Verin para o combate de Chaves, a 8 de julho de 1912, que acabaria por fracassar.

Acostumado a uma vida de conforto, segundo afirma, AFB não estava preparado para as diversas dificuldades, que iria experienciar, no decorrer da segunda incursão monárquica, chegando a confessar que, com a concentração de Inciesta, teria começado o seu “verdadeiro calvário”¹⁰⁶. Na verdade, de acordo com os seus relatos, terá passado fome, tendo ficado cerca de vinte e quatro horas sem comer, quebrando o jejum “com um repugnante pedaço de carne de porco”¹⁰⁷. Confessa ainda que dormiu ao frio, sentindo receio perante os ataques e tiroteios do inimigo. O jovem fidalgo madeirense afirma que até então “nunca ouvira o sibilar das balas nem o estampido das detonações”¹⁰⁸, salvo no decorrer de uma tradição religiosa, celebrada na sua terra, na qual eram disparados três tiros, após uma procissão. Compreende-se, portanto, a sua vontade de fugir, quando “senti[a] as balas assobiando em volta, cortando o ar mesmo quase rente à cabeça, ou fumegando aos pés”¹⁰⁹, embora o orgulho e o sentido do dever o motivassem a permanecer no seu posto.

Apesar da resiliência demonstrada, adoeceu subitamente, depois das lutas de Chaves, e foi enviado para Verin. Ali, foi preso pela Guarda Civil de Espanha e levado para Cuenca, junto com outros companheiros. Na condição de prisioneiro, terá ainda passado algumas provações em Madrid, conseguindo depois sair de Espanha. Viaja então até França, e acaba por se fixar em Paris, onde vive exilado, nos dois anos seguintes.

O exílio em Paris terá sido mais tranquilo, segundo levam a crer alguns dos seus textos. Na cidade parisiense levou uma vida boémia: frequentou teatros, cinemas, entre diversos espaços culturais, dependendo da disponibilidade financeira:

Nessa época íamos quase todas as noites ao concerto Lamoureux, outras ao Colone, outras ao Rouge.

¹⁰⁵ *Idem*, pp. 18-19.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 22.

¹⁰⁷ *Idem*.

¹⁰⁸ *Idem*.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 23.

[...] Quando estávamos em épocas de «vacas gordas» desferrávamo-nos dos tempos de «vacas magras» e íamos a bons restaurantes e á noite deleitávamos o espírito no Teatro da Porte Saint Martin, no Odéon, na Comedie e até na Opera. Só em último caso ou quando começava a sentir-se a *baixa de fundos* é que recorriamos ao cinema¹¹⁰.

Sustentava-se com alguns trabalhos de tradução que ia fazendo, como comprovam as suas palavras: “arranjava umas traduções de cartas comerciais em português e espanhol”¹¹¹. Além das traduções, recebia uma mesada remetida pela família, porém, os parentes acabaram por suspender aquela mensalidade, devido à renitência em regressar à pátria:

De minha casa insistiam para que regressasse ao País visto já não correr risco de perseguição. [...] Ainda tentei reagir e deixei-me ficar. Cortaram-me então a mesada e tive de me aguentar com o pagamento das traduções comerciais, que chegaram a dar-me um rendimento bastante considerável¹¹².

Pouco tempo antes de regressar a Portugal, segundo certifica nos seus apontamentos de memórias políticas, estaria a viver em Londres, onde já sopravam ventos de mudança, com os rumores de uma guerra prestes a começar. A República portuguesa concedera a amnistia aos presos políticos. Na opinião de AFB, teria sido a Inglaterra a sugerir ao governo português a conveniência do perdão político, devido às previsões de um conflito armado, à escala mundial.

Neste quadro, e também pressionado pela família, o jovem monárquico embarca no “Amazon” da *Royal Mail*, em junho de 1914, junto com outros exilados portugueses que começavam a retornar à pátria¹¹³. No mês seguinte, encontrava-se já na ilha da Madeira, ainda sem ter definido que rumo profissional haveria de seguir, visto ter comprometido a sua carreira nas Alfândegas, devido às opções políticas de apoio à Causa Monárquica, conforme confessa nos seus apontamentos de memórias¹¹⁴. Recorde-se que AFB fez o antigo Curso das Alfândegas (posteriormente designado Curso de Ciências Económicas e Financeiras), mas não conseguiu efetivar a sua “nomeação para Aspirante da Alfândega”¹¹⁵, por ter coincido com o período da

¹¹⁰ *Idem*, p. 30. Sublinhado do autor.

¹¹¹ *Idem*, p. 29.

¹¹² ABM, Espólio do VPC, cx. 7 – Caderno de apontamentos da autoria do VPC: “Dezasseis anos de lutas políticas (1910-1926). Memórias Políticas”, vol. VII, fl. 448.

¹¹³ *Ibidem*, fls. 447-448.

¹¹⁴ *Ibidem*, fls. 448-449.

¹¹⁵ ABM, Espólio do VPC, cx. 8 – Caderno de apontamentos da autoria do VPC: “Dezasseis anos de lutas políticas (1910-1926). Memórias Políticas”, vol. I, fl.9.

Implantação da República. Segundo o próprio afirmou, por não aderir ao regime republicano, deveria considerar perdida uma carreira profissional pelas Alfândegas, como já referimos¹¹⁶. Assim, decide matricular-se na Faculdade de Direito de Lisboa, para ali prosseguir os estudos¹¹⁷, seguindo para a capital apenas no ano seguinte, em outubro de 1915.

Entretanto, até partir para Lisboa, o jovem Alfredo mantém-se na ilha, onde desenvolve uma participação ativa na luta pela restauração da Monarquia, dedicando-se ao jornalismo, para debater publicamente as suas convicções monárquicas. É neste sentido que colabora com Ramon Correia Rodrigues (1888-1965), no recém-formado semanário *O Realista*¹¹⁸, criado em maio de 1915, cujo objetivo principal era a defesa da Causa Monárquica.

No primeiro número daquele periódico, num artigo sob o título “Pela Monarchia”, AFB expressa as suas ambições restauracionistas:

E, assim, bradando sempre bem alto a minha crença de Cristão e Monárquico sincera e convictamente Legitimista, eu abandonei toda uma vida pacata a que as circunstâncias me obrigavam e agora em *O Realista*, eu vou combater declaradamente, enquanto durar a República, só pela restauração da Monarquia, como único regime que pode salvar esta querida Pátria¹¹⁹.

¹¹⁶ *Idem*, fl. 18.

¹¹⁷ Alfredo de Freitas Branco frequentou o Curso Jurídico de 1915-1920, da universidade de Lisboa (que não concluiu). Em 1955, nos dias 28, 29 e 30 de junho, os antigos alunos reuniram-se em Lisboa, para comemorar os quarenta anos da entrada no curso, e os trinta e cinco anos da conclusão da licenciatura. Fizeram parte das comemorações: uma missa, na igreja da Pena, pelos alunos e professores falecidos; uma visita à Faculdade de Direito; um almoço em Cascais e outro em Évora; um jantar de despedida da reunião, em Lisboa. Diversos periódicos de Lisboa publicaram uma notícia a respeito deste evento, no qual participaram diversas figuras de relevo da sociedade portuguesa, incluindo o VPC. Veja-se, por exemplo, os seguintes artigos: “O Curso Jurídico de 1915-1920”, *Diário Popular*, nº 4871, 28-06-1955, p.8; “Reunião de Curso”, *Diário de Lisboa*, nº 11696, 28-06-1955, p.13. Veja-se ainda o artigo de Correia da Costa, “Sucinta e verídica história da reunião do Curso de Direito de 1915-1920, da Universidade de Lisboa”, *Revista Portuguesa*, julho de 1955, n.º 76, [n.p.].

¹¹⁸ *O Realista* iniciou a sua publicação no dia 2 de maio de 1915 e foi suspenso nesse mesmo mês, devido ao movimento que derrubou a ditadura de Pimenta de Castro. O semanário reapareceu, com uma segunda série, a 27 de dezembro de 1917, e passou a ser o órgão dos Integralistas na Madeira. Na 1.ª série, o semanário era dirigido e editado por Ramon Rodrigues. Tinha como proprietário R. Honorato Rodrigues e o administrador era Abílio Teodoro Melim. As instalações da redação localizavam-se na Rua Bela de S. Tiago, 19 e a composição, impressão e administração eram na Rua Nova de S. Pedro, 16 e 18. A 2.ª série (que surge com o nº 4) passava a ser dirigida por Alfredo de Freitas Branco, que era também redator principal e editor. Tinha o mesmo administrador, mas agora a sua composição e impressão era feita nas oficinas do jornal *O Progresso*, na Rua de Júlio da Silva Carvalho, nº 11. A redação e a administração situavam-se na Rua do Conde Carvalhal nº 10 e era propriedade da Projetada Empresa de Publicações Integralistas. A 21 de fevereiro de 1918 foi publicado o número 12, o último da edição do semanário.

¹¹⁹ Alfredo de Freitas Branco, “Pela Monarchia”, *O Realista*, nº 1, 02-05-1915, pp. 3-4.

Estas palavras evidenciam o seu desejo de lutar contra o regime republicano, ao mesmo tempo que demonstra agrado, com a chegada ao poder do general de Pimenta de Castro (1846-1918), sentindo renascer a esperança, de voltar ao regime anterior:

Sim, porque só o exército nos pode arrancar da beira do abismo, só com o seu apoio pode voltar a ser o velho Portugal de Afonso Henriques, esse Portugal que sob o governo *dos seus Reis* se tornou conhecido e respeitado no mundo!¹²⁰

É neste sentido que manifesta entusiasmo pelo surgimento do semanário *O Realista*, como forma de luta das suas aspirações monárquicas:

E eu no recato do meu lar, do meu viver, após tantos anos de ausência, passadas tantas inclemências, tantas horas amarguradas, eu também sinto erguer-se no meu peito um entusiasmo, uma esperança vendo como que n'um despertar, um ressurgimento da liberdade e do sentir da alma lusitana, surgir por cada canto deste nosso abençoado torrão, uma manifestação, um jornal, um centro, em pró ideia monárquica... [...] ¹²¹.

Todavia, *O Realista* foi suspenso no mesmo mês da sua fundação, devido ao golpe que pôs fim à ditadura de Pimenta de Castro, tendo saído apenas três números (reapareceria em 1917). A interrupção daquele semanário não impedirá AFB de lutar pela Causa Monárquica, quer através da imprensa periódica, quer por outros meios. Com efeito, ainda nesse ano de 1915, a fim de prosseguir os estudos na universidade, segue para a capital, no mês de outubro, em plena Grande Guerra, regressando à ilha diversas vezes, depois de abraçar ideais emergentes, e de se envolver em movimentos revolucionários, que nos propomos analisar mais adiante.

3.2 O Integralismo Lusitano

Traçar o perfil político de Alfredo de Freitas Branco impõe uma abordagem ao movimento doutrinário e político do Integralismo Lusitano (IL), ao qual pertenceu, tendo desenvolvido uma prolífera colaboração na difusão dos princípios integralistas¹²².

Deste modo, num primeiro momento, procuramos observar as origens do IL, evidenciando os principais aspetos da sua ideologia e organização política, e ainda, perceber o percurso dos principais mentores. Após uma breve síntese acerca do IL, que

¹²⁰ *Idem*. Sublinhado do autor.

¹²¹ *Idem*.

¹²² Ver anexo – Quadro 2: Cronologia do Integralismo Lusitano e do integralista AFB (de 1907 a 1933).

nos parece essencial para a compreensão da formação do pensamento político de AFB, pretendemos, num segundo momento, aprofundar as ligações deste ao movimento, bem como analisar o seu contributo na organização e desenvolvimento da ideologia integralista.

Para a compreensão do IL existe uma variada bibliografia, desde análises apresentadas em volumes de Histórias de Portugal, aos diversos estudos e/ou ensaios no campo da historiografia contemporânea, além da vasta produção dos próprios integralistas¹²³. Neste sentido, entre a extensa bibliografia existente, servimo-nos da *História de Portugal* com direção de José Mattoso (1994a) e dos contributos de Leão Ramos Ascensão (1943), António Costa Pinto (1982), Manuel Braga da Cruz (1982) e José Manuel Quintas (2005), cujos contributos foram fundamentais para a síntese elaborada¹²⁴. Para compreender o percurso de AFB, tivemos como fontes jornais e revistas, pertencentes à imprensa integralista: *A tradição* (1917); *O Realista* (1917) e *Ação Realista* (1924). Recorremos, ainda, ao espólio do VPC, à guarda do ABM, nomeadamente, aos seus apontamentos inéditos, sob o título “Dezasseis anos de lutas políticas (1910-1926). Memórias Políticas” (vol. VII) e a um caderno que reúne recortes de jornais intitulado “Críticas aos Trabalhos de Alfredo de Freitas Branco (Visconde de Porto da Cruz)”.

3.2.1 Formação e desenvolvimento do movimento doutrinário e político

O Integralismo Lusitano surge nos inícios da Primeira República, como uma corrente de pensamento, um movimento doutrinário, tradicionalista e conservador, que se opunha ao regime democrático parlamentar e à Monarquia liberal. O IL nasce como reação e contestação à Implantação da República, defendendo o regresso a uma Monarquia orgânica e tradicional. O movimento, inicialmente, atuava apenas no campo intelectual. Contudo, mais tarde, expande-se e apresenta um projeto político organizado e alternativo¹²⁵.

¹²³ Sobre a vasta bibliografia integralista, ver o artigo de A. Paulo Dias Oliveira, “Leão Ramos Ascensão e o Integralismo Lusitano” (2012), que pretende compreender como o fenómeno do Integralismo Lusitano tem sido estudado no nosso país e apresenta uma análise ao estado da questão. Cf. A. Paulo Dias Oliveira (2012), “Leão Ramos Ascensão e o Integralismo Lusitano”, *Cultura* [Online], Vol. 29. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/1154> (consulta em 19-04-2019).

¹²⁴ Estes livros e estudos estão indicados na Bibliografia.

¹²⁵ Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 150.

A ideologia integralista começa a surgir em torno de um grupo de jovens, estudantes na Universidade de Coimbra, na primeira década do século XX. O grupo era composto por republicanos e por monárquicos, com evidentes diferenças a nível político, mas tendo em comum as mesmas preocupações culturais e afinidades literárias e estéticas. No meio estudantil de Coimbra desenvolveram várias iniciativas culturais: reuniam-se em tertúlias literárias, onde se discutia Spencer, Nietzsche e Bergson; publicavam poesia, ficção, ensaios e crítica de teatro. Entre estes jovens existia uma forte camaradagem, sendo então conhecidos como o grupo dos «Exotéricos»¹²⁶.

Os acontecimentos ocorridos após a Implantação da República, a 5 de outubro de 1910, viriam causar uma separação temporária do grupo, ainda que se mantivessem em contacto, por via epistolar. Por conseguinte, em 1911, Luís de Almeida Braga (1886-1970) integrava as hostes de Paiva Couceiro, desde a Galiza, indo depois exilar-se na Bélgica. No mesmo ano, o monárquico Alberto de Monsaraz (1889-1959) segue exilado para Paris, com a família, onde o seu pai fixou residência. Hipólito Raposo (1885-1953), em abril, também visita Paris. Estes três rapazes, junto com António Sardinha¹²⁷ (1887-1925) e José Pequito Rebelo (1893-1983), iriam constituir o núcleo fundador do Integralismo Lusitano, influenciados pelo movimento da *Action Française* (AF) e com o pensamento de Charles Maurras, que todos contactaram e que se tornou um exemplo a seguir¹²⁸.

Na Primavera de 1913, na Bélgica, surge uma revista literária denominada *Alma Portuguesa*¹²⁹, fundada por exilados que haviam participado nas incursões de Paiva Couceiro, entre eles, Luís de Almeida Braga e Francisco Rolão Preto (1893-1977). Nesta publicação usou-se a expressão «Integralismo Lusitano», a qual viria designar o

¹²⁶ Cf. António Costa Pinto (1982), “A formação do integralismo lusitano (1907-17)”, *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 3.º-4.º-5.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 1411-1413.

¹²⁷ António Sardinha, que se mantivera republicano, abandona em 1912 as suas ilusões políticas, e converte-se à Monarquia e ao catolicismo.

¹²⁸ Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 138 e António Costa Pinto (1982), *art. cit.*, p. 1414.

¹²⁹ A revista *Alma Portuguesa* surgiu em 1913, na Bélgica, pela mão de exilados portugueses, na sua maioria jovens. Publicou-se apenas dois números, o primeiro em maio de 1913 e o segundo em setembro desse mesmo ano. Na *Alma Portuguesa*, «Revista de filosofia, literatura e arte, sociologia, educação, instrução e atualidades», foi usada pela primeira vez a expressão “Integralismo Lusitano”, por Luís de Almeida Braga, e que viria a designar o movimento português. Era dirigida por Domingos de Gusmão Araújo, e tinha como «diretor artístico» Ramos Ribeiro, como secretário de redação Rolão Preto, como administrador D. António Álvares Pereira (Cadaval) e como editor Ascenso de Siqueira (S. Martinho). O seu principal redator parece ter sido Luís de Almeida Braga. Entre os seus colaboradores encontravam-se os nomes de Alberto Monsaraz, Paiva Couceiro, Alberto Pinheiro Torres, Aires de Orneias, Alexandre Correia e João da Cruz. Era uma revista mais de pensamento literário do que político. Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 138.

movimento português¹³⁰. No mesmo ano, em Paris, *Mariotte* (pseudónimo do Padre Amadeu de Vasconcelos), antigo republicano, publicava *Os Meus Cadernos*, textos que refletem a doutrina da *Action Française*¹³¹. Em setembro de 1913, reuniram-se na Figueira da Foz, Alberto Monsaraz, António Sardinha e Hipólito Raposo, com o intuito de fundar uma revista, de modo a defender o seu protesto contra a República portuguesa e difundir o pensamento renovador que os unia¹³². Já em fevereiro de 1914, João do Amaral, outro antigo republicano, convertido à monarquia, lançava em Lisboa o primeiro número do periódico panfletário *Aqui d'El-Rei!*...¹³³, onde explica o que se devia entender por monarquia orgânica, antiparlamentar, descentralizadora e tradicionalista, começando, deste modo, a sistematizar a doutrina do Integralismo Lusitano¹³⁴.

Nestas bases ia sendo estruturado o projeto integralista, de modo a abrir caminho para uma corrente ideológica, que teria como primeiro órgão teórico a revista *Nação Portuguesa*, fundada em 1914¹³⁵. A partir da data da sua publicação, os seus mentores organizam-se num movimento a que chamaram “Integralismo Lusitano” e iniciam a sua campanha doutrinária.

¹³⁰ Cf. António Costa Pinto (1982), *art. cit.*, p. 1414; Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 138 e José Mattoso (dir.), Rui Ramos (coord.) (1994), *op. cit.* p. 541.

¹³¹ O Padre Amadeu de Vasconcelos (1878-1952), exilado em Paris, onde privava com intelectuais do nacionalismo francês, nomeadamente com Charles Maurras, publica *Os Meus Cadernos*, sob o pseudónimo de Mariotte, um dos primeiros textos portugueses que reflete a doutrina da *Action Française*. Foi publicado a partir de agosto de 1913 até 1916, com uma segunda série em 1919, no Porto, e uma terceira entre 1923 e 1925, em Lisboa. Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 139; António Costa Pinto (1982), *art. cit.*, p.1415-1416; José Mattoso (dir.), Rui Ramos (coord.) (1994), *op. cit.*, p. 541 e Leão Ramos Ascensão (1943), *O integralismo lusitano*, Lisboa, Edições Gama. [www.causanacional.net - Versão Digital da Edição de 1943 das «Edições Gama»], pp.13-14. Disponível em: https://www.academia.edu/8606122/Le%C3%A3o_Ramos_Ascens%C3%A3o_O_Integralismo_Lusitano (consulta em abril 2019)

¹³² Cf. Leão Ramos Ascensão (1943), *op. cit.*, p. 13.

¹³³ *Aqui d'El-Rei!*... foi uma revista panfletária publicada em Lisboa, entre fevereiro e abril de 1914, num total de cinco números, de periodicidade quinzenal (embora o n.º 2 tenha saído a 20 de fevereiro, e no mês de março seguinte só se tenha publicado o n.º 3). O número de páginas por exemplar variou entre 12 e 20 e sem ilustrações. João do Amaral foi o autor, editor e proprietário. Os textos que a compunham eram maioritariamente de teor teórico e doutrinário.

¹³⁴ Cf. António Costa Pinto (1982), *art. cit.*, p. 1415 e Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 139.

¹³⁵ O primeiro número da revista *Nação Portuguesa* saiu no dia 8 de abril de 1914, sendo dirigida por Alberto Monsaraz. Publicada em Coimbra com o subtítulo de *Revista de Filosofia Política*, nasceu de combinações tidas em setembro de 1913, na Quinta dos Olaios, na Figueira da Foz, entre Alberto Monsaraz, António Sardinha e Hipólito Raposo, que pretendiam difundir o seu protesto contra a República Portuguesa. Teve várias séries a partir de 1914 e até 1938: a primeira série foi dirigida por Alberto de Monsaraz, entre 1914 e 1916, com o subtítulo de *Revista de Filosofia Política*. A segunda série, de 1922 a 1923, com novo subtítulo, *Revista de Cultura Nacionalista*, é dirigida por António Sardinha. A terceira série, de 1924 a 1926, foi dirigida nos dois primeiros números ainda por Sardinha, porém, por morte deste, Manuel Múrias assume a sua direção, mantendo-se até à sua extinção, incluindo toda a quarta série, entre 1926 e 1928. Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 139.

Os integralistas defendiam a restauração da Monarquia tradicionalista e antiparlamentar, em que o rei assumiria o papel de chefe de Estado, além de defender também os privilégios da religião católica. Contestavam quer o regime republicano, quer a monarquia constitucional, já que, na sua perspetiva, a República era a continuação do liberalismo e a desagregação da monarquia. O programa do IL apresenta a Nação organizada, hierarquizada e selecionada, com a representação dos núcleos tradicionais: a família, os municípios, as profissões, ao invés do sufrágio universal, bem como uma Assembleia Nacional em substituição do Parlamento. A família era entendida como unidade básica da sociedade, sendo, portanto, conjugalmente indissolúvel. Pretendiam que a base do Estado fosse constituída na família e não no indivíduo. Para tal projeto, defendiam o vínculo da terra, para garantir o conforto material do casal. Eram defensores da agricultura sobre a indústria, do campo sobre a cidade, da renda sobre o lucro. Os integralistas eram contra a industrialização, pois, para eles, esta era a base da acumulação capitalista, destruidora das velhas profissões artesanais, dos valores da tradição e das estruturas da velha ordem social¹³⁶.

O movimento do IL expandiu-se e, em 1915, o grupo teve projeção pública com a realização de uma série de conferências, na Liga Naval Portuguesa, sobre a «Questão Ibérica», a pretexto da ameaça espanhola, pronunciando-se sobre vários aspetos da vida nacional, a nível da economia, estado, cultura e outros. As Conferências iniciam-se a 7 de abril de 1915. Contudo, são interrompidas no mês seguinte, na sequência do movimento de 14 de maio que derrubou a ditadura de Pimenta de Castro¹³⁷. Com as conferências, o movimento que até então tinha sido apenas doutrinário e literário, passa a ser também político.

O seu movimento político organizado inicia-se em 1916, com a fundação, em abril, da Junta Central do Integralismo Lusitano¹³⁸. Os integralistas publicaram então o

¹³⁶ Cf. António Costa Pinto (1982), *art. cit.*, p. 1416; Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, pp. 154-164.

¹³⁷ As Conferências foram compiladas em volume sob o título *A Questão Ibérica* (1916), cujos temas tratados e respetivos autores, são os seguintes: “O Território e a Raça”, por António Sardinha; “A Língua e a Arte”, por Hipólito Raposo; “Música e Instrumentos”, por Luís de Freitas Branco; “Aspectos Económicos”, por José Pequito Rebelo; “Colonizações Ibéricas” por Rui Enes Ulrich; “Direito e Instituições” por Adriano Xavier Cordeiro; “Aspectos Político-Militares” por Vasco de Carvalho e “Lição dos Factos” por Luís de Almeida Braga. *A Questão Ibérica* (1916), Lisboa, Tip. do Anuário Comercial. Cf. António Costa Pinto (1982), *art. cit.*, p. 1416; José Mattoso (dir.), Rui Ramos (coord.) (1994), *op. cit.*, p. 541 e Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, pp. 139-140.

¹³⁸ Manuel Braga da Cruz revela que a organização do IL, além da fundação de uma Junta Central, procurou também formar “juntas provinciais, juntas municipais, núcleos paroquiais, juntas escolares, conselhos técnicos centrais, conselhos técnicos provinciais e sindicatos profissionais”. Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 145. Acerca da organização do IL veja-se ainda: António Costa Pinto (1982),

primeiro manifesto subscrito por esta Junta e, em novembro, definem-se em estatutos o objectivo da organização. Inicialmente, a Junta Central era composta por Adriano Xavier Cordeiro, Alberto Monsaraz, António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, José Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga e Rui Enes Ulrich. Progressivamente, os integralistas conquistaram novos adeptos, sobretudo, entre as novas gerações de estudantes.

No ano seguinte, os integralistas lançam um novo periódico, *A Monarquia*¹³⁹, um periódico diário que sucedia à revista *Nação Portuguesa*, passando a ser o seu principal instrumento de propaganda doutrinária. Ainda no âmbito da ação de difusão da ideologia, os integralistas orientavam também jornais de província, produziam artigos jornalísticos, folhetos, organizavam conferências e banquetes, tentando captar a atenção da geração nova para a monarquia e para o catolicismo¹⁴⁰.

Na verdade, a atuação política organizada do movimento viria a ter um maior destaque a partir de finais de 1917, com a vitória de Sidónio Pais, a 5 de dezembro. Ao longo de 1918, com a presidência e ditadura de Sidónio, os integralistas viram a sua oportunidade de ocupar lugares no Poder, como foi o caso de A. Xavier Cordeiro (eleito pelo Algarve), António Sardinha (eleito por Elvas), Pequito Rebelo (eleito por Portalegre) e o visconde do Sardoal (eleito por Covilhã). Conseguiram ainda impor algumas propostas no novo projeto constitucional, como a inclusão da representação profissional a par da representação política¹⁴¹.

Todavia, após o assassinato de Sidónio Pais, segue-se um período de instabilidade, tendo os integralistas participado na revolta de Monsanto e na proclamação da Monarquia do Norte. Com a derrota da tentativa restauracionista, os monárquicos acabam por ter algumas divergências. Começam então as ruturas que determinariam o declínio do movimento político. Os integralistas sentiam-se traídos e acusavam os representantes de D. Manuel II de alheamento durante o pronunciamento

art. cit., p. 1416; Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 140 e José Mattoso (dir.), Rui Ramos (coord.) (1994), *op. cit.*, p. 541.

¹³⁹ *A Monarquia* iniciou a sua publicação a 12 de fevereiro de 1917, tendo como diretor Alberto de Monsaraz e João do Amaral como redator-chefe. Na sequência dos incidentes de Monsanto e da Monarquia do Norte, suspendeu a sua publicação, reaparecendo a 18 de agosto de 1919, tendo como diretor Hipólito Raposo. Entre 10 de abril e 12 de julho de 1920 voltou a interromper a edição, por não aceitar exigências de tipógrafos. A publicação terminaria definitivamente a 6 de maio de 1922, depois da assinatura do Pacto de Paris, embora viesse ainda a editar números extraordinários: a 15 de maio de 1922, um suplemento ao último número; a 10 de dezembro de 1922; a 5 de abril de 1923 e a 15 de maio de 1925, um último número extraordinário aquando da morte de António Sardinha. Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 141-142.

¹⁴⁰ Cf. José Mattoso (dir.), Rui Ramos (coord.) (1994), *op. cit.*, p. 541.

¹⁴¹ Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 142.

monárquico. Em setembro de 1919, acabam também por ter algumas divergências com o rei exilado sobre a Causa Monárquica, que se mantinha fiel aos princípios do constitucionalismo. Esta situação levou-os à cisão dinástica, no mês seguinte, a 19 de outubro, ou seja, desvinculam-se da obediência a D. Manuel II, passando depois de um período a que chamaram de «interregno», a obedecer politicamente e a apoiar o príncipe D. Duarte Nuno de Bragança como herdeiro do trono de Portugal¹⁴². Porém, esta decisão tomada pela Junta Central do Integralismo Lusitano, em 1920, não foi unânime, pois alguns permaneceram fiéis a D. Manuel II, vindo a formar, em 1921, a Ação Tradicionalista Portuguesa (ATP), liderada por Alfredo Pimenta e Caetano Beirão¹⁴³. A partir de 1923, esta passou a ser conhecida por Acção Realista Portuguesa (ARP)¹⁴⁴.

Com a assinatura do Pacto de Paris, a 17 de abril de 1922, entre os representantes de D. Manuel II e da infanta D. Maria Aldegundes de Bragança (encarregada da tutela de D. Duarte Nuno, durante a sua menoridade), os integralistas foram suspendendo a sua atividade política e retomando o programa doutrinário, na defesa de uma monarquia nacional, orgânica e tradicionalista. Ainda nesse ano de 1922, reaparece a revista *Nação Portuguesa*, dirigida por António Sardinha¹⁴⁵. Na verdade, este foi o principal escritor integralista e um dos mais destacados dirigentes do Integralismo Lusitano, tendo exercido uma grande influência na nova geração¹⁴⁶. Não surpreende, portanto, que a sua morte prematura, aos 37 anos, no dia 10 de janeiro de 1925, tenha contribuído para o esmorecimento da atividade do Integralismo.

Numa nova fase de intervenção ideológica, o Integralismo intensifica a sua ação nos meios conservadores portugueses. As campanhas assumiam agora uma configuração sindicalista, de organização profissional e uma feição nacionalista, “contra

¹⁴² Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 143. Para esclarecimento completo desta questão leia-se *A Questão Dinástica. Documentos para a História, Mandados Coligir e Publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano* (1921), Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, Lda.

¹⁴³ Acerca da composição desta nova organização: “Liderada por Alfredo Pimenta e Caetano Beirão, assinaram também com eles o primeiro manifesto da nova organização, publicado no *Correio da Manhã* de 28 de julho, Alberto Ramires dos Reis, Luís Rufino Chaves Lopes e Mateus de Oliveira Monteiro (o chamado Grupo dos Cinco), e dela foram seguidores, entre outros, João Ameal, Fernando Campos, Ernesto Gonçalves, Santos Silva, António Cabral e Alfredo de Freitas Branco”. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 143-144.

¹⁴⁴ “A partir de 10 de dezembro desse ano iniciaram até a publicação de um boletim e vieram a editar a revista mensal *Acção Realista* (cujo diretor era Ernesto Gonçalves), o semanário *A Voz Nacional* (dirigido por Luís Chaves) e ainda, em 1926, um quotidiano intitulado *Acção Realista*, à frente do qual esteve João Ameal. Seria aliás com esse nome – Acção Realista Portuguesa – que a organização passaria a conhecer-se a partir de 1923”. *Idem*, p. 144.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 146.

¹⁴⁶ Cf. José Mattoso (dir.), Rui Ramos (coord.) (1994), *op. cit.*, p. 541.

os partidos, a plutocracia, as sociedades secretas, o bolchevismo e a intervenção estrangeira”¹⁴⁷.

Os integralistas também contribuíram na insurreição militar de 28 de maio de 1926, e desde logo procuraram tirar partido da situação, reafirmando o seu projeto teórico, perante a ausência de programa e de ideário dos novos detentores do poder¹⁴⁸. Decidiram apoiar a Ditadura, pois acreditavam que se seguiria a restauração monárquica. Aliás, o próprio D. Manuel II, no exílio, deu instruções para que apoiassem o Governo.

Em 1930, o Governo da Ditadura publicou um manifesto expondo o programa da União Nacional, no qual evidencia-se um pensamento político antiliberal e antidemocrático. No manifesto define-se o poder do Estado limitado pela moral e pela lei; considera-se a importância da família no desenvolvimento da Nação e atribui-se plenos poderes da autoridade ao poder executivo. Deste modo, a Junta Central do Integralismo Lusitano reconhecendo alguns princípios defendidos pelo integralismo, mostrou-se disposta a colaborar com a Ditadura, num comunicado feito a 14 de agosto desse ano. O Governo da Ditadura encontrou, ainda, anuência na maioria dos monárquicos, porque, tal como os integralistas tinham expectativa na restauração monárquica. No entanto, com o progresso da Ditadura e a sua institucionalização no Estado Novo, esta esperança foi desvanecendo.

O afastamento dos integralistas ao novo regime começou com a morte de D. Manuel II, em 1932, tendo o Governo decidido criar a Fundação da Casa de Bragança, transferindo para esta os bens deixados por D. Manuel II. Nesse mesmo ano, Salazar comunicou aos monárquicos a improbabilidade de repor a Monarquia a curto prazo, convidando-os a colaborar com a União Nacional. O que veio, efetivamente, a acontecer, com uma grande parte dos monárquicos a aderir ao Estado Novo, enquanto os integralistas mantiveram-se na oposição, tendo alguns dos seus elementos vindo a mobilizar-se e a fundar o Nacional-Sindicalismo¹⁴⁹.

¹⁴⁷ Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 147 (citando Pequito Rebelo numa entrevista concedida ao *Diário de Lisboa*, transcrita por *A União*, n.º 132, de 11 de março de 1923).

¹⁴⁸ Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, pp. 171-172.

¹⁴⁹ *Idem*, pp. 172-174.

3.2.2 Ligação de Alfredo de Freitas Branco ao movimento

Em outubro de 1915, Alfredo de Freitas Branco (AFB) parte da Madeira para ingressar no curso de Direito, na Universidade de Lisboa. Na capital, toma contacto com o Integralismo Lusitano, movimento ao qual irá aderir e desenvolver uma intensa atividade, na difusão dos princípios integralistas. Numa fase inicial, a sua ação de propaganda do Integralismo Lusitano irá incidir junto dos colegas da universidade. Mais tarde, passará a atuar noutros meios, sobretudo, na imprensa periódica.

Torna-se indispensável aqui esclarecer que AFB, meses antes de partir para Lisboa, tinha conhecimento de movimentações que aconteciam no território continental, nomeadamente, as Conferências realizadas na Liga Naval, sobre a «Questão Ibérica», iniciadas a 7 de abril de 1915 que, aliás, deram um grande destaque público ao grupo integralista, levando a que o movimento, de doutrinário, passasse a ser também político, segundo o próprio afirma nos seus apontamentos de memórias políticas: “Tinha seguido com interesse as Conferências sobre a “Questão Ibérica” e enfronhara-me com entusiasmo naquelas bases político-sociais”¹⁵⁰. Como também assegura que já tinha contactado com os ideais da *Action Française*, e com os seus mais destacados intelectuais, durante o exílio, em Paris: “Já durante a minha permanência de dois anos em Paris eu tinha estado em íntimo contacto com aquele grupo selecionado dos pensadores revolucionários da ‘Action Française’. Tinha conhecido Leon Daudet e Charles Maurras”¹⁵¹.

Afirmando, assim, já ter algum conhecimento sobre a doutrina da *Action Française*, a qual inspirou o movimento português, AFB adere, sem hesitar, ao Integralismo Lusitano e começa a privar com António Sardinha, que conhece através do seu primo, o músico Luís de Freitas Branco (que também participara nas conferências com a palestra “Música e instrumentos”).

António Sardinha, antigo republicano, convertido ao catolicismo e à monarquia e um dos principais inspiradores do Integralismo Lusitano, foi também impulsionador da criação de um núcleo de estudantes integralistas, na Universidade de Lisboa. Incentivado por Sardinha, Freitas Branco começa a fazer propaganda da doutrina integralista junto dos colegas da faculdade, encontrando-se, entre estes, o compatriota

¹⁵⁰ ABM, Espólio do VPC, cx. 7 – Caderno de apontamentos da autoria do VPC: “Dezasseis anos de lutas políticas (1910-1926). Memórias Políticas”, vol. VII, fl. 460-D.

¹⁵¹ *Idem*, fl. 460-D.

João Cabral do Nascimento (1897-1978), que também acaba por juntar-se ao movimento. Aos poucos, os estudantes iam aderindo ao Integralismo Lusitano e a doutrina chegava a outras universidades, avolumando-se o número de inscritos. AFB recorda como iniciou a campanha ideológica:

[...] da confiança que António Sardinha fazia o favor de ter em mim, lhe veio a ideia de se formar na Universidade de Lisboa, que era uma *criação* da jovem e democrática República, um *núcleo* de estudantes integralistas. Foi assim que eu comecei a *pregar* atrevidamente a doutrina¹⁵².

Alfredo de Freitas Branco afirmava, sem modéstia: “Eu fui o primeiro estudante integralista da Faculdade de Direito de Lisboa”¹⁵³ e revela, ainda, como se ia propagando e desenvolvendo a doutrina integralista no seu meio académico:

Era em regra nos intervalos das aulas que se estabelecia, entre a estudantada, grande discussão política, nas mais das vezes provocada pelos Integralistas que procuravam sempre “tirar partido” para infiltrarem as novas doutrinas nacionalistas¹⁵⁴.

Na verdade, o jovem monárquico não se limitou a fazer propaganda junto dos colegas universitários. Na sua colaboração para o movimento, desenvolveu uma intensa atividade na imprensa periódica, publicando artigos em defesa do Integralismo Lusitano, realizou algumas conferências e assumiu cargos de relevo dentro da organização. O que acontece, aliás, logo no início de 1917, enquanto o país via partir as primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português para a guerra na Europa. Com efeito, no dia 20 de janeiro daquele ano, AFB fez parte da comissão instaladora de um núcleo integralista na Madeira¹⁵⁵, que obedecia à Junta Central, e surgia no âmbito do projeto de organização da Nação do Integralismo Lusitano, ou seja, de constituir “juntas provinciais, juntas municipais, núcleos paroquiais, juntas escolares, conselhos técnicos centrais, conselhos técnicos provinciais e sindicatos profissionais”¹⁵⁶. No mês seguinte, em Lisboa, continua o seu percurso e ação integralista, vindo a colaborar no periódico A

¹⁵² *Idem*. Sublinhado do autor.

¹⁵³ *Idem*, fl. 460-A.

¹⁵⁴ *Idem*.

¹⁵⁵ Da comissão instaladora do núcleo integralista da Madeira fizeram parte Alfredo de Freitas Branco, Luís Vieira de Castro, Juvenal de Araújo, Ramon Rodrigues e o Padre Eduardo Pereira. Cf. Emanuel Janes (1997), *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos anos trinta (1928-1926)*, Funchal, SRTC, CEHA, p.149.

¹⁵⁶ Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p.145.

Monarquia, recentemente criado, e que passaria a ser o novo órgão do grupo, com a publicação de alguns artigos.

A dedicação de Alfredo de Freitas Branco à causa integralista seria reconhecida pelos mentores do movimento, ao assumir uma função relevante, dentro do grupo. É neste sentido que entendemos a sua nomeação, em 1917, pela Junta Central, como organizador e presidente da Secção Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, na sequência da organização do movimento político, com a fundação da Junta Central do Integralismo Lusitano e das diversas estruturas que formaram. A eleição foi divulgada no periódico *A Monarquia*, na edição de 17 de abril de 1917, conforme o próprio AFB transcreve, nos seus apontamentos manuscritos:

Alfredo de Freitas-Branco

Este nosso amigo e colaborador foi nomeado pela Junta Central do Integralismo Lusitano, Presidente e Organizador da Secção Escolar de Lisboa. A escolha da Junta Central não podia recair em pessoa que melhor exercesse este cargo. Freitas-Branco foi um dos mais corajosos companheiros de Paiva Couceiro, dos que o acompanharam, batalhando até o fim.

É um prosador distinto e um poeta com apreciáveis qualidades artísticas. Possui, além disso, aquela «*opiniâtreté a forme douce*» como dizem os franceses que é, só por aí, a garantia dum seguro trabalho de organização¹⁵⁷.

Data também desta época a sua primeira intervenção numa conferência, realizada no Círculo Católico de Lisboa, no dia 22 de abril de 1917, sob o tema “A ação do Estado nas suas relações com a Igreja Católica”, editada pela Casa Católica, no mesmo ano¹⁵⁸. Naquela palestra, o então estudante de direito e presidente da Secção Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, defendeu princípios integralistas: o regresso à monarquia tradicional, o rei como supremo magistrado, representando a Nação; a família como base dos agregados sociais e a indissolubilidade conjugal, combatendo a lei do divórcio, o restabelecimento do pátrio-poder; o município com a sua autonomia, a descentralização e o respeito dos seus privilégios¹⁵⁹. Defendendo, portanto, esta forma de organização do Estado, reitera:

¹⁵⁷ ABM, Espólio do VPC, cx. 7 – Caderno de apontamentos da autoria do VPC: “Dezasseis anos de lutas políticas (1910-1926). Memórias Políticas”, vol. VII, fl. 482-A.

¹⁵⁸ O autor dedicou esta publicação à avó materna, Ana Rita de Castro e Almeida de Freitas Leal, e ao avô paterno, Silvano de Freitas Branco, que eram também seus padrinhos de batismo.

¹⁵⁹V.P.C. (1917) *A Acção do Estado nas suas relações com a Igreja Catholica*, Lisboa, Casa Catholica. Sobre este assunto, vejamos ainda as notícias publicadas na imprensa da época, patentes no seu espólio, à guarda do ABM, agrupadas num caderno que contém recortes de jornais, nomeadamente, *A Monarquia* (23-4-1917); *O Dia* (27-8-1917); *Progresso* (09-09-1917 e 23-09-1917) e ainda 4 recortes de jornais não identificados. Cf. ABM – Espólio do Visconde do Porto da Cruz, Cx. 4. Livro contendo vários recortes de

Assim teríamos a tradição da Nação que veio do agrupamento familiar à Freguesia, ao Município e à Província, com identidade de língua, religião, de raça, mas com diferenciações regionais que são respeitadas devidamente no próprio interesse regional e nacional. Depois teríamos a camara municipal onde têm representação todos os interesses do agregado, fazendo parte dela os delegados das freguesias, os delegados das associações de classe ou corporações, os representantes dos sindicatos, etc.¹⁶⁰

Em maio seguinte, envolve-se numa nova publicação de propaganda integralista denominada *A tradição*¹⁶¹, com o subtítulo: “Bimensário Integralista, Político, Literário e Artístico”, uma expressão que, de certa forma, define o seu conteúdo. No número inaugural, Freitas Branco é apresentado como redator principal deste órgão, num artigo inserido numa secção com o título de “Revista da Quinzena”, onde eram divulgadas pequenas notícias da vida nacional. Nele menciona o surgimento da revista *A tradição* e alguns dos seus colaboradores: “É seu redator principal o nosso brilhante colaborador, sr. Alfredo de Freitas Branco, um novo, cheio de vida, e já um escritor de grande merecimento”¹⁶².

Nesta publicação, AFB assina três textos. No primeiro número da revista, numa rubrica intitulada “Echos D’Arte”, onde se referem diversos eventos socioculturais, começa por mencionar uma “Conferência Futurista”, feita por Almada Negreiros, embora sem dar importância à mesma, considerando que a “apreciação não tem aqui cabimento visto o futurismo não passar de uma ‘blague’...”¹⁶³. Mais adiante escreve sobre “O Esforço Integralista”¹⁶⁴, expondo diversas considerações sobre o

jornais, da imprensa periódica regional e nacional, intitulado “Críticas aos Trabalhos de Alfredo de Freitas Branco (Visconde do Porto da Cruz)”.

¹⁶⁰ VPC (1917) *A Acção do Estado nas suas relações com a Igreja Catholica*, Lisboa, Casa Catholica, p. 14.

¹⁶¹ A revista *A Tradição*, cujo subtítulo “Bimensário integralista, político, literário e artístico”, era um dos instrumentos de propaganda do Integralismo Lusitano, além de servir também para promover livros recentemente publicados, principalmente os dos seus colaboradores. *A tradição* publicou apenas dois números. O primeiro número surge a 15 de maio de 1917 e o segundo data de 9 de junho de 1917. O administrador era João de Ornelas Bruges d’Oliveira, o editor Armando da Silva e era redator José de Ornelas Bruges d’Oliveira. As instalações da redação e da administração localizavam-se na Rua de S. Paulo, 20, Lisboa. No primeiro número, a publicação foi dirigida por J. Cordeiro Ribeiro (Mont’Alverne). Era secretário da Redação Dom António Xavier Manoel (Atalaya) e, redator-chefe Alfredo de Freitas Branco. A impressão era feita na Tipografia Teixeira, na Rua da Horta Seca, 58, Lisboa. No segundo número foi dirigida por A. de Campos Figueira, tinha um secretário da Redação (S. A. de Centeno Fragoso) e um secretário da administração (Amorim Parreira). O redator principal passou a ser João Cabral do Nascimento. A impressão era feita na Agência de Publicidade Portugália, C. Sacramento ao Carmo, 38, 1º, Lisboa. É uma publicação sem ilustrações, embora presente, na capa do segundo número o *ex-libris* integralista: um pelicano com a inscrição “Pola Lei e Pola Grei”.

¹⁶² “Revista da Quinzena - «A tradição»”, *A tradição*, Ano I, nº 1, 15-05-1917, p. 10.

¹⁶³ A. de F.B., “Echos D’Arte - Conferência Futurista”, *A Tradição*, nº 1, 15-05-1917, p.5.

¹⁶⁴ Alfredo de Freitas-Branco, “O Esforço Integralista”, *A Tradição*, nº 1, 15-05-1917, pp.12-13.

desenvolvimento do integralismo, afirmando que os seus membros eram vistos, inicialmente, como “um grupo de intelectuais, de *lunáticos*”¹⁶⁵, mas, com o seu esforço e ação, foram “engrossando as suas feiras”¹⁶⁶, pelo que acreditava que tal esforço ainda haveria de ser recompensado. Assim, termina o texto na esperança de que: “Nesse dia, quando a bandeira das quinas volva a tremular neste céu diáfano, renascida a *monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar*, nesse dia então talvez alguém faça jus à intransigência e ao esforço Integralista”¹⁶⁷.

No número dois da revista, advoga sobre os “Interesses Regionais”¹⁶⁸ da Madeira, denunciando diversas situações, que considerava “escândalos democráticos”¹⁶⁹, entre os quais, negócios feitos pela Junta Agrícola, afirmando que esta “foi o asilo de todos os pretendentes a empregos rendosos e com pouco trabalho para os apaniguados da falange democrática. Ela criou lugares, estabeleceu postos, realizou contratos, criou pensões expressamente para servir e favorecer interesses particulares e partidários”¹⁷⁰. Depois de denunciar “outros escândalos”¹⁷¹ ocorridos na Madeira, garante que tudo isto “é o resultado da ação municipal republicana; é a eterna influência eleitoral, é o lema da democracia sacrificando os interesses regionais e nacionais a princípios abstratos”¹⁷². Estas denúncias, que vai expondo, servem os seus propósitos propagandistas da doutrina integralista:

A monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar que defendemos, com o princípio da competência das competências, com o anulamento da ação partidária ou política, com a descentralização administrativa, com o seu sistema rígido e seus princípios assentes em alicerces imorredouros teria sem dúvida procedido bem diversamente¹⁷³.

É ainda neste segundo número, na secção “Revista da Quinzena”, que ficamos a saber que AFB deixava a revista por ter decidido alistar-se no exército, “pondo de parte a sua vida intensa de trabalho para envergar a farda e empunhar a espada em defesa da

¹⁶⁵ *Idem.* Sublinhado do autor.

¹⁶⁶ *Idem.*

¹⁶⁷ *Idem.* Sublinhado do autor.

¹⁶⁸ A. de F.B., “Interesses Regionais”, *A Tradição*, nº 2, 09-06-1917, p.8.

¹⁶⁹ *Idem.*

¹⁷⁰ *Idem.*

¹⁷¹ *Idem.*

¹⁷² *Idem.*

¹⁷³ *Idem.*

Pátria. Não que houvesse chegado a sua vez, porque outros estão antes dele; mas por se ter apresentado voluntariamente ao sacrifício”¹⁷⁴.

Poucos meses depois, no dia 27 de dezembro de 1917, reaparece na Madeira o semanário *O Realista*, que estava suspenso desde 1915. Surge com o número quatro, embora fosse o primeiro da segunda série, a partir da qual passava a ser o “órgão do Integralismo Lusitano na Ilha da Madeira”, conforme indicado em subtítulo. No canto superior esquerdo, ostentava a imagem do pelicano com a inscrição “pola lei e pola grei”. Alfredo de Freitas Branco vinha agora assumir o cargo de diretor do semanário, como também o de redator principal e editor. Definindo os propósitos do novo órgão integralista, AFB declarava: “o nosso objetivo é *fixar, congregar, solidificar* os nossos princípios, chamar à nossa bandeira *todas* as energias, *todas* as boas vontades capazes de sustentar a Pátria na fatal derrocada”¹⁷⁵. E apelando à coesão do grupo, proclamava: “O que pretendemos, no momento crítico que atravessamos, é chamar às armas *todos os monárquicos, todos* os bons patriotas, unir fileiras e caminhar para a vitória, com a alma serena e confiantes em Deus, porque Deus é conosco”¹⁷⁶. Para concretizar tal projeto, AFB considerava essencial organizarem-se, mas, “*sem ambição de mandos, sem a preocupação de honrarias ou distinções*”¹⁷⁷, sendo ainda fundamental desenvolver uma “ação educadora e orientadora”¹⁷⁸, através da publicação de artigos com esse conteúdo. Neste sentido, o jovem integralista comprometia-se a combater “enérgica e lealmente, corpo a corpo e de frente erguida”¹⁷⁹ e a lutar “contra as ideias e os factos pestíferos e mórbidos que as democracias espalham, mas sem descermos às minúcias, *sem que nos preocupem as questões pessoais e as causas mesquinhas*”¹⁸⁰.

Nesta fase de atividade integralista, além da colaboração na imprensa periódica, Freitas Branco estreia-se como escritor e publica as suas primeiras obras: *O Destino* (1915); *Anna Clara* (1916); *No exílio: scenas da vida dos conspiradores monarchicos* (1917) e *Charcos* (1917). Estes livros, de forte componente biográfica, refletem o pensamento integralista e contêm descrições das suas vivências na luta pela causa monárquica e da experiência no exílio. Na segunda parte deste trabalho, será analisado com mais detalhe a obra *O Destino* (1915).

¹⁷⁴ “Revista da Quinzena - Alfredo de Freitas Branco”, *A Tradição*, nº 2, 09-06-1917, p.12.

¹⁷⁵ Alfredo de Freitas Branco, “Definindo Atitudes”, *O Realista*, nº 4, 27-12-1917, p. 1. Sublinhado do autor.

¹⁷⁶ *Idem*. Sublinhado do autor.

¹⁷⁷ *Idem*. Sublinhado do autor.

¹⁷⁸ *Idem*.

¹⁷⁹ *Idem*.

¹⁸⁰ *Idem*. Sublinhado do autor.

Em janeiro de 1918, AFB regressa a Lisboa, tendo o semanário *O Realista* publicado uma notícia, na edição de 24 de janeiro desse ano, com o título “Alfredo de Freitas Branco”, dando conta daquela viagem do seu diretor e elogiando o trabalho desenvolvido em prol da causa que defendiam:

Este jornal deve a Alfredo de Freitas Branco tudo quanto, em melhor doutrina, aqui tem sido publicado. Num valiosíssimo trabalho de toda a hora, o nosso prezadíssimo amigo tem dado ao *Realista* todos os frutos da sua clara inteligência, do seu comprovado desassombro e do seu excelente espírito de combatividade¹⁸¹.

Na capital, prossegue a sua colaboração no diário *A Monarquia*, órgão do grupo integralista. *O Realista*, no mês de fevereiro seguinte, transcreve as palavras elogiosas que *A Monarquia* dirigiu a Alfredo de Freitas Branco:

Regressou da Madeira este nosso querido amigo. A sua ação política no Funchal representa um grande triunfo para a ideia integralista. Alma ardente de apóstolo e de combativo, não há dificuldades que resistam à sua vontade obstinada nem desânimos que o enfraqueçam nos seus desígnios.

Deixa na Madeira uma bela obra e vem agora continuar ao nosso lado a sua cruzada persistente e entusiástica (...)¹⁸².

Sidónio Pais estava no governo desde finais de 1917 e tinha o apoio dos integralistas. Alfredo de Freitas Branco ficou fascinado por esta figura, tornando-se um dos seus mais fervorosos apoiantes e seguidores, tendo sido um dos homens a prender o assassino do ‘Presidente-Rei’ (como lhe chamou Fernando Pessoa). Frequentava, então, o curso de oficial na Escola de Guerra, da qual viria a ser demitido, no ano seguinte (a 29 de maio de 1919), devido ao seu envolvimento na formação de Juntas Militares, para defesa do regime edificado pelo malgrado presidente¹⁸³. Anos mais tarde, viria a dedicar-lhe um livro, intitulado *Paixão e morte de Sidónio* (1928).

Freitas Branco participou, também, em várias conspirações monárquicas, após as derrotas de Monsanto e da proclamação da Monarquia do Norte, nas quais também colaboraram integralistas. Na obra *Paixão e morte de Sidónio* (1928), o autor relata as diversas conspirações em que participou, como já referimos, que acabaram por

¹⁸¹ “Alfredo de Freitas Branco”, *O Realista*, nº 8, 24-01-1918, p. 1.

¹⁸² “Alfredo de Freitas Branco”, *O Realista*, nº 11, 14-02-1918, p. 1.

¹⁸³ Alfredo de Freitas Branco foi demitido do Exército, a 29 de maio de 1919, acusado de “ser um dos responsáveis pela formação das Juntas Militares e por ter incorrido no crime previsto na “alínea b) do nº. 4 do artº. 2º. do Dº. nº. 5368 de 8 de abril, nos termos do Dº. de 17 de maio” Cf. VPC (1928a), *Paixão e morte de Sidónio*, Funchal, Tip. Esperança, p. 74.

fracassar, por quebra de sigilo, denúncias e intrigas¹⁸⁴. Segundo relata, a primeira, depois de Monsanto, foi dirigida pelo coronel Botelho de Vasconcelos, a partir da sua própria residência, mas, “essa revolução, que chegou a causar apreensões ao Governo, fracassava pela falta de segredo”¹⁸⁵. O coronel Botelho de Vasconcelos e outros conspiradores foram presos, enquanto AFB se refugiou na Madeira durante alguns meses. De regresso a Lisboa, reencontrou vários companheiros que preparavam, em segredo, uma segunda revolução. Faziam parte da organização, o advogado D. António de Bourbon (Lindoso), Francisco Beliz, o engenheiro José Joaquim Rosado Padinha e o Dr. Vasco de Mendonça Alves. Todavia, esta conspiração fracassou devido à intromissão dos políticos na organização. Depois, uma terceira conspiração, na qual o Dr. António Fontes “conseguiu formar um novo *comité* e dar certa unidade e agitação à conjura”¹⁸⁶. Foi marcado o dia e a hora para a revolta e foram distribuídos a “*senha e santo*”¹⁸⁷, porém, acabou por não acontecer, porque o sinal não chegou. Desta vez, AFB refugiou-se numa Quinta, perto de Tomar. Pouco tempo depois, apareceu uma nova organização, constituída por D. Fernando de Souza Coutinho e pelo Capitão Gastão de Matos, que também fracassou, devido a uma denúncia à polícia. Ainda houve outra tentativa, “um esboço da conspiração organizado pelos *Sidonistas* da velha guarda, mas que pouco ou nada conseguiu”¹⁸⁸. Apesar dos sucessivos fracassos das intentonas, os conspiradores não desistiam. Novamente, a conjurar contra a democracia, envolveram-se noutra intriga, desta vez por meio do Coronel Montês, um militar perseguido pelo regime de então. Falhada esta nova tentativa, surge outra, arquitetada pelo capitão de cavalaria Solano de Almeida que, no Consulado de Sidónio Pais, fora Governador de Coimbra. Esta também não teve êxito devido a intrigas políticas. Foi então que João de Castro conseguiu reunir elementos de vários sectores da sociedade portuguesa, através do seu movimento nacionalista, seguindo o pensamento de Sidónio Pais. Mais uma vez, os políticos e as suas intrigas venceram e muitos conspiradores acabaram no Forte de S. Julião.

¹⁸⁴ Ver: VPC (1928), *op. cit.*, pp. 74-83.

¹⁸⁵ *Idem*, p. 76. Carlos Alexandre Botelho de Vasconcelos, coronel de cavalaria, reformado, que lutou com Sidónio Pais na Rotunda, foi assassinado na revolução de 19 de outubro de 1921 (na “Noite Sangrenta”), no Arsenal da Marinha.

¹⁸⁶ *Idem*, p. 77. Sublinhado do autor.

¹⁸⁷ *Ibidem*.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 79. Sublinhado do autor.

Alfredo de Freitas Branco garante que só não participou na revolta militar de 18 de abril (de 1925)¹⁸⁹, por ter sido submetido a uma operação cirúrgica, embora afirme ter contribuído na preparação do movimento com “todos os esforços e energias”¹⁹⁰, sendo solicitada a sua colaboração e do seu grupo, pelo capitão Luís Correia Acciaioli Teles de Menezes. Na verdade, foi através daquele capitão que, segundo certifica, conheceu pessoalmente o tenente-coronel Raul Esteves e o comandante Filomeno Câmara, que faziam parte daquele pronunciamento. Relativamente à insurreição de 18 de abril, Freitas Branco assegura que “havia tal certeza na vitória, que os dirigentes resolveram dispensar os elementos civis e forçar o governo à demissão sem um tiro e só pela ação das forças regulares”¹⁹¹.

Depois do fracasso das conspirações restauracionistas, e na sequência das divergências que surgiram entre os integralistas, devido à cisão dinástica, AFB manteve-se no grupo que aderiu à Ação Tradicionalista Portuguesa (ATP), formada em 1921, a qual, a partir de 1923, passou a ser conhecida por Ação Realista Portuguesa (ARP), tendo como órgão a revista *Acção Realista*¹⁹², então dirigida pelo madeirense Ernesto Gonçalves (1898-1982)¹⁹³.

Por esta altura, Alfredo de Freitas Branco, já Visconde do Porto da Cruz, publica um artigo na revista *Acção Realista*, no qual enaltece e “saúda os sindicatos monárquicos e quantos caminham confiantes na vitória da Monarquia Nova”¹⁹⁴. Uns meses mais tarde, escreve outro artigo, deixando claro a sua posição face ao constitucionalismo, considerando “que é tão antipatriótico como a República, que tem

¹⁸⁹ Conhecida por Golpe dos Generais, a revolta militar de 18 de abril de 1925 envolveu oficiais gerais no ativo, organizada pelo capitão-de-fragata Filomeno da Câmara, pelo general João José Sinel de Cordes, pelo coronel Raul Augusto Esteves e pelo capitão Jaime Baptista. É também considerado como o primeiro ensaio do golpe de 28 de maio de 1926.

¹⁹⁰ VPC (1928), *op. cit.*, p. 84.

¹⁹¹ *Idem*, p. 86.

¹⁹² A revista *Acção Realista*, órgão da Ação Realista Portuguesa, iniciou a sua publicação em Lisboa, a 22 de maio de 1924. A periodicidade da publicação pretendia ser quinzenal, embora nem sempre tenha cumprido com rigor esta frequência. Deu à estampa 32 números, em 3 séries, de maio de 1924 a outubro de 1926: a primeira série corresponde ao Ano I, 1924 (de 22 de maio a 15 de dezembro); a segunda série corresponde ao Ano II, 1925 (de 1 de janeiro a 15 de dezembro); a terceira série corresponde ao Ano III, 1926, saindo apenas 4 números, com publicação mensal de janeiro a março (números 1 a 3) e em outubro o número 4. As instalações da redação situavam-se na Rua da Barroca, 59. A revista *Acção Realista* era dirigida por Ernesto Gonçalves, que era também o redator principal. O editor era António Ferreira Júnior e nela colaboraram, entre outros, Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, Paiva Couceiro e o Visconde do Porto da Cruz.

¹⁹³ Sobre o integralista Ernesto Gonçalves, vejam-se os trabalhos de Nelson Veríssimo (1991), “Ernesto Gonçalves e o Integralismo Lusitano”, *Isleña*, Nº 8, Funchal, DRAC, pp. 23-30 e de Emanuel Janes (1996), “O integralista Ernesto Gonçalves e o Estado Novo”, *Isleña*, Nº 18, Funchal, DRAC, pp. 154-158 e *Idem* (1997), *op. cit.*, pp.79-103.

¹⁹⁴ Visconde do Porto da Cruz, “Aos Combatentes da Monarquia Nova”, *Acção Realista*, nº 2, 10-06-1924, p. 30.

tantas responsabilidades como a República, que é tão maçónico e anticatólico como a República”¹⁹⁵, assumindo mesmo que “não hesitava um segundo em me afastar do Rei para servir a Pátria”¹⁹⁶, caso “El-Rei deixasse de servir a Pátria para servir o constitucionalismo”¹⁹⁷, embora achasse que seria uma “circunstância inverosímil e impossível”¹⁹⁸. Na revista *Acção Realista*, o Visconde do Porto da Cruz assina, ainda, dois artigos, onde se insurge contra os judeus, revelando um carácter antisemita¹⁹⁹. Nestes textos, sob o título de “O Perigo Judeu I” e “O Perigo Judeu II”, confessa a sua aversão aos judeus, a “instintiva repulsa que essa raça”²⁰⁰ lhe causava. Segundo afirma, deveu-se ao liberalismo a entrada de judeus no exército português, na marinha e nos altos cargos da função pública. Acusa os judeus de inspirarem a lei do divórcio e de destruir a organização social, assente na família e na religião, que os judeus procuravam enfraquecer.

Com a organização da Acção Realista Portuguesa, o IL foi suspendendo gradualmente a sua atuação política, reforçando a sua atividade doutrinária, focalizado sobretudo no sindicalismo e no nacionalismo. Esta nova fase ideológica influenciou também as movimentações de Freitas Branco, que em 1923, realiza conferências, abordando as temáticas da questão social e do sindicalismo. Com efeito, no dia 7 de junho de 1923, no Centro Sidónio Pais, em Lisboa, Freitas Branco leva a público uma conferência com o tema “A questão social – Sindicalismo-Morte, Sindicalismo-Vida”²⁰¹.

No mesmo ano, realizou um ciclo de conferências, no Núcleo Regional de Lisboa das Juventudes Monárquicas Conservadoras, sob o título de “Sindicalismo-Morte, Sindicalismo-Vida”. O estudo foi exposto num total de quatro conferências, tendo o seu orador definido a seguinte forma de apresentação:

¹⁹⁵ Visconde do Porto da Cruz, “Definindo bem”, *Acção Realista*, nº 8, 20-09-1924, p. 153-156.

¹⁹⁶ *Idem*.

¹⁹⁷ *Idem*.

¹⁹⁸ *Idem*.

¹⁹⁹ Visconde do Porto da Cruz, “O Perigo Judeu I”, *Acção realista*, nº 3, 01-07-1924, pp. 53-55 e *Idem*, “O Perigo Judeu II”, *Acção realista*, nº 5, 01-08-1924, pp. 96-98.

²⁰⁰ Visconde do Porto da Cruz, “O Perigo Judeu I”, *Acção realista*, nº 3, 01-07-1924, p. 53.

²⁰¹ Sobre este assunto, vejam-se as notícias publicadas na imprensa da época, patentes no seu espólio, à guarda do ABM, agrupadas num caderno que contém recortes de jornais, nomeadamente, *Correio da Manhã* (05-06-1923 e 09-06-1923); *A Época* (06-06-1923 e 09-06-1923); o *Mundo* (08-06-1923) e *A Pátria* (08-06-1923). No mesmo caderno encontram-se 16 recortes de jornais (não estão identificados), que se referem ao ciclo de conferências realizadas no Núcleo Regional de Lisboa das Juventudes Monárquicas Conservadoras, versando a mesma temática. Cf. ABM – Espólio do Visconde do Porto da Cruz, Cx. 4. Caderno contendo vários recortes de jornais, da imprensa periódica regional e nacional, intitulado “Críticas aos Trabalhos de Alfredo de Freitas Branco (Visconde do Porto da Cruz)”.

1ª Conferência:
1 – A época que atravessamos 2 – História e Trabalho 3 – Correntes Sindicalistas
2ª Conferência:
1 – O Capital e o Trabalho 2 – Organização da Classe Trabalhadora
3ª Conferência:
1 – França: a) A revolução francesa e as suas consequências na vida social b) Organização sindicalista c) Sindicalismo Cegetista [<i>sic</i>] e sindicalismo Nacionalista 2 – Itália: a) Desorientação dos governos burgueses, o avanço socialista b) O fracasso socialista, reação salvadora e Engrandecimento Nacional pelo Fascismo 3 – Espanha: a) Esboço de organização sindicalista
4ª Conferência:
<u>Portugal:</u> a) História do Sindicalismo Português b) Sindicalismo agrário c) Sindicalismo vermelho e Sindicalismo branco d) Bases sindicalistas para a futura Monarquia

O Visconde do Porto da Cruz participou, ativamente, no movimento militar de 28 de maio de 1926, junto de outros camaradas integralistas. No início, consta que terá ficado desiludido com o governo do General Gomes da Costa²⁰², por não se cumprirem as promessas de “fazer justiça aos demitidos e separados”²⁰³ do Exército. Quando foi reivindicar tais garantias, respondeu-lhe o tenente Pinto Correia, ajudante de campo de Gomes da Costa “que havia coisas mais importantes a resolver”²⁰⁴, ficando claro para o Visconde que “o delírio da febre do triunfo leva a tudo esquecer e não deixa recordar que nada há de mais incerto que o poder”²⁰⁵. Contudo, acabou por apoiar a Ditadura, após o golpe de 2 de fevereiro de 1927, afirmando que “nas rédeas do Governo havia pulso cabeça e vontade”²⁰⁶.

Nesta nova fase doutrinária integralista, Freitas Branco irá também aproximar-se dos movimentos nacionalistas e fascistas que então se desenvolviam na Europa, principalmente em Itália e em Espanha. Em 1930, realiza uma conferência no Centro

²⁰² Manuel de Oliveira Gomes da Costa (1863-1929), 10.º presidente da República Portuguesa (29 de junho de 1926 a 9 de julho de 1926). Chega ao poder depois de liderar o golpe militar de 28 de maio de 1926 que, a partir de Braga, põe fim à I República. Apenas cerca de um mês sobre a sua posse, é demitido, preso e exilado, sendo substituído por Óscar Carmona. Cf. “Manuel de Oliveira Gomes da Costa (1863-1929)”, in *Museu da Presidência da República*. Disponível em: <https://www.museu.presidencia.pt/pt/conhecer/presidentes-da-republica-biografias/presidentes-da-ditadura/gomes-da-costa/> (consulta em 31-03-2020).

²⁰³ VPC (1928a), *op. cit.*, p. 83.

²⁰⁴ *Idem.*

²⁰⁵ *Idem.*

²⁰⁶ *Idem.*, p. 96.

Monárquico da Madeira, tendo como tema a “Questão Social”. Entre os vários tópicos abordados, como a ação da Revolução Francesa na vida social, elogia a Ditadura pela forma como tem olhado para os pontos de vista que o Sindicalismo defende, e evidenciando o seu patriotismo. Idealizou o que poderia ser um novo sistema tradicionalista e antiparlamentar, e focou, também, o exemplo da Itália Fascista e a tentativa do Marquês de Stela em Espanha²⁰⁷.

Na verdade, em 1933, o Visconde do Porto da Cruz, entretanto seduzido pelo Fascismo, aderiu ao movimento nacional-sindicalista (conhecidos pelos Camisas Azuis), liderado por Rolão Preto, que reunia antigos integralistas e antigos membros da Acção Realista Portuguesa. Mais tarde, após a dissolução do movimento, iria colaborar com o Estado Novo e admirar a figura de Oliveira Salazar, até, por fim, desencantar-se com a política.

3.2.3 O fascínio por Sidónio Pais

Como já referimos no ponto anterior, Alfredo de Freitas Branco ficou fascinado pela figura de Sidónio Pais, em 1918, tornando-se um dos seus mais fervorosos apoiantes. Contudo, este fascínio não terá sido imediato. Na verdade, quando Sidónio Pais chega ao poder, em dezembro de 1917, Freitas Branco encontrava-se na Madeira, onde dirigia o semanário *O Realista*. Nele publica um artigo revelando indiferença ao novo governo:

Dizem-nos que está implantado em Portugal um novo estado de coisas, imposto por uma revolução, e que já não traz no estandarte a trilogia demagógica de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, mas *Liberdade, Igualdade e Tolerância*. É-nos absolutamente indiferente a nova situação, que nem nos chega a interessar²⁰⁸.

No seu entender, o novo governo era “um incidente do regime que nos governa, um fruto duma revolução permanente”²⁰⁹. Porém, quando chega a Lisboa, no início de 1918, deslumbra-se por Sidónio Pais, passando a ser um dos seus seguidores.

Alfredo de Freitas Branco, como já tivemos oportunidade de referir, era integralista, e os integralistas apoiavam o sidonismo. Tal circunstância poderá, por um

²⁰⁷ “Centro Monárquico da Madeira - Conferencias”, *Diário da Madeira*, Ano XIX, Nº 5560, 22-02-1930, p. 1.

²⁰⁸ A Redação, “No Nosso Posto” *O Realista*, nº 4, 27-12-1917, p. 1. Sublinhado do autor.

²⁰⁹ *Idem*.

lado, ter contribuído para a sua mudança de opinião, relativamente ao novo chefe do governo português. Por outro lado, Sidónio Pais era germanófilo, tal como o jovem Alfredo, o que nos leva a crer que este ponto de convergência com o Presidente tenha também facilitado a sua adesão ao sidonismo.

Sidónio Pais havia sido Ministro plenipotenciário de Portugal em Berlim, desde 17 de agosto de 1912 até 9 de março de 1916, data em que a Alemanha declarou guerra a Portugal. Tendo de regressar ao país, devido ao conflito mundial, foi colocado na secretaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 5 de dezembro de 1917, liderou um movimento, protagonizado por uma Junta Militar Revolucionária, que resultou na dissolução do Parlamento e na destituição do então presidente da República, Bernardino Machado. Pouco tempo depois, Sidónio Pais assume a Presidência da República, após nova eleição, vindo a ser eleito presidente da República, a 28 de abril de 1918, por sufrágio direto. Enquanto presidente da República, tornou-se um líder forte e carismático, instituiu um regime de tipo presidencialista, que ficou conhecido por *República Nova*, governando de forma ditatorial. A sua governação durou pouco mais de um ano e terminou de forma trágica, com o seu assassinato. O ditador sofreu um primeiro atentado, a 5 de dezembro de 1918, conseguindo escapar incólume. Porém, poucos dias depois, no dia 14 desse mesmo mês, é assassinado por José Júlio da Costa, na Estação do Rossio, em Lisboa, onde ia apanhar o comboio para o Porto.

Alfredo de Freitas Branco encontrava-se na Estação do Rossio naquela noite trágica e foi um dos homens a prender o assassino do Presidente. Nas suas memórias, recordou o momento em que prendeu o homicida, quando este tentava escapar:

E tão preocupado estava com a ideia de fugir que, aproveitando-se da confusão e do pânico conseguiu libertar-se justamente no momento em que eu chegava com o Morais Sarmiento e logo o detivemos tão solidamente que não mais logrou tentar um movimento nem pensar na fuga²¹⁰.

Na época, Freitas Branco era aluno na Escola de Guerra. Ele e outros rapazes da Escola tentaram manter o prisioneiro a salvo, enquanto a multidão clamava por justiça, a crermos no seu testemunho: “Pois foi uma árdua tarefa pôr a salvo José Júlio da Costa, que prometia todas as revelações e se apresentava apavorado ante a eminência do linchamento”²¹¹. Confessou, portanto, não ter sido fácil sair da Estação com o prisioneiro, perante um povo que pretendia fazer justiça pelas próprias mãos: “Por duas

²¹⁰ VPC (1928), *op. cit.*, pp. 14-15.

²¹¹ *Idem*, p. 15

vezes nós, os rapazes da Escola e os nossos oficiais, quisemos conduzir o facínora e por duas vezes tivemos de desistir diante das ameaças e das exigências de entrega do preso!”²¹².

Mais tarde, já na Escola de Guerra, Freitas Branco recebeu a notícia da morte do presidente, que o terá deixado desolado, segundo confessou:

Sidónio Pais estava tão arreigado no meu espírito, era tal a fé, o fetichismo, a esperança no futuro que eu sentia adstritos àquele Homem, que a notícia, jamais pensada, da sua morte foi como um golpe de machado vibrado em pleno cérebro!²¹³

É, pois, neste quadro de consternação que se envolve nas Juntas Militares formadas após a morte de Sidónio Pais, para defesa do regime sidonista, e que levariam à sua demissão do exército, como já referimos no ponto anterior.

No livro *Paixão e morte de Sidónio* (1928), onde recorda a figura de Sidónio Pais, Freitas Branco, num desabafo, afirma que “apesar de tudo, era inequívoco que a obra de Sidónio Pais ruía às mãos daqueles que tinham tomado o compromisso solene de a continuar e que, tendo com ele trabalhado, melhor do que ninguém conheciam os seus processos e objectivas [*sic*]”²¹⁴

3.3 Regimes ditatoriais

As consequências da Primeira Guerra Mundial foram devastadoras para a Europa, com um elevado número de perdas humanas, um continente com uma população envelhecida, um pesado balanço de destruição material e uma grave crise financeira. O conflito fomentou o desequilíbrio social, formando-se novos-ricos e outros mais pobres. Os assalariados e os camponeses pobres sofrem com a escalada de preços, que não acompanham os rendimentos. Os banqueiros, os grandes agricultores e alguns industriais, que beneficiaram com a guerra, vão constituir uma classe de novos-ricos. A Europa sai da guerra endividada e arruinada, sendo que, os grandes países industriais extraeuropeus são os maiores beneficiários do conflito, sobretudo os Estados Unidos da América, que passam a ser os principais fornecedores do continente europeu.

²¹² *Idem*, p. 16

²¹³ *Idem*, p. 18

²¹⁴ *Idem*, p. 35.

Depois da guerra gera-se uma vaga revolucionária na Europa, encorajada pelo governo bolchevique. Em 1920, tinha fracassado esta onda de revoluções, exceto na Rússia, mas os governos da Europa Ocidental reprimem e isolam a Rússia do resto da Europa. A partir desse momento, a vida política é dominada pela crença numa ameaça revolucionária, organizada pelos comunistas russos. A democracia do pós-guerra surge fragilizada, à crise política e social somam-se os tumultos em vários países europeus, culminando com a chegada ao poder de governos autoritários. A democracia liberal é atacada em duas frentes:

À esquerda, pela ascensão do comunismo. No imediato pós-guerra este parecia encontrar-se em vias de se estender a toda a Europa, mesmo considerando que pouco depois a corrente revolucionária não demora a sofrer com as cisões ocorridas em 1920-1921 a propósito do problema da adesão à III Internacional. À direita, a democracia está ameaçada pelos movimentos de tendência autoritária, particularmente ativos nos países vencidos ou descontentes pela forma como a conferência de paz regulou os destinos da Europa, e que retoma, amplificando-as, as teses nacionalistas como forma de agravo ao parlamentarismo e à sua falta de eficácia²¹⁵.

Na Rússia, Lenine havia tomado conta do poder, em 1917, com o apoio do Exército Vermelho, fundado por Trotsky. O seu sucessor, Estaline, conseguiu fortalecer a economia do Estado, e governou a União Soviética numa ditadura. Em Itália, uma crise política e social abre caminho para Mussolini, que chega ao poder, em 1922; em Espanha e em Portugal, regimes autoritários substituem os democráticos.

Em suma, na primeira metade do século XX, marcada por conflitos violentos e graves crises a todos os níveis, ascenderam ao poder, em vários Estados europeus, regimes autoritários e totalitários. Neste quadro, nos próximos pontos, exploramos o comportamento de Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, face à conjuntura internacional, e que repercussões teve na sua conduta.

3.3.1 Sedução fascista italiana e adesão ao Nacional-Sindicalismo

O Visconde do Porto da Cruz foi partidário de regimes ditatoriais, fascistas e nacional-socialistas, que surgiam na Europa após a Primeira Guerra Mundial, nomeadamente, o regime fascista de Mussolini, em Itália, e o nazismo de Hitler, na

²¹⁵ Cf. Serge Berstein e Pierre Milza (2007), *História da Europa*, Lisboa, Plátano, p.73.

Alemanha, chegando a abraçar, em 1933, o movimento do Nacional-Sindicalismo, de inspiração fascista, dirigido por Francisco Rolão Preto (1893-1977)²¹⁶.

Com efeito, cedo manifestou o seu interesse pela ideologia fascista, chegando a abordar o desenvolvimento do fascismo em Itália, em 1923, num ciclo de conferências, sob o título de “A questão social – Sindicalismo-Morte, Sindicalismo-Vida”, já referido neste trabalho. Anos mais tarde, entre 1928 e 1929, claramente seduzido pelo fascismo italiano, o Visconde publica vários artigos de opinião, no periódico *O Jornal*, discorrendo sobre o regime totalitário em Itália²¹⁷. Em agosto de 1928, a propósito da chegada ao Funchal das forças da Divisão Naval Italiana, sob o comando do almirante Ettore Rota, o Visconde do Porto da Cruz demonstra o seu entusiasmo por ver fundear os couraçados “Pisa” e “Ferruccio”²¹⁸, e faz uma retrospectiva à vitória das forças fascistas em Itália, lembrando o Congresso Fascista de Nápoles, e a Marcha sobre Roma²¹⁹, em outubro de 1922, que daria a vitória a Benito Mussolini. É neste quadro que revela toda a sua admiração pelo *Duce*, a quem dirige fervorosas palavras: “Benito Mussolini, o maior Homem do nosso século, o grande chefe do Fascismo, o escolhido de Deus para salvar a Itália, e orientar a civilização cristã à frente dos destinos do seu país”²²⁰. O Visconde acreditava que a política do *Duce* fizera a Itália “vence[r] a desordem que a levava para a derrocada”²²¹, e afirma que, mais tarde, o fascismo triunfante seria adotado noutros países, sendo a política de Mussolini “o molde por onde se regulam e orientam as nações que reagem, que se empenham pelo seu

²¹⁶ Francisco de Barcelos Rolão Preto (1893-1977) – Integralista e líder do movimento Nacional-Sindicalista. Colaborou nas incursões monárquicas, lideradas por Paiva Couceiro, em 1911-1912, a partir da Galiza. Esteve exilado na Bélgica, onde veio a ser o secretário da revista *Alma Portuguesa*. Licenciou-se em Ciências Sociais, em Lovaina, e mais tarde partiu para Toulouse, onde concluiu o curso de Direito, em 1917. Regressado a Portugal, após a amnistia, integrou o Integralismo Lusitano, colaborou no órgão integralista *A Monarquia*. Simpatizante do fascismo, em 1932, dirigiu o jornal *Revolução* e fundou o movimento Nacional-Sindicalista. Opositor do regime salazarista, foi detido e forçado a exilar-se em Espanha, sendo o nacional-sindicalismo proibido através de uma nota oficiosa. Mais tarde, regressado a Portugal, apoiou a candidatura de Quintão Meireles nas eleições de 1951 e a de Humberto Delgado, em 1958.

²¹⁷ A este respeito, vejam-se os seguintes artigos no periódico *O Jornal*, com a assinatura do Visconde do Porto da Cruz: “A Divisão Naval italiana” (n.º 477, 23-08-1928); “Antecedentes do Fascismo” (n.º 565, 07-12-1928); “Sindicalismo Fascista” (n.º 597, 19-01-1929); “A grande obra fascista” (n.º 601, 24-01-1929) e “A ressurreição romana pelo fascismo” (n.º 606, 30-01-1929).

²¹⁸ A propósito da chegada dos navios da Divisão Naval Italiana, veja-se a notícia publicada n’ *O Jornal*, no dia 21 de agosto de 1928, a qual se refere aos barcos, descrevendo algumas características, como o peso e as dimensões, entre outras. Cf. “A Divisão Naval Italiana”, *O Jornal*, n.º 475, 21-8-1928, p.1.

²¹⁹ A Marcha sobre Roma, ocorrida no dia 28 de outubro de 1922, foi uma manifestação levada a cabo por fascistas de toda a Itália, que marcharam em direção a Roma, capital do país, para pressionar o rei Vitor Emanuel III, a declarar Mussolini como chefe de Estado. O rei destituiu o primeiro-ministro de então e convidou Benito Mussolini a formar novo governo, que estabeleceu a sua ditadura totalitária.

²²⁰ Visconde do Porto da Cruz, “A Divisão Naval italiana”, *O Jornal*, n.º 477, 23-08-1928, p. 1.

²²¹ *Idem*.

ressurgimento”²²². Neste sentido, aponta como exemplos os casos de Espanha, pela ação do general Primo de Rivera, e da Polónia, pela mão de Mauchel Pilsudski. Estas considerações fazem o Visconde recordar a figura de Sidónio Pais asseverando que o antigo presidente português, “antes de todos, anteviu a solução do problema nacional e social”²²³. Desta forma, aplaude o governo da ditadura em Portugal, por seguir “a rota que Sidónio desejou trilhar”²²⁴, procurando adaptar no país os exemplos fascistas europeus.

Quatro meses depois, em dezembro, no mesmo jornal, analisando a política italiana do pós-guerra, no período entre 1919 e 1921, menciona o fomento da propaganda comunista, e refere lutas partidárias e divisões internas que surgiram, sobretudo, entre os socialistas. Neste sentido, declara que tais divergências teriam resultado “num caos onde ninguém se entendia, onde as fações partidárias se multiplicavam”²²⁵. No mesmo artigo, passa em revista o ambiente social e político que então se vivia em Itália, desde o surgimento do partido popular liderado por Dom Sturzo²²⁶; refere o agravamento de conflitos entre patrões e operários; menciona o descontentamento generalizado e a incapacidade demonstrada pelo governo de Nitti²²⁷ em responder aos problemas do momento, apontando ainda diferendos entre opositores e apologistas da participação na Grande Guerra. Tais constatações levam o Visconde a considerar que “diante de todos estes factos a Itália começava a sentir que só um Ditador a salvaria do cataclismo”²²⁸.

No primeiro mês do novo ano de 1929, publica três artigos abordando a temática do fascismo italiano, relembrando os acontecimentos que levaram Mussolini ao poder e nos quais exprime as suas convicções quanto à figura carismática de Mussolini e a sua admiração pelo *Duce*. Atente-se, por exemplo, às suas convicções de que Mussolini seria o responsável pela reconstrução nacional italiana, tendo ainda conquistado o respeito de outras nações:

²²² *Idem*.

²²³ *Idem*.

²²⁴ *Idem*.

²²⁵ Visconde do Porto da Cruz, “Antecedentes do Fascismo”, *O Jornal*, nº 565, 07-12-1928, p. 1.

²²⁶ Dom Luigi Sturzo (1871-1959) foi um sacerdote católico e político italiano, e um dos fundadores do Partido Popular Italiano, em 1919. Opositor do Fascismo de Benito Mussolini foi forçado ao exílio de 1924 a 1946, primeiro em Londres e Paris e depois em Nova Iorque. Regressou à Itália após o fim da Segunda Guerra Mundial.

²²⁷ Francesco Saverio Nitti (1868-1953) – nasceu em Melfi, Basilicata. Foi jornalista, político e opositor do Fascismo e de Mussolini. Ocupou o cargo de primeiro-ministro da Itália entre 23 de junho de 1919 até 15 de junho de 1920.

²²⁸ Visconde do Porto da Cruz, “Antecedentes do Fascismo”, *O Jornal*, nº 565, 07-12-1928, p. 1.

[...] Benito Mussolini, o «Duce», o Redentor da Itália empenhou todas as suas energias e dispôs todos os elementos para bem zelar e impor com justiça os direitos do Povo. Feita a reconstituição do Estado renovada, alicerçada solidamente a Nação Italiana, assegurada a ordem e o equilíbrio da vida interna, o Ditador voltou-se para o prestígio nacional além fronteiras. E com uma diplomacia admirável, esse Homem único, incomparável, sem largar as rédeas que bem orientavam a governação pública dentro dos Domínios Romanos, conseguiu impor-se diante das mais fortes e orgulhosas potências, fazendo valer nas questões internacionais os pontos de vista que Roma apontava ou perfilhava²²⁹.

Já em 1930, numa conferência proferida no Centro Monárquico da Madeira, intitulada “Questão Social”, o Visconde, entre outros tópicos apresentados, terá manifestado as suas preferências pelos regimes ditatoriais, conforme sugere uma notícia publicada no *Diário da Madeira*, no dia 22 de fevereiro daquele ano:

Na terceira parte o conferente idealiza o que poderia ser um novo sistema tradicionalista e antiparlamentar, defendendo e apologizando a representação regional e profissional, a remodelação no horário de trabalho, e a conveniência de interessar os operários na produção. Focou o exemplo da Itália Fascista, o desvairamento da Rússia e a tentativa nobre do Marquês de Stela em Espanha e evidenciou o patriotismo desassombrado e a abnegação dos homens da Ditadura de Portugal, esperando como todos os bons portugueses por melhores dias²³⁰.

Alguns anos mais tarde, na noite de 11 de maio de 1936, iria comemorar a vitória do fascismo italiano sobre a Abissínia, pronunciando um discurso, na festa dos Estudantes Nacionalistas da Universidade de Lisboa, que depois publicou em folheto sob o título de *A vitória latina* (1936). No seu discurso, o Visconde enalteceu Mussolini, considerando que a Itália “lutando contra todos os obstáculos [...] levou finalmente a [...] civilização latina ao coração dos bárbaros”²³¹. A sua opinião era, todavia, contrária à da imprensa europeia da época, que condenou a Itália pela utilização de armas químicas e pelos bombardeamentos aéreos contra a população etíope²³².

²²⁹ *Idem*, “A ressurreição romana pelo fascismo”, *O Jornal*, nº 606, 30-01-1929, p. 1.

²³⁰ “Centro Monárquico da Madeira - Conferências”, *Diário da Madeira*, nº 5560, 22-02-1930, p. 1.

Sobre esta conferência, veja-se as seguintes notícias, publicadas na imprensa da época (não assinadas): no *Diário da Madeira* (“A Questão Social”, nº 5555, 16-02-1930; “Centro Monárquico da Madeira - Conferência”, nº 5559, 20-02-1930; “Centro Monárquico da Madeira - Conferências”, nº 5560, 22-02-1930) e no *Diário de Notícias* (“Conferência”, nº 16668, 21-02-1930).

²³¹ Cf. VPC (1936), *A vitória latina*, Lisboa, Imprensa Lucas [Edição privada], [n.p.].

²³² José Barreto, no artigo “Fernando Pessoa e a invasão da Abissínia pela Itália fascista” (2009), afirma que “os bombardeamentos aéreos contra a população etíope e a utilização de armamento químico suscitaram uma onda de condenação da Itália na imprensa europeia”. Cf. José Barreto (2009), “Fernando Pessoa e a invasão da Abissínia pela Itália fascista”, *Análise Social*, vol. XLIV (193), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 696.

O Visconde do Porto da Cruz, seduzido pelo fascismo italiano, aderira, em 1933, ao movimento de extrema-direita do Nacional-Sindicalismo (MNS), fundado em 1932, sob a liderança carismática de Francisco Rolão Preto²³³. Na origem do movimento estaria a iniciativa de um grupo de estudantes universitários, quase todos pertencentes à Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, com a fundação do jornal *Revolução*²³⁴, em fevereiro de 1932. Em meados desse ano, Rolão Preto assume a direção do *Revolução*, convidado por aqueles jovens, visto também ser “o membro da Junta Central do IL que se encontrava mais próximo do ideal fascista que todos professavam”²³⁵. Alguns meses depois, lançam as bases da organização do Movimento Nacional Sindicalista, que seria a forma mais análoga ao fascismo, ocorrida em Portugal. Os seus filiados ficariam conhecidos pela designação de “Camisas Azuis”, que usavam como uniforme. Era também um movimento de inspiração católica que ostentava como símbolo a Cruz da Ordem de Cristo. O MNS organizou-se à escala nacional, tendo realizado vários comícios pelo país, e adotado métodos milicianos de propaganda, incluindo a saudação romana, uma tendência nas estruturas nacionalistas da época.

Na Madeira, o MNS inicia a sua ação nos começos de 1933. Fernão Favila Vieira²³⁶ é nomeado Delegado e fica responsável pela organização regional do movimento no Funchal.

²³³ Sobre o nacional-sindicalismo de Rolão Preto veja-se a publicação de António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis, Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*, Porto Alegre, EDIPUCRS; Recife, EDUPE, 2016. Consulte-se ainda, sobre o mesmo assunto, o livro de João Medina, *Salazar e os Fascistas: salazarismo e Nacional-Sindicalismo, a história dum conflito (1932-1935)*, Lisboa, Bertrand, 1978.

²³⁴ O jornal *Revolução - Diário Nacional-Sindicalista da tarde*, surge no dia 15 de fevereiro de 1932, em Lisboa. Editado por José de Almeida Carvalho, animavam-no jovens estudantes, quase todos de direito, oriundos do integralismo, que anteriormente publicavam a revista *Política* (1929-31), órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Entre os muitos colaboradores do *Revolução* estavam Amaral Pyrrait, António Pedro, António Tinoco, Alberto de Monsaraz, Chaves de Almeida, Dutra Faria. A partir de 28 de maio de 1932 (nº66), o diário passa a ser dirigido por Rolão Preto e torna-se o órgão do Nacional-sindicalismo. O *Revolução* é suspenso a 24 de julho de 1933 (nº415), reaparecendo a 21 de setembro desse ano (nº416). O último número sai a 23 de setembro de 1933 (nº 418). O jornal publicava uma secção intitulada “Galeria Nacionalista”, na qual figuravam fotos e pequenas biografias de simpatizantes do Nacional-Sindicalismo. Uma foto de Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz figura na galeria nacionalista do *Revolução* nº 322, de 3-4-1933, sendo autor do artigo “O Nacional-Sindicalismo na Madeira”, no nº 328, de 10-4-1933.

²³⁵ António Costa Pinto (2016), *op. cit.*, p.15. Veja-se ainda esta obra, pp.107-111, para conhecer com outro pormenor a ação dos fundadores do *Revolução*.

²³⁶ Fernão Henriques Perestrelo Favila Vieira (1901-1991) nasceu no Funchal, no dia 1 de outubro de 1901, onde veio a falecer a 11 de janeiro de 1991. Fez o curso do liceu no Funchal, e concluiu o curso de Direito na Universidade de Lisboa, regressando à Madeira, onde exerce a sua profissão de advogado. Colaborou na imprensa periódica madeirense, na revista católica *Esperança* e no semanário *Correio da Madeira*. Fundou o jornal *Imparcial* e a *Tribuna da Madeira*. Foi vice-presidente da Comissão Distrital do Funchal da União Nacional e foi delegado do Movimento Nacional Sindicalista na Madeira.

Em fevereiro de 1933, os nacionais-sindicalistas comemoram o primeiro ano de publicação do jornal *Revolução*. No dia 18 desse mês realizam o primeiro comício nacional, o banquete do Parque Eduardo VII, em Lisboa, que marca o aparecimento público de Rolão Preto. O “Chefe”, como era chamado, é recebido com saudações fascistas, entre fileiras de homens, de braços erguidos à maneira romana e fardados com camisas azuis²³⁷. Os Nacional Sindicalistas madeirenses saudaram o primeiro aniversário do *Revolução*, fazendo-se representar no banquete pelo Visconde do Porto da Cruz e por Robora Rodrigues²³⁸. No mês seguinte, no dia 14 de março, o *Revolução* divulga uma lista de madeirenses que teriam aderido ao movimento. Tal notícia provoca indignação em alguns dos nomes citados que se dirigem em carta ao jornal católico madeirense *O Jornal*, reclamando não ter aderido ao MNS. Entre 22 e 31 daquele mês, *O Jornal* alimenta a polémica, que chega a ser ridicularizada pelo jornal *O Povo* e pelo humorístico *Re-nhau-nhau*²³⁹.

Em abril desse ano, o Visconde do Porto da Cruz, que se encontrava em Portugal Continental, viaja para a Madeira, para representar Rolão Preto na tomada de posse das comissões nacional-sindicalistas, de acordo com uma notícia avançada pelo *Revolução* do dia 22 daquele mês²⁴⁰. No dia 26 de abril, já estaria no Funchal, tendo noticiado *O Jornal* a sua presença na ilha²⁴¹. Aliás, a sua vinda à terra natal seria satirizada pelo *Re-nhau-nhau* de 4 de maio, devido à sua militância no movimento de Rolão Preto: “Chegou finalmente a esta sua e nossa terra o sr. Visconde do Porto da Cruz, que depois de ter sido tudo é agora «fralda azul»”²⁴². Saliente-se que este periódico em diversas ocasiões ridicularizou o VPC e os seus companheiros nacional-sindicalistas madeirenses, pelas suas escolhas políticas. Veja-se, por exemplo, a sátira ao *Ressurgimento*, o novo folheto de propaganda dos «camisas-azuis» madeirenses, que começou a ser distribuído no Funchal por essa altura:

²³⁷ A este propósito, veja-se, por exemplo, algumas imagens do evento no *Diário de Lisboa*, na sua edição do dia seguinte ao banquete: “O banquete dos nacionais-sindicalistas através dalgumas imagens flagrantes”, *Diário de Lisboa*, nº 3689, 19-02-1933, p.4. Ver anexo – Figura 7: Imagens do *Diário de Lisboa*, do banquete dos nacionais-sindicalistas, realizado em 1933.

²³⁸ As saudações e a presença destes madeirenses no banquete terá sido divulgada no jornal *Revolução* de 9 de fevereiro de 1933. Cf. Emanuel Janes (1997), *op. cit.*, p.180.

²³⁹ Sobre este assunto, veja-se Emanuel Janes (1997), *op. cit.*, p.182-183. Veja-se também as publicações no periódico *O Jornal*, intituladas “O Movimento Político Nacional-Sindicalismo” de 22-03-1933 a 31-3-1933.

²⁴⁰ Cf. Emanuel Janes (1997), *op. cit.*, p.185.

²⁴¹ “Jornal da Sociedade”, *O Jornal*, nº 285, 26-04-1933, p. 2.

²⁴² “Politiquices”, *Re-nhau-nhau*, Nº 116, Ano IV, 04-05-1933, p.7.

Os meninos servidores da Casa de Bragança ou Bragantina têm dado nos últimos tempos a perninha de fora dando-se a ares de quem já chegou a idade da razão. [...]

O que eles querem – o que não quererão o Visconde magriço da pouca-vergonha, e o Dr. Fernão, o serafim? [...]

No dia 28 de maio apareceram eles com o «Ressurgimento» folha de propaganda nacional-sindicalista.

Lá vem a fotogravura do magriço da pouca-vergonha vestido de camisa azul, braçadeira de cruz de Cristo e cabelo rapado. Um fugitivo de Rilbafoles, ou do degredo? É preciso ter muita lata e ser bem magriço da pouca-vergonha para apresentar-se assim em público²⁴³.

O *Ressurgimento* publica o primeiro número no dia 28 de maio de 1933, curiosamente no mesmo dia em que se verificam incidentes com elementos do MNS em Ermesinde. Na primeira página, trazia os retratos de Rolão Preto, de Salazar e do General Carmona, e nas páginas seguintes reproduzia os retratos de Fernão Favila, Gastão de Deus Figueira (presidente do município do Funchal), do Visconde do Porto da Cruz, e de outros nacional-sindicalistas. O Visconde do Porto da Cruz também colabora neste número, com o artigo “Para Bem da Nação”, no qual chama a atenção para a importância do Movimento Nacional-Sindicalista, que se iniciava na Madeira, de forma oficial e salientava o entusiasmo e a fé dos seus militantes²⁴⁴.

No Verão de 1933, o jornal *Revolução* é suspenso, no seguimento de um discurso antissalazarista proferido por Rolão Preto, no Teatro São Carlos. Pouco tempo depois, em novembro, Salazar apresenta aos nacionais-sindicalistas propostas de colaboração e tenta retirar a influência de Rolão Preto, provocando, assim, uma cisão no movimento. Em 29 de julho de 1934, o MNS é extinto através de uma nota oficiosa de Salazar. Após a dissolução do Movimento, grande parte dos nacionais-sindicalistas decide apoiar Salazar e integrar-se na União Nacional, enquanto alguns dos seus membros mais influentes, entre os quais Rolão Preto e Alberto Monsaraz, são forçados ao exílio²⁴⁵.

Quanto ao Visconde do Porto da Cruz, após o afastamento de Rolão Preto e da extinção do Nacional-Sindicalismo, irá aproximar-se do regime vigente do Estado Novo, decidindo apoiar Salazar, que se tornaria no seu novo ídolo, como veremos adiante.

²⁴³ *Idem*, Nº 119, Ano IV, 03-06-1933, p.7.

²⁴⁴ Cf. Emanuel Janes (1997), *op. cit.*, pp.185-186.

²⁴⁵ Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 176.

3.3.2 Salazarismo e Estado Novo: um novo rumo político

Quatro anos após o golpe militar de 28 de maio de 1926, num artigo publicado no periódico *O Jornal*, o Visconde do Porto da Cruz opinava sobre a situação em que Portugal se encontrava antes daquele movimento, considerando que o país estaria “exausto pelo longo delíquio do constitucionalismo e pela desordem dos partidos democráticos”²⁴⁶. Nesse texto, refere-se a várias tentativas fracassadas para restabelecer a estabilidade nacional, desde a ditadura de D. Carlos I e de João Franco, passando pelo General Pimenta de Castro, com o Movimento das Espadas, e ainda pelo governo de Sidónio Pais. Na sua opinião, só depois do movimento de 28 de maio é que o país teria restabelecido a ordem, afirmando que “um sãõ nacionalismo substituiu-se ao mais anárquico negativismo”²⁴⁷. É neste quadro que enaltece a obra da Ditadura, sobretudo desde a chegada de Salazar ao poder, considerando-o uma “figura inconfundível, admiravelmente serena e dominadora”²⁴⁸. Rendido a Salazar, via neste “uma senda de luz e de esperança”²⁴⁹. Acreditava, portanto, que a obra de reconstrução nacional começava a ser uma certeza, ao que se seguiriam melhores dias e um futuro mais promissor para Portugal.

O Visconde dedicou inúmeros textos a Salazar, elogiando quer o homem, quer o seu governo ditatorial. Em 1949, dedicou-lhe uma obra, com o título *Olhando o passado... considerando o futuro* (1949), como já referimos, um livro onde transmite a sua visão sobre o ambiente político do país, após a Revolução de 28 de maio de 1926; refere-se à importância do passado histórico da Nação portuguesa e apresenta uma relação de acontecimentos ocorridos em Portugal, desde a Revolução de 1910, durante dezasseis anos de República democrática: alterações da Ordem Pública; tumultos; escândalos; assassinatos, agressões e assaltos; violências; mudanças de governo e greves²⁵⁰.

²⁴⁶ Visconde do Porto da Cruz, “Vinte e Oito de Maio - A Ditadura Nacional”, *O Jornal*, nº 986, 28-05-1930, p. 1.

²⁴⁷ *Idem.*

²⁴⁸ *Idem.*

²⁴⁹ *Idem.*

²⁵⁰ AFB considerou escrever estas notas: “Para aqueles que se esqueceram e para os que desconhecem o que foi a vida dos portugueses na República-velha, que personifica o Senhor General Norton de Matos, eu creio que vem a propósito apresentar uma série de estatísticas, que são já da História e que bem devem representar para o presente e para o futuro uma lição dos factos” Cf. VPC (1949b), *op. cit.*, p. 12.

Contudo, foi sobretudo na imprensa periódica que escreveu a maioria dos textos que abordam Salazar e o seu governo. Na *Revista Portuguesa*²⁵¹, por exemplo, um órgão que fundou em 1934, dedicado à propaganda e ao turismo, sobressaem vários textos, nos quais se evidencia o fascínio pelo novo chefe de estado manifestado, por vezes, de forma exacerbada, à semelhança do que já evidenciara com Sidónio Pais e Mussolini²⁵². Em 1937, num artigo a propósito das comemorações do XI aniversário da Revolução Nacional, na *Revista Portuguesa*, considera que aquela fora “realizada de forma tão brilhante pelo Homem que nos salvou do abismo e nos conduz para um Portugal maior e melhor”²⁵³. Assim, afirma que “o Estado Corporativo está assente em bases sólidas, que nem as intrigas, nem as tramas, nem força alguma conseguirão jamais abalar ou destruir a obra gigantesca de Salazar, que levantou o país a um nível que talvez nunca tinha atingido!”²⁵⁴. Na verdade, em diversos artigos naquela revista, afirma-se que após o 28 de maio de 1926, graças a Salazar, o país recuperara os sectores das finanças e da economia e também o respeito internacional, como se poderá constatar no exemplo seguinte:

O Doutor António de Oliveira Salazar, a quem se deve o ressurgimento nacional e a paz na Península Ibérica, pela sua política de prudente e leal neutralidade e de intransigente combate contra o bolchevismo, é o Homem que Deus pôs à frente dos destinos de Portugal para o redimir e salvar.

²⁵¹ A *Revista Portuguesa* – Revista de Propaganda e Turismo era propriedade do Visconde do Porto da Cruz, que era também o seu diretor. A revista teve um longo período de existência sob a sua orientação, tendo o primeiro número saído no Inverno de 1934-35 e o último (n.º 88), em fevereiro de 1961. A Redação e Administração situavam-se na Rua do Diário de Notícias, n.º 61, Lisboa. Tinha por Redator e Editor Diamantino Simões de Freitas. A composição e impressão mudaram diversas vezes de localidade, entre Lisboa, Funchal e Aveiro, tendo iniciado na Imprensa Lucas e C^a, Lisboa, passando pela Editora Gráfica Portuguesa, Tipografia Andrade, T. Eco do Funchal, Gráfica Aveirense, Lda., entre outras. O preço do número avulso era 2\$00, sendo o valor de assinatura 20\$00 ano (Portugal e Ilhas Adjacentes). Entre dezembro de 1939 e dezembro de 1940, a *Revista Portuguesa* esteve interrompida, tendo a redação da revista justificado a sua ausência: “Após quase um ano de «ausência», em virtude de uma série de contrariedades originadas nas consequências lógicas do conflito em que se debate a Europa, a «Revista Portuguesa» volta a público, esforçando-se por realizar o seu programa e contando com a benevolência e o auxílio de todos para poder seguir o caminho traçado”. Cf. A Redação, “Reaparecendo”, *Revista Portuguesa*, Ano VI N.º 27 – 2ª Série n.º 10, Lisboa, dezembro de 1940.

A revista teve vários colaboradores, encontrando-se nomes como João Cabral do Nascimento, Hipólito Raposo, Luís de Freitas Branco, Luís Vieira de Castro, Caetano Beirão, entre muitos outros. Em fevereiro de 1962, data da morte do VPC, surge o n.º 89 da *Revista Portuguesa*, tendo como Diretor e Editor Interino a Viscondessa do Porto da Cruz (sua viúva) e Propriedade de Herdeiros do Visconde do Porto da Cruz, sendo depois vendida.

²⁵² A este propósito, vejam-se os seguintes textos publicados na *Revista Portuguesa*, dedicados a Salazar: “Salazar” (*RP*, abril de 1941, n.º 30 – 2ª Série N.º 13, p.[3]); “O Doutor António de Oliveira Salazar” (*RP*, dezembro de 1943, n.º 39, p. 17) e “Homenagem e agradecimento dos Portugueses a Salazar” (*RP*, junho de 1953, n.º 70, [n.p]).

²⁵³ “Comemorações do 28 de Maio”, *Revista Portuguesa*, Verão de 1937, n.º 11, Lisboa, Imprensa Lucas & C^a, p. 8.

²⁵⁴ *Idem*.

Ao Doutor António de Oliveira Salazar deve o País o triunfo da Revolução da Ordem. E lutando sempre a Bem da Nação, Salazar reabilitou as Finanças Públicas, cuidou do Problema Social, enfrenta os aspetos económico e político, e pelo seu alto prestígio, que transmite e de que impregna ao Portugal Novo, Salazar impõe o nome da nossa Pátria ao respeito e à admiração dos outros Povos.

Nem os ataques dos inimigos que vem a campo de frente erguida, nem as subtilezas iníquas dos que se acobertam, se disfarçam e se infiltram na própria Revolução Nacional para a comprometer e derrubar, conseguiram até hoje, louvado Deus, vencer. À política de Salazar deve Portugal e deve a civilização cristã altíssimos serviços que a História um dia mencionará com letras de ouro para que os vindouros possam render-lhe o preto a que tem jus. Que Deus proteja Salazar para Bem da Nação²⁵⁵.

Em 1944, num longo artigo de opinião (RP n.º 46), o Visconde do Porto da Cruz refere-se à Revolução de 28 de maio e reitera a sua admiração pelo ditador: “Graças à política, ao saber e à honestidade de Salazar, num período breve, foi possível estabelecer a ordem interna e o equilíbrio financeiro”²⁵⁶. Acreditava que Portugal se encaminhava para um futuro melhor, com melhores condições de vida para o povo, atribuindo a Salazar o mérito de ter conquistado tudo o que de bom sucedera ao país nos últimos dezoito anos, nos domínios da economia, das realizações sociais e na política externa.

Durante o regime autoritário do Estado Novo, foram criadas organizações para defesa dos valores da Nação, como é o caso da Mocidade Portuguesa (para as camadas mais jovens) e da Legião Portuguesa (para os adultos). A Legião Portuguesa (LP) foi oficialmente criada pelo governo de Salazar, pelo Decreto-Lei n.º 27058 de 30 de setembro de 1936, o qual autorizava “a constituição da Legião Portuguesa, formação patriótica de voluntários destinada a organizar a resistência moral da Nação e cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria e da ordem social”²⁵⁷.

De acordo com Luís Nuno Rodrigues (1995), na base da criação da Legião Portuguesa estariam “os desejos e aspirações da direita radical, nomeadamente de sectores ligados à organização corporativa, de homens oriundos do Nacional-Sindicalismo e do grupo dos tenentes envolvidos no 28 de maio de 1926, organizadores

²⁵⁵ “O Doutor António de Oliveira Salazar”, *Revista Portuguesa*, dezembro de 1943, n.º 39, Lisboa, Soc. Astoria, p. 17.

²⁵⁶ Visconde do Porto da Cruz, “A Revolução continua”, *Revista Portuguesa*, julho/agosto/setembro de 1944, n.º 46, Lisboa, Soc. Astoria, pp.3-4.

²⁵⁷ Decreto-lei n.º 27:058. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1936/09/23000.pdf> (consulta em 29-01-2021).

A Legião Portuguesa foi extinta em 1974 (Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de abril, Art. 2.º. Disponível em: <https://www.dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1974/04/09701/00020002.PDF> (consulta em 29-01-2021).

Sobre a Legião Portuguesa veja-se ainda: Rodrigues, Luís Nuno (1996), *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo, 1936-1944*, Lisboa, Editorial Estampa.

do comício de 28 de agosto de 1936 e espinha dorsal da futura milícia”²⁵⁸. Ora, como se sabe, Alfredo de Freitas Branco pertenceu ao Movimento Nacional Sindicalismo e também esteve envolvido no 28 de maio de 1926. Não surpreende, portanto, que tenha enfileirado nesta milícia autorizada e organizada pela ditadura salazarista²⁵⁹.

A Legião Portuguesa estava sujeita a uma disciplina rigorosa e obedecia ao governo, estendendo a sua atividade a todo o território português. Podiam pertencer à LP, portugueses maiores de 18 anos, que teriam de assumir, sob juramento, o compromisso a que se refere a base III anexa ao decreto-lei n.º 27058, de ação política, cívica e moral²⁶⁰. Os legionários recebiam instrução militar e teriam de usar uniforme em todos os atos ou serviços para que fossem convocados, e fora deles o distintivo da Legião, conforme previsto na Base VIII do Decreto-lei n.º 27058²⁶¹. Sobre estas organizações, também a *Revista Portuguesa* dedicou alguns textos enaltecendo a iniciativa. Logo no Outono de 1936, um artigo não assinado na *Revista Portuguesa*, a que atribuímos a autoria ao seu diretor, elogiava a criação da Legião Portuguesa, para no número seguinte, lamentar que alguns anunciantes teriam suspenso a publicidade na revista, alegando que o artigo anterior com o mesmo título “A Legião Portuguesa” não teria agradado a alguns anunciantes²⁶².

Mais tarde, em 1942, relevando a importância do combate ao comunismo, a RP reproduz o discurso proferido pelo compatriota madeirense Ernesto Gonçalves no juramento de bandeira aos novos legionários no Funchal (no dia 28 de maio desse ano)²⁶³. Dois anos depois, na mesma revista, salienta-se o surgimento da Legião Portuguesa na luta contra o bolchevismo, em auxílio do exército: “Milhares de portugueses, voluntários desinteressados de logo [*sic*] se ofereceram para formar a nova Força ao Serviço da Nação e à voz de Salazar”²⁶⁴. O artigo lembra ainda que foram ministrados cursos intensivos com duração de seis meses, realizando-se ainda, em Vialonga, provas e exercícios com os novos oficiais. A ilustrar o artigo, reproduzem-se diversas fotografias: oficiais da LP em exercícios de manobras e outra a caminho de

²⁵⁸ Luís Nuno Rodrigues (1995), “«A gravidade da hora que passa!»: a criação da Legião Portuguesa em 1936”, *Análise Social*, vol. xxx, N.º 130 - 1.º, pp. 93-94.

²⁵⁹ Ver anexo – Figura 8: Fotografia do VPC com o uniforme da LP.

²⁶⁰ Decreto-lei n.º 27:058, disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1936/09/23000.pdf> (consulta em 29-01-2021).

²⁶¹ *Idem*.

²⁶² Vejam-se na *Revista Portuguesa*, os seguintes artigos: “A Legião Portuguesa” (*RP*, Outono de 1936, n.º 8, p.11) e “A Legião Portuguesa” (*RP*, Inverno de 1937, n.º 9, p.14).

²⁶³ Ernesto Gonçalves (1942), “Palavras aos Legionários”, *Revista Portuguesa*, junho, n.º 25, Funchal, Tipografia Andrade, [n.p.].

²⁶⁴ “28 de Maio”, *Revista Portuguesa*, maio 1944, n.º 44, Lisboa, Sociedade Astoria, p. 6.

Vialonga; oficiais da LP que participaram naqueles exercícios (encontrando-se identificado, em legenda desta imagem, o Visconde do Porto da Cruz)²⁶⁵; um grupo de altas patentes do exército que deram instrução aos Legionários e ainda uma fotografia de um grupo (mais numeroso) correspondente aos novos oficiais da Legião Portuguesa.

Apesar do envolvimento em diversos movimentos políticos e ideológicos, que foi abraçando, ao longo da vida, o Visconde do Porto da Cruz acabaria por se afastar da política, desencantado pelo rumo que seguiu o governo, como o próprio confessou:

Afastei-me da vida política pela discordância completa com o rumo que os do «82 de maio» deram à vida portuguesa, traindo o programa e o espírito da Revolução Nacional, levando os homens de boa vontade que fizeram o 28 de maio e os *colaboradores leais* que vieram depois, a um estado de desilusão²⁶⁶.

Saliente-se que a sua desilusão nada teve a ver com a figura de Salazar, que admirava, como procurámos demonstrar nesta parte do presente trabalho.

3.3.3 Faceta germanófila

O Visconde do Porto da Cruz cedo admitiu a sua simpatia pela Alemanha e pelo seu povo, uma faceta germanófila expressa em diversos textos de cunho biográfico, de diferentes géneros literários. Neste sentido, vejam-se nos cadernos de apontamentos inéditos de *Memórias Políticas*, à guarda do ABM, diversas referências à Alemanha, por exemplo, nas vésperas de Portugal entrar na Primeira Guerra Mundial, defendendo os alemães, lamentando o envio de soldados portugueses para a guerra, “a ensopar com o seu sangue generoso a terra alheia por uma causa que não era a sua, ao lado daqueles de quem mais razões de queixa tínhamos, como mostra a História através dos séculos, combatendo contra os germanos de quem não tínhamos que nos queixar!”²⁶⁷. Na sua opinião, o nosso país não estava preparado para entrar na guerra, sendo esta do interesse da República, que via benefícios para a sua política democrática:

A política do *partido democrático* foi *mendigar* dos ingleses a nossa comparticipação na guerra, quando os Aliados apenas pediam que lhes dessemos a

²⁶⁵ Ver anexo – Figura 9: Fotografia de oficiais da LP onde se inclui o VPC.

²⁶⁶ VPC (1949b), *op. cit.*, p. 7. Sublinhado do autor.

²⁶⁷ ABM, Espólio do VPC, cx. 7 – Caderno de apontamentos da autoria do VPC: “Dezasseis anos de lutas políticas (1910-1926). Memórias Políticas”, vol. VII, fl. 455.

liberdade de policiamento e abastecimento dos nossos portos, facilidade em África e nas Ilhas Atlânticas e possivelmente fornecimentos de guerras coloniais²⁶⁸.

Recorde-se que Alfredo de Freitas Branco era integralista, sendo que estes eram germanófilos assumidos. Ora, de acordo com Manuel Braga da Cruz (1982), as simpatias germanófilas integralistas deviam-se à forma organizada e disciplinada que caracterizava o Estado alemão, tendo os integralistas manifestado as suas simpatias pela Alemanha pouco antes da Primeira Guerra Mundial, chegando a estabelecer contactos com emissários do Kaiser Guilherme II, a fim de “negociar o apoio alemão à restauração da Monarquia em troca da neutralização da tendência dominante filobritânica das autoridades republicanas”²⁶⁹. Daí, poder-se-á compreender, também, a preferência de Freitas Branco pela Alemanha, manifestada quando Portugal se preparava para participar na Grande Guerra.

Mais tarde, em 1928, já Visconde, escreve um artigo sobre o Sindicalismo, no periódico *O Jornal*, no qual aplaude o procedimento da Alemanha, considerando ser um exemplo a seguir:

A Alemanha, com a sua disciplina admirável, vencida, trucidada pela força do número e por um momento de desvario, oferece-nos ainda hoje um exemplo magnífico com a sua intensificação produtora e com a organização inteligente por que continua a regular seus passos, adoptando medidas sociais exigidas pelas necessidades modernas e aconselhadas pela experiência e o são critério (...) ²⁷⁰

É neste sentido que elogia o governo alemão e os patrões que, segundo ele, zelavam pelos operários, criando legislação e benefícios para os trabalhadores, ao mesmo tempo que enaltece a organização social germânica, a sua disciplina e método, concluindo que “o pensamento nacionalista, orgânico e anti demagógico, que hoje se encontra nas nações fortes de nossos dias é o pensamento da vitória que nos encaminhará para o futuro”²⁷¹.

Apesar de admitir que as suas “simpatias, de longa data, foram sempre pela Alemanha e por esse Povo incomparável”²⁷², confessa a decepção sentida, no início da Segunda Guerra Mundial, devido à Alemanha surgir aliada à Rússia na partilha da Polónia. Por essa razão, afirma ter oscilado, chegando a oferecer-se como voluntário,

²⁶⁸ *Ibidem*.

²⁶⁹ Cf. Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 140.

²⁷⁰ Visconde do Porto da Cruz, “Sindicalismo”, *O Jornal*, nº. 377, 18-04-1928, p. 1.

²⁷¹ *Ibidem*.

²⁷² VPC (1954f), *op. cit.*, p. 6.

para um projeto da Inglaterra de constituir um Exército, para auxílio da Finlândia, que estaria sob ameaça da Soviética. Assegura, contudo, que tal projeto da Inglaterra não se concretizou e, tendo depois a Alemanha invadido a União Soviética, volta “àquela simpatia de tantos anos pela Germânia”²⁷³. Uma admiração que irá levá-lo a colaborar com o governo do III Reich, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, como locutor na *Reiches-Rundfunk*, conhecida em Portugal por Rádio Berlim, com o objetivo de transmitir uma propaganda favorável da Alemanha, nas emissões em português.

As vivências e memórias do período em que esteve ao serviço da Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial, resultam em três livros: *Como vi o fim da guerra na Alemanha* (1946); *Memórias da guerra na Alemanha* (1954) e *Contos vividos na guerra* (1954). Publicou ainda uma série de artigos na *Revista Portuguesa*, entre abril de 1952 e setembro de 1953²⁷⁴. O Visconde considerava ser um dever seu publicar estas memórias, acreditando que devia “uma explicação clara e precisa, a todos aqueles que nestes últimos anos de guerra tiveram a paciência de ler os [seus] artigos ou de ouvir as [suas] «palestras»” durante o período em que esteve na Alemanha (de maio de 1944 a julho de 1945)²⁷⁵.

Segundo afirma nos seus relatos, o convite para colaborar com o governo da Alemanha chega em 1944. Logo no começo desse ano, em janeiro, o Barão von Hoyningen Huene²⁷⁶, Ministro do Reich em Lisboa, convida-o a viajar à Alemanha, a fim de realizar conferências culturais e estudar a organização nacional-socialista. O Visconde fica entusiasmado com a ideia da digressão, considerando ser uma oportunidade para observar na prática o programa nacional-socialista, que conhecia das suas leituras. A viagem deveria durar cerca de três meses. Pouco tempo depois, recebe a documentação necessária para o embarque, entregue por Manuel Garcia do Ó, um português que trabalhava para o governo da Alemanha. Passaram quatro meses quando,

²⁷³ *Idem*.

²⁷⁴ Vejam-se os artigos do Visconde do Porto da Cruz intitulados “Memórias da Guerra na Alemanha”, na *Revista Portuguesa* (n.º 66 - abril de 1952, n.º 67 - julho de 1952; n.º 69 - janeiro de 1953; n.º 70 - junho de 1953 e n.º 71 - setembro de 1953).

²⁷⁵ VPC (1946a), *op. cit.*, p.7.

²⁷⁶ Oswald Theodor Baron von Hoyningen-Huene (Suíça, 1885-1963) foi um diplomata alemão, embaixador da Alemanha em Portugal de 1934 a 1944. Recebeu educação nos mais prestigiados colégios e universidades alemãs, formando-se em Direito e tendo iniciado a sua carreira na Procuradoria-Geral como jurista, ingressando na carreira diplomática em 1922. Foi assessor do presidente alemão, Marechal Paul von Hindenburg, ocupando este cargo até ser nomeado como ministro plenipotenciário para chefiar a delegação alemã de Lisboa, após a saída do ministro Hans Freytag. Em Lisboa, deu a conhecer aos portugueses a cultura alemã, e vice-versa, organizando diversos eventos culturais, como concertos e exposições. Foi uma figura importante na história das relações internacionais de Portugal, sendo muito próximo de Salazar.

finalmente, no dia 18 de maio, pelas sete horas, parte de Lisboa, junto de Manuel Eça de Queirós, seu amigo e parente. A bordo de um quadrimotor «Pommer» da companhia aérea Lufthansa, faz escala em Madrid, Barcelona e Lyon, chegando a Estugarda pelas quinze horas, indo instalar-se no então afamado Hotel Viktória. Dias depois, após um primeiro impacto negativo e ultrapassadas as dificuldades iniciais, sobretudo a nível linguístico, viajam os dois para *Bad Mergentheim*, no *Wurttemberg*, onde se situavam os serviços de rádio para as emissões em português e outras línguas latinas²⁷⁷.

Em *Bad Mergentheim*, são recebidos por Garcia do Ó, pelo alemão Herr Schurgans, diretor dos serviços de propaganda para a Europa, e por Guilherme Pinto Harberts, diretor da redação portuguesa da rádio alemã. Este último era popular entre os germanófilos portugueses, que ouviam as suas locuções radiofónicas, sob o pseudónimo de Dr. Herculano Eça. Segundo afirma o Visconde, este pseudónimo teria alguma semelhança com Fernando Pessa, locutor da rádio B.B.C. em Londres, que tinha muito sucesso em Portugal²⁷⁸. Daí afirmar também que a Alemanha teve necessidade de “recorrer ao sistema das propagandas intensivas em todos os idiomas, ora em periódicos e panfletos ora nas emissões da Rádio”²⁷⁹, devido às campanhas adversas que eram feitas “contra o Povo alemão e muito especialmente contra o Governo do III Reich”²⁸⁰ nas rádios dos aliados, resultando assim, uma opinião pública na europa desfavorável àquele país. De salientar que, na Alemanha, a rádio era controlada pelo ministério de Josef Goebbels²⁸¹, Ministro da Propaganda da Alemanha, e constituía o principal instrumento de campanha nazi.

Três anos antes da sua viagem à Alemanha, na edição de outubro-novembro de 1941, a *Revista Portuguesa* publica o artigo “Marcando posições – a campanha da

²⁷⁷ Cf. VPC (1946a), *op. cit.*, pp. 37-41 e *Idem* (1954f), *op. cit.*, pp.53-55.

²⁷⁸ Sobre Fernando Pessa: “A «Voz de Londres» era tida como uma fonte segura do que realmente se passava na guerra, ao contrário das informações censuradas na Emissora Nacional e na Rádio Clube Português. A razão deste sucesso recaía também na voz do irreverente Fernando Pessa que ficou conhecido pela expressão: «A BBC fala e o mundo acredita». A partir de Londres, o locutor narrava os últimos eventos num estilo próprio e nunca deixava passar a oportunidade de ridicularizar Hitler, a quem se referia, em tom jocoso, como «Senhor Hitler»”. Cf. “As Bombas de Hertz”, in *NewsMuseum.pt*. Disponível em: <https://www.newsmuseum.pt/pt/na-frente/bombas-de-hertz> (consulta em 16-02-2021).

²⁷⁹ ABM, Espólio do VPC, cx. 12, cap.29 - Apontamentos da autoria do VPC: “Memórias da Guerra na Alemanha - As “palestras” na Reichsrundfunk” II vol.

²⁸⁰ *Idem*.

²⁸¹ Paul Joseph Goebbels (1897-1945) nasceu na Renânia, numa família da classe média. Estudou como bolseiro em várias universidades, doutorando-se em Filosofia em Heidelberg. Ingressou no partido nazi em 1922. Nomeado chefe da propaganda do partido para toda a Alemanha, torna-se ministro da Informação Popular e da Propaganda do governo de Hitler. Ao serviço do *III Reich* impôs o domínio do regime nazi sobre os meios intelectuais e artísticos, como cinema e a radiodifusão. Suicidou-se em 1-5-1945, com um tiro de pistola, após ter envenenado a mulher e os seis filhos.

BBC”, no qual refere “certas emissões da BBC”²⁸², afirmando que esta emissora “comete razoável número de inconveniências e inverdades”²⁸³. Isto porque considera que “dali se pretend[e] dirigir a política interna de outros países”²⁸⁴, criticando a intervenção do locutor português da BBC, por sugerir que os sistemas corporativos são uma forma de fascismo e que deviam acabar. No artigo critica-se ainda a personalidade do locutor e assegura-se que “ele andou por cá [Portugal] a pregar precisamente o contrário do que hoje proclama daquele posto da BBC”²⁸⁵.

Depois de instalado em *Bad Mergentheim*, o Visconde inicia os seus estudos sobre o trabalho no Nacional-Socialismo, tendo como secretário um professor alemão, Adolf Otto Schulz, que vivera largos anos no Rio de Janeiro e falava bem português. Em simultâneo, foi-lhe solicitado que realizasse um comentário diário ao livro *A Aliança Inglesa*, de João V. Claro²⁸⁶, que fez ao longo de dois meses. Foi ainda incumbido de fazer traduções de textos, em diversas línguas estrangeiras, para português, e um tema de carácter político, chegando a afirmar que trabalhava cerca de doze horas por dia. Sentia-se sobrecarregado e assegurava que o Dr. Pinto Harberts pretendia esgotá-lo com trabalho, porque estava invejoso com o (alegado) sucesso das suas palestras, escutadas em Lisboa. Por fim, consegue libertar-se das traduções que lhe ocupavam algumas horas²⁸⁷.

Na sua estadia na Alemanha, o Visconde teve oportunidade de usufruir de diversas experiências culturais, em diferentes localidades. Em junho de 1944, recebe um convite do governo do III Reich para assistir à inauguração, em Praga, de uma exposição coletiva de desenho, pinturas e esculturas, cujo tema era a “Glorificação do Trabalho”. No decorrer do certame, faz relatos radiofónicos acerca da exposição, em língua portuguesa, convive com artistas alemães, que tinham ali obras expostas e também com uma alemã de nome Sybille von Bolla (1913 – 1969), professora na

²⁸² “Marcando posições – a campanha da BBC”, *Revista Portuguesa*, outubro/novembro de 1944, n.º 47, Lisboa, Sociedade Astoria, p. 23.

²⁸³ *Idem*.

²⁸⁴ *Idem*.

²⁸⁵ *Idem*.

²⁸⁶ Segundo o VPC, o livro *A Aliança Inglesa*, de João V. Claro (Claro, João V., *A Aliança Inglesa (História e Fim de um Mito)*, Lausanne, Editorial Liberta, s/d.), sobre o qual tinha sido incumbido de realizar comentários, era um estudo histórico pouco conhecido dos portugueses, visto a maior parte deste trabalho ter sido destruído por agentes ao serviço dos britânicos. Assim, durante dois meses, o Visconde deu a conhecer aos portugueses “realidades cruéis que sofremos com a secular aliança inglesa”, afirmando que Portugal tinha muitas razões de queixa dos aliados. Cf. VPC (1954f), *op. cit.*, pp. 66-67.

²⁸⁷ Cf. VPC (1946a), *op. cit.*, pp. 39-41 e *Idem* (1954f), *op. cit.*, p.67.

Universidade de Praga, com quem troca impressões sobre literatura²⁸⁸. Segundo o Visconde, “naquela altura da guerra o Governo do Reich empenhava-se em demonstrar ao mundo a serenidade e a normalidade que de facto havia na Alemanha e ia ao ponto de se organizarem exposições daquela importância”²⁸⁹. Mais tarde, junto com outros jornalistas estrangeiros, também convidados para o evento, visita a cidade e os monumentos de Praga, passando pela Catedral e pelos diversos bairros da “cidade dourada”²⁹⁰. Esteve dez dias em excursões, que incluíram jantares e festas, antes de regressar a *Bad Mergentheim*.

Cerca de oito dias depois, recebe novo convite, desta vez para a “*Fest Spiel*”, em *Bayreuth*, onde pôde contemplar o edifício da Ópera, mandado construir pelo célebre compositor Richard Wagner, com o apoio do rei Luís II da Baviera. O Visconde visita ainda a *Haus Wahnfried*, que foi a residência de Wagner, e admira o busto em bronze do Rei Luís II, patrocinador da construção daquela propriedade. O programa contempla uma representação dos “Mestres Cantores” de *Wagner*, interpretada por artistas alemães. Esta exibição teria sido preparada pela organização Nacional Socialista K.d.F. – Kraft durch Freude (Força pela Alegria), “que proporcionava, naquela altura de guerra, gratuitamente, e para os Trabalhadores de todas as regiões da Alemanha um espectáculo admirável que até o advento do regime só aos ricos, só aos plutocratas era dado gozar”²⁹¹. Neste sentido, eram também proporcionadas diversas experiências aos jornalistas estrangeiros, de modo que aqueles pudessem fazer reportagens favoráveis do regime nazi, para os diferentes países. Desta forma, o Visconde sentia estar numa posição de testemunha presencial, conhecedor dos factos e das suas causas, o que lhe

²⁸⁸ Sibylle von Bolla-Kotek (1913-1969) foi a primeira mulher professora numa faculdade jurídica na Áustria. Nasceu a 8 de junho de 1913, em Bratislava (então Pressburg, na Áustria-Hungria), filha do coronel húngaro Gideon von Bolla e sua esposa Margarethe. Em 1923, a família mudou-se para Teplitz-Schönau, onde se forma na escola primária humanística. O seu pai morre em 1929, e a família é apoiada por Theodor Körner, colega militar do falecido coronel. Sibylle von Bolla estudou direito na Universidade Alemã em Praga, obtendo a graduação em 1935 e, em 1938, obtém a licença de professora de Direito Romano e História do Direito Antigo. Em 1944, recebe o título oficial de “professora não programada”, sem conseguir evoluir na profissão académica, pois a política nacional-socialista não reconhecia a carreira universitária das mulheres. Em 1945, deixa a Tchecoslováquia e vive algum tempo em Tirol, onde morava a sua irmã, mudando-se depois para Viena. Em 1946, consegue uma licença para lecionar na Faculdade de Direito de Viena, vindo a tornar-se professora associada e a primeira mulher a receber o cargo de professora de Direito, sendo reconhecida como professora académica. Casou-se com um médico, Alfred Kotek, em 1950. Faleceu a 22 de fevereiro de 1969, aos 55 anos, na sequência de um grave acidente a cavalo, sofrido no ano anterior, e de uma gripe. (Sibylle Bolla-Kotek, Univ.-Prof. Dr., disponível em: <https://geschichte.univie.ac.at/en/persons/sibylle-bolla-kotek-univ-prof-dr>, consulta em 04-11-2021).

²⁸⁹ VPC (1954f), *op. cit.*, p.80.

²⁹⁰ *Idem*, p.81.

²⁹¹ *Idem*, p.98.

permitia relatar “tudo tal qual como se passou e o porquê de muita coisa incompreensível”²⁹². Mais: o Visconde acreditava que “apesar da violência dos ataques dos aliados, cada vez mais intensa, a vida interna do Reich mantinha-se serena e equilibrada a ponto de organizar essas festas em que a «K.d.F.» se empenhava, para dar aos Produtores a compensação que bem mereciam pelo seu esforço e os seus sacrifícios”²⁹³. Freitas Branco afirmava, assim, que o povo alemão era disciplinado, calmo e confiante, e aguardava com serenidade o fim da guerra.

No decorrer daquela digressão, o Visconde fez ainda passeios e excursões, além de participar em festas e jantares. Teve também oportunidade de conhecer um curso da doutrina do Nacional-Socialismo, que era destinado a patrões e operários, ministrado no Castelo de *Steinfeld*, situado numa aldeia com o mesmo nome, onde depois ficou hospedado com os colegas jornalistas. Três dias depois, a caminho de *Bad Mergentheim*, visita outra organização do regime, um luxuoso hotel que, segundo ele, estava à disposição dos trabalhadores para poderem gozar os seus dias de férias.

Poucos dias depois, deslocou-se a *Salzburg*, para assistir às Festas Populares, após receber outro convite oficial. Apesar da intensidade da guerra e dos bombardeamentos, no quinto ano de conflito, o Visconde acreditava que “a calma do povo alemão levava-o a não quebrar o ritmo tradicional dos seus festejos regionais”²⁹⁴. Por conseguinte, o Visconde do Porto da Cruz, uma vez mais, vai assistir a concertos e também exibições folclóricas, por vezes interrompidas pelo toque das sirenes, alertando para a aproximação inimiga. Estas jornadas teriam como objectivo a divulgação das “realizações Nacionais-Socialistas nos seus diversos aspectos”²⁹⁵. Contudo, o Visconde do Porto da Cruz estava convicto de que era distinguido de forma diferencial pelo governo alemão, circunstância que, a par das viagens que ia realizando pelo país, causava inveja aos seus colegas portugueses na Rádio alemã.

De regresso desta última excursão, obtém autorização para viajar para Portugal, visto já terem decorrido os três meses previstos para a sua estadia na Alemanha. Antes da partida para Lisboa, o Visconde terá recebido uma proposta de trabalho, para regressar à Alemanha, que consistia em realizar conferências sobre o regime nacional-socialista e outras de teor histórico, tendo como contrapartida “uma verba avultada”²⁹⁶,

²⁹² *Idem*, p.102.

²⁹³ *Idem*, p.99.

²⁹⁴ *Idem*, p.107.

²⁹⁵ *Idem*.

²⁹⁶ *Idem*, p. 111.

destinada à educação dos filhos, às despesas da sua casa em Portugal e depósitos bancários. O contrato tinha ainda uma cláusula, que o autorizava a passar quinze dias de férias no seu país, após três meses de trabalho na Alemanha. Assim, assumindo o compromisso de regresso, sai de Berlim a 10 de setembro de 1944, mas fica pouco menos de um mês em Lisboa. No dia 3 de outubro, recebe indicações para regressar à Alemanha e parte de imediato para Barcelona, onde permanece vinte dias, a aguardar um bombardeiro que o transportasse em segurança até Berlim. Porém, neste regresso, além de realizar mais visitas e excursões pelo país, irá experimentar várias provações, como as dificuldades em obter alimentos e vestuário, devido à intensificação do conflito, com o aumento de bombardeamentos e ofensivas inimigas²⁹⁷. Para além disto, o Visconde afirma que teve um processo contra si na Gestapo, a Polícia Secreta do Estado, insinuando que estava a ser vítima de espionagem, crendo que alguém estaria a infiltrar-se no seu quarto e a remexer nos seus pertences. Suspeitava, até, que estariam a tentar envenená-lo²⁹⁸.

No decorrer do tempo ao serviço dos alemães, o Visconde apresenta uma rubrica intitulada “Pontos nos ii”, aos microfones da *Reiches-Rundfunk*, cujo objectivo principal era fazer uma propaganda favorável da Alemanha, junto dos portugueses e dos falantes de língua portuguesa espalhados pelo mundo. As palestras “Pontos nos ii” iniciavam com considerações de carácter geral, sendo frequentes as alusões aos sentimentos e à conduta dos indivíduos, e através das quais procurava imprimir uma vertente moral. Assim, o Visconde discorria sobre a arte, considerando que, por vezes, esta se manifesta como uma força espiritual; referia-se às maravilhas do fogo, que facilitara a vida ao homem, tornando-o independente; meditava acerca do valor da verdadeira amizade, do amor da família e confiança entre os elementos do agregado; mencionava o que acreditava ser bom ou mau no carácter das pessoas; evidenciava características individuais como a modéstia, a sinceridade e a inteligência, julgando serem essenciais para um futuro melhor; analisava os êxitos dos governantes através dos tempos, referindo-se à Alemanha, que estava elevando o nível de vida material e moral do seu povo; defendia o equilíbrio social, como um dever dos governantes para assegurar os interesses e a prosperidade dos governados, e ainda aconselhava a cuidar da aparência e da voz, a saber conversar, a escutar e adquirir maneiras de modo a tornar-se agradável aos outros, entre múltiplos assuntos, abordados a partir da Alemanha, aos microfones da

²⁹⁷ *Idem*, p. 157.

²⁹⁸ *Idem*, pp. 177-182.

Reiches-Rundfunk. A extensa introdução servia para inserir o confronto bélico no discurso, sempre em defesa da Alemanha e muito crítico em relação aos Aliados²⁹⁹. Estas conferências radiofónicas, segundo o Visconde, eram sempre esperadas com interesse, tendo o sucesso das palestras «Pontos nos ii» chegado ao Ministério da Propaganda, afirmando que recebera “um elogio do próprio Dr. Goebels (...) e que não havia aparelho de Telefonia que à hora da emissão dos «Pontos nos ii» não estivesse preparado para [o] ouvir”³⁰⁰.

Ainda em relação a J. Goebels, o Visconde garante que este lhe teria fornecido, em 1944, quando ainda estava em serviço na Alemanha, “um curioso documento com numerosas assinaturas, que fora entregue ao Marechal von Blomberg, Ministro da Guerra do «III Reich», que tinha estado de visita na Ilha da Madeira, em outubro de 1937”³⁰¹, para incluir nas suas palestras radiofónicas, caso assim o entendesse. No referido documento, distintas personalidades madeirenses, que desempenhavam cargos públicos e de relevo na ilha, entre os quais, militares, notários, advogados, deputados, professores, entre outros, manifestavam a sua admiração pelo povo da Alemanha e pelo próprio Marechal von Blomberg. De igual forma, expressavam o seu apoio à Alemanha nazista no combate ao comunismo. O Visconde do Porto da Cruz entendeu não utilizar o documento naquela época, por acreditar que poderia prejudicar alguns subscritores, que, entretanto, já estavam ao lado dos aliados. Todavia, anos mais tarde, já depois de terminada a guerra, acaba por publicar o dito documento na *Revista Portuguesa*, justificando esta atitude:

Hoje, quando já são decorridos 13 anos e também porque o tempo se vai encarregando de fazer justiça aos homens com suas intenções e aos seus actos, parece-me que a ninguém trará estorvos a publicação de um documento que tem notável interesse para a História de uma época que tão deturpada e tão caluniada tem sido. Assim o que eu podia ter tornado público em 1944 e nos tempos que se seguiram, trazendo «amargos de boca» a muita gente que então se esforçava por parecer diversa do que se manifestara em outros tempos, e que não o fiz por um sentimentalismo que deve ter sido mal apreciado, pode agora vir à luz da publicidade sem embargos.

Graças ao Doutor Goebels esse documento pode vir hoje, como elemento subsidiário para a História, novamente com grande interesse mostrar o que são os

²⁹⁹ No espólio do Visconde do Porto da Cruz, à guarda do ABM, encontram-se manuscritos relativos às palestras proferidas na emissora de Berlim, no âmbito da rubrica «Pontos nos ii». Cf. ABM, Espólio do VPC, cx. 5/cap.1-8; cx. 6/cap.1-9; cx. 7/cap.13 e cx. 8/cap.19.

³⁰⁰ VPC (1954f), *op. cit.*, p.106.

³⁰¹ V. de P. C., “Documentos históricos para a História”, *Revista Portuguesa*, março de 1950, n.º 60, Aveiro, Gráfica Aveirense, [n.p.].

homens e as ideias e como tudo é inestável [*sic*], consoante as circunstâncias e conveniências...³⁰²

Apesar de ter sido um entusiasta do regime nacional-socialista, que acreditava ser perfeito em termos de doutrina social, admitiu ter havido também “muita coisa mal feita, muito erro e muito crime que serviram para desacreditar e prejudicar o movimento”³⁰³. Durante o tempo em que esteve na Alemanha, o Visconde teve conhecimento de grandes atrocidades praticadas, sobretudo, contra os judeus, às quais atribuiu culpas à organização militar nazista Schutzstaffel, conhecida pelos “S.S.”³⁰⁴. Tal como chegou a admitir a sua desilusão com alguns executantes do programa do Nacional-Socialismo, afirmando que eram do seu “conhecimento os usos e abusos dos S.S. e dos senhores onnipotentes do «nazismo»”³⁰⁵, sendo da opinião que “não se podia condenar a doutrina N.S. pelos erros criminosos de alguns dos seus agentes”³⁰⁶.

Após a capitulação da Alemanha, o Visconde defendeu sempre Hitler e Goebels convicto de que “os «grandes» do Nacional-Socialismo morreram com a sua obra”³⁰⁷. Para ele, os grandes responsáveis por tantos crimes e violências de guerra tinham sido a Gestapo e os S.S., que personaliza no seu chefe máximo: “A «Gestapo» e os «S.S.», com os seus crimes, assim como os «campos de concentração», tudo foi obra diabólica de Himmler”³⁰⁸.

Continuava, assim, em defesa de Hitler: “Foram estes, foram os «camarilhas», que cercaram o Führer, foram todos os que nada tinham que perder, os únicos, os grandes responsáveis do descrédito, dos ódios, da impopularidade, das lutas, de tudo o que

³⁰² *Ibidem*. Note-se que a lista é publicada novamente no número seguinte (nº 61), com a indicação de que teria recebido inúmeros pedidos nesse sentido, por ter esgotado o número anterior.

³⁰³ VPC (1946a), *op. cit.*, p. 172.

³⁰⁴ O Visconde relata diversas barbaridades praticadas contra os judeus na Alemanha e nos campos de concentração na Polónia, que atribuiu aos S.S., durante aquele período de conflito mundial. Veja-se, por exemplo, VPC (1946a), *op. cit.*, p. 172-173.

³⁰⁵ *Idem*, p. 178.

³⁰⁶ *Idem*.

³⁰⁷ *Idem*, p. 307.

³⁰⁸ *Idem*, p. 308. Heinrich Himmler (1900-1945) - nasceu em 7 de outubro de 1900, em Munique, Alemanha e foi considerado um dos homens mais poderosos da Alemanha Nazi. Foi um dos principais líderes do Partido Nazi, comandante militar da SS (Schutzstaffel) e um dos principais responsáveis pelo Holocausto. Como supervisor dos campos de concentração, Himmler liderou o assassinato em massa de milhões de judeus, durante a Segunda Guerra Mundial. Pouco antes do final da guerra, tentou negociar com os Aliados, perante a iminente derrota alemã, sem o conhecimento de Hitler. Foi, então, acusado de traição pelo Führer, que ordenou a sua prisão, destituindo-o dos cargos que ocupava. Himmler tentou fugir usando a identidade falsa de Heinrich Hitzinger, mas foi detido pelos Aliados. Suicidou-se no dia 23 de maio de 1945, quando se encontrava ainda sob custódia dos inimigos.

provocou o «nazismo» e que teve como epílogo a guerra mais sangrenta e mais bárbara de que falará a História”³⁰⁹.

Quando a guerra se aproximava do fim e se intensificavam os ataques à Alemanha, a vida em Berlim tornara-se mais difícil: a cidade estava seriamente destruída, com muitas ruínas; os ataques eram constantes, obrigando os residentes a procurar refúgio nas caves e nos *bunkers* da cidade, ao som dos alarmes; havia escassez de água e de alimentos, devido à destruição e dificuldades nos transportes, como também faltava carvão e aquecimento no Inverno³¹⁰. O Visconde já não via condições para prolongar a sua estadia na Alemanha e procurou obter autorização para regressar a Portugal. Contactou, sem sucesso, o Ministério dos Estrangeiros, depois de uma tentativa frustrada no *Iberish Amerikanish Institut*, e ainda o Consulado de Portugal³¹¹. De acordo com os seus relatos, terá sofrido numerosas atribulações para conseguir sair da Alemanha, e escapar ileso à violência da guerra³¹². Contudo, apesar de todas as provações que admitiu ter passado, sempre enalteceu a Alemanha e os principais mentores da doutrina nacional-socialista, que admirava.

³⁰⁹ VPC (1946a), *op. cit.*, p. 309.

³¹⁰ *Idem*, pp. 188-189.

³¹¹ *Idem*, pp. 197-204.

³¹² *Idem*, pp. 204-227.

Parte II

A Madeira na escrita de Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz

É muito complexa a psicologia insulana. A vida e o sentir dos portugueses da linda Ilha do Sol e da Saúde têm uma grande curiosidade e magno interesse.

Visconde do Porto da Cruz³¹³

³¹³ Visconde do Porto da Cruz (1954), *Lendas do Arquipélago da Madeira*, s.l., ed. do autor, p. [8].

Capítulo 1 | Da ficção à história – olhares diversos: *O Destino* (1915)

Alfredo de Freitas Branco aventura-se como escritor, ao publicar o seu primeiro livro, em 1915, a que deu o nome de *O Destino*, tendo como subtítulo *romance histórico*.

Nesta parte da nossa tese, é nosso propósito analisar a sua primeira obra literária,

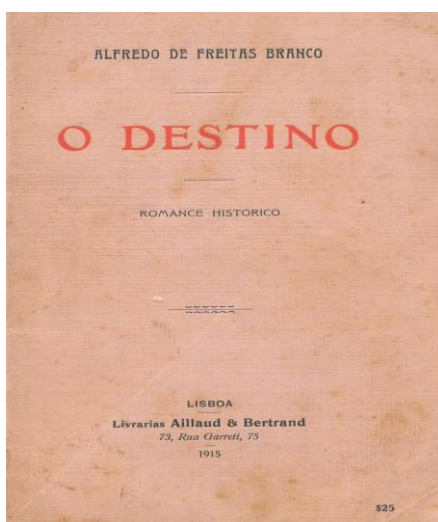


Figura 1: Capa do livro *O Destino* (1915)

procurando conhecer o modo como o autor convoca elementos históricos, para os tornar objeto ficcional e, também, como representa a ilha da Madeira na sua escrita.

O estudo a que nos propomos exige, assim, uma prévia introdução teórica sobre o romance histórico já que o autor inclui a sua primeira obra ficcional neste subgénero literário. Neste sentido, iniciamos o presente capítulo com uma abordagem ao romance histórico, apresentando uma sinopse dos elementos tradicionalmente

associados ao subgénero, cuja origem é atribuída ao escritor escocês Walter Scott. Em seguida, apresentamos uma proposta de análise literária de *O Destino* (1915).

1.1 O romance histórico: elementos para uma definição

No início do século XIX, começa a ganhar espaço na literatura o romance histórico, fomentado pelo contexto político e social que se formou na Europa, depois da Revolução Francesa e das tentativas expansionistas de Napoleão Bonaparte. Uma época conturbada, marcada também pela Revolução Industrial e pelo surgimento de movimentos nacionalistas, que contribuíram para a génese do romance histórico.

George Lukács foi um dos primeiros teóricos a situar a formação do romance histórico no início do século XIX, coincidindo com a queda de Napoleão e do seu império, em 1815. No entanto, segundo Lukács, já nos séculos XVII e XVIII, encontramos romances com temas históricos, daí considerar as narrativas da história antiga, os mitos da Idade Média e antigos relatos chineses e indianos como antecedentes

do romance histórico³¹⁴. Para este teórico, a evolução do romance histórico está relacionada com a ascensão da burguesia e reflete a luta de classes provocada pelas ideias da Revolução Francesa e pela Revolução Industrial em Inglaterra bem como as alterações socioeconómicas e políticas que daí resultaram.

Partindo destas premissas, impõe-se definir romance histórico, o que se afigura uma tarefa complexa, considerando um conjunto de elementos necessárias para a existência do subgénero, como procuraremos investigar. Harry E. Shaw, no seu ensaio *The Forms of Historical Fiction: Sir Walter Scott and his successors* (1983), questiona, a propósito do que poderá ser considerado romance histórico:

What is the historical novel? In attempting to answer this question, it would seem advisable, before plunging into speculations about historiography and the nature of a truly historical outlook, to ask what sort of term “the historical novel” is in the first place. How does it differ from other groups of novels—the picaresque novel, the industrial novel, the sentimental novel, the eighteenth-century novel?³¹⁵

O romance histórico e a sua especificidade dentro de um conjunto de subgéneros, tais como o romance de costumes, policial, fantástico, de tese, de família, epistolar, entre outros, tem sido estudado e debatido por diversos teóricos³¹⁶. Embora não seja nossa intenção elaborar uma síntese exaustiva dos estudos publicados sobre a matéria, entendemos pertinente apresentar elementos associados a este subgénero romanesco, de modo a compreender a sua evolução, desde o seu surgimento, no século XIX, até, sensivelmente, à atualidade.

A definição tradicional evidencia o carácter híbrido³¹⁷ do subgénero, na medida em que a expressão ‘romance histórico’ conjuga romance e História, termos que à partida parecem ser incompatíveis, porque o primeiro releva do campo da literatura e do imaginário, e o segundo do discurso histórico assente numa análise fidedigna do real. O crítico italiano Alessandro Manzoni expõe esta impossibilidade de conciliação, nos seguintes termos:

³¹⁴ Cf. George Lukács (1965), *Le Roman Historique*, trad. Francesa de Robert Sailly, Paris, Petite Bibliothèque Payot, p.17.

³¹⁵ Harry E. Shaw (1983), *The Forms of Historical Fiction: Sir Walter Scott and His Successors*, Ithaca/Londres, Cornell University Press, p. 20.

³¹⁶ Destacamos, entre outros, por exemplo, os estudos de George Lukács, Avrom Fleishman, Harry Shaw, Michel Vanoosthuysen e, em Portugal, Maria de Fátima Marinho.

³¹⁷ Rogério Miguel Puga identifica diversos autores que caracterizam o romance histórico como subgénero híbrido, entre os quais: Roberts; McEwan; Manzoni; Lascelles; Fleishman; Wesseling e Vanoosthuysen. Cf. Rogério Miguel Puga (2006), *O essencial sobre o Romance Histórico*, col. «O Essencial», Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp.3-6.

[...] that the historical novel is a work in which the necessary turns out to be impossible, and in which two essential conditions cannot be reconciled, or even one fulfilled. It inevitably calls for a combination that is contrary to its subject matter and a division contrary to its forms. Though we know it is a work in which history and fable must figure, we cannot determine or even estimate their proper measure or relation. In short, it is a work impossible to achieve satisfactorily, because its premises are inherently contradictory³¹⁸.

No mesmo sentido, Maria de Fátima Marinho (2005) citando Michel Vanoosthuyse considera a relação entre História e Literatura “uma ligação contra a natureza, dado que os interesses do romance e da História deveriam à partida ser diferentes, tendendo um para a ficção e outro para a representação do real”³¹⁹. A autora refere a dificuldade em definir o subgénero, devido à possibilidade de estabelecer afinidades com outros discursos, como as relações demasiado próximas entre História e Literatura³²⁰.

Segundo Fátima Marinho, a partir da influência de Petrarca, começa a ser delineada uma forma distinta de compreender o passado, e de perceber assimetrias que distinguem diferentes épocas, como as questões de linguagem, indumentária ou, até, as leis. Todavia, nos textos dos séculos XVI, XVII ou XVIII, não se verifica ainda o cuidado com a autenticidade, ou com reconstruções históricas fidedignas, sendo que “a verdade histórica confunde-se com a mítica”³²¹. A partir do século XVIII começam a surgir temas como as leis, a literatura, a música e a moral e, por conseguinte, títulos que evidenciam uma pretensão de recriar o passado. Aos poucos aparecem obras que vão modificando as relações entre História e Literatura. Porém, Fátima Marinho, referindo a visão de Françoise Barguillet, afirma que “as peripécias apresentadas são predominantemente do domínio do factual (duelos, envenenamentos, surpresas) e nunca um aprofundamento do estudo da época em causa”³²². Será, no entanto, no século XIX, que a maneira de conceber a História evolui e esta se assume como uma ciência, à medida que se vai distanciando dos relatos tradicionais:

É do conhecimento geral, que é no início do século XIX que os estudos históricos ganham um relevo diferente do das épocas passadas e que começa a haver uma

³¹⁸ Alessandro Manzoni (1984), *On the Historical Novel*, trad. e intr. de Sandra Bermann, Lincoln & London, University of Nebraska Press, p.72.

³¹⁹ Maria de Fátima Marinho (2005), *Um Poço sem Fundo, Novas reflexões sobre Literatura e História*, Porto, Campo das Letras, p.15.

³²⁰ *Idem*, p.16.

³²¹ *Idem*, pp. 44-45.

³²² *Idem*.

séria preocupação em estabelecer a cientificidade de uma disciplina que, até então, tinha vivido muito da confusão entre a lenda e a realidade³²³.

A par da evolução da História como ciência, desenvolve-se o diálogo entre esta disciplina e a ficção, fomentado pela necessidade da construção de uma história nacional, o que irá acontecer depois da Revolução Francesa, e das tentativas expansionistas de Napoleão, na Europa, que vêm abalar o equilíbrio social então existente. Os ecos da Revolução Francesa causam impacto em todos os domínios da sociedade, desde a queda de regimes absolutistas, ao enfraquecimento da Igreja, à perda de poder económico da aristocracia, enquanto ascende uma classe social burguesa, subitamente endinheirada, porém, desprovida de referências culturais. Autores como António José Saraiva e Óscar Lopes (1989) secundam a lacuna que se verificava, a nível de formação literária da burguesia:

O público do Romantismo não tem uma grande preparação especificamente literária. Ignora as convenções e os padrões da literatura clássica (...). Não compreende os valores literários clássicos. Aprecia mais a emoção que a subtileza; gosta da expressão concreta imediatamente acessível, das imagens e símbolos que dão corpo bem sensível ao pensamento. Está enraizado em vivências locais e regionais: a terra, a rua, a paisagem local, o lar burguês, os objetos familiares, que já se revelam na pintura holandesa do século XVII. Tem uma noção mais sensorial que os literatos de salão do mundo ambiente, o que o leva a apreciar o realismo descritivo³²⁴.

Este público torna-se recetivo a novas formas de literatura, contribuindo para o desenvolvimento do romance. O escritor, animado pelos recentes valores do público burguês, encontra “na 1.^a metade do séc. XIX, oportunidades sem precedentes para se fazer ouvir, para espalhar sementeiras doutrinárias ou para provocar correntes emocionais de simpatia até então só acessíveis aos pregadores religiosos”³²⁵. Em *Sociologia da literatura* (1971), Giovanni Ricciardi reitera esta ideia doutrinária da nova corrente literária:

Com o romantismo, a literatura aproxima-se da vida. Volta a imagem do poeta-vate, do poeta guia. O objectivo imediato da arte é sensibilizar e guiar a sociedade. O poeta é o novo sacerdote do povo e do povo canta as angústias, a dor, as alegrias.

³²³ Maria de Fátima Marinho (1992), “O Romance Histórico de Alexandre Herculano”, *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, série II, vol. 09, Porto, Faculdade de Letras Universidade do Porto, p. 97. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2643.pdf> (consulta em 21-07-2022).

³²⁴ António José Saraiva e Óscar Lopes (1989), *História da literatura portuguesa*, 15^a ed. Porto, Porto Editora, p. 713.

³²⁵ *Idem*.

Só com o romantismo a arte se torna documento humano, grito de confissão, ferida posta a nu e dolorosa³²⁶.

A literatura deixa de ser limitada a um público aristocrático e “aproxima-se do público burguês, que a recebe com entusiasmo e paixão”³²⁷. Os burgueses entusiasmam-se com a estética do Romantismo e são os seus maiores consumidores. Com o desenvolvimento industrial, evoluem as técnicas de impressão, fazendo aumentar o número de periódicos e de livros, o que contribui para a sua vulgarização, tornando estes bens mais acessíveis. Aumenta o número de leitores, com diferentes conhecimentos e interesses, há um incremento na compra de livros e os jornais dedicam uma maior atenção aos acontecimentos literários. A literatura deixa de ser exclusiva de círculos fechados de eruditos, reis e fidalgos, e torna-se a literatura do povo. O Romantismo inicia uma singular etapa na literatura, com uma renovada visão do mundo, focada nos assuntos do seu tempo, identificada com os padrões simples de vida do homem burguês do século XIX, voltado para a espontaneidade e para a subjetividade. Giovanni Ricciardi (1971) aponta tais particularidades da literatura, como podemos verificar na seguinte observação:

À experiência do mundo, externa e como que desligada do homem, substitui-se a experiência de si, a problemática íntima, a efusão do sentimento, a comunhão com o povo. O escritor vive os acontecimentos e é como que a alma deles. Tudo isto modifica largamente a linguagem poética: o léxico torna-se concreto, coloquial, mais perto do povo. O enredo, as cenas pitorescas, os sentimentos violentos, são as peculiaridades da nova literatura³²⁸.

Assim, referindo-se ao romance histórico, no contexto do Romantismo, Castelo Branco Chaves (1979) afirma, de igual modo, que:

[...] nenhum outro género podia corresponder mais cabalmente aos anelos do movimento romântico na sua feição nacionalista, evocadora do passado, erudita e divulgadora, aristocrática e populista. Nenhum outro género, também, melhor havia de satisfazer à predilecção romântica pelo pitoresco e pela cor local³²⁹.

As invasões napoleónicas despertaram um sentido de pátria, de nacionalismo, de exaltação dos valores históricos e culturais da nação, nos países que as sofreram. Tais motivos contribuem para o surgimento e sucesso do romance histórico, tese defendida

³²⁶ Giovanni Ricciardi (1971), *Sociologia da literatura*, Lisboa, Publicações Europa-América, p.16.

³²⁷ *Idem*, p.17.

³²⁸ *Idem*.

³²⁹ Castelo Branco Chaves (1993), in Carlos Reis e Maria da Natividade Pires, *História Crítica da Literatura Portuguesa: O Romantismo*, Volume V, Lisboa, Verbo, p. 45.

por Georges Lukacs, como tivemos oportunidade de referir³³⁰. A literatura, recorrendo à História, serve de instrumento para a exaltação do espírito nacionalista. Começam a surgir narrativas históricas, com o propósito de reconstituir uma determinada época ou acontecimento do passado, com a crença de que esta literatura contribui para a criação de uma identidade nacional.

Outros fatores como o crescente movimento do liberalismo, o progresso tecnológico e científico e, ainda, o desenvolvimento do gosto pela História contribuem igualmente para o desenvolvimento do romance histórico. Com o advento da História como ciência, emerge também uma preocupação pedagógica, que vai favorecer a eclosão do subgénero, devido à crença de que este era um meio eficaz de ensinar a História à burguesia, cujo nível cultural não acompanhara a ascensão social.

Para se poder considerar um romance como histórico, há que ter em conta outros elementos, além da questão relacionada com o hibridismo que singulariza o subgénero. Avrom Fleishman (1972) menciona a referência a acontecimentos e a pessoas reais, aliados ao decurso temporal de duas gerações (40-60 anos). Para Fleishman, o romance histórico distingue-se de outros romances pela ligação específica com a história e considera que, “When life is seen in the context of history, we have a novel; when the novel’s characters live in the same world with historical persons, we have a historical novel”³³¹.

Quanto à distância temporal entre o momento cronológico da ação representada em relação ao tempo presente do autor (e do leitor), Rogério Puga (2006) refere que os críticos consideram ser um dos requisitos do subgénero. Mas, mesmo neste aspeto, o tema nem sempre é consensual. Neste sentido, menciona Avrom Fleishman e Fátima Marinho que defendem duas gerações de intervalo, enquanto outros teóricos estudam romances cujo tempo da ação se situa num passado recente, relativo ao momento da escrita, como é o caso de Kaufman (1991), com o estudo, por exemplo, de *O Cais das Merendas* (1982), de Lídia Jorge ou *Os Cus de Judas* (1979), de António Lobo Antunes³³².

Outro aspeto que se impõe considerar, na análise do romance histórico oitocentista, é a anacronia. Os romancistas tentam reconstruir os ambientes, de modo verosímil, através da inclusão de elementos do passado, tais como costumes, vestuário,

³³⁰ Cf. George Lukács (1965), cap. “La Forme Classique du Roman Historique”, *op. cit.*, pp. 17-30.

³³¹ Avrom Fleishman (1972), *The English Historical Novel: Walter Scott to Virginia Woolf*, Baltimore, The John Hopkins Press, pp. 3-4.

³³² Rogério Miguel Puga (2006), *op. cit.*, pp. 18-19.

gastronomia, armas, objetos, paisagens, entre outros, que possibilitem criar uma impressão de realidade. Porém, este afigura-se um desafio, devido ao desfasamento entre as diferentes épocas, a retratada e a contemporânea do autor e do leitor. Como observa Fátima Marinho, numa análise ao romance histórico oitocentista:

os ambientes são do passado, os lugares também, mas as personagens, sobretudo as inventadas, isto é, as que não tiveram uma existência documentada num outro tempo, são estruturalmente românticas. Elas atuam, amam, pensam como seres do século XIX e criam um desfasamento entre elas e o cenário em que se movimentam. Esta anacronia fragiliza a veracidade do narrado e coloca o romance histórico oitocentista sob o signo de uma ficcionalidade híbrida, jogando com as características da ficção romanesca e de um certo rigor histórico³³³.

Sobre este tema, Ana Maria dos Santos Marques (2012), ao analisar a anacronia em romances oitocentistas portugueses, observa que:

Se tomarmos como exemplo os romances de Herculano, Rebelo da Silva ou Arnaldo Gama, entre outros, podemos concluir que não existe um anacronismo material ou arqueológico, o que contribui para reforçar a autoridade do narrador e o objetivo didático, encarando-se o romance histórico como um complemento da História oficial. Além disso, esta ausência de anacronismo obedece a uma estratégia de verosimilhança histórica própria de uma poética mimético-realista. O cuidadoso estudo da documentação sobre a época permite ao autor evocar o ambiente cultural e social, constituindo-se numa «enciclopédia» do passado que, inserida no romance, procura reativar a própria «enciclopédia» do leitor para confirmá-la, ampliá-la, precisá-la, e também, às vezes, questioná-la³³⁴.

Contudo, a autora verifica que há um anacronismo presente no romance histórico tradicional, em relação à linguagem do narrador e das personagens. Observa que os autores reconhecem a necessidade de alterar ou atualizar a linguagem da época retratada, para uma melhor compreensão do leitor. Neste sentido, exemplifica com Alessandro Manzoni, que explica, na introdução de *I Promessi Sposi*, por que se viu forçado a alterar a linguagem do manuscrito que serve de base ao romance. O mesmo terá sucedido com Walter Scott, em *Ivanhoe*, num diálogo entre os servos saxões, vindo este modelo a ser seguido, regra geral, pelos autores portugueses³³⁵. Ana Maria dos

³³³ Maria de Fátima Marinho (s.d.), “Romance Histórico”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo: Temáticas*. Disponível em: https://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas_romance_historico.htm (consulta em 04-08-2023).

³³⁴ Ana Maria dos Santos Marques (2012), *O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista*, Porto, Afrontamento, p. 107.

³³⁵ De acordo com Ana Maria dos Santos Marques, Manzoni justifica que “non è cosa da presentare a lettori d’oggiorno”, enquanto Scott explica: «(...) to give their conversation in the original would convey but little information to the modern reader, for whose benefit we beg to offer the following translation», pelo que “estas «traduções» acabam por salientar a necessidade do anacronismo, sempre em favor da compreensão do leitor”. *Idem*.

Santos Marques refere ainda o anacronismo diegético, que influencia o comportamento das personagens ficcionais ou históricas, e como estas se movimentam, existindo um anacronismo quando se verificam discrepâncias entre o mundo construído pelo autor e os seus habitantes, pelo que a ensaísta constata:

Por isso, encontramos no romance histórico tradicional tantos heróis que sentem, sofrem e falam como os seus homólogos dos romances de atualidade. Este é, porém, o defeito mais frequentemente apontado ao género e os romancistas preocupam-se em defender as suas composições³³⁶.

É neste sentido que a investigadora menciona que esta anacronia, associada ao retrato das personagens, proporciona ao leitor uma sensação familiar quando este se depara com um passado que lhe é estranho.

Na elaboração do romance histórico, o autor recorre a elementos históricos, tais como personagens alusivas a um tempo pretérito, figuras históricas ou episódios que estabelecem uma relação com a narrativa. Todavia, segundo Rogério Puga (2006), para que não seja ignorada a presença da História, o romance exige, por vezes, “(co)interpretação do leitor informado competência literária e cultural no que diz respeito ao contexto histórico da ação”³³⁷. Este autor sublinha ainda uma particularidade, que vale a pena destacar. Desde meados do século XIX, nos subtítulos de romances históricos, alguns autores autotransclassificam os seus textos como tal. Assim acontece com *O Rancho de Carqueja: Tentativa de Romance Histórico* (1864), de António Francisco Barata, e *Um Motim de Há Cem Anos: Crónica Portuguesa do Século XVIII* (1861), de Arnaldo Gama. Outros escritores remetem a classificação dos seus livros para a dimensão histórica da intriga, como a *História do Cerco de Lisboa* (1989), de Saramago³³⁸. Alfredo de Freitas Branco também deixa claro o seu intento, com o subtítulo *romance histórico*, atribuído à obra *O Destino* (1915), procurando esclarecer o público leitor que a narrativa ficcional dialogará com a História.

³³⁶ *Idem*, p. 109.

³³⁷ Rogério Miguel Puga (2006), *op. cit.*, p.5.

³³⁸ *Idem*, pp. 9-10.

1.2 De Scott ao romance histórico em Portugal

O aparecimento do romance histórico é atribuído ao escocês Walter Scott (1771-1832), com a publicação de *Waverly*, em 1814, cujo subtítulo, *Or Tis Sixty Years Since*, anuncia um intervalo temporal de sessenta anos, entre o momento cronológico da narração e o tempo da escrita da intriga, uma das condições elementares do género, como defende a crítica.

Waverly surge em 1814, após uma época conturbada e de grandes transformações na Europa, em que começam a despontar movimentos nacionalistas e uma maior consciência histórica, o que contribui para a consolidação deste subgénero, na senda de uma redefinição da identidade nacional, como já referimos. A obra retrata a repressão da rebelião escocesa de 1745, e inspira outros escritores oitocentistas, que começam a escrever romances históricos, focando diversos acontecimentos dos respetivos países. Scott teve uma ampla projeção na Europa e na América, inspirando autores por todo o mundo, tais como: Fenimore Cooper nos Estados Unidos da América; Frederick Marryat e Charles Reade em Inglaterra; Alfred de Vigny, Prosper Merimée, Honoré de Balzac, Victor Hugo e Alexandre Dumas em França; Alessandro Manzoni na Itália; Alexander Bronikosky na Polónia; Joseph Shceffel, Willibald Alexis, Wilhelm Hauff, Karl Immermann e Karl Spindler na Alemanha; Aleksandr Pushkin e Vissarion Belinski na Rússia; José de Alencar no Brasil; Almeida Garrett e Alexandre Herculano em Portugal, entre outros. A título de exemplo, destaca-se o francês Honoré de Balzac, com *Les Chouans* (1829)³³⁹, abordando as lutas de um grupo da região francesa da Bretanha, contra as tropas republicanas, em 1799, ou o russo Liev Tolstoi, que destaca, em *Guerra e Paz* (1863-69), a história da Rússia na época da guerra napoleónica. Sobre a influência de Scott em Portugal, destacamos Alexandre Herculano com a publicação do romance *Eurico, o Presbítero* (1844), no qual o autor narra a invasão árabe, no século VIII, na Península Ibérica.

Saliente-se, no entanto, antes do advento do romance histórico de Scott, a presença de obras que retratavam épocas passadas, em finais do século XVII e inícios do século XVIII, como *La Princesse de Clèves*, de Madame de La Fayette, publicada em 1678. A narrativa coloca as personagens em tempos recuados, embora sem ter

³³⁹ Esta obra foi inicialmente publicada com o título *Le Dernier Chouan*, em 1829; na segunda edição, em 1834, Balzac alterou o título para *Les Chouans*, sua atual designação.

intenção de recriar o ambiente evocado, como observou Maria de Fátima Marinho³⁴⁰. É, contudo, considerada o ponto de viragem do romance do século XVII. No século seguinte, começam a surgir romances onde se procura recriar o passado, como *O Feliz Independente* (1779), do Padre Teodoro de Almeida. Neste livro, já se vislumbra uma inserção da narrativa no passado, mas esse tempo pretérito serve apenas de pano de fundo à narrativa. Está ainda longe do romance histórico oitocentista, sustentado numa vertente didática de aprendizagem do passado glorioso da nação.

Com Scott, o romance irá passar por mudanças significativas, como observa Maria de Fátima Marinho (2005): “Quando Walter Scott começa a tentar recriar o passado, dando uma especial atenção a este em detrimento de qualquer outro elemento, o romance social do século XVIII sofre irremediavelmente uma modificação”³⁴¹.

Com efeito, em relação aos períodos anteriores, Scott estabelece algumas inovações no género. O autor escocês inspira-se na história da Inglaterra, tentando descrever o pitoresco da vida medieval inglesa, fazendo reviver antigas tradições, acontecimentos e personagens, procurando reconstituir o ambiente de uma época, com um rigor a que chama de autenticidade da ‘cor local’. Esta denominada ‘cor local’ engloba uma série de elementos, alusivos ao quotidiano, vivências, usos e costumes, relativos ao povo, à época e lugar evocados. Tais elementos ajudam a criar um cenário verosímil nos romances. Scott também procurou incluir determinadas marcas linguísticas, tentando reproduzir dialetos e variações diastráticas, como em *Waverley* (1814), ao colocar dialeto escocês nas falas das personagens do povo ou, em *Ivanhoe* (1819), presente num diálogo entre dois populares, no início da narrativa³⁴².

Walter Scott, tal como os romancistas dessa época, manifestavam uma preocupação pedagógica e consideravam que a literatura deveria ser colocada ao serviço da divulgação histórica. Pretendiam contribuir para o conhecimento da História, e a literatura afigurava-se uma forma mais atrativa de chegar aos leitores, tanto àqueles que não tivessem tempo, como aos que não demonstravam interesse pelo estudo do passado. O objetivo didático é declarado por uma grande parte dos romancistas históricos

³⁴⁰ Maria de Fátima Marinho (1995), “O Romance Histórico na Primeira Pessoa”, p. 67. Acesso digital, disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9301/2/5727000064704.pdf> (consulta em 04-08-2023).

³⁴¹ Maria de Fátima Marinho (2005), *op. cit.*, p.18.

³⁴² Também como Scott, alguns autores portugueses demonstram uma preocupação linguística, procurando reproduzir determinadas falas, como Arnaldo Gama, por exemplo, em *O Sargento-Mor de Vilar*, que inclui marcas do sotaque minhoto, típicos dos criados da lavoura.

oitocentistas, como se verifica no seguinte excerto de *Um Motim Há Cem Anos* (1861), de Arnaldo Gama, cuja intriga se desenvolve em meados do século XVIII:

Demais eu não o queria narrado no estilo severo e seco, em que se escreve a história; queria-o de maneira que todos o lessem, que instruisse deleitando, *utile dulci* (...). Queria... queria uma novela, um romance histórico, que toda a gente lesse, que toda a gente quisesse ler; porque (...) estou convencido que a maneira de ensinar a história àqueles que não se aplicam aos livros, àqueles cuja profissão os arreda de poder fazer estudos sérios e seguidos, é o romanceá-la, dialogando-a, e dando vida à época, dando vida aos personagens, dando vida às localidades; mas a vida que lhes é própria, a vida da época, ressuscitando-a no estilo da conversação, nos usos e costumes, nos trajes, nas ideias e nas localidades. Isto torna a história interessante e amena, despe-a daquela severidade grandiosa [...] ³⁴³

Além dos acontecimentos e figuras do passado, o romance oitocentista apresentava detalhes da vida quotidiana, que não eram abordados pelo historiador. É neste sentido que Brian McHale (2004) refere que se colocavam restrições aos romancistas, tendo de restringir a sua imaginação às “áreas escuras”, deixadas pela historiografia, onde o romancista histórico teria liberdade criativa, sendo esta uma característica do romance histórico clássico: “The “dark areas” are normally the times and places where real-world and purely fictional characters interact in “classic” historical fiction” ³⁴⁴. Atente-se ao seguinte exemplo de ‘dark areas’ apontado por McHale:

For example, history does not record that Queen Caroline ever interviewed a Scottish girl named Jeanie Deans sometime in the year 1736, through the intercession of the Duke of Argyle—but neither does it positively rule out such an encounter, so this episode of Scott’s *Heart of Midlothian* (1818) satisfies the “dark areas” constraint ³⁴⁵.

Outro aspeto a considerar, em relação às ‘dark areas’, de acordo com McHale, prende-se com duas normas diferentes, adotadas pelos escritores: enquanto alguns romances históricos tratam a vida interior de figuras históricas como áreas escuras, dando liberdade ao romancista para recriar o interior dos seus personagens históricos, como inventar monólogos, por exemplo, outros consideram o mundo interior das figuras históricas inacessível, e apenas apresentam o seu exterior, ficando a vida interior reservada para os personagens ficcionais, como a norma seguida por Scott.

³⁴³ Arnaldo Gama (1861), *Um Motim Há Cem Anos*, Porto, Typographia do Commercio, pp.18-19.

³⁴⁴ Brian McHale (2004), *Postmodernist Fiction*, London and New York, Routledge, p. 87.

³⁴⁵ *Idem.*

Nos romances de Scott, os heróis não são habitualmente figuras históricas, mas antes indivíduos anónimos. O autor escocês atribui o papel principal às suas personagens ficcionais, reservando um papel secundário na intriga para as grandes figuras históricas. Esta escolha concede ao escritor uma maior liberdade criativa, evitando o risco de atraiçoar a verdade histórica. Os seus heróis são moderados, não se deixam envolver por uma paixão, nem defendem entusiasticamente uma causa, de acordo com a teoria de Lukács. O mesmo se verifica com outras personagens, sendo moderadas, com uma existência passiva, sem grandes envolvimentos amorosos que as desviem do casamento³⁴⁶.

Em Portugal, o romance histórico surge na década de 40 do século XIX, tardiamente, em relação ao resto da Europa, com cerca de trinta anos de atraso. A este propósito, Eduardo Lourenço (1988) realça o atraso congénito que parece marcar o contexto português: “*a nossa realidade nacional* de povo empobrecido, atrasado social e economicamente, com uma percentagem de analfabetismo única na Europa”³⁴⁷. Eduardo Lourenço refere-se ainda ao atraso do país que se limita a imitar o desenvolvimento que se vai verificando na Europa:

Quando o nosso Romantismo tentou refazer o conúbio natural da imaginação e da razão, o tempo perdido era de uma ordem que não permitia mais que ecoar num perpétuo atraso a invenção alheia, a ciência alheia, a cultura especializada das grandes centrais do sonho europeu (...)³⁴⁸.

A conjuntura política que o país atravessava, em concreto, a guerra civil entre liberais e absolutistas, desencadeada por uma série de acontecimentos, depois das invasões francesas e da ida da corte para o Brasil, contribuíram para esta delonga. A morte do rei D. João VI, em 1826, criou uma disputa sobre a sucessão, entre os dois irmãos: de um lado, D. Pedro, representando os liberais, e do outro lado, o absolutista D. Miguel.

Não estavam, portanto, reunidas as condições para se pensar a renovação da literatura. A instauração do liberalismo em Portugal foi conturbada e implementada após uma guerra civil, que durou dois anos, entre 1832 e 1834, terminando em 1834, com a Convenção de Évora Monte. Perseguidos pelos Miguelistas, os defensores do liberalismo e de D. Pedro foram forçados a emigrar para França e Inglaterra. O

³⁴⁶ George Lukács, (1965), *op. cit.*, p. 33-35.

³⁴⁷ Eduardo Lourenço (1988), *O Labirinto da Saudade*, 3ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, p.48. Sublinhado do autor.

³⁴⁸ *Idem*, p. 53-54.

envolvimento nas lutas liberais conduziu uma geração de intelectuais e escritores ao exílio, entre os quais, Almeida Garrett e Alexandre Herculano, fundamentais na introdução do Romantismo em Portugal e, em sequência, do romance histórico.

Na verdade, o surgimento do movimento literário do romantismo, no nosso país, é indissociável de acontecimentos sociopolíticos. A este propósito, atente-se à constatação de Carlos Reis e Maria da Natividade Pires (1993):

Repare-se: quando Garrett publica, em 1825, o poema *Camões* – muitas vezes apontado como evento fundador do nosso Romantismo – é no exílio que o faz; esse exílio decorre, como é sabido, de opções político-ideológicas que levam o jovem poeta (e outros companheiros de ideário) a abandonar a pátria; e é numa tal situação que emerge uma sensibilidade propensa à configuração da imagem do poeta como ser isolado, perseguido e nostálgico, imagem bem ajustada à romântica mitificação da figura do grande épico³⁴⁹.

O exílio é considerado uma experiência cultural marcante, tendo em conta o contacto com diferentes realidades culturais, e com as novas tendências literárias europeias, nos países onde já predominava a estética romântica. Regressados a Portugal, os jovens exilados trazem estes valores para o país, dotando a literatura de uma nova estética, como afirmam os teóricos referidos: “Os românticos portugueses, depois de, como soldados, terem dado à pátria a liberdade, propunham-se dotá-la com uma nova arte que tinha por objeto a ressurreição das suas tradições poéticas”³⁵⁰.

Por sua vez, Álvaro Manuel Machado (1979) refere a influência do exílio nos dois grandes representantes do primeiro romantismo português, nos seguintes termos:

Exílio, quer para Garrett quer para Herculano, não é assimilação profunda, é, bem pelo contrário, profunda recusa de assimilação. De regresso a Portugal, Garrett e Herculano vão construir uma obra que irá rigorosamente a par da ideologia liberal aplicada à reconstrução do país. Uma ideologia confusa mas toda-poderosa, precisamente porque forjada no exílio (sobretudo para Garrett), e que só o regresso poderia pôr à prova através da própria literatura tornada assim elemento de base da transformação da história de um povo, inclusive a nível pedagógico³⁵¹.

³⁴⁹ Carlos Reis e Maria da Natividade Pires (1993), *História Crítica da Literatura Portuguesa: O Romantismo*, Volume V, Lisboa, Verbo, p. 14.

³⁵⁰ *Idem*, p. 46.

³⁵¹ Álvaro Manuel Machado (1979), *As origens do romantismo em Portugal*, Biblioteca Breve, Volume 36, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, p.81.

Almeida Garrett, exilado em Paris, escreve os poemas *Camões* (1825) e *D. Branca* (1826), e “fundamenta o compromisso entre o classicismo e o romantismo a partir desse nacionalismo de raiz liberal”³⁵².

Alexandre Herculano, na biblioteca de Rennes, dedica-se ao estudo e inicia-se em Thierry, Guizot, Victor Hugo, Scott, Balzac e outros autores que influenciam a sua obra. Walter Scott inspirou o romancista português a tomar a dianteira no romance histórico, em Portugal, estreando-se com a publicação de narrativas do subgénero, na revista *O Panorama*, onde era redator principal³⁵³. Assim, em 1838, saem neste periódico as suas criações, sob o título de *O Castelo de Faria e Mestre Gil*, depois compiladas em 1851, na obra *Lendas e Narrativas*. *O Panorama* também publica *O Bobo*, em 1843, que sai em volume, em 1878. Entretanto, Herculano, na senda de Walter Scott, que considerou o “modelo e desesperação de todos os romancistas”³⁵⁴, publica os romances históricos *Eurico, o Presbítero* (1844) e *O Monge de Cister* (1848), tendo alcançado sucesso imediato. Nestas obras, o autor reconstitui um cenário histórico e apresenta heróis românticos atormentados por paixões e mulheres-anjo predestinadas para o sofrimento, ambientes sinistros e trágicos, bem ao gosto dos românticos.

Garrett segue-se a Herculano no subgénero romanesco, com *O Arco de Santana*, em dois volumes, publicados entre 1845 e 1851, ainda que, esta obra, de acordo com Carlos Reis e Maria da Natividade Pires (1993):

[...] sem ser um romance histórico com a dimensão e o alcance de obras coevas, constitui um exemplo curioso de aproveitamento da História com um propósito de denúncia e de intervenção crítica: recuperando uma obra iniciada nos vagares do cerco do Porto, Garrett ajusta-a a uma situação político-social opressora, na medida em que a construção de uma intriga em torno da figura tirânica do bispo do Porto remete claramente para o tempo sombrio da ditadura cabralista³⁵⁵.

³⁵² Álvaro Manuel Machado (1996), *Do romantismo aos romantismos em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, p.10.

³⁵³ *O Panorama* foi criado em Lisboa em maio de 1837, sob o patrocínio da rainha D. Maria II. Publicou-se, semanalmente, com algumas interrupções e mudanças de propriedade, até 1868. Teve cinco séries (entre 1837 e 1868), tendo Alexandre Herculano desempenhado um papel central nos primeiros anos, assumindo a direção da redação até 1839. Era animado pelos ideais do romantismo e foi o primeiro grande periódico português de divulgação cultural surgido no século XIX. Foi um dos veículos difusor dos ideais românticos europeus e da ideologia liberal em Portugal. O seu título completo, *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, indica os seus intentos de transmitir conhecimentos que consideravam profícuos, acessíveis a diversas classes sociais, a exemplo do que era feito nos países europeus considerados mais letrados. Para informações mais detalhadas sobre *O Panorama*, consultar a Ficha Histórica deste periódico, na Hemeroteca Digital de Lisboa, disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Panorama.pdf> (consulta em 13-07-2022).

³⁵⁴ Alexandre Herculano em *Eurico, o Presbítero*, nota um, p.33. Consultámos a seguinte edição: Alexandre Herculano (1983), *Eurico, o Presbítero*, Lisboa/São Paulo, Verbo.

³⁵⁵ Carlos Reis e Maria da Natividade Pires (1993), *op. cit.*, p. 61.

Surgem ainda autores como Rebelo da Silva, Camilo Castelo Branco, Andrade Corvo, Arnaldo Gama, entre outros, que também cultivaram o romance histórico, na esteira de Herculano. O advento do romance histórico em Portugal, com as traduções de Walter Scott, Rousseau, Chateaubriand, Victor Hugo, entre outros, bem como a produção nacional, criou um público ávido da nova estética romântica, resultando num enorme êxito.

Na verdade, o romance de temática histórica dominava as preferências dos leitores do primeiro Romantismo: uma burguesia liberal, em ascensão social, que adquiria novos modos de existência, de certa forma, relacionados com um democratizar da vida cultural. A classe burguesa começava a frequentar teatros e ópera, a organizar serões de leitura e declamação de poesia, a assinar revistas como *O Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense*, enquanto a mulher ia conquistando direitos, acedendo “a uma cultura que, recatada e moderadamente, preenchia algum tempo livre e os ócios que a vida burguesa propiciava, também em função da progressiva afirmação do mercado de bens culturais, visando um público cada vez mais alargado”³⁵⁶. Estas preferências pelos temas históricos deviam-se “em grande parte como consequência natural do prestígio e da autoridade ético-cultural de Alexandre Herculano”³⁵⁷.

Tal como Scott, Alexandre Herculano afiança a finalidade pedagógica e didática do romance histórico. De acordo com Maria de Fátima Marinho (2005):

Alexandre Herculano e outros, ao sustentarem que o romance histórico ensina mais do que um livro de História, aprendem a ambiguidade do estatuto de certas obras, mas não deixam de as apelidar de romances, dada a importância do enredo inventado. No entanto, em todo o século XIX se pretende salvaguardar alguma verdade que teria forçosamente de existir, para que a obra fosse considerada como pertencente ao género em causa³⁵⁸.

A Idade Média seduziu os primeiros românticos do século XIX, que se inspiravam em lendas e tradições, castelos e mosteiros, cavaleiros, monges, cruzados. No caso de Herculano, são privilegiados alguns momentos específicos para a legitimação da nacionalidade: a invasão árabe e o início da reconquista cristã (*Eurico, o Presbítero*, 1844); os tempos de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal (*O Bobo*, 1843, em *O Panorama* e 1871, em livro); a batalha de Aljubarrota (*O Monge de Cister*, 1848). Garrett, em *O Arco de Sant’Ana* (1845-50) e Rebelo da Silva, em *Ráusso por Homízio*

³⁵⁶ *Idem*, p. 16.

³⁵⁷ *Idem*.

³⁵⁸ Maria de Fátima Marinho (2005), *op. cit.*, p.18.

(1842-43) e *Ódio Velho não Cansa* (1848), também privilegiam o tema medieval. A Idade Média, no caso português, é “cadinho das liberdades burguesas, núcleo da nobreza de carácter e da honra, origem de guerreiros ilustres e da índole portuguesa”³⁵⁹.

Como sustentam Carlos Reis e Maria da Natividade Pires (1993), o primeiro Romantismo português compreende uma matriz ideológica liberal, em que os valores da liberdade, da igualdade e da justiça social são:

ponderados em função de diversas orientações políticas, que vão desde o radicalismo vintista até ao conservadorismo que, dos anos 40 em diante, gradualmente vai apontando para a «normalização» parlamentarista (...) cultivada pela Regeneração³⁶⁰.

Enquanto o primeiro Romantismo acompanha a instauração do liberalismo em Portugal, o segundo romantismo segue uma fase política de estabilidade, do novo regime liberal, a política da Regeneração, que se caracteriza pelo crescimento económico e o enriquecimento da burguesia. Esta nova dinâmica política, económica e social, irá influenciar a literatura, e a preferência do público, para temas mais atuais e épocas mais próximas, em detrimento do interesse pelo medievalismo³⁶¹.

Os temas dos romances históricos oitocentistas passam a privilegiar momentos considerados relevantes para a consolidação nacional, ameaçada pelas intensões imperialistas de Napoleão, fazendo exacerbar os nacionalismos na Europa. No caso português, autores coevos de Herculano seguiram a mesma tendência, ao escolher conjunturas históricas facilmente reconhecíveis, tais como a reconquista cristã e a formação de Portugal, o início do povoamento e colonização do Brasil (1530-32), a perda da independência de Portugal (1580), a Restauração (1640) ou o terramoto de Lisboa (1755).

Nos romances históricos portugueses, as personagens ficcionadas são, em geral, marcadas pela psicologia romântica, tendo maior destaque relativamente às figuras históricas. Os heróis, geralmente, têm um perfil romântico, são dominados por paixões, propensos a sentimentos pessimistas, de dor, tristeza, desilusão, saudade e melancolia, que levam a um desfecho trágico, como o suicídio, a solidão, a loucura, ou o isolamento. As personagens femininas seguem a mesma linha da estética romântica, a

³⁵⁹ Alberto Ferreira (1979), *Perspectiva do Romantismo português*, 2ª ed., Lisboa, Moraes Editores, p. 96.

³⁶⁰ Carlos Reis e Maria da Natividade Pires (1993), *op. cit.*, p.15.

³⁶¹ *Idem*, p. 273.

figura da mulher idealizada, a mulher-anjo romântica, vítima das circunstâncias e destinada a um fim igualmente trágico.

Os autores do segundo Romantismo português continuaram a produzir novelas históricas, embora “o género, excetuando as da autoria de Camilo, não manteve a sua dignidade literária, vindo a cair na mera divulgação da história e na fantasia da aventura, no mero folhetim”³⁶². Contudo, de acordo com Carlos Reis e Maria da Natividade Pires (1993), as narrativas de Camilo nem sempre são claras quanto à sua veracidade histórica:

A veracidade das histórias que narra é algo que também não fica muito claro, tanto nas de cariz histórico como nas de temas contemporâneos. À verdade histórica juntam-se sempre laivos de fantasia e as provas documentais que exhibe não são mais do que um ponto de partida para exercer a sua vocação ficcionista. Mesmo os romances históricos de Camilo estão repletos de invenções fantasistas, não surgindo um fundo ideológico na sua génese, ao contrário do que acontece com Garrett ou Herculano, estando longe de ser seu objectivo a reconstituição exacta do passado³⁶³.

Jacinto do Prado Coelho, na *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, constata o interesse de Camilo pelas narrativas históricas: “como atento profissional das letras, Camilo auscultava no público certo cansaço da ficção e um recrudescer do interesse pela História”³⁶⁴. Este teórico apresenta as narrativas históricas de Camilo Castelo Branco, entre 1865 e 1876, que divide em duas fases: de 1865 a 1867, inclui as obras *Luta de Gigantes*, *O Judeu*, *O Santo da Montanha*, *O Olho de Vidro*, *O Senhor do Paço de Ninães*; e de 1874 a 1876, abarca *O Regicida*, *A Filha do Regicida* e *A Caveira da Mártir*.

A partir de Eça de Queirós, começam a verificar-se mudanças na forma de inserir a História no romance, sobretudo com *A Relíquia* (1887) e *A Ilustre Casa de Ramires* (1900), dois romances que se podem considerar inovadores. De acordo com Maria de Fátima Marinho (2005):

A modernidade do autor de *A Relíquia* encontrará ecos em obras do século XX que põem em causa as tradicionais concepções e se baseiam na noção de que a diferença do passado nunca pode ser verdadeiramente apreendida, dado que ele só

³⁶² *Idem*, p. 274.

³⁶³ Carlos Reis e Maria da Natividade Pires (1993), *op. cit.*, p. 193.

³⁶⁴ Jacinto do Prado Coelho (1983), *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, 2.º vol., 2.ª ed., refundida e aumentada, Maia, Gráfica Maiadouro, p. 31. Ver ainda, neste estudo, as partes dedicadas à «novela» histórica de Camilo (*Idem*, pp. 29-37; pp. 51-57 e pp. 57-63).

nos chega sob forma de texto, seja ele de que natureza for, e que factos verídicos se transformam irremediavelmente em relatos discursivos³⁶⁵.

Ainda de acordo com esta investigadora, nas primeiras décadas do século XX, predomina o romance histórico apologético e muitas vezes biografista, das grandes figuras da História, não havendo grandes novidades, nem estruturais nem conceptuais. Nos anos trinta desse mesmo século, surgem romances que pertencem “a uma espécie de estética de transição entre o romance histórico tradicional e a metaficção historiográfica pós-moderna”³⁶⁶. As obras *Isabel de Aragão – Rainha Santa*, de Vitorino Nemésio e *Aventura Maravilhosa*, de Aquilino Ribeiro, publicados em 1936, são exemplos de modernidade, quando as reflexões sobre a teoria da História ainda não tinham atingido a profundidade dos anos subsequentes.

Julgamos, ainda, pertinente considerar outros romances históricos do período modernista, como *The Sense of the Past* (1917), de Henry James, *Orlando* (1928), de Virginia Woolf, ou *Absalom! Absalom!* (1936), de William Faulkner, que desafiam os modelos clássicos. A ficção histórica moderna inclui reflexões sobre o conhecimento histórico na estrutura do romance, dá menor importância à cor local, e coloca no centro da história, o mundo interior das personagens. Outra característica do romance histórico, sensivelmente a partir de então, é a subjetivação da História, na alteração dos factos históricos, ao invés do modelo tradicional, que assentava na solidez do conhecimento histórico.

A partir da década de sessenta, surge uma nova conceção da História, com a consciência da impossibilidade de se aceder ao passado, sem a preocupação de intenções didáticas e a análise crítica da História. O romance histórico pós-moderno transforma radicalmente o modelo tradicional, afastando-se do molde de Scott. As diferenças levam a que alguns ensaístas prefiram outras designações que não ‘romance histórico’, como na proposta de Linda Hutcheon (1988), que se passaria a designar de metaficção historiográfica pós-moderna³⁶⁷.

³⁶⁵ Maria de Fátima Marinho (2005), *op. cit.*, p.55.

³⁶⁶ *Idem* (s.d.), “Romance Histórico”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo: Temáticas*. Disponível em: https://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas_romance_historico.htm (consulta em 04-08-2023)

³⁶⁷ Cf. Linda Hutcheon (1988), *A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction*, New York and London, Routledge.

De acordo com Ana Paula Arnaut (2011), é consensual que o início do pós-modernismo³⁶⁸, na literatura portuguesa, se situe com a publicação de *O Delfim*, de José Cardoso Pires, em 1968, um romance que marca uma nova forma de criar a arte literária. A autora salienta os principais aspetos da “nova literatura”:

[...] a mistura de géneros e a decorrente fluidez genológica, num culto ostensivo e quase sempre subversivo; a insistente e crescente polifonia, em algumas situações a tocar as fronteiras do indecível, da fragmentação e da (aparente) perda de narratividade; os exercícios metaficcionalis, já presentes em romances cómicos e satíricos do século XVIII, mas agora renovados em grau e qualidade e alargados da escrita da história à reescrita da História³⁶⁹.

O pós-modernismo não é sinónimo de contemporaneidade, embora, por vezes, seja definido em termos temporais (depois de 1945? 1968? 1970?), ou económicos (capitalismo tardio), de acordo com Linda Hutcheon³⁷⁰.

Maria de Fátima Marinho propõe que, em Portugal, no romance publicado nas últimas décadas do século XX, se distinguem diversas formas de inserir o passado, das quais sobressaem a biografia, as alterações da pessoa narrativa, da perspectiva e dos fenómenos e a anulação do tempo. Destacam-se, assim, obras cuja diegese se concentra numa família, os romances de família, que acompanham os eventos familiares por duas ou mais gerações. Além da história do núcleo familiar, são frequentes as alusões aos acontecimentos políticos, sociais e culturais das épocas evocadas. É através do ponto de vista da família que a História é contada, e se apreende o passado histórico. Entre os romances desta tipologia, encontram-se, por exemplo, *Levantado do Chão* (1980), de José Saramago, que trata da exploração latifundiária no Alentejo, ao longo do século XX; *Café República* (1982), *Café Central* (1984), *Café 25 de Abril* (1987), de Álvaro Guerra, narrativas que narram a vida de uma pequena vila entre 1914 e 1976; *O Último Cais* (1992) e *A Deusa Sentada* (1994), de Helena Marques, que recriam o Funchal do passado, e *O Senhor das Ilhas* (1994), de Isabel Barreno, que reconstrói a história de uma família em Cabo Verde, a partir dos finais do século XVIII, entre outras.

³⁶⁸ A autora opta por usar o prefixo ‘post-’, em vez de ‘pós-’, utilizado mais frequentemente, justificando: “[...] em estreita aliança com uma sempre subjectiva sensibilidade linguística, julgamos preferível recorrer ao prefixo ‘post-’, em detrimento do comum ‘pós-’. Este parece apontar, de forma demasiado linear, para a ideia de ‘algo que vem depois de’, isto é, de alguma coisa que se institui com a marca de um corte absoluto, profundo e radical, em relação ao que o antecede. Por contraste, o prefixo latino sugere-nos uma amplitude relacional com vários passados que, de modo diverso, ecoarão no futuro que é, agora, o nosso presente”. Cf. Ana Paula Arnaut (2011), “Post-Modernismo: O futuro do passado no romance português contemporâneo”, *Via Atlântica*, 11(1), p. 131. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/va.v0i17.50544> (consulta em 18-10-2023).

³⁶⁹ *Idem.*

³⁷⁰ Cf. Linda Hutcheon (1988), *op. cit.*, pp-3-4.

Quanto aos romances dedicados à biografia, estes tendem a distanciar-se dos romances congéneres do início do século, sendo que, as várias figuras históricas biografadas, são articuladas segundo as ideologias dos seus criadores. Dos vários exemplos, refira-se *Adivinhas de Pedro e Inês* (1983), de Agustina Bessa Luís; *Inês de Portugal* (1997), de João Aguiar; *Memória de Inês de Castro* (1990), de António Cândido Franco; *As Portas do Cerco* (1992), de António Rebordão Navarro, entre outros. É frequente as personagens biografadas serem simultaneamente protagonistas e narradores, apresentando uma parcial focalização dos acontecimentos passados, como em *A Casa do Pó* (1986 – cujo narrador é Frei Pantaleão de Aveiro, o protagonista), e *A Sala das Perguntas* (1988 – com Damião de Góis, como narrador), de Fernando Campos.

Por vezes, surgem romances em que a focalização é diferente da tradicional, e esbarra com a versão da História oficial, como é o caso de *Memorial do Convento* (1982), de José Saramago, onde a construção do Convento de Mafra é vista pela perspectiva dos operários, ao invés da nobreza ou clero, como consta dos documentos oficiais.

Seduzidos pela tentação “de construir outra história, de modificar o passado, não já pela apresentação dos mesmos factos com diferente focalização, mas pela transformação pura e simples desses factos”³⁷¹, surgem romances históricos em que se procura reescrever o passado, como os exemplos de José Saramago com as obras *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984); *História do Cerco de Lisboa* (1989); *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991); *A Viagem do Elefante* (2008) e *Caim* (2009), que chega a levantar hipóteses de alteração da História; de Agustina Bessa Luís, com *O Mosteiro* (1980); *A Corte do Norte* (1987); *Ordens Menores* (1992); *O Concerto dos Flamengos* (1994); *As Terras do Risco* (1994), e *Fama e Segredo na História de Portugal* (2006); e de Herberto Helder, com *Teorema* (1963), que sugere uma teoria para explicar a morte de Inês de Castro.

Aparecem ainda romances em que a noção de tempo é relativizada, havendo um paralelismo entre passado e presente ou confusão entre ambos, como *Orlando* (1928), de Virginia Woolf, em que a personagem se movimenta através das épocas, uma nova

³⁷¹ Maria de Fátima Marinho (s.d.), “Romance Histórico”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo: Temáticas*. Disponível em: https://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas_romance_historico.htm (consulta em 04-08-2023)

abordagem ao tratamento do tempo e da História, ou *O Livro Grande de Tebas* (1982) de Mário de Carvalho, em que se verifica a coexistência de vários séculos.

O romance histórico contemporâneo parece continuar a questionar a História, sendo que, de acordo com Maria de Fátima Marinho:

De uma tentativa incipiente de reconstituição de um passado documentado, se foi passando gradualmente para um questionamento desse passado, partindo dos dados fornecidos pelos historiadores e apresentando-os de modo surpreendente, de forma a deslocar a História oficial para a privada, a excluída dos manuais, mas presente na vida quotidiana dos intervenientes ignorados, silenciosos, mas incrivelmente atuantes³⁷².

Na Madeira, o romance histórico teve e tem os seus cultores, entre autores madeirenses, ou de alguma forma afetos à ilha, por ali terem nascido ou vivido. Ao problematizar o que deve ser considerado literatura madeirense, Luísa Marinho Antunes (2014) defende que a elaboração de uma história literária de contornos regionais “incluiria as obras escritas por autores que viveram na região e que são por ela inspiradas, as impregnadas de lugares de memória mitificados, as que têm com a região estreitos laços temáticos”³⁷³. De acordo com Thierry Santos e Leonor Coelho (2016)³⁷⁴, em meados do século XIX, os escritores madeirenses começaram a produzir narrativas de cariz histórico, em voga na Europa, desde o início daquele século. Todavia, os autores desse período privilegiam temas da história de Portugal, sendo raro uma abordagem sobre a Madeira e o seu povo. Devido ao pouco interesse que a Madeira, como assunto literário, parecia suscitar, os autores optam por motivos preferidos pelo público que lia, e seguiam os modelos adotados por consagrados criadores nacionais, como Herculano, Camilo e Pinheiro Chagas.

No arquipélago, o número de leitores era reduzido, pelo que não existia um mercado significativo. Daí, a produção regional destinar-se a pequenos círculos de letrados, conseguindo alcançar alguma popularidade com a publicação das narrativas históricas, em folhetim, na imprensa local.

³⁷² *Idem.*

³⁷³ Cf. Luísa Marinho Antunes (2014), “Literatura e Literatos: questões e contornos da literatura produzida na Madeira e sobre a Madeira”, in José Eduardo Franco e Cristina Trindade, *Que Saber(es) para o Século XXI?*, Lisboa, Esfera do Caos Editores, p.411.

³⁷⁴ Para o breve panorama apresentado sobre o romance histórico na Madeira, servimo-nos do estudo de Thierry Santos e Leonor Coelho (2016), sob o título “Função e representações da fidalga de quatrocentos e quinhentos na ficção literária madeirense”, publicado no volume antezero do *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, sob a direção de José Eduardo Franco (anexo da *Revista Letras Com Vida – Literatura, Cultura e Arte*, n.º 7), Lisboa, CLEPUL/INCM, pp. 76-87.

A partir de finais do século XIX, e até meados do seguinte, à medida que o interesse pela história do arquipélago ia aumentando o acervo documental da Madeira, os autores insulares começavam a dar à estampa textos que visavam promover a sua cultura e exaltar o passado ilhéu, de que pode ser exemplo *A Filha de Tristão das Damas* (1909), de João dos Reis Gomes³⁷⁵. Este romance aborda um período da História da Madeira, de inícios do século XVI, conhecido como o ciclo do ouro branco, ou do açúcar, que tornou a ilha num dos principais mercados do Atlântico.

A partir da segunda metade do século XX, as narrativas de cariz histórico madeirense procuram retratar realidades insulares, inseridas em momentos significativos, no contexto português, focadas em movimentos e crises sociopolíticas, como o exemplo do romance *Saias de Balão* (1946), de Ricardo Nascimento Jardim (1906-1990), ambientado na sociedade madeirense do século XIX.

Thierry Santos e Leonor Coelho (2016) identificam cinco tendências, no modo como os autores resgatam o passado histórico da Madeira: as obras de configuração tradicional, os romances com particular incidência no enredo familiar e, nas abordagens mais recentes, o questionamento da história insular, o diálogo com outras culturas, ou o impacto das crises mundiais na Madeira, e uma nova interpretação da História, em que o romance serve como proposta de uma renovação do conhecimento.

Neste quadro, entre as narrativas de pendor tradicional, e também com intuito didático-cultural, evidenciam-se os contos “Os Profetas” e “Os Piratas”, de João Nobrega Soares (1831-1890), inseridos na sua obra *Contos e Viagens* (1867); *A Mão de Sangue* (1874), de João Augusto de Ornelas (1833-1886); *Ângela Santa Clara* (1895), um romance que evoca a ocupação da ilha da Madeira pela Inglaterra, na primeira década do século XIX, que narra um alegado caso amoroso entre uma freira do Convento de Santa Clara e um oficial britânico, de Guilherme Read Cabral (1821-1897), autor inglês nacionalizado português; *O Anel do Imperador: Napoleão e a Madeira* (1934), de João dos Reis Gomes, que abarca a passagem da esquadra inglesa ao largo do Funchal, e da ida de Napoleão Bonaparte para o exílio em Santa Helena; ainda os contos de Alberto Artur Sarmento: “O Tesouro da Sé”, inserido no livro *Migalhas* (1912) e “O Justo e o Contrito”, integrado no livro *Redemoinhos de Folhas* (1943).

³⁷⁵ Sobre os romances históricos de João dos Reis Gomes, ver: Paulo Figueira (2022), *João dos Reis Gomes: contributo literário para a divulgação da História da Madeira*, V.N. Famalicão, Húmus.

Quanto aos romances cujo enfoque incide na intriga familiar, em que as figuras históricas têm um papel secundário, destacam-se obras como *Da Choça ao Solar – Narrativa madeirense do Século XVIII* (1921), de João Vieira Caetano (1883-1967), publicado em folhetim, em 1917, no periódico *Brado d’Oeste*, da Ponta do Sol; o já mencionado romance *Saias de Balão* (1946), de Ricardo Jardim; a novela *A Neta do Morgado* (1967), de Carlos Cristóvão (1924-1998). Destacam-se, ainda, algumas narrativas de João França (1908-1996), como o exemplo de *A Ilha e o Tempo* (1972, reeditado em 2006), que apresenta o processo de construção da sociedade madeirense, em finais do séc. XV e inícios do séc. XVI, evidenciando a relação familiar e dando relevo às relações sociais entre o clero, a fidalguia e o povo; *António e Isabel do Arco da Calheta* (1985), em que o autor revisita e romanceia o episódio do rapto de Isabel de Abreu, baseado em factos verídicos, e relatado em primeira mão pelo cronista Gaspar Frutuoso, em *Saudades da Ilha*; e *Uma Família Madeirense* (2005, edição póstuma), que reflete sobre o percurso das personagens no contexto familiar e social. Na componente histórica, a narrativa compreende o período entre o verão de 1936 e o verão de 1975, aborda as mudanças sociopolíticas advindas da Revolução dos Cravos e refere a Revolta do leite, em 1936³⁷⁶.

Nas prosas mais recentes, surge uma nova forma de olhar a história insular, por vezes questionando a sociedade atual a partir da História, numa escrita pós-moderna, como na obra *Nas Margens da Madeira: Vilões, Barões e Tubarões* (2011), de Luís Calisto (1950-); ou no livro de contos *Pavana para Isabella de França* (1992, reeditado em 2008), de Viale Moutinho. Num modo mais tradicional, emergem narrativas que representam os madeirenses em contacto com o mundo, ou os ecos das crises mundiais na Madeira, como em *Regressos* (2008), de António Loja (1934-) e *O Bazar Alemão* (2010), de Helena Marques (1935-2020). Em *Regressos* (2008), a ação situa-se no processo de Restauração da Independência de Portugal, em 1640, e *O Bazar Alemão* (2010), representa a vida de estrangeiros residentes na Madeira, no período da Segunda Guerra Mundial. De salientar ainda, nos romances que se apresentam como proposta de uma nova interpretação do conhecimento histórico, *A Sabotagem do Casamento Real* (2011), de Paulo Mendes Moreira, que pretende estabelecer uma relação entre o ataque

³⁷⁶ Sobre as narrativas de cariz histórico de João França, remetemos para os seguintes estudos: Thierry Santos e Leonor Coelho (2016), “Função e representações da fidalga de quatrocentos e quinhentos na ficção literária madeirense”, in José Eduardo Franco (dir.), *op. cit.*, pp. 76-87 e Thierry Santos (2017), “Uma família madeirense de João França: uma saga familiar para refletir (sobre) a mudança dos tempos na Madeira do séc. XX”, *Navegações*, 10(1), pp. 46–52. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1983-4276.2017.1.25745> (consulta em 19-10-2023).

ao Funchal por Bertrand de Montluc, em 1566, e o facto de o rei D. Sebastião não se ter casado, o que se traduz numa nova interpretação historiográfica de um episódio marcante da Madeira, com efeitos na monarquia portuguesa.

Os romancistas históricos madeirenses têm recorrido a um manancial diverso, para se inspirarem nas suas criações literárias sobre a Ilha, abordando diferentes temáticas relativas a tempos pretéritos, como constata Thierry Santos e Leonor Coelho (2016):

A Madeira tem oferecido matéria rica de inspiração, uma lendária, outra documentada. Temas como os primórdios da humanização da Ilha, Cristóvão Colombo, a ilha encoberta, o tesouro do capitão Kidd, temporais de má memória, a ocupação inglesa, a ação do médico e reverendo Robert Kalley na Madeira, o levante da pedrada, a imperatriz Sissi, o bombardeamento do Funchal para submarinos alemães, Carlos, o último imperador austro-húngaro, a revolta da Madeira e a vinda dos “gibraltinos” para a Ilha durante a Segunda Guerra Mundial continuam a fazer correr tinta³⁷⁷.

O recurso às lendas, à História, ao território ilhéu, à ligação ilha-Mundo são traços indicadores de uma escrita que procura revelar a cultura e identidade de um lugar, sendo a escrita romanesca uma possibilidade para expor essa visão da ilha e do Mundo.

1.3 Representação do real: visão crítica dos tempos

Em *O Destino: romance histórico* (1915), Alfredo de Freitas Branco tende a seguir o modelo oitocentista do subgénero literário em questão.

No ano de publicação da obra, Freitas Branco era um jovem de vinte e cinco anos, monárquico, recém-chegado do exílio em França, e envolvido em novos ideais doutrinários e políticos que começavam a desenvolver-se em Portugal, nomeadamente o Integralismo Lusitano, como já descrevemos no capítulo anterior.

O contexto do país à data de publicação de *O Destino*, do ponto de vista ideológico e político, caracterizava-se por lutas que opunham republicanos a monárquicos e integralistas. Estes últimos tinham aspirações restauracionistas do regime recentemente derrubado. Os jovens desta geração integralista não se identificavam com os ideais da Revolução de 5 de outubro, ou seja, com o republicanismo. Embora assumissem ser monárquicos, também não lhes servia a recém-

³⁷⁷ Thierry Santos e Leonor Coelho (2016), *op. cit.*, p. 80.

deposta Monarquia Constitucional. José Manuel Quintas (1997) ao referir o primeiro editorial de Alberto de Monsaraz, em 1914, na revista *Nação Portuguesa*, esclarece que:

Para os integralistas, a Monarquia derrubada era um corpo estranho à Nação. Havia que retornar à Monarquia, sim, mas à verdadeira Monarquia Portuguesa. Os portugueses haviam esquecido em que consistia uma tal Monarquia; os integralistas ali estavam para o explicar aos próprios monárquicos³⁷⁸.

A corroborar esta constatação, Manuel Braga da Cruz (1982) afirma que a República era para os integralistas “a continuação lógica do liberalismo e o coroamento da desagregação da monarquia por ele encetada”³⁷⁹. Neste sentido, de acordo com este autor, os integralistas não pretendiam apenas a restauração monárquica, “mas um projeto para superar o Estado liberal”³⁸⁰, sendo que “a principal linha de demarcação política do integralismo não era a «questão do regime» ou a oposição república-monarquia, mas toda uma vasta «questão política» e social. Ideologicamente conservadores e tradicionalistas, opunham-se à ideologia do progresso, como defensores da continuidade do «antigo regime»”³⁸¹.

Estas premissas são essenciais, no nosso entender, para compreender o sentido do paratexto incluído na obra *O Destino* (1915), em que o autor justifica as suas simpatias políticas, bem como a causa monárquica que defende. Na verdade, ao apoiar a causa Miguelista, o autor acredita que o livro será interpretado, por muitos, como um ataque a D. Manuel II, o último soberano português, apesar de afirmar ter “pelo Senhor D. Manuel a maior consideração e simpatia”³⁸². Todavia, assume publicamente o apoio a D. Miguel II, filho de D. Miguel I, que considera ser o legítimo herdeiro do trono português, estando de acordo com o pensamento de grande parte dos integralistas³⁸³. É

³⁷⁸ José Manuel Quintas (1997), “O Integralismo Lusitano e a herança de Os Vencidos da Vida”, Sintra, Academia da Força Aérea, p. 4. Disponível em: https://www.estudosportugueses.com/uploads/1/1/3/4/113423301/1997_-_quintas_jos%C3%A9_manuel_o_integralismo_lusitano_e_a_heranca%C3%A7a_dos_vencidos_da_vida.pdf (consulta em 10-07-2022).

³⁷⁹ Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 151.

³⁸⁰ *Idem.*

³⁸¹ *Idem.*

³⁸² AFB [VPC] (1915), *O Destino*, Lisboa, Livraria Aillaud & Bertrand, p.[7].

³⁸³ AFB será criticado, por apoiar diferentes personalidades e projetos, ao longo da vida. Entre as diversas críticas e sátiras de que foi alvo, sobretudo na imprensa periódica coeva, devido à faceta volúvel que demonstrou, transcrevemos o seguinte exemplo:

“(…) Se o Visconde não fosse um maluco publicamente declarado, perguntar-lhe-íamos qual a ideologia política que professa agora...

Ele que...

«Já foi do D. Manuel,

Também do Cunha Leal,

Do neto de D. Miguel...»

neste sentido que, ainda em paratexto, Freitas Branco aponta os dois objetivos da sua obra:

- a) “fazer um pouco de propaganda legitimista, nacional”
- b) “narrar, embora resumidíssimamente [*sic*], as convulsões políticas dos últimos tempos em Portugal”³⁸⁴.

O autor afirma que pretendeu concretizar tais desígnios num romance histórico, procurando narrar acontecimentos ocorridos com a Implantação da República em Portugal. Saliente-se, contudo, que o texto evidencia ausência de estudos profundos da psicologia das personagens, escassez de descrições pormenorizadas dos ambientes, e um número reduzido de páginas, num total de sessenta e três, formando um volume pouco extenso. Sobre *O Destino*, é publicada uma crítica literária na imprensa periódica da época, na *Gazeta de Coimbra*, por Corrêa da Costa, na qual analisa a escrita de Alfredo de Freitas Branco e o género literário do seu primeiro livro:

[...] São imensas hoje as escolas literárias, mais ou menos bizarras, mais ou menos futuristas que separam, engrupam em pequenas côteries [*sic*] todos os que fazem literatura na medita intelectual das suas forças. [...] Alfredo de Freitas Branco não procurou na sua prosa dar efeitos rítmicos, nuances musicais, torturando página a página, trabalhando os seus períodos com a paciência com que os artistas florentinos trabalhavam as suas pedrarias.

Não! Alfredo de Freitas Branco, no seu livro de estreia *O Destino* longe de se preocupar com esses requintes, procurou em algumas dezenas de páginas dar-nos a ideia rápida de alguns episódios das incursões de Couceiro, dando ao entrecho um pouco de romance, embora na sua fatura o livro não tenha dimensões e características de romance³⁸⁵.

Na análise de *O Destino* (1915), identificámos elementos característicos do romance histórico. A narrativa tem correspondência com o passado histórico, num momento-chave da história do país, nomeadamente, o período das lutas entre as forças liberais e as absolutistas e, mais tarde, a Implantação da República em Portugal. São

.....
Será fascista, afinal?” Cf. “O Visconde!”, *O Povo*, nº 359, 22-02-1933.

³⁸⁴ AFB [VPC] (1915), *op. cit.*, p. [8].

³⁸⁵ Corrêa da Costa, “Carta de Lisboa”, *Gazeta de Coimbra*, 10-XII-1916.

O surgimento do primeiro livro de AFB foi mencionado em periódicos da época, que dedicaram algumas linhas à crítica literária. O próprio autor recolheu alguns recortes da imprensa, cujas palavras lhes eram dedicadas, e que se encontram no seu fundo documental, à guarda do ABM. A este propósito, veja-se os recortes dos jornais, patentes no seu espólio: *Diário de Notícias* (3-10-1915); *A Nação* (20-10-1915 e 24-02-1917); *A Ordem*, Lisboa, 29-2-1916; *Gazeta de Coimbra* (10-XII-1916). Cf. ABM – Espólio do Visconde do Porto da Cruz, Cx. 4. Caderno contendo vários recortes de jornais, da imprensa periódica regional e nacional, intitulado “Críticas aos Trabalhos de Alfredo de Freitas Branco (Visconde do Porto da Cruz)”.

tempos incertos, em resultado da mudança de regime político e de conflitos sociais, que se irão repercutir no enredo familiar, revelando as suas crises e os conflitos internos latentes. Os tempos pretéritos da História de Portugal, que estabelecem uma relação com a diegese, são os seguintes:

- Primeira metade do século XIX, com a partida do rei absolutista D. Miguel I para o exílio, após a guerra civil, em 1834, com a vitória dos liberais sobre os absolutistas, e da Convenção de Évora Monte;

- Primeiras décadas do século XX, em concreto, o Regicídio ocorrido no dia 1 de fevereiro de 1908; a Implantação da República em 1910, e as lutas e/ou conspirações monárquicas, a partir da Galiza, sob o comando de Paiva Couceiro;

- Do século XIX ao primeiro quartel do século XX, no contexto do chamado “turismo terapêutico” na ilha da Madeira.

A distância temporal entre o momento cronológico da ação representada e o momento em que o texto é publicado é de 81 anos, pelo que o livro de Alfredo de Freitas Branco obedece ao critério temporal entendido como necessário para que uma obra seja considerada como romance histórico.

Entre a Ficção e a História, o carácter híbrido desta narrativa ficcionada, ambientada num cenário típico do romantismo, conta uma história de amor proibido, devido aos laços matrimoniais, que uniam o herói a outra mulher, um casamento feito por conveniência, sem amor. O herói revela-se um romântico, atormentado por um amor idealizado, impossível, que o coloca em conflito com as regras e convenções sociais. Propenso a sentimentos pessimistas, procura refúgio na solidão, vagueia pelo campo, isolado, melancólico. Tornar-se-á, assim, um conspirador contra a República, movido por grandes ideais, bem ao gosto dos românticos. Predominam as paisagens sinistras, o cenário noturno, sombrio, o lar frio, um espaço de conflito bélico, embora sejam vagas as descrições do ambiente. A natureza está em harmonia com os sentimentos do protagonista: as nuvens negras, a tempestade, o mar agitado a embater nos rochedos, um dia chuvoso propício à introversão. As personagens femininas são representadas pela mulher passiva, ou a mulher-anjo romântica, predestinada para o sofrimento.

A primeira personagem a surgir na intriga é Rodrigo de Sequeira, um jovem português, tenente de cavalaria. O enquadramento desta personagem faz-se na primeira metade do século XIX, após a guerra civil portuguesa, em 1834, com a vitória dos liberais sobre os absolutistas, e da Convenção de Évora Monte, que obrigou o rei absolutista D. Miguel I a seguir para o exílio. É neste quadro que o autor começa por

defender o absolutismo régio, afirmando ter sido D. Miguel um rei popular, estimado pelo seu povo, contudo, injustamente difamado pelos liberais. Revela-se, assim, muito crítico dos ventos de mudança, claramente contra o liberalismo e seus principais autores, considerando-os estrangeiros e designando-os de “pseudo-liberais”³⁸⁶.

Inicia-se, então, a trama de Rodrigo de Sequeira, um oficial português fiel aos seus princípios conservadores, que o leva a seguir o deposto rei absolutista para o exílio, em Itália e na Áustria, renunciando a uma vida de luxo em Portugal. Depois de alguns anos de trabalho árduo, e a passar dificuldades, a vida de Rodrigo de Sequeira prospera, ao casar-se com a filha de um abastado proprietário francês. Rodrigo vai viver para França com a esposa e deste casamento nascem dois filhos. Mais tarde, quando ocorre a Revolta Maria da Fonte, em Portugal, o soldado vai lutar pela saudosa pátria, na esperança do regresso de D. Miguel ao trono lusitano.

O autor, uma vez mais, extremamente crítico do liberalismo, revela-se desiludido com a vitória dos liberais. Na personagem Rodrigo de Sequeira, o narrador concentra os valores tradicionalistas de um homem conservador, religioso e aristocrático. Rodrigo é a representação do bom pai de família, à qual transmite a história do seu país e incute os ideais da tradição. São os ideais de uma família portuguesa, traduzidos na amizade e na felicidade do casal, e na educação dos dois filhos de ambos, de acordo com os valores tradicionais da sociedade e da religião católica. Estes princípios constituem também a doutrina do Integralismo Lusitano, que o autor professava. A esposa, por sua vez, reveste-se de características românticas, cheia de virtudes, compreensiva, apresentada como “uma santa” (p.14).

Muitos anos passaram e Rodrigo envelhece, mantendo-se fiel aos seus ideais conservadores, avesso à mudança, quando toma conhecimento de uma revolução republicana em Portugal, em 1889, na cidade do Porto. Apesar de garantir que jamais seria republicano, ainda assim, prefere este regime ao liberalismo, convicto de que será uma oportunidade para a reconquista do absolutismo régio. Até o fim da vida, o velho Sequeira continua a acreditar na vitória miguelista, conforme leva a crer, num presságio, transmitido aos filhos:

e vós, rapazes, vereis em tempos não longínquos chegar uma outra revolução que implante a República e que será a ponte por onde terá de passar o filho do nosso

³⁸⁶ AFB [VPC] (1915), *op. cit.*, p. [11]. Para efeitos de economia de espaço e simplificação do tratamento do *corpus* em análise, as citações que se seguem no texto, referentes a esta obra, estão referenciadas, entre parêntesis, com o número da respetiva página. Saliente-se que todas as expressões sublinhadas são do autor.

querido Rei, o Senhor D. Miguel II, para se sentar no trono que herdou de seu pai e de seus avós (p.15).

Não será por acaso que, no seu jazigo se encontrem as palavras “Por Deus – Pela Pátria – Por El-Rei” (p.15), que representam o seu lema de vida.

A partir do desfecho desta personagem, há um salto no tempo, vindo a trama a revelar que os filhos, entretanto se casaram. O filho mais novo, chamado Miguel, acaba por morrer ainda jovem, depois da morte precoce da sua mulher, e desta forma surge, pela primeira vez, a referência àquele que será o protagonista da narrativa: “deixava entregue ao irmão um filhinho de pouca idade” (p.15). Antes de passar à história deste filho, entregue aos cuidados do tio, há um novo salto no tempo, na diegese, situando-se o cenário no início do século XX. O ambiente é de revolução, de incerteza e drama, e caracterização da paisagem, “as nuvens negras, precursoras da tempestade” (p.15), que profetizam o destino fatal do rei D. Carlos I, então no poder. É neste quadro que se expõe o episódio dramático do regicídio de 1 de Fevereiro (de 1908), culminando com o advento da República, que para o autor “seria a ruína de Portugal” (p.16). Por outro lado, evoca-se a figura de D. Miguel, como símbolo de esperança, capaz de resgatar o trono tradicionalista português, que se teria perdido, na perspectiva do autor, primeiro com o Liberalismo, e agora com a Implantação da República. Podemos afirmar que há uma crítica clara ao Liberalismo, enquanto se procura fazer propaganda aos ideais legitimistas, como anunciado em paratexto, como já referimos.

Assim se estrutura o livro, até à página dezassete, a partir da qual surge a ilha da Madeira, um espaço onde se centra parte da narrativa. Na verdade, a diegese desenvolve-se em três espaços físicos: ilha da Madeira, Espanha e França. Atente-se, desde já, à visão encantada como a Madeira é apresentada ao leitor:

Nos confins da Europa, ao sul, isolada no meio do Atlântico a Madeira aparece aos olhos do viajante fatigado do horizonte imenso e monótono entre a água e o espaço, como uma ilha encantada, surgindo das ondas com as suas negras montanhas cobertas de frondosos arvoredos, de exuberante vegetação, e indo os seus altos picos esconderem-se nas nuvens (p.17).

A ilha é vista como lugar paradisíaco, “uma ilha encantada” (p.17), com uma paisagem exuberante. O narrador exalta a beleza da paisagem natural da Madeira, em contraponto com as condições das moradias dos habitantes. Nesta perspectiva, a ilha passa a um cenário disfórico, apresentando-se as “pobres casas em volta dos velhos solares denegridos, por vezes em ruínas” (p.18). Seguindo esse ponto de vista, o

narrador passa a descrever a cidade do Funchal, realçando o pitoresco, a pequenez, e uma cidade envelhecida, incluindo a própria Catedral: “em torno da velha Catedral Manuelina – manuelino pobre – ladeando as ruas estreitas e tortuosas apinham-se as casas da velha cidade, o centro comercial, os bairros pobres, os bairros operários” (p.18). Uma vez mais, em contraste com as infraestruturas da urbe, surgem os espaços naturais da cidade, com jardins públicos deslumbrantes, cheios de flores e cores. A própria natureza parece estar em harmonia com os mais favorecidos socialmente, que vivem nos subúrbios, nas suas quintas, rodeadas de vegetação. O cenário que se apresenta ao leitor é cheio de cor, as moradias dos ricos são “muito claras”, entre o “matizado da verdura” e “o mar azul, na baía” (p.18), como se houvesse uma demarcação subtil entre as classes sociais. O espaço insular é, portanto, dicotómico: solar e soturno, como revela, por exemplo, Gaston Bachelard, em *La Poétique de l'Espace* (1957).

Estas reflexões em torno da ilha conduzem-nos à abordagem dos estudos insulares e ao interesse que diversos investigadores têm demonstrado, nas últimas décadas, sobre a designada Ciência das ilhas. Segundo Alberto Vieira (2010), esta nova ciência surgiu na década de oitenta, do século XX, tendo evoluído, conquistando o seu lugar nos debates científicos. De acordo com este historiador, a Ciência das ilhas terá sido definida de Nissologia por Grant McCall, designação universalmente aceite, embora questione esta denominação e defenda a terminologia mais apropriada de ‘Nesologia’. Segundo Alberto Vieira (2010): “A definição universalmente aceite de Nissologia é de Grant McCall (1996): “the study of islands on their own terms... dwellers that island world view is not theirs; and that island integrity belongs to Islanders”. Esta foi complementada por reflexões de outros intervenientes, como G. Baldacchino (2008) que direciona o olhar de dentro para fora: “island studies/Nissology has been conceived as platform for looking at islands issues inductively and ex-centrally: privileging commentary from inside out (rather than from the outside in)”. Não bastando isso como posição para que esta ciência se afirma, pois, como nos determina C. Depraetere (2008) “island studies have always been a special breed of Science, being inter and multidisciplinary but also multidimensional”³⁸⁷. Saliente-se ainda, neste ensaio, as questões levantadas por Alberto Vieira para a designação de Nissologia. Alberto Vieira

³⁸⁷ Cf. Alberto Vieira (2010), “As Ilhas: da Nissologia à Nesologia”, in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, 2010, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, p.19.

afirma que esta nova Ciência das Ilhas tem sido nomeada de múltiplas formas (Nissologia, Nessologia, Nesologia). Na sua opinião, a terminologia mais apropriada é Nesologia, pelas “evidências” e “o apelo da Nesologia para que a identidade dos espaços insulares deva ser construída e estudada pelos próprios. Por outro lado, os estudos nesológicos são a expressão universal do mundo insular, que se alheia dos espaços oceânicos, da cor da bandeira, da língua materna e de escrita, da dimensão geográfica e da condição política. Só assim poderemos afirmar que as ilhas, não obstante o seu tamanho geográfico, foram e são grandes em importância política, económica, estratégica, científica”³⁸⁸.

Na narrativa *O Destino*, a ilha surge ainda como um lugar terapêutico. O narrador apresenta outros espaços aprazíveis e saudáveis, com a particularidade de serem fora da cidade, embora não se situem propriamente no campo. É então nesses espaços que vivem os estrangeiros, que chegam à ilha, em busca de cura para doenças pulmonares, devido ao clima ameno. Na verdade, a ilha da Madeira foi, no século XIX, muito procurada por forasteiros, de vários pontos do mundo, por razões terapêuticas, que originou o chamado “turismo terapêutico”, considerado uma das primeiras formas de turismo, como o conhecemos atualmente. Com respeito a esta designação é de referir um breve estudo de 1985, coordenado por Iolanda Silva, intitulado *A Madeira e o Turismo: pequeno esboço histórico*, sugerindo que esta modalidade de turismo compreende uma baliza cronológica, que vai do século XIX a inícios do século XX. O estudo indica alguns livros e autores que, entre 1751 e 1812, testemunharam as qualidades terapêuticas do clima madeirense e refere, ainda, que a Madeira passou a figurar nos guias médicos internacionais do século XIX, como clínica de cura para as doenças pulmonares. Estes guias funcionavam, também, como uma forma de promover a ilha³⁸⁹.

³⁸⁸ *Idem*, pp.19-21.

³⁸⁹ Neste estudo, mencionam-se os seguintes autores e textos: “Já em 1751, Thomas Hemberden observou na “Philosophal Transaction” de Londres as qualidades do clima madeirense e seus efeitos terapêuticos. Muitos outros prosseguiram e confirmaram a função terapêutica do clima, fundamentalmente na área geográfica do Sul, isto é, no Funchal à beira-mar: - Fothergill – “On Consumption Medical Observation” (1775) – de Adams – “Guide to Madeira with an account of the climate” (1801) – de William Gouklay – “Observations on the natural history, climate and diseases of Madeira during a period of sixteen years” (1811) – do Dr. Nicolau Pitta – “Account of the Island of Madeira” (1912)”. Cf. Iolanda Silva (coord.) (1985), *A Madeira e o Turismo: pequeno esboço histórico*, Funchal, SRTC, DRAC, p.7.

No que diz respeito à literatura e/ou guias médicos, escritos em específico para “pessoas inválidas”, ou pelos próprios doentes veja-se o estudo de Virgínia Langum (2021), “Consumidos pelo clima: turismo de saúde na Madeira em guias para pessoas inglesas inválidas do século XIX”, in Moniz, Ana Isabel [*et al.*] (coord.), prefácio de Galin Tihanov, *Viagem e Cosmopolitismo: Da Ilha ao Mundo*, Vila Nova Famalicão, Humus, pp.171-188.

Por sua vez, Rui Campos Matos (2013) corrobora os limites temporais propostos para estabelecer os primórdios do turismo madeirense, e também destaca a função da literatura na promoção da ilha, como sendo um destino ideal para o restabelecimento da saúde:

Do relato de viagem à obra de natureza científica, sobre ela se produziu uma abundante literatura que viria a promovê-la como importante estância de cura para as doenças pulmonares. A amenidade do clima, com reduzidas amplitudes térmicas, contribuiu também para essa promoção. A este período – que abarca todo o século XIX e primeiro quartel do século XX, podendo ser lido como um período de génese do turismo insular – convencionou chamar-se *turismo terapêutico*³⁹⁰.

Segundo este investigador, teria sido a partir de finais dos anos 80 do século XX, que a expressão “turismo terapêutico” se teria generalizado, sobretudo pela historiografia local. Por essa data, José de Sainz-Trueva organizou duas exposições, de registos iconográficos da Madeira, do século XIX, contribuindo para tal consolidação vocabular³⁹¹.

No que diz respeito às virtudes das condições climatéricas da ilha, também o Visconde do Porto da Cruz referiu, no I Congresso Nacional de Turismo (realizado em 1936, na Sociedade de Geografia de Lisboa), no qual participou com o estudo “O Turismo na Madeira”, a (boa) fama do clima da Madeira “para os tuberculosos e para os que têm os nervos doentes”³⁹². Nesta apresentação, o Visconde traçou um breve historial do turismo na ilha, apontou falhas que considerava estarem a prejudicar o

Veja-se ainda a “Relação de Escritores Estrangeiros que publicaram estudos sobre a Madeira, de 1420 a 1820”, elaborada pelo Visconde do Porto da Cruz, no 1.º vol. de *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira*. Cf. VPC (1949a), *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira, I Volume 1.º Período, 1420-1820*, Funchal, Eco do Funchal. Esta compilação inclui os estudos de Adams e de William Gouklay, mencionados por Iolanda Silva. Ver anexo – Quadro 3: Relação de publicações sobre a Madeira por escritores estrangeiros (1420-1820).

³⁹⁰ Rui Campos Matos (2013), *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia Museu – «Vicentes»*, Funchal, Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas & DRAC pp. 13-14. Sublinhado do autor.

³⁹¹ *Idem*, p. 20. Para informações mais detalhadas acerca das duas exposições, realizadas sob a curadoria de José de Sainz-Trueva (a primeira de dezembro de 1988 a janeiro de 1989 e a segunda em julho de 1990, ambas patentes no Teatro Municipal do Funchal), consulte-se os respetivos catálogos:

- José de Sainz-Trueva (Seleção, recolha, inventário e pesquisa) (1989), *Viagens na Madeira Romântica*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, DRAC.

- *Idem* (1990), *Forasteiros na Madeira Oitocentista, Uma Estação de Turismo Terapêutico*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, DRAC.

³⁹² VPC (1936), *O Turismo na Madeira*, Lisboa, I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, p. 3. Ver anexo – Figura 10: Notícia sobre o I Congresso Nacional de Turismo, realizado em Lisboa, em 1936.

sector, e ainda apresentou algumas sugestões que julgava poder beneficiar a atividade turística madeirense³⁹³.

Em *O Destino* (1915), o autor descreve o Funchal como um lugar pacato, com poucos monumentos e edifícios, todavia, um sítio tranquilo e um refúgio ideal para “espíritos doentes, atordoados e cansados do bulício dos grandes centros” (p.18). Note-se que a ilha é apresentada como um local propício para a cura, não só de doenças físicas, mas também para os desassossegos da alma.

Se, por um lado, a ilha é percecionada como um espaço idílico, sobretudo devido à paisagem natural e ao bom clima, por outro lado, sugere-se a ilha como um espaço de isolamento, longe dos grandes centros culturais, com uma vida social pacata, onde os poucos divertimentos e distrações eram sobretudo o cinema e, de vez em quando, o teatro. Os turistas entretinham-se no casino, enquanto a alta sociedade madeirense reunia-se nas poucas festividades realizadas por (e para) esta classe social. Ora, em *O Destino*, o narrador descreve uma população analfabeta, sem contacto com as artes, numa terra onde tardava o progresso, transmitindo um conceito de espaço insular arcaico e periférico. Depara-se, assim, com uma visão disfórica da ilha, que se apresenta como um espaço fechado, num ambiente de marasmo e de tédio. A natureza emerge para os mais cultos, que parecem encontrar na beleza natural da ilha, uma espécie de contrapartida, para a escassez de entretenimento.

O narrador apresenta-se crítico relativamente ao governo, acusando-o de abandonar o povo à sua sorte, que se esforça para sobreviver. Embora reconhecendo

³⁹³ No I Congresso Nacional de Turismo, em 1936, o Visconde apresentou as seguintes sugestões e reivindicações, que considerava importantes para benefício do turismo madeirense: “A Madeira precisa de alargar a sua rede de estradas de turismo e não as que interessem a este ou àquele influente e de beneficiar as vias existentes; de ter uma rigorosa fiscalização nas excursões; de ter devidamente constituído o seu Grémio das Agências de Excursões; de ver terminar a exploração no embarque e desembarque de estrangeiros; de organizar um serviço de polícia de turismo e de intérpretes; de autorizar-se às Agências de Excursões para poderem fazer uso dos seus carros nas suas excursões; e para finalizar a criação imediata da COMISSÃO de INICIATIVA e a regulamentação inteligente e compatível com os interesses regionais da indústria do jogo, subsidiária do Turismo”. Cf. *Idem*, p. 6. Sublinhado do autor. Na verdade, o turismo madeirense foi um tema sobre o qual o Visconde do Porto da Cruz mostrou interesse, desde cedo, tendo contribuído com estudos, conferências e diversas publicações. Como considerava o turismo um sector deveras importante para a prosperidade da Madeira, apresentou ideias que julgava relevantes para o seu progresso. Além da participação no referido Congresso, o Visconde tinha já estado envolvido, anos antes, em 1929, na direção de uma revista, denominada *Ilustração Madeirense*, com o intuito de promover a Madeira no estrangeiro. A revista era ilustrada e, sendo dedicada ao turismo, era escrita em três línguas: portuguesa, inglesa e francesa. Os seus artigos abordam diversos temas relacionados com a realidade madeirense, tais como o comércio e a indústria, a cultura, as paisagens, entre outros. A vertente jornalística do Visconde foi, aliás, uma forma de contribuir para o desenvolvimento do turismo da ilha, tendo publicado diversos artigos na imprensa periódica, expressando as suas opiniões nesse sentido. A este respeito, veja-se, por exemplo, os seguintes artigos jornalísticos: “A Ideia”, *Independência*, n.º 10, 13-09-1928, p. 2; “Turismo”, *O Jornal*, Ano III, n.º 848, 01-12-1929, p.1; “Serviço Telegráfico do Diário da Madeira”, *Diário da Madeira*, n.º 5589, 01-04-1930, p.2.

qualidades no madeirense, humilde e trabalhador, não deixa de apontar a passividade, a falta de iniciativa, acusando-o de não ter emancipação cultural, nem autonomia política. É neste sentido que o narrador evoca a presença estrangeira, vista como responsável pela exploração do povo, a par do poder político, que controla a população. Ainda assim, a voz do texto na figuração problemática do autor aponta para um ideal utópico, de um povo evoluído, instruído e próspero, caso fosse capaz de tornar a Madeira um local independente. No entanto, na sua visão, o pensamento e o ser insular é o de conformismo com as suas condições de vida, o que o faz reiterar a ideia de que os estrangeiros e o governo se aproveitam de tal situação para enriquecer:

Mas o espírito de independência nunca alvoroçou a alma dos Madeirenses que parecem felizes nas suas montanhas, no seu isolamento, no seu labutar estéril, com a sua vida monótona e calma, servindo de instrumento para o estrangeiro aglomerar riquezas, para os governos extorquirem impostos, contemplando os «touristes» [sic] que chegam de manhã trazendo a alegria e o bulício e que ao entardecer, depois das excursões voltam para bordo, seguem pelo mar além enquanto a cidade recai no seu repouso triste, no seu silêncio... (p.20)

Esta ilha é um espaço onde se desenvolve parte da novela de Rodrigo de Sequeira, o protagonista, que surge agora na narrativa, tendo o mesmo nome do avô, o antigo soldado português absolutista, seguidor de D. Miguel I.

É no contexto do turismo terapêutico madeirense, que se inicia o enredo da família Sequeira, constituída por um casal jovem, com um filho pequeno. Esta família, vinda de Paris, aconselhada pelos médicos, procurara a ilha da Madeira devido à fama do clima ameno, aparentemente benéfico para a recuperação da saúde, da esposa enferma.

O enquadramento que antecede o drama familiar remete para um cenário antagónico. A família, na Madeira, vive numa agradável vivenda, com árvores e flores em redor, mas isolada, aparentemente fria e triste; o pai é robusto, a mãe doente, e o filho frágil. Em relação aos locais onde se hospedavam os viajantes doentes e suas famílias, atente-se às observações de Rui Campos Matos (2013):

Na Madeira, as *quintas de aluguer* (vulgarmente conhecidas como *quintas madeirenses*) desempenharam, nesse período, um importante papel: foram elas que acolheram os primeiros fluxos humanos constituídos pelos enfermos que se deslocavam em cura de ares. Ao contrário do turista contemporâneo, estes viajantes permaneciam na ilha por longas temporadas – uma estação, normalmente o Inverno

– instalados numa quinta. Na periferia do Funchal, às mais diversas altitudes, proliferaram então as quintas de aluguer³⁹⁴.

A escritora Maria Lamas³⁹⁵ descreveu as quintas madeirenses, em *Arquipélago da Madeira, Maravilha Atlântica* (1956), como propriedades com um estilo próprio, local, de influência inglesa, que poderiam ser diferentes, mas ao mesmo tempo, semelhantes, inconfundíveis, tendo jardins compostos de árvores, relvado e flores³⁹⁶. A autora relata, ainda, sentimentos melancólicos que lhe despertavam a vivência numa quinta madeirense:

A vida nas quintas toma a índole especial do lugar em que decorre: brandura serena expectativa, uma vaga melancolia (...) o «clima» das quintas é propício à excessiva subjetivação da vida, ao alheamento das realidades humanas – o mesmo é dizer que, ali, cada um vê-se e sente-se à parte do resto do Mundo – condição fundamental para resvalar numa infelicidade sem causa definida, uma ausência de estímulo mil vezes mais fatigante e aniquiladora que a luta consciente e clara de viver³⁹⁷.

Entre o ensaio e a ficção, também em *O Destino*, se destacam as quintas e o espaço insular capaz de favorecer a introspeção, tanto da mulher, que ao fim da tarde sai para passear, na típica rede, e vai com o “olhar vago, absorta, engolfada nos seus pensamentos” (p. 21), como do marido, que passeia pela ilha e “fica longas horas embrenhado nas suas meditações profundas” (p. 21). De novo, invoca-se a natureza, que parece estar em comunhão com os pensamentos profundos do protagonista, apresentando-se um espaço imenso junto ao mar, cujo som lembra um sussurro triste, surgindo também uma nuvem negra a assombrar a sua existência. Identificam-se aqui características românticas: o cenário noturno, as sombras, o lar frio, o herói isolado, melancólico, com descrições muito vagas do ambiente. A ilha, aos poucos, revela o motivo da melancolia de Rodrigo de Sequeira. O mar agitado, a embater nos rochedos,

³⁹⁴ Rui Campos Matos (2013), *op. cit.*, p. 14. Sublinhado do autor.

³⁹⁵ Sobre Maria Lamas: “Uma das principais ativistas portuguesas dos direitos das mulheres, Maria da Conceição Vassalo e Silva (Torres Novas, 6 out. 1893-Lisboa, 6 dez. 1983) era a irmã mais velha de Manuel António Vassalo e Silva (Torres Novas, 8 nov. 1899; Lisboa, 11 ago. 1985), último governador do Estado Português da Índia, passando a usar o apelido Lamas, depois de breve casamento. Perseguida pela PIDE e tendo estado detida em Caxias em 1949, 1950-1951 e 1953, tendo estado recolhida no Funchal em 1954 e 1955, onde escreveu *Arquipélago da Madeira, Maravilha Atlântica*, editado pelo *Eco do Funchal*, em folhetos, a partir de 1956, tendo seguido em 1960 para Paris, onde se manteve exilada e de onde só regressou a Portugal a 3 de dezembro de 1969, com a *Primavera Marcelista*”. Cf. <https://www.arquipelagos.pt/imagen/arquipelago-da-madeira-maravilha-atlantica-maria-lamas-eco-do-funchal-1956-funchal-ilha-da-madeira/> (consulta em 24-11-2022).

³⁹⁶ Cf. Maria Lamas (1956), *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, Funchal, Editorial Eco do Funchal, p.303.

³⁹⁷ *Idem*, pp.304-305.

um dia chuvoso, propício à introversão, parece mostrar a tristeza de um casamento sem amor, de dois seres que se uniram por interesse, num matrimônio que não trouxe felicidade ao casal.

Os ilhéus, de uma forma geral, parecem ser fortemente afetados pelo mar, suscitando múltiplos sentimentos, nas palavras de Maria Lamas (1956):

O mar anda na ansiedade e na latente nostalgia do ilhéu – seja ele ensimesmado ou de temperamento exuberante (...). Entre os ilhéus e o mar há secretas afinidades, como há secretos ressentimentos e paixões, que muitas vezes não passam do subconsciente. São esses entendimentos e desentendimentos que geram a psicologia insular³⁹⁸.

Rodeada de mar, a ilha da Madeira é também um espaço propício à confissão do protagonista, como se, de certa forma, estivesse em conexão com os seus habitantes, em virtude das sensações transmitidas pela imensidão do oceano. Rodrigo de Sequeira escreve uma longa carta ao primo Eduardo, revelando os seus sentimentos, o seu estado de alma. Primeiro, confessa o seu arrependimento por não ter casado por amor, mas por interesse financeiro, pela fortuna da mulher, uma americana abastada. Depois, expõe uma reflexão sobre a sua vida conjugal, à união por conveniência, quer da sua parte, pela riqueza, quer pelo interesse da mulher, pelo nome de família, devido à sua descendência ilustre. Rodrigo de Sequeira demonstra vontade de quebrar os laços matrimoniais, contudo, encontra no filho o impedimento para realizar esse desejo: “Eu queria não ter escrúpulos, não ter considerações para atirar para longe com todo este tormento, quebrar estes laços..., mas é uma criança, é o meu filho, fruto inocente de uma loucura, quem me retém...” (p. 23). A carta revela uma intriga que envolve um casal que não se ama, e que se vê constrangido à união por interesse. A epístola é ainda reveladora de um romântico que procura lutar por uma causa, por um amor idealizado, porque lhe falta alento para cortar os laços do matrimônio.

Quando a mulher adoece, o herói romântico acredita que a mudança para a ilha, o sossego, o ar puro e o bom clima despertariam sentimentos de amor pela companheira. A Madeira surge, assim, como uma ilha terapêutica, tanto para recuperar a saúde da esposa, como também para resgatar um casamento infeliz. É na ilha que Rodrigo de Sequeira vai revelar os sentimentos mais profundos da sua alma, embora nem o clima soalheiro da ilha consiga fazer acender a chama do amor entre o casal.

³⁹⁸ *Idem*, pp. 117-118.

Na ilha, Rodrigo procura distrair-se com os passeios pelo campo, com as digressões junto ao mar, e com a leitura. É um herói romântico que remete, de certo modo, para *Eurico o Presbítero*, de Alexandre Herculano, na medida em que vagueia pelo campo, solitário, ansioso por um isolamento total, para fugir a um lar onde não se sente feliz e lamenta a sua infelicidade amorosa.

A experiência insular, o isolamento e a monotonia da ilha despertam o espírito revolucionário do protagonista. João Miguel Correia Gonçalves (2021), no estudo “O lugar insular e a urgência de significado”, observa:

Não será exagero pensar em ilhas como lugares de um permanente confronto com o inesperado, com o novo, com aquilo que não tinha existência prévia. Como lugares de necessidade, mas também de espanto e desafio ao pensamento que tudo procura explicar³⁹⁹.

Nesta perspetiva, poderíamos considerar que o protagonista procura a ilha com uma finalidade terapêutica, para a cura do corpo (da mulher doente) e da alma (a ausência de amor conjugal), vindo a ser confrontado na ilha com o inesperado, que o obriga a questionar o seu casamento e, conseqüentemente a encontrar na política um subterfúgio, que lhe trará algo de novo e desafiante.

Na longa carta, remetida ao primo Eduardo, Rodrigo descreve o ambiente político do país, que se estende pelas ilhas adjacentes, no período após a Implantação da República, em Portugal. As notícias dos ventos de mudança chegam à ilha, ainda que surjam com algum atraso, devido à condição de isolamento e de distância geográfica em relação à metrópole. Na missiva, narra como se deu a Implantação da República na Madeira, afirmando ter havido um descontentamento geral com a propaganda republicana. Rodrigo de Sequeira relaciona-se com políticos da ilha, avessos à mudança de regime, e torna-se um conspirador contra a República. Muito crítico em relação ao novo regime, o herói reprova a falta de resposta dos monárquicos, quando se deu a revolução: “A República estava de facto implantada pela audácia dos revoltosos, pela fraqueza e inépcia dos monárquicos e pela falta de energia do ministério” (p. 27). Condena também a atitude dos políticos que aderiram à República, afirmando que depositaram esperança no novo regime, mas acabaram por se desiludir. Assim,

³⁹⁹ João Miguel Correia Gonçalves (2021), “O lugar insular e a urgência de significado”, in Ana Isabel Moniz [et al.] (coord.), prefácio de Galin Tihanov, *Viagem e Cosmopolitismo: Da Ilha ao Mundo*, Vila Nova Famalicão, Humus, p. 537.

aproveita para fazer propaganda a favor de D. Miguel II, que considera ser o representante legítimo do trono português.

Ao tornar-se conspirador, acreditando estar-lhe no sangue, como herdeiro do avô, de quem herdou também o nome, encontra desta forma uma justificação para se afastar das perturbações da alma, de fugir de um casamento que o faz infeliz. Tal como o casamento que o aprisiona, a ilha desencadeia sentimentos de clausura e de isolamento, despoletando desejos de evasão. É neste sentido que Rodrigo não é capaz de viver muito tempo na ilha, revelando-se um ser agitado, que se revê fora do espaço insular, onde se sente melancólico e sem objetivos: “Nada me retém ao mundo...a não ser o meu filho...Hoje nada me distrai, já não tenho ambições nem sonhos...ao menos na luta política encontrarei talvez o lenitivo e a distração tão necessários ao meu espírito, que me dissipe o tédio...”(p. 29).

Esta falta de ambição da personagem, na análise de João Miguel Correia Gonçalves (2021), traduz-se pela “ameaça de falta de sentido que nos lembra que estamos vivos porque nos dá a consciência da alternativa, o que tornar [*sic*] mais urgente a necessidade de significado”⁴⁰⁰. Tal observação leva-nos a considerar que o despertar de consciência de Rodrigo terá, porventura, ajudado a definir um rumo, fora da ilha, na busca de um sentido para a vida. Neste quadro, Rodrigo vai integrar as hostes de Paiva Couceiro, indo combater junto de outros conspiradores portugueses, a partir da Galiza, à semelhança do que foi o percurso de vida do autor.

Espanha é outro espaço onde se desenvolve a trama. Em oposição à quietude da ilha da Madeira, Rodrigo de Sequeira encontra no estrangeiro um espaço de conflito, onde se concentram as tropas monárquicas, que se iam compondo com homens de diferentes idades e distintas classes sociais, oriundos de vários pontos de Portugal. Ali, os exilados portugueses estavam unidos contra a República, embora este novo regime já tivesse sido reconhecido por outros países. Rodrigo, por conta das suas ligações políticas na ilha, vira-se obrigado a fugir para Lisboa e, depois, para Espanha. É um foragido que, ao chegar ao país vizinho, se depara com algumas dificuldades, num cenário ameaçador:

A noite vinha caindo. [...] não era prudente ir a pé, tanto mais que o tempo ameaçava tempestade. Com dificuldade obtive um carro, com as molas avariadas, puxado por dois cavalos lazentos e esfomeados. Seguindo as estradas irregulares e detestáveis, atravessando umas povoações meteram-se à serra. A noite tinha

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 536.

descido. No horizonte enublado fulguravam de quando em quando relâmpagos e o ribombar do trovão avizinhava-se num *crescendum* medonho, repercutindo-se pelos ecos das montanhas. A chuva caía torrencialmente e agora o céu parecia alumiado por um incendio imenso. No alto de um serro uma roda caindo em falso quebrou o eixo. Era impossível prosseguir, mas era também impossível permanecer ali! (p. 33)

Rodrigo parecia encontrar-se num impasse naquele momento da sua vida. Era como se a natureza estivesse em harmonia com os seus próprios sentimentos. Em terras espanholas, o protagonista enfrenta diversas dificuldades, que o confrontam com a pacatez da ilha, tão diferentes desta nova realidade, onde é obrigado a procurar esconderijos díspares, “ora nos solares e palácios dos poderosos senhores ora nas humildes choças dos lavradores ou nos currais entre o gado” (p. 34). Toda esta situação provoca exaustão ao personagem, com a agravante de não ter notícias da família, que deixara na ilha.

Espanha ainda reserva dissabores a Rodrigo que vai participar nas incursões monárquicas, sofrendo novas adversidades, devido às lutas bélicas, às caminhadas extenuantes, à fome e ao frio que teve de suportar. Esta personagem é agora apresentada numa visão disfórica, ao encontrar-se longe da vida próspera, proporcionada pela mulher: “Rodrigo de Sequeira, com o seu elegante *complet anglais* coberto de lama, as botas rotas, com a sola esburacada, cheio de fome, alquebrado, fatigado de corpo e de espírito, chegou numa chuvosa manhã de fins de Outubro a Verin” (p. 38). Surge agora na narrativa uma imagem de um homem sofredor, em contraste com a vida sossegada e confortável a que estava habituado.

Após uma incursão falhada, os soldados portugueses, “lutando com dificuldades de toda a espécie, endividados, perseguidos” (p. 39), refugiam-se em Ginzo de Límia, enquanto aguardam novas instruções dos chefes. Nesta localidade, o narrador estabelece, de novo, um diálogo intertextual com *Eurico o Presbítero*, de Alexandre Herculano, referindo o convento onde se refugiou Hermengarda, situado em Allariz, a poucos quilómetros de Ginzo. Os conspiradores monárquicos acabam por ser expulsos, fracassados movimentos restauracionistas, que se organizaram, a partir da Bélgica, tendo de procurar refúgio em França, país que os acolheu. Esta é uma oportunidade para o autor de *O Destino* (1915) fazer propaganda legitimista, como era seu propósito, afirmando que, por mediação de D. Miguel II, seria fornecido armamento às tropas portuguesas. Em simultâneo, revela-se crítico para com D. Manuel, o rei deposto, por este ter procurado exílio em Inglaterra. O autor não perde o ensejo de manifestar a sua

opinião acerca da Inglaterra, que considera ambiciosa, afirmando que esta se move por interesses, como uma “fera voraz que tanto tem devorado do património que os nossos maiores nos legaram” (p. 42) e ainda acusando-a de ter auxiliado o advento da República portuguesa.

Rodrigo de Sequeira, que também fazia parte do movimento de conspiradores, regressa a França, à sua casa, ao “*château* em Seine-et-Oise” (p. 43). A esposa, após ter recuperado a saúde na ilha da Madeira, também já se encontrava em França com o filho. Esta reunião com a família será de curta duração, pois o herói volta à Galiza a fim de participar numa nova incursão.

A narrativa prossegue com relatos da luta travada pelos conspiradores portugueses. O narrador faz uma longa descrição, de um conflito violento, que causou muitos mortos e feridos, durante a invasão de Chaves, em 1912, comandada por Paiva Couceiro, mas que acabou por fracassar. Na verdade, os relatos dos episódios das incursões, e parte das vivências dos conspiradores monárquicos na Galiza, remetem para a vida do próprio autor. Este livro, *O Destino* (1915), e outro, surgido dois anos depois, *No exílio* (1917), são obras que sugerem uma escrita de forte componente biográfica, reveladoras de um autor marcado pelos últimos acontecimentos políticos, sobretudo, o seu envolvimento na luta pela Causa Monárquica. O sentimento nacionalista representado é bastante presente, o narrador ora relata os combates de Chaves, ora relembra as guerras históricas de Portugal e Espanha, mormente a Batalha de Aljubarrota e a Guerra da Restauração, em 1640.

Rodrigo de Sequeira passa por mais algumas provações em Espanha, após o conflito de Chaves, sendo preso pela Guarda Civil e levado para a província de Cuenca, junto com outros companheiros de luta. Em oposição à ilha da Madeira, Cuenca é descrito como um lugar sombrio, tão diferente das paisagens deslumbrantes da ilha: “Cuenca! Horrível terra! Um terreno árido, escalavrado! Nem uma árvore, nem uma erva!” (p. 50). Rodrigo acaba por se libertar deste espaço obscuro de Espanha, regressando a casa, em França, para junto da família. A mulher ia agora viver para Biarritz, para continuar o processo de cura, iniciado na Madeira. Tal como na ilha, o clima ameno e a proximidade do mar daquela localidade afigura-se como a escolha certa, que proporciona as melhores condições para a sua convalescença. O casal deixara definitivamente a Madeira. A ilha não é vista como um local para viver de forma definitiva, mas um espaço de passagem, um lugar terapêutico, ideal para se recompor. O espaço insular, o primeiro espaço escolhido, está ainda relacionado com a reflexão em

torno da existência sofredora da personagem. A Madeira é, sobretudo, o espaço da conexão interior, fomentada pelo isolamento característico da própria ilha.

Atente-se às palavras de Ana Isabel Moniz (2021a) acerca da ilha, enquanto espaço de conexão do indivíduo com a sua essência:

Quer se tenha desligado de um continente ou surgido das entranhas da terra no calor de uma erupção, a ilha tem desde sempre ocupado um lugar privilegiado no imaginário do Homem. Frequentes vezes, parece escorregar para um universo onírico e de convite à viagem ou ao isolamento, apresentando-se como espaço de desejo e de descoberta, destinado ao reencontro do indivíduo com a sua identidade⁴⁰¹.

No que diz respeito ao lugar da ilha no imaginário do Homem, Ana Isabel Moniz (2021b), num outro ensaio sobre as ilhas, observa que:

A ilha, paradigma de um espaço fechado com o mar como fronteira, tem desde sempre feito parte do imaginário do Homem, seja como um lugar utópico, paradisíaco, de desejo e de descoberta, seja como um lugar de isolamento ou prisão⁴⁰².

Em relação a este imaginário, o historiador Alberto Vieira (2009) afirma que: “A presença das ilhas no imaginário humano é uma constante desde tempos imemoriais. Elas estão documentadas em muitas lendas, como em alguns dos principais conflitos e momentos históricos da Humanidade”⁴⁰³. Alberto Vieira destaca, ainda, a ilha como tema inspirador para a obra literária: “A literatura, a diversos níveis, imortalizou a imagem idílica de ilha e ainda hoje ela continua a ser palco para inúmeras histórias da ficção infantojuvenil, com[o] de outro tipo de criação literária”⁴⁰⁴. Ao abordar a problemática da insularidade, Ana Isabel Moniz (2021b) propõe:

algumas reflexões sobre a questão do espaço e da sua experiência, razão pela qual se impõe considerar a experiência fenomenológica do lugar, sustentada num enquadramento teórico, de que pode ser exemplo a análise feita por Gaston Bachelard, para quem, em *La Poétique de l'Espace* (1957), a ilha, à imagem de qualquer espaço implica uma outra experiência, a do espaço vivido pela imaginação, apresentando-se desse modo como um contributo para a análise da

⁴⁰¹ Ana Isabel Moniz (2021a), “A Ilha que trago dentro de mim”, in Nelson Veríssimo e Catarina Duff Burnay (coords.), *A Condição de Ilhéu: Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Universidade Católica Editora, p. 153.

⁴⁰² *Idem* (2021b), “Ilhas, Identidade e Sujeito Insular”, in Coelho, Leonor Martins (coord.), *Insularidades. Rotas. Gentes. Lugares*, Porto, Edições Afrontamento, 2021, p. 46.

⁴⁰³ Alberto Vieira (2009), “Repensar os Estudos Insulares Hoje”, in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 1, 2009, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, p.17.

⁴⁰⁴ *Idem*.

alma humana, pela sua capacidade de gerar sensações e lembranças fundamentais para a descoberta e compreensão do indivíduo⁴⁰⁵.

Espaço de reflexão, de recuperação e de redescoberta, o texto de Alfredo de Freitas Branco revela essas coordenadas. A ilha é, deveras importante, ainda que outros espaços se mostrem também fundamentais. Da ilha ao Mundo, a ação de *O Destino* também se desenvolve em França. Este terceiro espaço físico será o local da nova conformação pessoal do protagonista, revelada numa segunda carta endereçada ao primo Eduardo. A nova carta ocupa cerca de cinco páginas na narrativa, menos três que a primeira, mas ainda assim, extensa e de extrema importância, para a compreensão dos eventos ocorridos na vida de Rodrigo. A epístola serve para Rodrigo confessar, ao primo Eduardo, a traição à mulher e a paixão por Maria, amiga de infância de ambos. Revela também um ser saudosista, que recorda a infância descontraída, na casa dos avós e dos pais. A missiva expõe um herói romântico, movido por grandes ideais, patentes nas lutas a partir da Galiza, cumprindo um “dever como português e como cristão” (p. 52). O romântico é ainda a oposição que se estabelece entre ele e a sociedade, gerando-se um conflito, na medida em que, depois de regressar a França, o envolvimento num amor proibido entra em choque com as regras e convenções sociais, e o coloca sob o escrutínio da opinião pública: “Toda essa gentalha espreitava, comentava e ria. Eu tinha de fazer uma cara de estanho. Todos me viam, todos me conheciam e todos sabiam do caso! (...) Era um horror!” (p. 53). Apesar de tudo, Rodrigo tinha consciência da sua conduta imprópria e ainda procurou modificar o comportamento, tentando esquecer a amada e tornar-se um bom chefe de família.

Numa derradeira tentativa de esquecer a paixão por Maria, o protagonista volta a procurá-la, imaginando que a iria encontrar pouco sedutora, e assim acabava com o sofrimento. Contudo, o destino revela-se fatal quando, de forma casual, se encontram a sós: “Ela empalideceu, quis correr, fugir, esconder-se, mas não pôde, as forças faltaram-lhe, as pernas vergaram-lhe e não sei como encontrei-me diante dela, estático, confuso, enleado...” (p. 54). Era agora impossível escapar ao destino. Embora tivessem noção de que se envolviam numa relação arriscada, não tinham forças para recuar e recusar um amor proibido, lançando-se nos braços um do outro. Ao jeito romântico, surgem os presságios, adivinhando um desfecho trágico: “Havia nas nossas existências traços semelhantes: ambos órfãos, quase da mesma idade, ambos crescidos sob o carinho de

⁴⁰⁵ Ana Isabel Moniz (2021b), *op. cit.*, p. 48.

pais adoptivos, os nossos pensamentos, os nossos caracteres, as nossas almas eram tão irmãs...” (p. 55). Na impossibilidade de fugir ao adultério, Rodrigo considera o divórcio, como a opção certa, para viver este amor, que o terá resgatado da infelicidade, que sentia ao lado da esposa. Todavia, como frequentes vezes acontece aos heróis românticos, a rebeldia de Rodrigo vai conduzir à desgraça, perante o segredo que estava prestes a ser revelado: Maria era sua irmã!

Verifica-se nesta obra, uma vez mais, um diálogo intertextual com os clássicos da literatura portuguesa. O autor demonstra ser conhecedor da literatura canónica oitocentista, em três momentos: em primeiro lugar, nas alusões à paisagem natural da ilha da Madeira, a narrativa remete para *Eurico o Presbítero*, de Alexandre Herculano, por revelar que o espaço pode estar em conexão com os sentimentos dos protagonistas. Num segundo momento, em França, o protagonista envia cartas apaixonadas à amada, através de uma mensageira, estabelecendo um intertexto com *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, já que o amor entre Teresa e Simão também se constrói com as missivas entregues por Mariana. Finalmente, o terceiro ritmo intertextual, a assinalar nesta obra, conduz aos *Maias* de Eça de Queirós, no segredo desvendado, quanto ao grau de parentesco dos apaixonados, revelando serem irmãos, tal como aconteceu com Maria Eduarda e Carlos da Maia.

A intriga de *O Destino* (1915) reveste-se de características da fatalidade, o protagonista é conduzido a uma situação catastrófica: o incesto. Antes de descobrir o segredo fatídico, é confrontado pelo primo, que lhe aponta traços da sua personalidade:

Toda a vida foste dominado por uma invencível confiança em ti mesmo, por um indomável espírito autoritário e rebelde. Nunca te curvaste perante nenhuma autoridade, nenhuma lei. Nunca quiseste suportar uma corrente, uma prisão. Tudo quanto te podia enfadar na vida, sacudias, atiravas para longe como um fardo insuportável, para atingires unicamente o teu capricho, o teu sonho. Não quiseste suportar a tutoria, os conselhos dos meus pais, que verdadeiros pais foram para ti, e por um capricho, de que tanto te tens arrependido, casaste fazendo três criaturas desgraçadas! Hoje não podes, não queres suportar as obrigações, os laços do matrimónio e abandonas a família que o teu capricho formou para ires levar a desgraça a outros lares! (p. 57)

O primo Eduardo acusa Rodrigo de ser o responsável pela tragédia familiar, pelo sofrimento da mulher doente, e por precipitar a morte desta, que não iria suportar o desgosto da separação, e ainda de comprometer a felicidade do filho. É também revelado o seu passado familiar, o fim trágico do pai, que se suicidou, deixando Rodrigo, ainda criança, aos cuidados do tio, o pai de Eduardo. E assim, outra grande

revelação chega ao conhecimento de Rodrigo, perante a impossibilidade de o dissuadir da ideia do divórcio. O pai de Rodrigo, depois da morte precoce da mulher, foi viver com uma moça da aldeia, de quem teve uma filha. A criança, recém-nascida, foi confiada ao abade para a educar, em segredo. Essa filha é Maria, amante de Rodrigo, portanto, sua irmã. Como se esta descoberta não fosse cruel o suficiente, Rodrigo ainda revela que Maria espera um filho dele. A intriga termina em tragédia, como é expectável. Não vendo outra solução, Rodrigo coloca a hipótese de pôr termo à vida, considerando ser este o desfecho mais acertado para acabar com o sofrimento, mas é impedido pelo abade: “E alucinado o infeliz, correndo à gaveta da secretária, tomando o revólver, ia a dispará-lo no ouvido quando o abade que até então permanecia quieto, encostado à mesa, se precipitou tomando a tempo a arma” (p. 61).

O abade invoca o dever familiar e religioso para impedir a fatalidade do suicídio. Contudo, sugere a Rodrigo para se entregar a uma causa política, perante a ameaça de uma guerra civil: este seria um desfecho possível, na medida em que poderia, eventualmente, morrer pela pátria, no cumprimento do dever e, mais tarde, seria recordado como um herói e um mártir. Porém, o autor destina um fim trágico à personagem, que tem de ser punida, por ser disruptiva perante os valores da sociedade. Rodrigo é morto acidentalmente pelo filho, que estava a brincar com a arma, esquecida sobre a secretária, enquanto os adultos discutiam.

A personagem Rodrigo parece carregar o peso da hereditariedade: por um lado, herdou os ideais do avô, que o leva a combater pela pátria portuguesa. Além de terem o mesmo nome, ambos se casaram com mulheres estrangeiras e ricas. Por outro lado, há a hereditariedade passional, na parte final do texto, muito semelhante ao percurso do pai. Tal como Rodrigo, o pai foi viver para Paris com uma rapariga da aldeia, de quem tem uma filha. O pai põe termo à própria vida e Rodrigo chegou a tentar o suicídio, mas acaba por ser morto pelo próprio filho. O facto de ter sido o filho a matar o pai sugere que esta seja uma forma de colocar um fim à herança fatídica do protagonista. Este final trágico é ainda um modo de demonstrar as consequências de levar uma vida desregrada, fora das tradições familiares, estando de acordo com os ideais da doutrina do Integralismo Lusitano, que o autor abraçou. Numa perspectiva circular, a novela termina com Rodrigo de Sequeira sepultado no jazigo de família, tal como os avós e os pais, tendo os dizeres “Por Deus – Pela Pátria – Pelo Rei”, que representam os valores da tradição e resumem o seu lema de vida, herdado do avô.

O romance narra, também, eventos relacionados com uma família, ao longo de três gerações, em que se entrecruzam alusões a acontecimentos políticos, das respetivas épocas, sendo a História contada do ponto de vista daquele núcleo familiar. Esta é mais uma característica deste livro, que se enquadra na proposta de Maria de Fátima Marinho, para os romances históricos de família, embora seja de salientar que a obra *O Destino* é a única narrativa do autor, que acompanha esta família.

Como outros autores congéneres da época, Freitas Branco serve-se do romance histórico, para revelar a sua ideologia antiliberal, os ideais tradicionalistas, conservadores, integralistas, religiosos e aristocráticos. Muito crítico em relação ao liberalismo, o autor procura fazer propaganda aos ideais legitimistas.

O desfecho do romance é marcado por adultério, presságios e pela fatalidade do destino, que conduz a um final trágico, com a morte accidental do herói, provocada pelo próprio filho, ingredientes típicos do romantismo, de que se serviram também os romancistas históricos oitocentistas.

Capítulo 2 | *A viagem aventureosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs* (1934): Entre a Viagem e a Ficção Científica

Em 1934, Alfredo de Freitas Branco publica *A viagem aventureosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs*, um livro com 133 páginas, em que uma viagem espacial serve o olhar crítico do autor, para satirizar a sociedade portuguesa da primeira metade do século XX. O título sugere, logo à partida, que se trata de uma narrativa de viagem, por estabelecer um pacto de leitura com o recetor do livro, vindo a classificação de “aventureosa” a atribuir ao texto de Alfredo de Freitas Branco um cunho particular⁴⁰⁶.

No ano de publicação da obra, Alfredo de Freitas Branco contava com 44 anos. Nessa altura da sua existência, tinha já vivido inúmeras experiências e assistido a diferentes mudanças, a nível nacional e internacional, como já abordado na



Figura 2: Capa do livro *A viagem aventureosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs* (1934)

primeira parte deste trabalho. Neste quadro, cremos que as suas experiências e observações da sociedade do seu tempo influenciaram a elaboração desta obra ficcional.

O enredo desenvolve-se em dois planetas distintos, numa mistura de lugares imaginados e locais conhecidos, desde as paisagens geográficas à vida e aos costumes dos seus habitantes. Num universo paralelo, constituído por um planeta imaginário denominado Zelstrufs, em tudo semelhante ao planeta Terra, mundo conhecido pelo autor, desenrolam-se múltiplos episódios que constituem a sátira social, com fortes

⁴⁰⁶ Leo Hoek, no seu estudo *La marque du titre: dispositifs sémiotiques d'une pratique textuelle* (1981), considera que o sentido do texto já se manifesta no título. Deste modo, o título é um elemento que participa da construção do sentido e da forma do texto, sendo um fator decisivo para a receção e apreciação da obra pelo leitor. O título não é apenas um rótulo ou uma etiqueta, mas uma parte integrante e significativa, que programa a leitura e influencia qualquer interpretação possível do texto. Pela sua importância, Hoek julga que o estudo de um texto deve começar pelo seu título: “**Nous croyons qu’il faut commencer l’étude du texte par celle de son titre**: le titre a la primauté sur tous les autres éléments composant le texte. Nous parlons ici de primauté dans un double sens: le titre est non seulement cet élément du texte qu’on perçoit le premier dans un livre mais aussi un élément autoritaire, programmant la lecture. Cette suprématie de fait influence toute interprétation possible du texte”. Cf. Leo Hoek (1981), *La marque du titre: dispositifs sémiotiques d'une pratique textuelle*, La Haye, Mouton Editeur. pp.1-2. Sublinhado do autor.

indícios de que se trata da sociedade portuguesa, sobretudo a lisboeta e a madeirense, alvo de escrutínio do autor.

Trata-se de uma viagem imaginária, que parece misturar elementos da literatura de aventura e da ficção científica, o que torna difícil a sua classificação genológica, mas que reveste o livro de uma modernidade notória.

Propomos uma análise de *A viagem aventureira de Suvenine Boliface a Zelstrufs*, dando ênfase à parte da narrativa desenvolvida no espaço da ilha, que assumimos como sendo a representação da ilha da Madeira e da sociedade da época do autor. Consideramos, também, fundamental percorrer aspetos relacionados com a Literatura de Viagem e a de Ficção Científica, procurando estabelecer pontos de contacto com a obra em análise.

2.1 Da viagem na literatura à Literatura de Viagem

Desde a Antiguidade clássica até aos nossos dias, a viagem constitui uma das temáticas principais na literatura e assume várias formas, podendo ter uma dimensão real ou imaginária (ou ambas). Disso nos dá conta Maria Alzira Seixo, ao sublinhar a importância do tema da viagem na literatura desde os tempos mais recuados:

A problemática da viagem, comum a todas as épocas da história da cultura, manifestou-se de uma forma determinante durante a idade clássica, e mesmo durante os tempos medievais que de algum modo se entrançaram com os primórdios humanistas que prenunciaram os alvares da modernidade. A forma determinante dessa problemática define-se pela sua afirmação nos vários planos da existência, do saber e da criação, configurando a complexidade das manifestações civilizacionais e culturais em modelos similares de interpretação do mundo e da vida, e conferindo uma dinâmica nova à questão experiencial (mas também artística, e nomeadamente literária) do encontro do sentido⁴⁰⁷.

Para a investigadora, a partir do século XIII, os relatos originados com o advento da burguesia, motivada pela busca de riquezas e lucros, alcançaram grande popularidade, e criaram o gosto pelo género, sendo os seus principais contribuidores Carpin, Marco Polo, Ibn Battuta e Jean de Mandeville. Outro momento, que configura a História da Literatura de Viagem, situa-se na época das Descobertas, por via marítima,

⁴⁰⁷ Maria Alzira Seixo (1996), “Entre Cultura e Natureza - Ambiguidades do Olhar Viajante”, *Revista USP*, n. 30, julho/agosto 1996, São Paulo, p. 122. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25912> (consulta em 16-09-2023).

viagens que contribuíram para a definição e conhecimento do mundo. A aventura das Descobertas, na qual participaram alguns povos da Europa e, de um modo particular, os portugueses, foi fundamental para que se desse o “chamado encontro de civilizações”⁴⁰⁸:

[...] o encontro de civilizações implica matrizes de aproximação e de tangência de configuração muito variada, e que a abordagem que se faz por via marítima tem particularidades que fazem da viagem de descoberta (ou da viagem de exploração, se ela se dá na sequência da descoberta) o modelo renascentista mais frequente e decerto mais representativo da história da cultura ocidental (e dizemos “ocidental” porque se encara a relação destinador/destinatário com a marca subjetiva e centralista que ela conserva nos textos que contam essas viagens)⁴⁰⁹.

Apesar de se apontar o surgimento da Literatura de Viagem para a época das Descobertas, o seu reconhecimento como género literário, para muitos estudiosos, situa-se apenas no século XIX, como revela François Moureau, ao sustentar “comme genre littéraire à part entière semble apparaître au XIXème siècle”⁴¹⁰.

No que diz respeito à dimensão imaginária da viagem, Fernando Cristóvão (1999) considera que esta é semelhante à viagem da ficção científica, “Mas nela a viagem é valorizada de modo diferente, não participa da *hybris* renascentista e moderna da Literatura de Viagens”⁴¹¹.

Fernando Cristóvão (1999) afirma que “Literatura de Viagem não se distingue de viagem na literatura só pela diferença de estatuto genológico, mas também pelo seu relacionamento com o referente”⁴¹². Defende que “há textos em que nenhuma viagem é relatada, e nem por isso deixam de pertencer à Literatura de Viagem”⁴¹³, da mesma forma que, outros textos, apesar de referirem viagens, não são considerados neste subgénero literário, devido ao predomínio de outros elementos característicos de diferentes subgéneros. Neste sentido, o autor esclarece que a viagem não é exclusiva da Literatura de Viagem, pois estas também aparecem em outras narrativas, como as históricas ou os romances de costumes, por exemplo.

A definição de Literatura de Viagem como subgénero literário é complexo e tem gerado uma infinidade de questões, dada a diversidade das obras que são inseridas nesta

⁴⁰⁸ *Idem.*

⁴⁰⁹ *Idem.*

⁴¹⁰ Cf. François Moureau (1998), “Le récit de voyage: du texte au livre”, in Maria Alzira Seixo e Graça Abreu [org. de], *Les récits de voyage. Typologie, historicité*, Lisboa, Cosmos, p. 241.

⁴¹¹ Fernando Cristóvão (1999), “Para uma teoria da Literatura de Viagens”, in *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*, Lisboa, Cosmos p.52.

⁴¹² Fernando Cristóvão (1999), *op. cit.*, p.15.

⁴¹³ *Idem.*

categoria. Neste sentido, Fernando Cristóvão expressa o que considera ser a Literatura de Viagem:

Por Literatura de Viagens entendemos o subgénero literário que se mantém vivo do século XV ao final do século XIX, cujos textos, de carácter compósito, entrecruzam Literatura com História e Antropologia, indo buscar à viagem real ou imaginária (por mar, terra e ar) temas, motivos e formas.

E não só à viagem enquanto deslocação, percurso mais ou menos longo, também ao que, por ocasião da viagem pareceu digno de registo: a descrição da terra, fauna, flora, minerais, usos, costumes, crenças e formas de organização dos povos, comércio, organização militar, ciências e artes, bem como os seus enquadramentos antropológicos, históricos e sociais, segundo uma mentalidade predominantemente renascentista, moderna e cristã⁴¹⁴.

Este investigador considera que a complexidade para uma definição de Literatura de Viagem está longe de ser unânime e salienta o carácter híbrido da Literatura de Viagem, que cruza textos da Literatura, da História e da Antropologia, sendo tardio o reconhecimento do subgénero literário. Além de classificações e perspectivas diversas, historiadores e críticos literários deparam-se com uma “ambiguidade terminológica” que, segundo este autor, alguns procuraram resolver:

Para ultrapassar esta situação, Barradas de Carvalho restringiu, drasticamente, a Literatura de Viagens a uma curta lista de textos nacionais, de acentuado carácter histórico e marítimo (crónicas, descrições de terras, diários de bordo, roteiros, guias náuticos). (...) e Maria Virgínia e Miguel Metzeltin nos seus «textos relativos aos Descobrimentos».

Luís Filipe Barreto procura alargar o campo, combinando «três ângulos básicos: a literariedade, o viajante e a viagem»⁴¹⁵.

Refere a análise de Carmen Radulet relativa à utilização de diferentes expressões para nomear apenas um conceito e, no sentido inverso, a mesma designação para diversos conceitos, como as de «literatura de viagens», «narrativas de viagens», «relações de viagens», «literatura de expansão», «Ciclo dos Descobrimentos», entre outras, e que esta defende a elaboração de uma norma para demarcar a categoria «Literatura»⁴¹⁶. Na opinião de Fernando Cristóvão, a variedade de classificação decorre:

de conceitos divergentes sobre a literariedade, de hesitações taxinómicas ou de confusões entre géneros, subgéneros e espécies uma vez que não têm existido propostas com vista à elaboração de uma tipologia das espécies deste subgénero,

⁴¹⁴ *Idem*, p.35.

⁴¹⁵ *Idem*, pp.16-17.

⁴¹⁶ *Idem*, p.17.

porque a preocupação maior foi a de se avaliar a presença do tema da viagem de expansão na literatura portuguesa⁴¹⁷.

Afirma ainda que a mesma hesitação sucedeu em outros países, mas depressa foi ultrapassada, como o caso da literatura inglesa, por exemplo, que denomina de «sea-literature» as aventuras marítimas de Richard Eden (1521-76) até às compilações de Hakluyt e Purchas e, os textos escritos a partir de 1700 já são designados de «literature of travel»⁴¹⁸.

Em Portugal, desde a época dos Descobrimentos, no século XV, a temática das viagens tem sido uma constante na literatura portuguesa. No *Dicionário de Literatura Portuguesa*, de Jacinto de Prado Coelho⁴¹⁹, considera-se a *História Trágico-Marítima* o principal texto de Literatura de Viagem, com os seus relatos de naufrágios, assim como *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, que contribui com descrições de costumes e relatos de aventuras do autor por diferentes espaços geográficos. A época dos Descobrimentos foi propícia ao desenvolvimento de um tema prolífero e original, com a descoberta de novas terras, os relatos e descrições das viagens, das gentes, das paisagens e, até, da campanha religiosa, deixados por inúmeros cronistas, navegadores e missionários.

Ao comparar os relatos de viagens da *História Trágico-Marítima* com a *Peregrinação*, Maria Alzira Seixo (2017) considera:

os relatos de naufrágios (e, em particular, os da *História Trágico-Marítima*) se organizam em torno de uma repetição de modelos (diferenciadora, reelaboradora, pormenorizada e trágica na sua exemplaridade) enquanto a *Peregrinação* se move em território de progressos e regressos, um território uno e incerto, onde, ao contrário dos relatos de descobertas (e também da maioria dos relatos de naufrágios), o mar já não é o lugar da segurança para os Portugueses por oposição à terra incognitamente habitada, mas terra e mar se organizam como valências duplas (e plurais) de ameaça e proteção⁴²⁰.

Em relação às histórias de naufrágios da *História Trágico-Marítima*, esta investigadora observa que:

⁴¹⁷ *Idem*, p.23.

⁴¹⁸ *Idem*, pp.23-24.

⁴¹⁹ Ver o verbete de Jacinto de Prado Coelho (1989), “Viagens (Literatura de)”, *Dicionário de Literatura Portuguesa*, 4ª ed., vol. 4, Porto, Figueirinhas, pp. 1156-1160.

⁴²⁰ Maria Alzira Seixo (2017), “As rotas narrativas da *Peregrinação*”, in Isabel Almeida (org.), *Peregrinação 1614*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos Universidade de Lisboa, Papelmunde (pag., imp. e acabamento), p.22.

La rapport des récits de naufrages de l'Historie Tragico-Maritime au voyage n'est pas qu'un simple rapport d'ordre thématique. Il y a dans ces récits, d'une part, des composantes sémantiques et compositionnelles inhérentes à tout récit de voyage classique, et notamment des composantes relevant des relations de découvertes, des chroniques, des routiers, des régiments nautiques et des écrits cosmographiques en général. D'autre part, ces récits de voyage ont ceci de particulier, qu'il cherchent à rendre compte du voyage en lui-même, de sa durée et spatialité spécifiques, em même temps que de son échec⁴²¹.

Desde a época dos Descobrimentos, os relatos de viagem eram provenientes de uma variedade de enunciados, como os roteiros, diários de bordo, livros de navegação, itinerários de viagem, memórias, e de sujeitos enunciativos, como os registros de cronistas, missionários, navegadores, cartógrafos, geógrafos, entre outros. A partir do século XIX, verifica-se uma profusão de textos de viagens, em que os autores são escritores, que se tornam viajantes, e revelam preocupações mais literárias, ao relatar as suas experiências. O seu relato assume um pendor mais literário, com contornos ficcionais, ao invés de uma série de notas dispersas e fragmentadas.

Roland Le Huenen (1987), um dos estudiosos deste tipo de narrativas, analisa as mudanças ocorridas com o advento do Romantismo, no que diz respeito ao escritor de relatos de viagens:

L'avènement du Romantisme va radicalement modifier cet état de fait. Désormais le récit devient la condition première du voyage au lieu d'en être la résultante ou l'une de ses possibles conséquences. Dans la préface à la première édition de l' *Itinéraire de Paris à Jérusalem*, Chateaubriand révèle qu'il avait entrepris son voyage à la recherche d'images pour *Les Martyrs*. C'est la littérature dès lors qui fixera au voyage son objet et sa finalité, en même temps que la figure du voyageur se confondra de plus en plus avec celle de l'écrivain. Il faut noter en effet que l'économie actantielle du multi-système, constitué par les diverses productions liées à l'écriture, va subir un changement d'importance. L'écrivain s'arrangera pour occuper, et cela de manière quasi exclusive, le poste de producteur que se partageaient jusqu'alors navigateurs, géographes, missionnaires, marchands, ambassadeurs, militaires et commis de l'état, qui avaient tous en commun d'appartenir à des champs d'activités autres que celui de la littérature⁴²².

Com o Romantismo, segundo o *Dicionário de Literatura Portuguesa*, de Jacinto de Prado Coelho, o tema das viagens surge com algumas particularidades, visto que, a “experiência humana passa para segundo plano. O que importa agora é que a viagem

⁴²¹ *Idem* (1997), “Les Récits de Naufrages de l' «Historie Tragico-Maritime»: Combinatoires et Sens Tragique de La Représentation”, in Maria Alzira Seixo [coord.], *A Viagem na Literatura*, col. “Cursos da Arrábida”, Mem Martins, Pub. Europa-América, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, p.106.

⁴²² Roland Le Huenen (1987), “Le récit de voyage: l'entrée en littérature”, *Études littéraires*, 20(1), p. 51. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/500787ar> (consulta em 18-09-2023).

possa ser (...) um estímulo para tirar partido das virtualidades da linguagem”⁴²³. São exemplo as obras *Viagens na Minha Terra* (1846), de Almeida Garrett; *Recordações de Itália* (1852-53), de António Pedro Lopes de Mendonça; *Recordações de Paris e Londres* (1862), de Júlio César Machado, entre outros autores, que reúnem as suas impressões de viagem, fascinados pelo pitoresco.

Com o Realismo, privilegia-se a conduta social e a observação dos costumes. Eça de Queiroz, com *As Cartas de Inglaterra*, por exemplo, evidencia a realidade quotidiana. As viagens a vapor e o comboio facilitam as viagens e o desenvolvimento de uma literatura mais impressionista, ao mesmo tempo “democratizadas sucessivamente, impondo-se como pretexto cultural ou mercantil, embora ainda não turístico”⁴²⁴. A literatura das viagens de finais do século XIX e princípios do século XX, do ponto de vista artístico, traz obras facilitadas pela voga naturalista. Autores como Ramalho Ortigão e Oliveira Martins “trouxeram para a literatura das viagens um espírito positivo, pragmático, de interpretação histórica e inquérito sociológico”⁴²⁵ e muitos outros escritores na época revelaram um interesse crescente pelo género literário das viagens.

No primeiro quartel do século XX, as paisagens e os costumes são evocados na literatura, tendo como principais cultores, Pierre Loti, Claude Farrère e Paul Morand (em França); Joseph Conrad e Somerset Maugham (em Inglaterra) e, em Portugal, Wenceslau de Moraes. As paisagens, o folclore e elementos socioétnicos conquistam também alguns escritores “duma época que assinala a transição do impressionismo naturalista para a tentativa, ainda mal esboçada, de interpretação estética ou científica da fisionomia nacional”⁴²⁶.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Literatura de Viagens é dominada pelo jornalismo, tornando-se mais acessível aos leitores. A viagem, através da escrita jornalística, começa a ser uma forma de evasão para aqueles que não podem se dar ao luxo de viajar. Entre os jornalistas da época, que escreveram reportagens de cunho literário, com o tema das viagens, estão António Ferro, Adelino Mendes, Urbano Tavares Rodrigues e muitos outros. Mais tarde, a facilidade de deslocação proporcionada pela aviação comercial aproxima as gentes e os locais, e faz com que a

⁴²³ Jacinto de Prado Coelho (1989), “Viagens (Literatura de)”, *op. cit.*, p. 1157.

⁴²⁴ *Idem*, p. 1157.

⁴²⁵ *Idem*.

⁴²⁶ *Idem*, p. 1155.

ideia de viagem na literatura surja “quase sempre como elemento acessório”⁴²⁷. No referido verbete do *Dicionário de Literatura Portuguesa*, constata-se que a viagem apenas como motivo literário parece estar em declínio, sendo que, as descobertas são agora de natureza científica, que certamente irão dar aos escritores motivos para novas temáticas.

Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux (1981) distinguem a viagem imaginária da narrativa de viagem sob diferentes aspetos:

[...] a viagem imaginária apresenta sob muitos aspetos uma série de princípios invertidos em relação à narrativa de viagem. A narrativa de viagem é resposta, passagem do desconhecido ao conhecido, enquanto que a viagem imaginária é interrogação sobre o universo em geral. Interrogação sobre um mundo que supúnhamos conhecer, e assim se confirma a função do tipo estrangeiro em literatura como interrogação sobre uma cultura. A narrativa de viagem é sucessão linear de descrições de locais visitados, de impressões e de experiências, mais ou menos pormenorizadas; a viagem imaginária é uma peregrinação através de livros e de tradições culturais. A narrativa de viagem é apropriação de um determinado espaço geográfico; a viagem imaginária é uma tentativa de apropriação de ideias e de palavras, uma reconstrução verbal de um espaço mítico, espaço de substituição relativamente a um mundo tido por conhecido: aquele que é comum ao leitor e ao autor⁴²⁸.

Atente-se às observações de Fernando Cristóvão (1999) sobre o que se pode entender por viagens na literatura e o que poderá ser considerado Literatura de Viagem:

O vasto território da literatura de ficção pode abarcar toda a espécie de fantasias e imaginações, e se muitas delas não são assimiladas como de Literatura de Viagens, é por nesses textos elas não serem relevantes, ou por se encontrarem de tal maneira diluídas ou anuladas por outra lógica de ações, ou por análises psicológicas ou psicanalíticas muito absorventes, que só secundariamente participam da atmosfera poética e estilística própria das viagens.

Assim não acontece, porém, com a viagem imaginária, pois, nela, viajar é parte substancial da evasão e da utopia⁴²⁹.

Na história da *viagem aventurosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs* surgem diferentes tipos de viagem geográfica, que vão desde uma viagem de comboio, uma viagem espacial e outras jornadas de barco, através das quais se deslocam as personagens. Contudo, a viagem mais significativa, a destacar na intriga, será a expedição espacial, que se irá revelar, também, uma viagem imaginária, apresentando-se uma diegese com elementos que remetem para a ficção científica, interligada com a

⁴²⁷ *Idem*, p. 1159.

⁴²⁸ Cf. Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux (1981), *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*, Lisboa, Edições 70, p. 37.

⁴²⁹ Fernando Cristóvão (1999), “Para uma teoria da Literatura de Viagens”, *op. cit.*, p.50.

auscultação sarcástica aos costumes de uma sociedade análoga à realidade conhecida pelo próprio autor.

A *viagem aventurosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs* conta as aventuras de Suvenine Boliface, um afamado sábio, que inventa um aparelho, no qual faz uma viagem espacial até um planeta desconhecido denominado Zelstrufs, mas em tudo semelhante ao planeta Terra. A ação desenvolve-se em diferentes espaços, entre lugares conhecidos no planeta Terra, e outros sítios estranhos, no planeta Zelstrufs, destino da viagem imaginária empreendida pelo protagonista.

O início da viagem aponta para uma expedição científica, quando Suvenine inventa um aparelho “misto de aeroplano e dirigível”⁴³⁰, com o intuito de viajar da Terra à lua.

Contudo, nem Suvenine consegue chegar à lua, indo parar a um planeta desconhecido, nem é perceptível se aquela viagem terá sido imaginária ou fruto de um sonho, como se depreende pelas palavras do cientista: “Com incrível dificuldade eu mal podia reagir contra o sono e não tardou que uma força, contra a qual não houve forma de resistir, me cerrasse as pálpebras” (p.20). Esta incerteza voltará no final da narrativa, já no regresso à Terra: “julgo que foi um sonho toda essa viagem pelo espaço” (p.133). Porém, ainda que se trate de uma viagem imaginária, ela contém elementos do real, como assegura Fernando Cristóvão (1999): “Sendo as viagens imaginárias paralelas às viagens reais, nelas as narrações, descrições, itinerários, meios de locomoção (com a novidade das deslocções pelo ar), e até a própria linguagem são semelhantes”⁴³¹.

As menções aos lugares percorridos não se limitam a descrever a paisagem que encontra, estas são preenchidas de considerações subjetivas, conforme observa Maria Teresa Nascimento (1997):

O sujeito que descreve [...] faz da descrição mais do que um inventário ou uma lista de lugares percorridos, uma proposta de significações, significações que valem essencialmente enquanto transmissão de uma forma de pensar o mundo. A descrição institui-se, por isso, como um lugar da subjetividade, pretexto também para considerações de ordem pessoal, isto é, o corpo do sujeito que percebeção passa a fazer parte integrante do objeto que descreve. Aquilo que importa na descrição não será tanto o objeto em si, mas o pretexto que ele oferece para a

⁴³⁰ VPC (1934a), *A viagem aventurosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs*, Lisboa, Imp. Lucas, p.20. Para efeitos de economia de espaço e simplificação do tratamento do *corpus* em análise, as citações que se seguem no texto, referentes a esta obra, estão referenciadas, entre parêntesis, com o número da respetiva página. Saliente-se que todas as expressões sublinhadas são do autor.

⁴³¹ Fernando Cristóvão (1999), “Para uma teoria da Literatura de Viagens”, *op. cit.*, p.51.

manifestação das sensações. A descrição passa assim a constituir lugar para exercício do subjetivo, a fazer-se sentir a propósito de coisas e seres⁴³².

É neste sentido que o narrador admira uma “esplendorosa «cidade de mármore e de granito, soberbo jardim da Europa à beira-mar plantado»” (p.9), cidade que, ao mesmo tempo, anuncia um verão muito quente, uma estação do ano que leva os seus habitantes a procurar os campos e as praias, sendo provável que pretendessem escapar do calor excessivo. O narrador alude a um “país de turismo” (p.10), porém, com alguns incómodos “que fazem perder a vontade de viajar” (p.10), tais como, longas filas na estação, e comboios a abarrotar, numa crítica ao excesso de turismo, uma problemática atual e que o autor entendeu, bem cedo⁴³³. Uma visão que contrasta com o destino

⁴³² Maria Teresa Nascimento (1997), “As *Ilhas Desconhecidas*: fragmentos de olhar, entre o céu e o mar”, in Ana Margarida Falcão, Maria Teresa Nascimento e Maria Luísa Leal (orgs.), *Literatura de Viagem: narrativa, história, mito*, Lisboa, Edições Cosmos, p. 489.

⁴³³ Nas primeiras décadas do século XX, em particular, à data de publicação de *A viagem aventureira de Suvenine...* (1934), o turismo ganhava cada vez mais espaço nos debates políticos. Na década que precede a II Guerra Mundial, marcada por um aumento de desemprego e de crise no mundo ocidental, diversas organizações centram-se na necessidade de criar condições de tempos livres e de lazer para os trabalhadores. A viagem apresenta-se como um meio distinto para proporcionar qualidade ao tempo de lazer das classes populares, em harmonia com a natureza, como uma forma de revigorar o trabalhador da fadiga laboral. O tempo das viagens era também considerado um tempo patriótico e político, de encontro físico com a nação, em todo o seu espaço, e de aprendizagem da sua história. Esta ideia de conexão nacional justificava a atuação do Estado, em vários países europeus. Em Portugal, entrava também na discussão política a questão do direito ao descanso e dos tempos livres aos trabalhadores. No início do século XX, o turismo era ainda privilégio das elites, a exemplo do que sucedia nos países europeus industrializados. O desenvolvimento dos transportes, a construção da rede de caminhos-de-ferro nos principais países europeus e a publicação de guias e roteiros de viagens contribuíram para a extensão do turismo a um maior número de pessoas, deixando de ser um privilégio dos estratos sociais mais abastados. Durante o Estado Novo, e graças à expansão da rede ferroviária, desenvolveu-se o turismo nacional, centrado em localidades pitorescas e de relevo histórico-cultural, tanto dos fluxos internos como internacionais. O turismo nacional passa também a ser um instrumento de propaganda político-ideológica do regime. Eram proporcionadas viagens e excursões para as massas, habitantes dos bairros pobres, para visitarem cidades, contemplar paisagens e admirar monumentos de interesse ao patriotismo, com o intuito de dar a conhecer Portugal aos portugueses. Assim se mimetizava o que se fazia no estrangeiro, a viagem como forma de apuramento da raça, em voga na Europa.

Entre as várias iniciativas públicas realizadas em prol do sector, de salientar a realização do I Congresso Nacional de Turismo, em Lisboa, em janeiro de 1936, reunindo-se um grupo de atores sociais, que partilhava a mesma visão do desenvolvimento económico, revelando-se relativamente coesos sobre a importância do turismo para o desenvolvimento local e o atraso de Portugal neste domínio, tendo apresentado medidas mais urgentes a adotar. Neste congresso também participou Alfredo de Freitas Branco, com o estudo “O Turismo na Madeira”, ao qual nos referimos no ponto anterior (Cf. VPC (1936), *O turismo na Madeira*, Lisboa, I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia).

Quanto às décadas seguintes, em termos da evolução do turismo em Portugal, desde 1940 à atualidade, salientamos, como acontecimentos mais significativos, o abrandamento nos fluxos de turistas, de 1940 a 1949, anos marcados pela II Guerra Mundial; o desenvolvimento dos transportes, principalmente o aéreo, que veio facilitar as deslocações a nível global, levando a um incremento do turismo; renovação do parque hoteleiro do país, inauguração de novos hotéis e aposta na formação profissional; a entrada na CEE, em 1986, que levou a um aumento da afluência de turistas estrangeiros, sobretudo dos Estados Membros; várias iniciativas para a projeção de Portugal no estrangeiro, como a participação em exposições internacionais, entre outras ações para alargamento da oferta turística. No presente século, tem havido alguma instabilidade no setor, marcada por acontecimentos significativos,

pretendido por Suvenine Boliface, em busca de sossego “numa modesta aldeia minhota” (p.12). Esse espaço, situado nos “confins do Minho” (p.16), afigura-se um local isolado, longe da civilização, mas, apesar de aparentar desconforto, de um local frio, uma “regelada aldeia” (p.16), ainda assim, tinha as condições ideais: “Para ele não havia cousa alguma que se comparasse ao doce viver longe do bulício e das tentações do mundo, tão longe e tão isolado que não fosse possível chegar um Repórter” (p. 12)⁴³⁴.

No que diz respeito à descrição paisagística, privilegia-se os sentidos da audição e da visão, sobressaindo apontamentos cromáticos, que enfatizam a ação narrada. Suvenine Boliface parte de Lisboa, sendo que a viagem de comboio já se prevê atribulada, com a invocação do vermelho, cor de sangue, associado à vida, mas também ao perigo, além das faíscas, provocadas por fenómenos da natureza: “A iluminação da cidade dava já ao céu um colorido sanguíneo. Os focos elétricos das Avenidas Novas passavam vertiginosamente, como relâmpagos” (p. 11). Quando se dá o acidente de comboio, é num cenário noturno que ocorre. O sentido da audição é convocado e gera-se um efeito de verossimilhança: “Na escuridão da noite os gritos de terror, os clamores de angústia, a pedir socorros, eram arrepiantes” (p. 15). Em oposição ao negrume deste quadro, vislumbra-se a esperança nas luzes dos fachos: “os espíritos mais calmos lembraram a conveniência de improvisar e acender archotes para procurar os sinistrados” (p. 15). Um cenário que foi melhorando com o vislumbre da luz natural e de outras cores, associadas aos socorristas: “Só quando o sol rompia, chegaram os

como atentados terroristas, conflitos mundiais, aumento dos preços do petróleo, catástrofes naturais e a epidemia Covid-19. O turismo em Portugal tem acompanhado a conjuntura mundial e passado por várias fases de evolução, procurando desenvolver a atividade do sector, quer em termos institucionais, quer legais. Sobre o breve panorama esboçado remetemos para os seguintes artigos: Frédéric Vidal (2021), “O turismo e a invenção de uma política: escalas, territórios e governança (Portugal, 1906-1936)”, *Etnográfica*, vol. 25 (1), 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/9964> (consulta em 22-09-2023); Carla Ribeiro (2017), “Turismo ferroviário em Portugal nos anos de 1930”, *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, 30 – 2017, pp.8-30. Disponível em: <https://www.dosalgarves.com/index.php/dosalgarves/article/view/124/182> (consulta em 22-09-2023); Eva Milheiro e Jorge Pacheco dos Santos, (2005), “O turismo em Portugal: que passado? Que futuro?”, *Aprender*, n.º 30, dezembro 2005, Escola Superior de Educação de Portalegre, pp.119-125. Disponível em: <http://aprender.esep.pt/index.php/aprender/issue/view/33/34> (consulta em 17-09-2023).

⁴³⁴ Consideramos algumas afinidades entre Suvenine Boniface e Jacinto, o protagonista de *A Cidade e as Serras* (1901), de Eça de Queirós. Ambos são abastados, descendentes de famílias lusitanas oriundas do meio rural, para onde os protagonistas decidem ir viver, depois de uma vida passada no meio urbano. Entusiastas da tecnologia, um é afamado inventor e o outro, Jacinto, vive numa mansão apetrechada com todas as comodidades permitidas pelo progresso tecnológico, desde o telégrafo e o telefone, até elevadores para conduzirem a comida da cozinha para a sala de jantar. Apesar das suas crenças na ciência, ambicionam viver num local sossegado, no campo, longe da civilização. Jacinto irá acusar um certo cansaço e tédio de Paris e da civilização, que o conduz à vida rural, na casa de Tormes, em Portugal, adaptando-se bem à vida no campo, onde acaba por se casar e fixar residência permanente. Suvenine, por sua vez, também regressa às origens portuguesas numa aldeia, no Minho. Sobre a personagem Jacinto, ver “Jacinto”, *Dicionário de Personagens da Ficção Portuguesa*. Disponível em: <http://dp.uc.pt/conteudos/entradas-do-dicionario/item/274-jacinto> (consulta em 24-09-2023).

bombeiros, de uniformes reluzentes (...) e as cruces, de várias cores, na azáfama de prestarem serviços” (p. 15).

Na viagem espacial, ao chegar a um lugar que não reconhece, o olhar do viajante compara o cenário encontrado com uma realidade que lhe é familiar: “Aterrei numa imensa planície. Por todos os lados sentia-me rodeado pelo deserto! (...) Convenci-me de que estaria nos sertões africanos... Mas onde?” (p.21). De acordo com Fernando Cristóvão (1999), “na narrativa da viagem imaginária, é ao real que cabe o papel de ornamento”⁴³⁵. E, assim, o narrador vai descrevendo a paisagem: “já cansado de voar sobre a planura interminável descobri os contrafortes de uma cordilheira. Depois apareceram-me campos de culturas exóticas, rebanhos pastando mansamente e por fim, com enorme alvoroço, descobri os tetos de um pequeno burgo. (...) Poisei enfim num campo verdejante” (p.21).

Após desvendar os elementos naturais, vai descrever também o encontro com outros seres, tendo uma reação de estranheza, num primeiro momento e, até, de algum pânico: “Num momento os homens, vendo-me saltar de dentro do aparelho, recuaram com um terror que me impressionou e soltavam gritos pavorosos” (p.21). Em relação ao encontro com o outro, num espaço que é estranho ao viajante, atente-se à constatação de Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux (1981):

Neste espaço estrangeiro, o viajante vai descobrir (ou esquecer!) o Outro. A relação com o Outro constitui também um elemento básico da narrativa de viagem: ao leitor passivo, que não se desloca, o viajante vai comunicar informações que poderão tornar-se preciosas e definitivas, princípio de reflexão e de juízo. Para definir o outro, a equação pessoal do viajante é importante. Mas ela entra em concorrência com toda uma herança cultural: os *clichés*, a psicologia dos povos tal como a vê o viajante, as suas referências livrescas que virão confirmar ou modificar o juízo sobre o Outro⁴³⁶.

Depois do primeiro impacto, verifica-se uma tentativa de comunicação, porém, esta barreira só será superada ao fim de um mês, quando começa a “compreender aquela língua complicada e ousadamente trocava impressões com aqueles mortais” (p.22). Primeiro, tentou falar em inglês, sem sucesso, em seguida, em português, julgando que assim se faria entender, devido à colonização portuguesa, sobretudo em África. O narrador relata a sua experiência de bom acolhimento por aquele “povo que, tão hospitaleiro, acolhera o homem que vinha de outros mundos” (p.57).

⁴³⁵ Fernando Cristóvão (1999), “Para uma teoria da Literatura de Viagens”, *op. cit.*, p.51.

⁴³⁶ Cf. Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux (1981), *op. cit.*, p. 36.

O viajante espacial constata que, naquele planeta desconhecido, o Outro é semelhante aos homens do seu mundo. A hipótese de existência de vida em outros espaços celestes é, assim, colocada em perspectiva, não se admitindo que esta condição seja exclusiva da Terra.

O planeta recém-descoberto desperta a curiosidade, o que motiva novas viagens para conhecimento de tal universo: “Lembrei-me então de percorrer aquele planeta numa viagem de circunvalação” (p.24)⁴³⁷. A deslocação é feita por ar, no seu invento, o *Pássaro Novo*, até uma ilha próxima, mas, o regresso ao país será feito por mar, num barco, devido a uma avaria no motor do aparelho, que o impede de voar.

De novo, o olhar do viajante descreve as paisagens que observa, desde o avistamento de uma ilha, onde é perceptível o domínio da cor verde, “uma ilha verdejante” (p.58), e com grandes montanhas. Salienta-se a preferência do narrador pela cor verde nas paisagens, visto que, anteriormente tinha aterrado “num campo verdejante” (p.21), como se anunciasse uma estadia feliz, naquela viagem. O que se confirmaria, pela forma entusiasta que foi recebido pelos locais, como procuraremos referir, mais adiante. Quando alude às belezas naturais, considera a ilha “formosa”⁴³⁸, o que vai contrastar com a paisagem arquitetónica, e com os quadros humanos apresentados, que analisamos adiante.

Na viagem de regresso ao continente, os elementos cromáticos mudam para tonalidades escuras e sombrias, à medida que o barco se aproximava: “uma sombra azulada que lentamente ia tomando tons mais carregados” (p.86), como um presságio de uma “viagem fatídica” (p.88), motivada por uma revolução no país. Ainda assim, o viajante admira a terra que se aproxima, descreve as belezas naturais vislumbradas, as serras “muito verdes” (p.87); o contraste entre as várias habitações, das vivendas luxuosas, rodeadas de casas pobres; as embarcações e as vistas da cidade, com as suas colinas e um “monumento esplendoroso” (p.88).

Ao problematizar o conceito de viagem, Tzvetan Todorov (2006) estabelece uma comparação com a própria vida, apresentando diversos significados e modalidades da viagem:

⁴³⁷ Cremos que o autor faz uma alusão à viagem de circum-navegação do navegador português, Fernão de Magalhães, sob os auspícios de Carlos I de Espanha. Ver: “A viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães”, in Arquivo Nacional Torre do Tombo. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/a-viagem-de-circum-navegacao-de-fernao-de-magalhaes/> (consulta em 25-09-2023).

⁴³⁸ Esta ideia é reiterada quando se refere à cidade: “a baía formosíssima da cidade” (p.58) e à beleza da ilha “formosa ilha” (p.66).

O que não é uma viagem? Por menos que se dê um sentido figurado a esse termo – e jamais pudemos deixar de fazê-lo – a viagem coincide com a vida, nem mais, nem menos: o que é esta, além de uma passagem do nascimento à morte? O deslocamento no espaço é o indício primeiro, o mais óbvio, da mudança; ora, quem diz, diz mudança. O relato também se alimenta da mudança; nesse sentido, viagem e relato aplicam-se mutuamente. A viagem no espaço simboliza a passagem do tempo, o deslocamento físico o faz para a mudança interior; tudo é viagem, mas trata-se de um tudo sem identidade. A viagem transcende todas as categorias, incluindo a da mudança, do mesmo e do outro, pois desde a mais remota Antiguidade são acumuladas viagens de descobrimento, explorações do desconhecido, e viagens de regresso, reapropriação do familiar: os argonautas são grandes viajantes, mas Ulisses também o é⁴³⁹.

Tzvetan Todorov coloca ainda a hipótese, a este propósito:

Se tivermos de renunciar à ideia de isolar a viagem daquilo que não é, podemos, com um pouco mais de probabilidade de êxito, tentar distinguir, no próprio interior desse magma imenso, vários tipos de viagem, ou talvez várias categorias que permitem caracterizar as viagens particulares. A oposição mais comum, e que se impõe primeiramente, é a dos planos espiritual e material, ou, se preferirmos, do interior e do exterior⁴⁴⁰.

2.2 O subgênero Ficção Científica (FC) - Contributos para uma definição

No que diz respeito à Ficção Científica (FC), o seu surgimento enquanto género literário tem sido debatido entre os teóricos, não sendo consensual a sua origem⁴⁴¹. Muitos críticos defendem que a FC nasce com a obra *Frankenstein* (1818), um romance de terror gótico, de Mary Shelley, embora a narrativa fantástica *Micromégas* (1752), de Voltaire, sobre viagens à Lua e a outros planetas, seja também considerada um dos primeiros textos de ficção científica.

No século XIX, a partir da década de 1860, começam a ser publicadas as obras de Jules Verne (1828-1905)⁴⁴² e Herbert George Wells (1866-1946)⁴⁴³, autores que se

⁴³⁹ Tzvetan Todorov (2006b), “A viagem e seu relato”, *Revista de Letras*, vol. 46, n.º 1, Edição Especial (janeiro/junho 2006), p. 231. [Le voyage et son récit. Publicado em: *Les morales de l’histoire* (TODOROV, 1995). Tradução de Lea Mara Valezi Staut. Publicado originalmente no volume 39 (1999) da *Revista de Letras*]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44475293> (consulta em 12-07-2023).

⁴⁴⁰ *Idem*, p. 233.

⁴⁴¹ Para a contextualização da Ficção Científica como género literário, servimo-nos, sobretudo, do estudo de Adam Roberts (2006), *The History of Science Fiction*, New York, Palgrave Macmillan, que apresenta uma perspetiva da FC desde os primórdios da literatura fantástica até ao século XXI, incluindo uma definição do termo e referências a outros autores e teóricos.

⁴⁴² Jules Gabriel Verne, conhecido nos países de língua portuguesa como Júlio Verne (1828-1905), nasceu em Nantes, na França, e é considerado o criador da ficção científica. Concluiu os seus estudos em Direito, mas não exerceu a profissão. Tornou-se um dos romancistas mais imaginativos e conhecidos universalmente. A sua obra é das mais traduzidas no mundo, com traduções em 148 línguas. Nos seus

tornariam dos mais célebres escritores da FC. Jules Verne começou a publicar as suas “viagens extraordinárias”, em 1863, estreando-se com *Cinq semaines en ballon*. A viagem é o tema central das suas obras, nas quais explora a ideia de que ainda havia lugares misteriosos a serem descobertos, na medida em que, nos últimos anos do século XIX, o mundo já tinha sido explorado, na sua maior parte. Assim, a obra *Voyage au Centre de la Terre* (1864) foi seguida por uma aventura de ficção científica orientada na direção oposta, de baixo para cima, ou seja, *De la Terre à la Lune* (1865), a terceira viagem extraordinária de Verne. De salientar, ainda, as suas narrativas *Autour de la Lune* (1869) e *Vingt mille lieues sous les mers* (1870).

Quanto a H. G. Wells, o autor inovou alguns elementos da FC, tendo atingido o auge da sua produção na década de 1895 a 1905, com obras como *The Time Machine* (1895), *The Island of Doctor Moreau* (1896), *The Invisible Man* (1897), *The War of the Worlds* (1898), ou *The First Men in the Moon* (1901), entre outros. Estes escritores tornaram-se referência para futuros autores de FC, cujas obras definem as principais características do género. Verne dá o mote para o lado mais fantástico da ficção científica, com as suas aventuras associadas ao poder tecnológico das grandes máquinas e a exploração do mundo, enquanto os romances de Wells despertam o interesse em compreender questões de índole moral e filosóficas, do homem perante a tecnologia.

livros, fez prenúncios sobre o aparecimento de novos avanços científicos, como os submarinos, as máquinas voadoras e a viagem à Lua. Baseava-se em documentação científica para compor os seus romances, aliando uma imaginação literária e poética de grande sensibilidade político-social que valorizava a importância da ciência e da tecnologia. Em 1862, publicou a primeira obra *Cinq semaines en ballon*, alcançando grande sucesso, seguindo a publicação de novos livros, quase todos os anos. Autor de mais de uma centena de obras, teve vários dos seus textos visionários adaptados ao cinema e a séries de televisão, como *Vingt mille lieues sous les mers* (1870), ou *Le Tour du Monde en Quatre-vingts Jours* (1873). Para uma biografia mais completa de Jules Verne, ver: Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (2005), “Cem anos da morte de Júlio Verne”, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<http://www.ihgrgs.org.br/artigos/contibuiçoes/Ronaldo%20R.%20de%20F.%20Mour%C3%A3o%20-%20Cem%20Anos%20da%20Morte%20de%20Júlio%20Verne.pdf> (consulta em 05-05-2023).

⁴⁴³ Herbert George Wells (1866-1946) nasceu em Bromley, Inglaterra. Formou-se em biologia, na Universidade de Londres, e foi professor de ciências. Ficou conhecido pelos seus romances de FC, alcançando sucesso imediato, com o seu primeiro romance publicado, *The Time Machine* (1895). Seguiram-se outros romances de ficção científica, revelando um escritor original e criativo. Preocupado com o homem e com a sociedade, escreveu romances de temática social, abordando a vida de classe média baixa, como em *Love and Mr. Lewisham* (1900), ou *Kipps: The Story of a Simple Soul* (1905). Wells previu o advento de naves aéreas, tanques, viagens espaciais, armas nucleares, televisão por satélite, internet, e imaginou uma bomba atômica que seria lançada de aviões. Visionário, chegou a discutir, em obras do início do século XX, questões ainda atuais, como a ameaça de guerra nuclear, o advento de Estado Mundial e a ética na manipulação de animais. Foi um dos mais importantes escritores de FC do século XIX, no Reino Unido e na América. Considerado, ao lado de Jules Verne, como o pai da Ficção Científica, Wells contribuiu para a evolução do género, sendo um modelo para escritores da sua geração e subsequentes. Cf. “Wells, H G”, *SFE Encyclopedia of Science Fiction*. Disponível em: https://sf-encyclopedia.com/entry/wells_h_g (consulta em 8-10-2023).

A FC só viria a consolidar-se, a partir de 1926, com a publicação da revista *Amazing Stories*, dedicada à Ficção Científica, fundada por Hugo Gernsback (1884-1967). Também terá contribuído para a popularização do género a inclusão de textos de ficção científica, em revistas *pulp*, na América, após a Primeira Guerra Mundial. No início do século XX, a FC chega ao cinema, com o filme *Viagem à Lua* (1902), de Georges Méliès, inspirado na literatura de Jules Verne e de H.G. Wells, considerado pioneiro do género, na sétima arte.

O teórico Peter Stockwell (2000) considera a FC um fenómeno do século XX: “Though science fiction has precursors in ancient mythology, medieval romance, post-Renaissance fantasies and satires, and Victorian gothic, it is largely a twentieth-century phenomenon”⁴⁴⁴. Segundo este autor, nas décadas de 1930-1940, a FC tornou-se muito popular na Grã-Bretanha, sendo que “a new focus on rationalism and plausibility served to differentiate science fiction from fantasy”⁴⁴⁵. A década seguinte é considerada a idade de ouro da FC, quando muitos escritores começam a publicar narrativas do género. Já nos anos de 1960, a FC passou a interessar-se por questões de consciência, subjetividade, alucinação e a influência da tecnologia na vida pessoal. Posteriormente, a FC foi também usada para fins políticos e por movimentos feministas, para manifestação das suas aspirações sociais. Houve ainda uma redescoberta dos elementos tradicionais da ficção científica, como a exploração do espaço, viagens espaciais e invasão de extraterrestres. No seu estudo, Peter Stockwell conclui: “The story becomes more complicated at every turn, since genre-writing carries all its baggage with it, and each decade simply adds to the repertoire rather than really displacing anything”⁴⁴⁶.

Refira-se que, a propósito, em *A viagem aventureosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs* introduz-se a temática das viagens espaciais, quando o protagonista confessa estar “absorvido na ideia fixa de empreender a viagem à Lua, que Júlio Verne idealizou” (p.18). É neste sentido que através desta intertextualidade recorda outros livros do mesmo escritor, que incluem elementos tecnológicos, mais tarde tornados realidade, como foi o caso dos automóveis, dos submarinos, das locomotivas e dos dirigíveis (p.19). Recorde-se, a respeito da criação de obras visionárias, alusivas a expedições à lua, as já mencionadas obras de Jules Verne, *De la Terre à la Lune* (1865)

⁴⁴⁴ Peter Stockwell (2000), *The poetics of science fiction*, Edinburgh, Pearson Education, p. 9.

⁴⁴⁵ *Idem*.

⁴⁴⁶ *Idem*, p.10.

e *Autour de la Lune* (1869), escritas cerca de cem anos antes da chegada do homem à lua (em 1969)⁴⁴⁷.

Alfredo de Freitas Branco também revela ser visionário, na medida em que acredita ser possível realizar a viagem à lua, em 1934, data de publicação da obra *A viagem aventureira de Suvenine Boliface a Zelstrufs*, quando tal empreendimento foi alcançado trinta e cinco anos depois. Todavia, não chegou a testemunhar esse acontecimento, ocorrido em 1969, sete anos após a sua morte.

Nem sempre tem sido possível, aos teóricos, chegarem a um consenso acerca de uma definição sobre FC. Logo à partida, os termos “ficção” e “ciência” foram entendidos como conceitos opostos durante grande parte do séc. XX. A palavra “ciência” remete para o raciocínio lógico, para o conhecimento concreto, baseada em dados precisos, enquanto a “ficção” evoca a imaginação e a subjectividade, procurando provocar emoção ao leitor. O autor Hugo Gernsback foi dos primeiros a usar a designação *science fiction*, nos editoriais das revistas *Amazing Stories* e na *Science Wonder Stories*, sendo que, na década de 1930, generaliza-se o uso do termo “ficção científica”. No primeiro editorial da *Amazing Stories*, em abril de 1926, Gernsback descreve o que entende pelo termo *scientifiction*:

By 'scientifiction' I mean the Jules Verne, H G Wells and Edgar Allan Poe type of story – a charming romance intermingled with scientific fact and prophetic vision ... Not only do these amazing tales make tremendously interesting reading – they are always instructive. They supply knowledge ... in a very palatable form ... New adventures pictured for us in the scientifiction of today are not at all impossible of realization tomorrow ... Many great science stories destined to be of historical interest are still to be written ... Posterity will point to them as having blazed a new trail, not only in literature and fiction, but progress as well⁴⁴⁸.

O autor e crítico Adam Roberts (2006) refere ter havido muitos teóricos que tentaram várias definições e exploraram diferentes abordagens, sem chegarem a um

⁴⁴⁷ Pedro García Martín (2022) explica que estas obras “descrevem o lançamento e a órbita da Lua em naves espaciais. As semelhanças com a missão Apollo VIII, que em 1968 se transformou na primeira missão tripulada a orbitar o satélite, são surpreendentes: ambas as expedições são constituídas por três homens, os foguetes têm um peso e medidas semelhantes, realizam um trajeto muito parecido e armaram no oceano Pacífico. Verne calculou o tempo necessário para chegar à Lua e o efeito da órbita desta sobre a nave. Para conseguir um trajeto em linha reta (o mais curto), o ponto de partida ideal estaria no paralelo 28, pelo que elegeram Tampa, apenas a 200 quilómetros do cabo Canaveral, base de lançamento da NASA”. Cf. Pedro García Martín (2022), “Júlio Verne, o escritor visionário”, *National Geografic Portugal*. Disponível em: <https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/3217-julio-verne-o-escritor-visionario> (consulta a 12/01/2023).

⁴⁴⁸ Cf. Brian M Stableford, John Clute and Peter Nicholls, “Definitions of SF”, in *The Encyclopedia of Science Fiction*, Eds. John Clute and David Langford, SFE Ltd/Ansible Editions, 15 June 2020. Disponível em: https://sf-encyclopedia.com/entry/definitions_of_sf (consulta em 31-05-2023).

consenso sobre o que é FC, além de concordarem que é uma forma de discurso cultural, sobretudo literário, embora cada vez mais visual, com o cinema, a televisão e os jogos de computador, que envolve uma visão de mundo diferenciada do mundo real em que os leitores vivem⁴⁴⁹. Roberts apresenta algumas abordagens de teóricos, dos quais destaca a de Darko Suvin, que designa FC como “a literary genre or verbal construct whose necessary and sufficient conditions are the presence and interaction of estrangement and cognition, and whose main device is an imaginative framework alternative to the author’s empirical environment”⁴⁵⁰. Suvin também salienta a presença de um elemento novo ao qual se refere como *Novum*, que seria a premissa que foca a diferença entre o mundo habitado pelo leitor e o mundo ficcional do texto de FC, podendo ser um bem material, como uma nave espacial, uma máquina do tempo ou um dispositivo de comunicação, ou então um conceito abstrato. Por sua vez, Roberts propõe uma definição para a FC: “as ‘technology fiction’ provided we take ‘technology’ not as a synonym for ‘gadgetry’ but in a Heideggerean sense as a mode of ‘enframing’ the world, a manifestation of a fundamentally philosophical outlook”⁴⁵¹.

Na sua obra dedicada à história da FC, sob o título *The History of Science Fiction* (2006), Adam Roberts apresenta um amplo estudo que inicia com os primeiros tempos da literatura fantástica, dos romances mais antigos, até a actualidade do presente século XXI. O autor aborda o desenvolvimento da FC, na sua maioria em romances, mas também refere a FC no cinema, na televisão e histórias em revistas, argumentando que, as raízes do que hoje designamos de FC, são encontradas nas viagens fantásticas do romance grego antigo, a que chama de viagens extraordinárias.

Para Roberts, as histórias de viagens pelo espaço constituem o núcleo do género, a partir do qual surgem outros modos de FC. Segundo o autor, este é um subgénero que se torna mais vigoroso no final do século XIX, e ao longo do século XX, na época em que a ciência estava a estabelecer inter-relações entre tempo e espaço. Seguem-se as histórias sobre tecnologia, em que as viagens de longa distância já envolvem mecanismos mais complexos. Roberts afirma que Jules Verne é o primeiro génio da

⁴⁴⁹ Adam Roberts refere o verbete de Brian Stableford, John Clute e Peter Nicholls, “Definitions of SF”, publicado em *The Encyclopedia of Science Fiction* (2ª ed., 1993), uma obra de referência, em língua inglesa, sobre ficção científica, publicada pela primeira vez em 1979, o qual identifica dezasseis definições distintas, desde a de Hugo Gernsback em 1926: “um romance encantador misturado com fatos científicos e visão profética” até a mais recente de Norman Spinrad: “ficção científica é qualquer coisa publicada como ficção científica” (Clute e Nicholls, pp. 311-314). Cf. Adam Roberts (2006), *op. cit.*, p.21.

⁴⁵⁰ *Idem*, p.1.

⁴⁵¹ *Idem*, p.18.

“ficção tecnológica”, tendo esta se tornado a forma dominante de FC, no século XX. Este teórico resume o que, na sua opinião, é a FC: “my rough sense of what SF ‘is’: stories of travel through space (to other worlds, planets, stars), stories of travel through time (into the past or into the future) and stories of imaginary technologies (machinery, robots, computers, cyborgs and cyber-culture)”⁴⁵².

Recuando ao século XVII, Roberts observa o desenvolvimento da ideia das viagens interplanetárias dos antigos romances gregos, com obras como *Somnium* (1634), escrito por Johannes Kepler; *The Man in the Moone* (1638), de Francis Godwin e *Viagem à Lua* (1655), de Cyrano de Bergerac. A partir desse período, o autor afirma que é possível identificar uma linha contínua de produção literária de FC. Roberts refere alguns teóricos, com opiniões distintas acerca das origens da FC, como Brian Aldiss que aponta os primórdios da FC para Mary Shelley, com *Frankenstein* (1818); Thomas Disch que indica Edgar Allan Poe; Patrick Parrinder mais inclinado para H. G. Wells e Jules Verne; e Samuel Delany, que considera a data de 1926, a partir do qual o termo é cunhado por Hugo Gernsback.

Em relação ao século XVIII, Roberts identifica dois textos basilares de FC nesse período, as *Viagens de Gulliver* (1726) de Jonathan Swift, e *Micromégas* de Voltaire (escrito em 1730 e publicado em 1750), obras que considera exemplos de viagem extraordinária: o de um burguês ocidental viajando para lugares maravilhosos; o outro de alienígenas viajando para visitar o nosso planeta. Para Roberts, estes dois trabalhos estabelecem os eixos da futura produção textual de FC, com temas de viagens subterrâneas e interplanetárias e também narrativas de viagens à lua. Em relação a estes dois textos, é curioso verificar uma crítica coeva à obra do Visconde do Porto da Cruz, publicada na imprensa periódica da época:

[...] Este livro, que ora lembra algo do «Micrómegas» de Voltaire, ora as «Viagens de Gulliver» de Swift, ora a «Saúde e Fraternidade», de Campos Monteiro, não tem, todavia, por ser muito impessoal, nenhuma característica de forte combate⁴⁵³.

Comprova-se, portanto, que Alfredo de Freitas Branco estava atento ao panorama editorial europeu. De acordo com esta crítica literária, cremos que as referidas obras de

⁴⁵² *Idem*, p.8.

⁴⁵³ Notícia transcrita de *A Voz*, de Lisboa, pela *Revista Portuguesa*, n.º 1, Inverno de 1934-1935. Cf. José Agostinho, “A viagem aventureira de Suvenine Boliface a Zielstrufs – Visconde do Porto da Cruz – Lisboa, 1934”, *Revista Portuguesa*, Inverno de 1934-1935, n.º 1, p. 51.

Voltaire e de Swift, escritas no século XVIII, ter-lhe-ão servido de inspiração, para narrar as aventuras de *Suvenine Boliface a Zelstrufs*, em 1934.

Logo no início da narrativa, o autor de *A viagem aventureosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs* deixa pistas para um enredo elaborado com elementos da FC: “aquele sábio audacioso que, em parte, realizara um sonho de Júlio Verne atravessando o espaço e chegando a um planeta desconhecido...” (p.7). Contudo, a FC não é explorada com grande profundidade, não há descrições pormenorizadas de máquinas e inventos científicos. Apenas alguns elementos típicos da FC são aproveitados para desenvolver o enredo, por vezes recorrendo ao humor para expor tipos sociais e vícios da sociedade. Embora refira os “os homens de ciências” (p.7), não há a preocupação de elucidar o leitor acerca da ciência que suporta as invenções, como o aparelho “Pássaro Novo”, o meio de transporte que conduz o protagonista a uma realidade paralela. As informações são vagas e pouco esclarecedoras acerca do seu funcionamento:

Comecei a trabalhar então para realizar o meu velho projecto de construir um misto de aeroplano e dirigível. Quando o aparelho – o *Pássaro Novo* – patenteou o seu poder assombroso, sem reclames, sem dar satisfações a quem quer que fosse, abalei da Terra, elevei-me no espaço, entrei por fim na *estratosfera* e, numa vertigem indescritível, redobrava a cada instante a velocidade⁴⁵⁴.

Adam Roberts, referindo-se ao século XIX, argumenta que a maior parte da produção de FC, continuou a explorar temas do século anterior, destacando-se dois escritores anglófonos, Mary Shelley e Edgar Allan Poe, que tiveram maior impacto no desenvolvimento do género. Os temas dominantes da escrita de FC, daquele século, foram os motivos interplanetários, as reflexões em torno dos avanços da ciência, tecnologia e indústria e, sobretudo, representações do futuro. Ao longo do século XIX, os avanços da ciência alteraram a visão do homem sobre o seu lugar no universo, sendo que, esta consciência teve influência no desenvolvimento da FC. Foi ainda neste século, que se começaram a publicar as obras inspiradoras de Jules Verne e H. G. Wells, como já referimos. Na década de 1890, a FC teve um grande impulso, com centenas de títulos publicados, influenciados pelo sucesso de Verne e de Wells, e com a moda das utopias criada por Edward Bellamy (1850-1898), com o aclamado romance *Looking Backward 2000-1887* (1888).

Roberts teoriza que, no século XX, o discurso da FC se aproxima mais do desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A expansão de publicações de jornais,

⁴⁵⁴ *Idem*, p.20.

revistas e livros, ligada ao aumento nos níveis de alfabetização, fomentou uma cultura literária de massas. Surgem formatos de revistas de baixo custo, a que os especialistas chamam de *Pulps*, onde se publicava ficção científica, crime ou aventuras românticas. Além das narrativas que mostravam acontecimentos maravilhosos e locais exóticos, as histórias eram acompanhadas de ilustrações. As revistas *Pulp*, por serem economicamente mais acessíveis, tiveram, como já referimos, uma grande popularidade, sobretudo nos Estados Unidos, contribuindo para criar um público apreciador de FC. A este propósito, Fernando Cristóvão (1999) argumenta:

Outro sintoma da extraordinária vitalidade da literatura, que prefere a expansão à retração, está na sua permanente capacidade de resposta a todas as limitações que lhe querem impor, invadindo territórios que antes lhe eram vedados. Sobretudo desde os anos 50, em que a literatura perdeu a exclusividade soberana sobre algumas províncias suas, em proveito da banda desenhada, do cinema, da rádio e da televisão. Para se compensar, foi sua a vez de invadir áreas que antes, aristocraticamente, a obrigavam a desprezar, tais como as do romance policial, da ficção científica, das sub e paraliteraturas, da literatura oral, de massas e marginal, e até das várias formas de arte «bruta» (escritos de loucos e de doentes), das manifestações efémeras tais como as de programas, sobrescritos, fotocópias...⁴⁵⁵

Sobre a questão da “paraliteratura”, João David Pinto-Correia contribuiu para a discussão e aprofundamento do conceito, que considerou esquecido pela crítica. Citando um artigo de Arnaldo Saraiva, “Acerca de ‘Paraliteratura’”, datado de 1998, Pinto-Correia observa que o termo “paraliteratura” começou a circular nos meios literários e culturais, em 1970, após a publicação das comunicações do colóquio *Entretiens sur la Paralittérature*, realizado em Paris, em 1967, visto, antes desta data, não constar de dicionários ou teorias de literatura. A “paraliteratura” era colocada na periferia dos textos considerados literários pela crítica, verificando-se uma profusão de designações, desde as “literaturas marginais”, “literatura de massa”, “subliteratura”, entre outras⁴⁵⁶.

Pinto-Correia refere autores que abordaram o conceito de “paraliteratura”, a partir da segunda metade do século XX, considerando ter sido Raymond Queneau, o pioneiro que, em 1958, no terceiro volume da *Histoire des Littératures*, sob o título de “Littératures Marginales”, agrupava a literatura de cordel, o romance popular, o romance policial, a ficção científica, a canção e o cinema. Mais tarde, em 1970, Jacques Bersani inclui na sua antologia *La Littérature en France depuis 1945*, uma secção que

⁴⁵⁵ Fernando Cristóvão (1999), “Para uma teoria da Literatura de Viagens”, *op. cit.*, p.20.

⁴⁵⁶ João David Pinto-Correia (2003), *Paraliteratura: da acção ao sentimento*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <https://purl.pt/301/xpo/docs/joao-d-p-correia.doc> (consulta em 30-09-2023).

se chamava “Autour de la Littérature”, na qual também eram convocados exemplos das “margens da literatura”, que contemplava a canção, o romance policial, o romance histórico e sentimental, a ficção científica e a banda desenhada. Começava, então, a despertar o interesse pelo estudo de textos há muito colocados à margem, realizando-se encontros académicos, conferências e publicações, sendo que a “paraliteratura” foi-se impondo entre diversos investigadores⁴⁵⁷. Em Portugal, os estudos são escassos, destacando-se o trabalho de Arnaldo Saraiva, com a publicação de *Literatura Marginal/izada*, em 1974, designando o oposto de literatura dominante, onde insere o género literário da FC, ao qual se seguiu *Literatura Marginal/izada – Novos Ensaios* (1980)⁴⁵⁸.

Depois de identificar vários autores e estudos estrangeiros e portugueses, João David Pinto-Correia observa não haver consenso quanto ao significado exato de “paraliteratura”, com interpretações diferentes no emprego da designação e quanto à realidade que ela aponta. Daí chegar à seguinte conclusão:

[...] a par e em contraste com os textos da Literatura-Instituição, Literatura Legítima ou Literatura Canónica, a Paraliteratura abrange as obras que as entidades legitimadoras consideram como periféricas, senão mesmo ultra-periféricas (“marginalizadas” ou “marginais”, segundo alguns estudiosos). Para tal, foi determinante a avaliação da sua codificação (pobre ou excessiva) respeitante às estruturas, conteúdos e expressões nelas manifestados. No conjunto das obras paraliterárias, e entre outras que não nos interessaram nesta ocasião, ocupam lugar relevante as narrativas de ação (de capa e espada, ou tão-só de aventuras, de ficção policial, de espionagem, de ficção científica, de aventuras) ou as de sentimento (novela sentimental trivial, romance-melodrama, fotonovela, por exemplo)⁴⁵⁹.

⁴⁵⁷ João David Pinto-Correia refere os seguintes teóricos e respetivos estudos: Marc Angenot (1972), *Glossaire de la Critique Littéraire Contemporaine*, Paris (trad. port. de Miguel Tamen, Lisboa, 1984); Angelo Marchese, *Dizionario di Retorica e di Stilistica* (1978), Milão (trad. e aditam. em espanhol, de Angelo Marchese e Joaquín Forradellas, com o título de *Diccionario de Retórica, Crítica y Terminología Literaria*, Barcelona, 1986) e Jeremy Hawthorn (1994), *A Concise Glossary of Contemporary Literary Theory*, Londres. De salientar, ainda, o trabalho de Daniel Couégnas, na sua obra *Introduction à la Paralittérature* (Paris, 1992), que procura analisar a paraliteratura e propõe-se apresentar um “modelo paraliterário” e estabelecer “critérios paraliterários”. Cf. *Idem*.

⁴⁵⁸ A par destes trabalhos Arnaldo Saraiva publicou o artigo “Acerca de ‘Paraliteratura’”, na *Revista Lusitana – Nova Série*, n.º. 17-18, em 1998. João David Pinto-Correia refere outros autores portugueses que abordam a “paraliteratura e as “literaturas marginais”, entre os quais um texto do próprio, denominado *Literatura Juvenil / Paraliteratura* (1978); Jacinto do Prado Coelho *et alii* (1980) “Introdução à Sociologia da Leitura Literária” e “O Significado Sociológico das Literaturas Marginais” in *Problemática da Leitura – aspectos sociológicos e pedagógicos*, Lisboa, pp. 9-33 e 49-60; Jacinto do Prado Coelho publica ainda, em 1983, o artigo “Apontamentos sobre Literaturas Marginais”, no *Boletim de Filologia*, tomo XXVIII, fasc. 1-4, pp. 329-332. Também Vítor Manuel Aguiar e Silva irá contemplar esta problemática, em *Teoria da Literatura* (em edições mais recentes, a 8ª. Edição, 9ª. Reimpressão, de 1996), e em *Teoria e Metodologia Literárias* (1990). Cf. *Idem*.

⁴⁵⁹ *Idem*.

Atente-se, ainda, à definição de Carlos Ceia (2009) sobre o conceito de “paraliteratura”:

Termo com que se designam todas as formas não canónicas de literatura (autoajuda, folhetins romanescos, literatura cor-de-rosa, romance *ultra-light*, literatura de cordel, literatura oral e tradicional, banda desenhada, literatura marginal, pornográfica, policial e popular, etc.) que em regra não são aceites por certos eruditos, certas instituições académicas ou certos meios de comunicação.

[...] *paraliteratura* (...) remete para tudo aquilo que fica na margem de e não necessariamente tudo aquilo que não entra na categoria de um *clássico*, por exemplo.

[...] O que permanece hoje é a ideia de que todo o texto que se refugie numa categoria não convencional é porque pertence a um género marginal de literatura a que convém então o nome de *paraliteratura*⁴⁶⁰.

No entanto, Carlos Ceia argumenta que esta classificação não terá rigor científico, sendo resultado de uma categorização arbitrária, o que, no caso da FC, poderá ser uma questão pertinente, uma vez que “o género [se] fixou de tal forma como espaço literário autónomo e perfeitamente resguardado de preconceitos em relação à sua índole literária que se torna difícil aceitar hoje que se trate de paraliteratura como sempre foi visto”⁴⁶¹.

A FC, no século XX, conquista o reconhecimento da crítica, sobretudo nas décadas de 1940 e 1950, conhecidas como *Golden Age*. Entre os autores que mais se destacaram no género, com a criação de obras nesse período, estão Isaac Asimov (1920-1990), Robert Anson Heinlein (1907-1988) e Arthur C. Clarke (1917-2008).

De salientar que a FC na Europa é, em parte, influenciada pelo período conturbado de 1940 a 1945, durante os anos da Segunda Guerra Mundial. No final da década de 1950, com as missões orbitais tripuladas, e a missão Apollo da NASA à lua, em 1969, havia a crença de que o futuro estava se tornando realidade, sobretudo entre a comunidade de FC, sustentada pelas fantasias da *Golden Age*. No entanto, tal não aconteceu. Na década de 1970, ficou claro que as viagens espaciais eram um pouco monótonas, tendo ficado reduzidas apenas a satélites comerciais e militares. Nas décadas de 1960 e 1970, os críticos usam o termo *New Wave* para descrever uma nova vaga de escritores que, de certa forma, reagiram contra as convenções da FC tradicional, para produzir ficções científicas de vanguarda e radicais. Nas últimas décadas do século XX, a FC torna-se cada vez mais um género dominado por uma estética imagética, um subgénero especial do cinema, que se baseia, na sua maioria, em efeitos especiais, na

⁴⁶⁰ Cf. Carlos Ceia (2009), “Paraliteratura”, *E-Dicionário de Termos Literários*, Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/paraliteratura> (consulta em 30-09-2023). Sublinhado do autor.

⁴⁶¹ *Idem*.

criação de mundos alternativos, visualmente impressionantes, na realização de eventos e seres surpreendentes. Também nesse período, se verificou um aumento de romances e histórias de FC, contribuindo para que este género de publicação tivesse maior sucesso. Contudo, o romance deixava de ser o modo principal da FC, à medida que o visual (particularmente o cinema e a televisão) passava a dominar cada vez mais.

Segundo Roberts, para o escritor de FC, com o aumento do número de títulos comerciais, era mais difícil causar impacto. O autor americano William Gibson conseguiu provocar esse efeito, com o seu romance *Neuromancer* (1984), onde já previa o ciberespaço e a era da informação, antes da presença da internet, na década de 1990. Gibson popularizou o termo *Cyberpunk*, um conceito chave no género da FC, da década de 1980. O termo foi cunhado pelo escritor americano Bruce Bethke, no conto "Cyberpunk" (1983). As narrativas *cyberpunk* decorrem, em geral, em ambientes virtuais, no ciberespaço, dominadas pelas tecnologias de informação, por computadores ligados em rede, que controlam a vida quotidiana, e tendem a apresentar visões de um futuro distópico. Quanto às publicações mais recentes, Roberts considera que, a FC, no século XXI, assume cada vez mais a forma de narrativa visual, com o cinema, a televisão e os jogos de computador. Todavia, Roberts não crê que a literatura de FC esteja em crise, pois todos os anos há uma grande quantidade de novas publicações do género.

Em Portugal, a FC e a exploração de temas científicos por escritores portugueses, de acordo com investigadores como Álvaro de Sousa Holstein, no seu trabalho sobre a História da FC portuguesa, deve-se “à forte influência da cultura francesa e ao início do aparecimento de obras de autores francófonos e anglófonos no mercado nacional”⁴⁶².

Segundo José Duarte (2011), terá sido através das traduções de FC, colocadas em coleções específicas, que a FC começou a ganhar alguma visibilidade a nível nacional. Estas publicações, originárias dos países anglo-americanos onde a FC era mais popular, tiveram o seu auge nos anos 50, do século XX. Este autor considera que não há uma grande tradição desta forma literária em Portugal, mas, embora reduzida, a sua existência marcou e continua a marcar aqueles que por ela se interessam. Apesar de ainda ser uma área pouco estudada a nível académico, já vêm surgindo alguns

⁴⁶² Cf. Álvaro de Sousa Holstein (s.d.), *Breve História da Ficção Científica Portuguesa*. Disponível em https://www.academia.edu/9043106/Breve_hist%C3%B3ria_da_Fic%C3%A7%C3%A3o_Cient%C3%A9fica_Portuguesa (consulta em 13-07-2023).

estudiosos de FC, escrita na língua portuguesa, como Teresa Sousa de Almeida, Luís Filipe Silva e Jorge Candeias, entre outros⁴⁶³.

Por sua vez, Jorge Candeias (2005) questiona o que é a FC portuguesa, e se ela realmente existe, considerando que não há uma FC que trate temas portugueses. O autor argumenta:

se lermos com atenção os textos que têm sido apresentados como ficção científica ao longo da história da literatura portuguesa, verifica-se que muitos deles não tratam os temas da ficção científica nem utilizam as formas da ficção científica. Os nossos autores, mesmo aqueles que se auto-intitulam “de FC”, resvalam com enorme frequência para terrenos mais típicos do fantástico, onde a magia impera e o irracional é rei⁴⁶⁴.

A tradução de obras para português, de autores como Jules Verne e Herbert George Wells, publicadas em periódicos e em livros, influenciam escritores portugueses para o género⁴⁶⁵.

Grande parte da FC portuguesa encontra-se publicada em edições de autor, coleções especializadas e antologias, embora também tenham surgido obras publicadas por editoras nacionais⁴⁶⁶. É aceite, pela generalidade de autores e investigadores, como sendo o primeiro texto português de FC *O que há-de ser o Mundo no Anno Três Mil*, de Sebastião José Ribeiro de Sá, publicado em 1859, em Lisboa, que apresenta uma visão futura do mundo. Trata-se de uma versão adaptada da obra de Émile Souvestre, *Le Monde Tel qu'il Sera*, originalmente publicada em Paris, em 1846. No mesmo século, publica-se *Os habitantes do Planeta Saturno*, em 1886, de António Peixoto do Amaral, que aborda o contacto entre habitantes da Terra e de Saturno, sendo parte da ação

⁴⁶³ Cf. José Duarte (2011), *Objecto Literário (não) Identificado: a Recepção da Ficção Científica no suplemento “Artes & Letras” nos anos 1955 a 1965*, Lisboa, Ceaul – Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa. Disponível em:

<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/27798> (consulta em 13-07-2023).

⁴⁶⁴ Cf. Jorge Candeias (2005), “FC Portuguesa – Literatura Filha de Pais Incógnitos” in *E-nigma: Revista de Ficção Fantástico e Ficção Científica*. 1-2. Disponível em:

<http://e-nigma.com.pt/artigos/fcportuguesa.html>, (consulta em 12-07-2023).

⁴⁶⁵ Jules Verne começou a ser traduzido e publicado em Portugal, em 1874, pela editora Empreza das Horas Românticas de David Corazzi, segundo oficial dos serviços de correio na estação central de Lisboa. Cf. “Júlio Verne em Portugal no final do séc. XIX”, *Bibliotrónica Portuguesa*. Disponível em: <https://bibliotronicaportuguesa.pt/julio-verne-em-portugal-no-final-do-sec-xix/> (consulta em 04-10-2023). Sobre as traduções para português de Verne, ver ainda o artigo de Ana Isabel Moniz et María-Pilar Tresaco (2017), “Traductions portugaises des Voyages extraordinaires de Jules Verne (1863-1905)”, *Carnets* [En ligne], 9. Disponível em <http://carnets.revues.org/2074> (consulta em 26-11-2023).

⁴⁶⁶ Para a breve história da FC apresentada apoiamo-nos, sobretudo, nos estudos de Álvaro de Sousa Holstein (s.d.), *Breve História da Ficção Científica Portuguesa*. Disponível em: https://www.academia.edu/9043106/Breve_hist%C3%B3ria_da_Fic%C3%A7%C3%A3o_Cient%C3%A9fica_Portuguesa e *Idem, Ficção Científica e Fantasia em Portugal*. Disponível em: https://www.academia.edu/33550464/Science_Fiction_and_Fantasy_in_Portugal_Fic%C3%A7%C3%A3o_Cient%C3%A9fica_e_Fantasia_em_Portugal (consulta em 13-07-2023).

acompanhada de explicações científicas. Em 1892, surge *Lisboa no Anno Três Mil*, de Cândido de Figueiredo.

No início do século XX, em 1906, a *Ilustração Portuguesa* publica um texto de Melo de Matos, intitulado *Lisboa no Anno 2000*, que trata de uma visão futurista da cidade. Mais tarde, em 1921, surge em Lisboa, a *História Autêntica do Planeta Marte*, de José Nunes da Matta, sob o pseudónimo francês de Henri Montgolfier, obra em que apresenta uma utopia de uma civilização avançada no planeta Marte. Saliente-se que, entretanto, o género havia já sido cunhado de “Ficção Científica”, por Hugo Gernsback.

Em 1938, publica-se *A.D. 2230*, sob a pena de Amílcar de Mascarenhas, inaugurando uma série de romances de FC enquadrados na era das *Space Operas* e das revistas *Pulp*. Trata-se de um romance que exalta os valores do Estado Novo, relatando como o Império Português, patriarcal e governado por um duunvirato, derrota os Impérios Inglês e Americano, ambos de natureza matriarcal contrastante, através do uso de uma arma, o Raio de Destruição 7a, culminando com a pacificação do mundo sob a bandeira do Império Português.

Nas décadas de 1940 e 1950, surgem romances que seguem a linha de Amílcar de Mascarenhas, como *Mensageiro do Espaço* e *Ameaça Cósmica*, de Luís de Mesquita, *O Construtor de Planetas e outras histórias*, de Alves Morgado, e *A Morte da Terra*, de Alves Morgado. Também nesta altura surge a *História maravilhosa de Dom Sebastião Imperador do Atlântico* (1940), de Samuel Maia, e *Viagem ao século XXX* (1945), de Manuel S. Teixeira. No final da década de 1950, o neorrealismo já dominante influencia a literatura de ficção científica nacional. Em 1955, Eric Prince (pseudónimo de A. Maldonado Domingues), apresenta o livro *Vieram do Infinito*, abordando o tema de seres extraterrestres, que vêm em auxílio da Terra, a fim de a salvar de um cataclismo nuclear, numa clara denúncia aos atropelos do Homem sobre o Planeta que a ecocrítica atual desenvolve. Em 1959, é editado no Porto, AK. *A tese e o Axioma*, de Romeu de Melo, já na viragem para a década de 1960, anos em que se publica, em Portugal, uma quantidade significativa de obras de FC, entre romances, poesia, compilações e uma antologia.

Na década de 1960, com o regime salazarista já a entrar em decadência, publica-se romances como, por exemplo, *O Grande Cidadão* (1963), de Vergílio Martinho, que aborda os regimes totalitários, apresentando uma sociedade de homens feitos em série, dominados pelo Grande Cidadão e, *Em busca de Outros Mundos* (1965), de Oliveira de Fontemar (pseudónimo de José de Oliveira), sobre uma viagem espacial e visita a outros

planetas, e a tentativa de compreender as suas formas de pensamento. É organizada por Robert Silverberg e Lima Rodrigues a antologia *Terrestres e Estranhos*, que entre nomes internacionais, como Arthur C. Clarke, Isaac Asimov e outros, incluem também contos de autores portugueses (*A Criação*, de Dórdio Guimarães; *A Nova Idade da Terra*, de Fernando Saldanha; *Destruição*, de Hélia; *Os Dois Marcianos*, de Lima Rodrigues; *O Homem que Não Quis Viajar*, de Luís Campos; *Fumos Siderais*, de Manuela Montenegro e *Barbo*, de Natália Correia). Em 1969, Carlos Moutinho publica a colectânea *Canopus 98*, composta por quinze contos, quatro dos quais exploram o contacto com alienígenas. Existiam, até então, três coleções de ficção científica em Portugal: *Argonauta*, *Ulisseia-3C* e *Antecipação - Galeria Panorama*.

A ficção científica portuguesa continuou a crescer ao longo dos anos 1970, contando com romances, poesia, coletâneas, antologias, um ensaio e um guião cinematográfico. Entre as coletâneas contam-se, por exemplo, *Não faremos a vontade* (1970), de Romeu de Melo; *Deste Mundo e do Outro* (1971), de José Saramago e *Contos do Gin-Tonic* (1973), de Mário-Henrique Leiria.

Já a década de 1980 revela-se bastante fértil para a FC portuguesa, tanto a nível de aparecimento de novos autores nacionais, como pela publicação de mais obras, comparativamente ao resto do século. As editoras terão contribuído para este crescimento, abrindo espaço para a publicação de FC portuguesa e garantindo que a edição de autor não era a única solução viável. A Editora Caminho teve uma grande importância na publicação desta literatura, sobretudo através da criação do Prémio Caminho de Ficção Científica, que durou até ao final da década de 1990, e permitiu revelar novos autores. Surgiram as primeiras publicações periódicas de FC, como a *fanzine Nebulosa* e a revista *Omnia*, esta última com uma secção dedicada à fantasia e à ficção científica, e a publicar textos de autores portugueses de FC em quase todos os seus onze números. Data também desta época, a fundação da primeira Associação Portuguesa de Ficção Científica e Fantasia, e a publicação da primeira obra dedicada ao género, intitulada *Bibliografia da Ficção Científica e Fantasia Portuguesa*, de Álvaro de Sousa Holstein e José Manuel Morais, arrecadando o prémio European Science Fiction Society em 1987, em Montpellier. Realiza-se, ainda, o primeiro Fantasporto – Festival Internacional de Cinema Fantástico do Porto, em 1981, que exibiu filmes de ficção científica, fantasia e terror de todo o mundo, por cerca de dezasseis anos, até se tornar um festival cinematográfico generalista.

Nos anos de 1990, Luís Filipe Silva vence o Prémio Caminho com a obra *O Futuro à Janela* (1991). A juntar a este escritor, surgem outros autores, que se destacam no panorama literário da FC portuguesa, como João Botelho da Silva e João Barreiros. Em 1993, publica-se a antologia *O Atlântico tem Duas Margens*, organizada por José Manuel Morais. Contudo, a publicação de FC diminui, as editoras já não apostam neste registo literário, produzindo menos do que o que foi publicado na década de 1960. Ainda assim, apesar do decréscimo na publicação de FC de autores portugueses, realizam-se os Encontros de Ficção Científica de Cascais (1996-2001), onde se reuniram entusiastas e escritores nacionais e estrangeiros. Estes encontros originaram a publicação de antologias e a criação da associação *Simetria, Associação Portuguesa de Ficção Científica e Fantástico*, em 1997, que durou cerca de oito anos. O ano 2000 chegou, na afirmação de Jorge Candeias (2005):

com um mercado caótico e desorganizado, uma ausência quase total de contacto entre os escritores e o seu público e entre escritores e editores, e um regresso parcial à situação de semi-clandestinidade de antes do aparecimento das edições da Caminho⁴⁶⁷.

Na primeira década do século XXI, em parte, devido ao sucesso literário de Harry Potter, as editoras abrem espaço para a publicação de ficção científica e fantasia, para um público infanto-juvenil, composta por jovens autores. Em 2005, realiza-se o primeiro Fórum Fantástico, e nesta década surgem vários *fanzines* como *Dragão Quântico*, *Hyperdrive*, *Phantastes*, *Nova*, *Dagon*, *Fénix*, *Bang!* e *Conto Fantástico*, das quais se destaca a revista *Bang!*, fundada em 2003, que já comemorou vinte anos de existência. Surgem projetos editoriais, mas a maioria da produção é composta por contos, com a novidade de uma grande parte da FC ser disponibilizada em formato digital, e muitos autores começarem a divulgar esta literatura na internet. Na verdade, no século XXI começou o declínio da edição de FC em livro, tendo esta ficção migrado para a internet, surgindo vários sites temáticos, como o da *Simetria*, *Eventos*, *E-nigma*, *Hyperdrive*, *Turno da Noite* e *Alface Voadora*, entre outros, através dos quais se tem editado boa parte da FC portuguesa mais recente.

Em relação à FC de escritores madeirenses, os trabalhos são escassos ou quase inexistentes, sobre a produção literária propriamente dita. Destaca-se José Viale

⁴⁶⁷ Cf. Jorge Candeias (2005), *art. cit.* “FC Portuguesa - Literatura Filha de Pais Incógnitos” in *E-nigma: Revista de Ficção Fantástico e Ficção Científica*. 1-2. Disponível em: <http://e-nigma.com.pt/artigos/fcportuguesa.html>, (consulta em 12-07-2023).

Moutinho, nascido no Funchal, que surge na *Bibliografia da Ficção Científica e Fantasia Portuguesa*, organizada por Álvaro de Sousa Holstein e José Manuel Morais (1ª ed., 1987; 2ª ed., 1993), com o conto “Clínica”, publicado na revista *Pé de Cabra*, n.º 5, em 1983⁴⁶⁸ e “O caso fantástico da velha”, publicado na fanzine *Célula Cinzenta*, n.º 29, em 1991⁴⁶⁹. José Viale Moutinho também publica *A Máquina do Tempo do Professor Candeias*, em 2021, um romance infantojuvenil, cuja narrativa, através de uma viagem no tempo, recua ao passado ano de 1885, conduzindo as personagens até à aldeia de São Miguel de Seide, em Famalicão, pretendendo dar a conhecer a vida e a obra do escritor Camilo Castelo Branco.

Em 1993, a escritora e professora Maria de Menezes, nascida no Funchal em 1952, publica *Três Histórias com Final Feliz*, uma compilação de contos fantásticos e de Ficção Científica, ao mesmo tempo humorísticos, com a qual conquista o Prémio Revelação de 1991, da Associação Portuguesa dos Escritores. Em conjunto com outros autores, criou os Encontros de Ficção Científica e Fantástico, realizados anualmente em Cascais, desde 1996. É membro fundador da *Simetria - Associação Portuguesa de Ficção Científica e Fantástico*, com colaboração regular na revista *Paradoxo*, da mesma associação. Tem publicado em vários jornais e antologias da FC e Fantástico portuguesas e estrangeiras. Em 2002, recebeu o Prémio Argos para o melhor trabalho publicado no Brasil, sob o título de “Boas vindas”, incluída na antologia *Como Era Gostosa a Minha Alienígena!*, coordenada por Gerson Lodi-Ribeiro.

Em 2012, o escritor madeirense Francisco J. V. Fernandes publica *Ogima - O viajante do espaço no planeta dos BMQ*, um livro infantojuvenil, contendo um DVD Multimédia, inclusivo (adaptado em formatos alternativos: Braille, Símbolos Pictográficos para a Comunicação, Língua Gestual Portuguesa e Áudio). Surge no âmbito da Campanha “Só Bem-Me-Quer”, integrada no Plano Regional Contra a Violência Doméstica, tendo como objetivo a prevenção da violência doméstica junto de todas as crianças, jovens e respetivas famílias.

A literatura madeirense, em especial, a produção para um público infantil e juvenil, tem privilegiado a fantasia, e menos a FC, como se observa nas constatações de Leonor Martins Coelho e Thierry Proença dos Santos:

⁴⁶⁸ *Pé-de-Cabra*, n.º 5 (edição de Virgílio Liquito, Fernando Albertino e Raul Simões Pinto, Porto, 1983). Cf. Álvaro de Sousa Holstein e José Manuel Morais, (1987), *Bibliografia da Ficção Científica e Fantasia Portuguesa*, Vila Nova de Gaia, s.n., pp-14-15.

⁴⁶⁹ *Célula Cinzenta*, n.º 29, (propriedade da A.P.P. – Associação Policiária Portuguesa). Cf. *Idem*, (1993, 2ª ed.), pp.10, 23 e 25.

Na Madeira, a produção literária para jovens leitores reinventa mundos de fantasia com histórias de animais, seres mágicos (fadas, bruxas e anjos), objetos antropomorfizados, como acontece nalgumas obras de Maria do Carmo Rodrigues, Bernardete Falcão, Maria Aurora, José Viale Moutinho, António Castro, Isabel Fagundes e António Cruz. Revisita também as lendas locais, como em *Lendas da Madeira para Crianças*, por um coletivo de autores, em *A Magia das Lendas*, de Octaviano Correia, ou em *Maior do que a Lenda*, de António Castro. Inspira-se, ocasionalmente, ora na ficção científica, a exemplo de Francisco Fernandes com o álbum *Ogima, o Viajante do Espaço no Planeta dos BMQ*, de 2012, ora na “bit lit” (histórias de vampiros), à semelhança de Cíntia Palmeira com a sua peça *Temível Drácula*, de 2008, sendo que estes dois livros não aludem ao referencial madeirense⁴⁷⁰.

Estes investigadores observam que as temáticas atuais adotadas pelos autores da Madeira refletem, no fundamental, os mesmos temas abordados pelos autores a nível nacional, conquanto:

No Arquipélago, as correntes temáticas dominantes apontam para a valorização do património histórico, a sensibilização para problemas sociais, a aposta na educação artística, a defesa do meio ambiente, os encontros interculturais, a divulgação do imaginário local, a diversidade cultural e as identidades dialogantes⁴⁷¹.

Voltemos à escrita de Alfredo de Freitas Branco. Face a uma primeira abordagem analítica à obra *A viagem aventureira de Suvenine Boliface a Zelstrufs*, concordamos com Fernando Cristóvão (1999), quando afirma que:

a crítica tem evoluído sempre na impossível catalogação definitiva dos textos e autores literários, pois sendo a literatura um fenómeno cultural e não natural, dependente, portanto, da evolução social e cultural das sociedades, está também ela sujeita a mudanças de interpretação que não a negam, antes descobrem, evidenciam, ocultam ou minimizam facetas do seu ser polimórfico e polissémico⁴⁷².

⁴⁷⁰ Leonor Martins Coelho e Thierry Proença dos Santos (2015), “A literatura infantil e juvenil de ambientação madeirense: contributo para um plano regional de leitura”, in Nelson Veríssimo, Thierry Proença dos Santos (ed.), *Universidade da Madeira: 25 anos*, Funchal, Universidade da Madeira, pp.239-240.

⁴⁷¹ *Idem*, pp.238-239. Veja-se ainda o trabalho destes investigadores, numa primeira abordagem para uma História literária madeirense para um público mais jovem: *Idem*, (2011) “História da Literatura Infanto-Juvenil na Madeira: Os Primeiros Passos de uma Investigação”, *Revista Portuguesa de Educação Artística*, 1, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direção Regional de Educação, Gabinete Coordenador de Educação Artística, pp. 79-89. Valerá a pena, num trabalho futuro, perspetivar a ligação da fantasia e do fantástico ao mundo literário de Ana Teresa Pereira. Embora a sua produção não esteja subordinada à FC, com ela, de certo modo, comunica, demonstrando a fluidez de fronteiras da sua modernidade literária. A autora conta com a publicação de mais de quarenta títulos, desde 1989, dos quais indicamos, por exemplo, *A Cidade Fantasma* (1993), *Fairy Tales* (1996), *A Noite Mais Escura da Alma* (1997), *O Ponto de Vista dos Demónios* (2002), *O Fim de Lizzie* (2008), *O Lago* (2011), entre muitos outros.

⁴⁷² Fernando Cristóvão (1999), “Para uma teoria da Literatura de Viagens”, *op. cit.*, p.19.

Este pensamento leva-nos a considerar, num primeiro momento, em classificar a obra em análise, no subgénero literário da Literatura de Viagem, em detrimento da Ficção Científica, por apresentar, na sua maioria, elementos atribuídos à Literatura de Viagem. Todavia, perante o referencial teórico apresentado, *A viagem aventureosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs* continua a afigurar-se de difícil classificação genológica, como admitimos no início desta análise.

2.3 Um olhar crítico à sociedade

A viagem aventureosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs aproxima-se de uma caricatura da sociedade portuguesa da primeira metade do século XX, apresentada em quadros compostos por diversos tipos sociais, pintada com cores de sarcasmo e de ironia.

O “Jornalista”, a primeira personagem mencionada, ocupa um papel importante na narrativa, na medida em que revela ser o elo entre as memórias da aventura espacial de *Suvenine Boliface*, no tempo presente da narrativa. Sem nome próprio, denominado pelo papel social de jornalista, ele incorpora a exceção à regra da classe que representa, embora no início tenha os mesmos objetivos dos seus colegas de profissão, ou seja, lucrar com a publicação de uma notícia.

Na verdade, os jornalistas, numa avidez por novidades, perseguiram Suvenine Boliface, que se tornara célebre, após empreender uma viagem espacial e se aventurar por um planeta desconhecido. A propósito de viagens espaciais, salienta-se, até à data de publicação desta obra, outros autores que exploraram este tema da FC, como já abordamos no ponto anterior, que poderão, eventualmente, ter influenciado a escrita de Alfredo de Freitas Branco: na literatura internacional, destacam-se *Micromégas* (1752), de Voltaire, uma narrativa fantástica sobre um gigante que vivia em Sirius, aventura-se pelo Universo visitando Saturno, Marte e a Terra; as expedições à lua de Jules Verne, *De la Terre à la Lune* (1865) e *Autour de la Lune* (1869), e a história de uma viagem à lua empreendida por um empresário e um cientista, em *The First Men in the Moon* (1901) de H. G. Wells. No panorama literário português, dos livros que abordam as viagens espaciais, publicados antes de 1934, evidenciam-se *Os habitantes do Planeta Saturno* (1886), de António Peixoto do Amaral, que aborda o contacto entre habitantes da Terra e de Saturno, e a *História Autêntica do Planeta Marte* (1921), de José Nunes

da Matta (sob o pseudônimo francês de Henri Montgolfier), que descreve um estado ideal, utópico, no planeta Marte.

Quanto ao herói Suvenine, este vai conseguindo escapar-se dos jornalistas, pelos Estados da América. Porém, “quando menos esperava, surgia-lhe um Repórter implacável, com o «Kodak», o lápis e o bloco, na ânsia de colher elementos com que saciar a bisbilhotice internacional da Imprensa”⁴⁷³. Desta forma, devido à inconveniência dos jornalistas na América, Suvenine decide fugir para a Europa. Contrariando a ideia da América utópica, a Europa parece ser, aos olhos do protagonista, o lugar ideal. Uma utopia que se traduz no conceito de “sonho americano”, cunhado por James Truslow Adams, em 1931, no seu livro *The Epic of America*, baseado em ideais de uma terra, na qual a vida deveria ser melhor, mais rica e plena para todos, com oportunidades de acordo com a capacidade ou realização, independentemente da sua classe social:

But there has been also the *American dream*, that dream of a land in which life should be better and richer and fuller for every man, with opportunity for each according to his ability or achievement. It is a difficult dream for the European upper classes to interpret adequately, and too many of us ourselves have grown weary and mistrustful of it. It is not a dream of motor cars and high wages merely, but a dream of social order in which each man and each woman shall be able to attain to the fullest stature of which they are innately capable, and be recognized by others for what they are, regardless of the fortuitous circumstances of birth or position⁴⁷⁴.

De forma irónica, “vendo-se livre da liberdade americana” (p. 8), Suvenine consegue viajar sob anonimato, em busca de sossego noutras paragens. O mito do lugar feliz desmorona-se e segue por outros trilhos. É assim que chega a Portugal, onde também já tinham chegado vários jornalistas: “Mal abeirou Lisboa descobriu um exército de *Reporters* que, de todos os pontos do globo, ali vinham farejá-lo” (p. 9). Suvenine era tema de notícia, na imprensa periódica internacional, que chegava também a Portugal: “Acabava de encontrar a sua fotografia naquele magazine recém-chegado de Paris” (p. 9). Apressa-se a sair da tabacaria, onde se encontrava, entrando em cena, um jornalista português que, sem desconfiar, tinha estado muito próximo da celebridade do momento, só vindo a descobrir esta situação mais tarde.

⁴⁷³ VPC (1934a), *A viagem aventureosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs*, Lisboa, Imp. Lucas, p.8. Para efeitos de economia de espaço e simplificação do tratamento do *corpus* em análise, as citações que se seguem no texto, referentes a esta obra, estão referenciadas, entre parêntesis, com o número da respetiva página. Saliente-se que todas as expressões sublinhadas são do autor.

⁴⁷⁴ James Truslow Adams (1931), *The Epic of America*, Boston, Little, Brown and Company, p. 404. Sublinhado do autor.

A personagem “o Jornalista”, quando surge na narrativa, é representado como um profissional aborrecido, certamente devido à falta de notícias originais. Todavia, o destino estava prestes a mudar: “E o Jornalista, que folheava, com ar maçado, as últimas novidades literárias, de um salto agarrou a revista e abalou” (p. 10). Deparando-se com a fotografia de Suvenine na referida magazine, o Jornalista sai apressado, em busca do “estrangeiro”. Sem sucesso, dirige-se à estação de comboios, com intenção de se deslocar à redação, apeando-se na Estação de Braço de Prata. De forma inesperada, acaba por seguir na mesma carruagem onde seguia o afamado sábio, sem suspeitar, mas que viria a descobrir durante o percurso. Suvenine tinha reservado a carruagem para uso exclusivo, mas o Jornalista consegue entrar, e impedir a entrada de outros passageiros, acabando por continuar a jornada com o forasteiro. Esta acaba por resultar numa viagem de revelações, de descobertas e de memórias. No decorrer do percurso, dá-se o despiste do comboio, que provoca vários feridos, incluindo o célebre Suvenine. O Jornalista torna-se seu cuidador, e também seu confidente, pois revela a sua verdadeira identidade e partilha recordações da aventura espacial, como veremos, a seguir.

O homem, o companheiro de viagem do Jornalista, afinal não era estrangeiro. Era emigrante na América, desde criança, e agora voltava para o sossego da sua aldeia minhota. Configura, assim, a imagem do migrante e do desejo de regresso à terra matriarcal, como demonstra Maria Beatriz Rocha-Trindade (1987) no seu trabalho sobre a emigração portuguesa:

Existe na mentalidade tradicional dos portugueses algo de profundamente contraditório no que respeita à sua ligação afectiva com a terra de nascimento. Aparentemente, desligam-se dela com facilidade, não hesitando em emigrar, tanto para 200 como para 20 000 quilómetros de distância, pouco preocupados com a adopção de uma nova profissão, com o encontro de outros hábitos e, possivelmente, de outra língua, com a instalação numa nova residência de localização totalmente desconhecida a priori. E, no entanto, quando partem, já levam a ideia de regressar, de reatar os laços criados desde o nascimento, por muito longa que seja a separação e muito profundo o corte com o país⁴⁷⁵.

Suvenine tinha um sonho a cumprir, antes de morrer, por isso, procurava tranquilidade, longe dos jornalistas, embora viajasse com um deles, sem suspeitar. Quando adormece e deixa cair o bloco de notas, desperta a curiosidade do Jornalista para ver tais anotações. Descobre, assim, a identidade do companheiro, e logo se entusiasma perante a possibilidade de alcançar o êxito, com uma entrevista. O Jornalista

⁴⁷⁵ Maria Beatriz Rocha-Trindade (1987), “As micropátrias do interior português”, *Análise Social*, vol. XXIII (98), 1987-4.º, p.722.

representa uma classe profissional caracterizada por uma curiosidade inata, sempre em busca de notícias, para se enaltecer, embora este seja apresentado como um “modesto *Repórter* lisboeta” (p. 15). O narrador aponta, também, uma falta de reconhecimento dos jornalistas portugueses, no exterior. Esta ideia conduz ao pensamento da personagem, à ambição demonstrada: “custasse o que custasse ele havia também de conquistar a celebridade na reportagem internacional” (p. 13). O Jornalista, perante a aspiração de conseguir uma hipotética entrevista, “revia já o seu diário trazendo em grandes letras: - *Uma entrevista com Suvenine Boliface – Um jornalista português viajando com o sábio aeronauta...*” (p. 13). Tal visão leva o Jornalista a sentir-se “o homem mais ditoso na ingrata vida do jornalismo!” (p. 14). Com tais constatações, o autor deixa implícita a ideia de que o jornalismo é uma profissão difícil, nem sempre valorizada, embora por vezes poderiam surgir situações gratificantes, como se verifica na frase: “Aquele acaso dera-lhe a celebridade e à custa do feito de Suvenine Boliface ele, que amaldiçoara aquela viagem problemática, podia contar com o futuro...” (pp. 14-15). Reitera-se, assim, a ideia de se notabilizar o trabalho nacional, pretendendo alertar para a vida difícil dos profissionais do sector.

Contudo, o entusiasmo do Jornalista muda, num instante, após o comboio descarrilhar e provocar o referido acidente, deixando Boliface magoado numa perna, e incapacitado por algum tempo. Durante quarenta e dois dias, o Jornalista fica a cuidar do ferido, numa aldeia, situada no Minho. É neste espaço físico que o protagonista vai convalescer, com a ajuda do Jornalista. É, também, ao longo desse tempo, que os dois se tornam amigos. Há uma transformação no comportamento dos dois: Suvenine Boliface, como forma de agradecimento, tanto pelos cuidados, como pela discrição, decide partilhar com o repórter, as suas memórias, relativas à viagem espacial; por sua vez, o Jornalista, que se tinha tornado cuidador, já não revela a ânsia pela reportagem jornalística, só aceitando organizar as memórias de Boliface, por insistência deste.

Mais tarde, depois de recuperado, o sábio segue para Lisboa, para acompanhar a publicação da obra, a qual acaba por financiar: “Suvenine deliberou mandar imprimir as Memórias à sua custa”⁴⁷⁶ (p. 17). Desta feita, o autor aproveita para criticar os livreiros, acusando-os de dificultar o trabalho dos escritores, e também os colegas jornalistas de

⁴⁷⁶ De referir que o VPC demonstrou algum descontentamento, devido aos custos inerentes às publicações de estudos seus, chegando a lamentar ter de custear os seus trabalhos. Atente-se, a título de exemplo, ao seu desabafo: “O esforço despendido, no respeitante à fauna marítima, especialmente, foi incalculável, pois a falta de subsídios para um estudo desta natureza prejudica-o enormemente”. Cf. VPC (1934b), *Fauna Marítima do Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Imprensa Lucas, p.4.

não facilitarem a divulgação da obra, por não verem com bons olhos que um colega “assim se celebrizasse...” (p. 17). Na verdade, Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, em diversas ocasiões, mencionou a inveja, última palavra do último verso de *Os Lusíadas*, sobretudo referindo-se aos seus conterrâneos, caso algum madeirense se destacasse no meio, incluindo o próprio Visconde⁴⁷⁷.

O Jornalista assume, na narrativa, o papel de um homem curioso, empolgado com a sua profissão, e com a perspectiva de conseguir uma boa história. Este homem revela depois a sua integridade, os bons valores, de um amigo leal, capaz de desistir da ambição, em prol da amizade. Por outro lado, há uma crítica a outros jornalistas, descontentes perante o sucesso dos colegas, movidos por interesses financeiros: “Só a peso de ouro apareceram as primeiras notícias” (p. 17). Estas apreciações são, na realidade, os pensamentos do autor, que ao longo da sua vida, não hesitou em censurar e debater todas as opiniões contrárias às suas ideias⁴⁷⁸. Consideramos, por isso, que a personagem representada pelo Jornalista poderá ser um alter ego de AFB, que assim se auto-retrata, em oposição aos outros jornalistas, com diferentes valores morais. Recorde-se que o autor do livro foi jornalista, tendo diversas vezes se envolvido em polémicas na imprensa da época, incluindo com colegas de profissão, que demonstravam ter uma opinião diferente da sua, ou com os quais não concordava, por algum motivo. Esta faceta fez com que se incompatibilizasse com distintas personalidades, sendo criticado e, até, satirizado⁴⁷⁹.

⁴⁷⁷ A corroborar esta constatação, veja-se, por exemplo, em *Notas & comentários para a história literária da Madeira, 3º volume* (1953), várias alusões à inveja. Neste volume, encontramos onze referências à “inveja”, alegadamente sentida pelos madeirenses, como o seguinte exemplo: “Na maioria, os intelectuais, desiludidos ou desencorajados com a hostilidade local - porque se «ninguém é profeta na sua terra», como diz o rifão popular, e quem quer que saia da banalidade na Madeira é vítima de ataques sistemáticos e incompreensíveis, apenas movidos pela **inveja** mesquinha - todos os valores positivos acabam por abandonar o torrão natal e, em regra geral, têm ido marcar imediatamente posições de destaque nos meios distantes para onde se foram fixar! Tem sido sempre assim e não é de crer que venha a mudar!” Cf. VPC (1953b), *op. cit.*, p. 14. Sublinhado nosso.

⁴⁷⁸ A respeito das críticas do VPC, expressas no periódico *Independência*, ver os nossos trabalhos: Sílvia Gilberta Gomes (2013), *Memória e Promoção Cultural Madeirense na Obra do Visconde do Porto da Cruz*, Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural, Funchal, UMA e Sílvia Gomes (2018), *art. cit.*, pp. 100-109.

⁴⁷⁹ A este propósito, salientamos uma veemente sátira, que veio a lume em 1929, por Daniel da Costa e Juvenal de Carvalho, sob o título *Cá está o “Visconde”*, ao que tudo indica, devido a textos publicados no semanário *Independência*: “Fiz, contra este Visconde de entremez, uma violenta e quase cruel sátira, porque, havendo eu assinado uma representação ao governo que considerava e considero justa, - ele - alçapremando-se a íncrito juiz por conta alheia - não hesitou, apesar das nossas melhores relações, em lançar sobre mim, na *Independência*, os mais depreciativos epítetos da sua gíria”. Cf. Daniel da Costa e Juvenal de Carvalho (1929), *Cá está o “Visconde”*, Funchal, Imp. Imprensa Continental, p. [5]. Também o periódico humorístico *Re-nhau-nhau*, muitas vezes ridicularizou o Visconde, sobretudo, numa secção intitulada “Politiquices”, que já referimos no segundo capítulo deste trabalho.

Na verdade, nesta obra, nada nem ninguém está livre do seu olhar crítico. A partir da página dezassete, começa a narrativa das memórias de Suvenine Boliface, através das quais o narrador faz emergir uma crítica social notória. Esta crítica, recorrendo à ironia e ao humor, é corporizada em tipos sociais, que representam ideias, costumes, mentalidades, educação, política, religião, entre outros.

Logo no início, em paratexto, pode ler-se a máxima “*Ridendo castigat mores...*” (rindo castigam-se os costumes), celebrizada por Molière (Jean-Baptiste Poquelin), ainda que de matriz clássica, para criticar os costumes da sociedade a que pertencia, sugerindo uma narrativa com algum humor. Segundo o filósofo francês Henri Bergson, “não existe cómico fora do que é propriamente *humano*”⁴⁸⁰. Para Bergson, a sociedade é o ambiente natural do riso, sendo fundamental “determinar a sua função útil, que é uma função social. [...] O riso deve corresponder a certas exigências da vida em comum. O riso deve ter uma significação social”⁴⁸¹.

Refira-se, a propósito, um texto publicado no periódico *Os Sports*, em 1935, que se refere à vertente humorística da obra:

[...] Visconde do Porto da Cruz na sua «Viagem aventureira de Suvenine Boliface a Zelstrufs», faz obra de mais vasto alcance humorístico, se nós entendermos por esta vastidão a esfera sobre que incidem o seu sorriso e a sua troça. Estes envolvem todo um continente e ilhas adjacentes dum planeta imaginário – afinal de contas não tão imaginário como isso!⁴⁸²

Os americanos são alvo da crítica mordaz do autor, com ênfase para os conceitos de liberdade e materialismo. Estes são apontados como egoístas, intolerantes, violentos e hipócritas. O narrador, referindo-se às intenções de Boliface de publicar a sua narrativa de viagem, longe dos olhares da imprensa (embora concorde com esta atitude), afirma: “Neste egoísmo era ele bem americano” (p. 8). A ideia egocêntrica é reiterada quando invocados os valores de liberdade na América: “Os *yankees*, em nome da liberdade, vão sacrificando tudo e todos para servirem o seu egoísmo e as suas conveniências sem a mais leve sombra de consideração pelos direitos e pelas liberdades que aos outros assistam” (p. 17). Na verdade, o autor acusa os americanos de serem intransigentes e de se servirem da liberdade para desculpar crueldades. Estas violências

⁴⁸⁰ Henri Bergson (1983), *O Riso*, Tradução de Guilherme de Castilho (ed. original publicada por Presses Universitaires de France sob o título *Le Rire*), Lisboa, Guimarães Editores, p.10. Sublinhado do autor.

⁴⁸¹ *Idem*, p. 14.

⁴⁸² Cf. ABM – Espólio do Visconde do Porto da Cruz, Cx. 4. Caderno contendo vários recortes de jornais, da imprensa periódica regional e nacional, intitulado “Críticas aos Trabalhos de Alfredo de Freitas Branco (Visconde do Porto da Cruz)” – recorte do jornal *Os Sports* de 1-03-1935.

são manifestadas de várias formas, chegando ao cúmulo de aniquilar a identidade nacionalista aos emigrantes:

Quando à *livre América* chegam os inúmeros aventureiros que vão em procura de fortuna, o primeiro cuidado hospitaleiro dos *yankees* é de exercer sobre os recém-vindos uma forte ação desnacionalizadora, procurando arrancar aos elementos produtivos todas as reminiscências da *terra-mater*. Aos que não podem trazer-lhes benefícios, a esses desapiadadamente lhes proibem a entrada. Mas aos que ficam, logo os despojam, até da liberdade de conservarem os mesmos nomes que através dos séculos, de pais a filhos se transmitiram! (p. 18)

Esta constatação leva-nos ao fenómeno da aculturação. Na definição de Rodney William (2019):

Aculturação consiste na fusão de duas ou mais culturas diferentes a partir de um contacto permanente que gera mudanças em seus padrões culturais. Embora seja uma espécie de troca recíproca, por vezes um grupo oferece mais do que recebe. Esse intercâmbio de elementos culturais é resultado da proximidade entre sociedades diferentes que, a partir de processos de interação, fundem-se e acabam dando origem a uma nova cultura⁴⁸³.

Este autor, ao tratar o tema da aculturação e da apropriação cultural, constata que poderão surgir mudanças culturais nas sociedades, em resultado do contacto com culturas distintas:

Todas as sociedades podem passar por processos de aculturação e alterar de alguma maneira sua cultura. Trata-se de uma forma específica de mudança na qual determinado grupo impõe a outros ajustes na configuração de seus padrões culturais. Note-se que o grupo dominado até pode sofrer grandes modificações em seu modo de vida, mas sempre preserva alguns traços de sua identidade⁴⁸⁴.

No entanto, Rodney afirma que, a interação entre diferentes culturas, nem sempre acontece de forma pacífica, o que pode ter consequências culturais irreversíveis para o grupo dominado:

Para além dos elementos de aculturação, como sincretismos e assimilações culturais, a interação nem sempre se dá de maneira tranquila e acaba gerando conflitos que remetem à questão do apagamento ou do esvaziamento de significados, abrindo a discussão sobre os limites de uso e gerando todas as controvérsias que desembocam na apropriação cultural⁴⁸⁵.

⁴⁸³ Rodney William (2019), *Apropriação cultural*, (Feminismos Plurais, coord. Djamila Ribeiro), São Paulo, Pólen Produção Editorial p.21.

⁴⁸⁴ *Idem*, p.22.

⁴⁸⁵ *Idem*, p.23.

Num trabalho sobre Identidade, Assimilação e Aculturação das comunidades portuguesas nos Estados Unidos, Onésimo Teotónio de Almeida (2009) deixa algumas reflexões, a propósito de emigrantes portugueses que foram assimilados na cultura americana, de tal forma que “dissolveram-se praticamente por completo no imenso caldeirão americano, não restando deles sequer o apelido”⁴⁸⁶. Referindo-se ao período anterior a 1965, Onésimo repara que “durante esse século e meio, a generalizada atitude americana era a de assimilar depressa e romper radicalmente as filiações étnicas e patrióticas com o *old country*”⁴⁸⁷. Uma das constatações deste fenómeno é o da “americanização de nomes”⁴⁸⁸, em que, “nalguns casos, os nomes são um bom indício: Rogers pode ter sido Rosa ou Rodrigues; Oak fora naturalmente Carvalho; Perry, Pereira; Smith pode muito bem ter sido Ferreira e por aí abaixo, numa lista tão curiosa e rica, como pitoresca”⁴⁸⁹.

Chegamos, assim, ao nome da personagem que, ficamos a saber, foi alterado do português Jesuíno Bonifácio, seu nome de batismo, para Suvenine Boliface. O protagonista, “aquele excêntrico cidadão que saíra de Portugal menino e moço” (p. 13), numa aproximação à novela *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro, é também apresentado como “o almaço Suvenine, aburguesadíssimo e desnacionalizado” (p. 14).

É neste sentido que, próximo ao final da narrativa, o autor tece duras críticas aos americanos, a quem acusa de cometer grandes violências em diversos países, na América e na Europa, em nome da liberdade, do progresso e do direito. O autor culpa os americanos de corromper as origens dos indivíduos, “à decomposição e *americanização* dos nomes familiares dos que buscavam ali asilo” (p. 115). Mais: o autor considera este povo hipócrita e afirma que, “ridículos e burlescos eles, os americanos, são a antítese do que se inculcam, do que rotulam. Logicamente são, portanto, os depositários da hipocrisia máxima do universo” (p. 115). Esta é também uma forma de criticar o liberalismo e os valores que estes representam.

A crónica de costumes desenvolve-se num determinado espaço físico, algures num planeta imaginário denominado Zelstrufs, muito semelhante ao planeta Terra. O próprio narrador dá conta das semelhanças entre os dois planetas, o real e o imaginário, como se pode aferir nos seguintes exemplos:

⁴⁸⁶ Onésimo Teotónio de Almeida (2009), “Comunidades portuguesas dos EUA: identidade, assimilação, aculturação”, *Portugal. Percursos de Interculturalidade: Desafios à identidade*, Lisboa, Portugal: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp.347-348.

⁴⁸⁷ *Idem*, p.348. Sublinhado do autor.

⁴⁸⁸ *Idem*.

⁴⁸⁹ *Idem*.

- “Não tardou a que me certificasse de que ali, tal como na Terra, os homens eram idênticos e nutriam os mesmos instintos, a mesma alma, as mesmas ambições...” (p. 23);

- “Havia em Zelstrufs vários países e homens de raças diversas” (p. 23);

- “O *Pássaro Novo* levou-me por felicidade para um dos países que mais contingentes dera ao progresso e à civilização” (p. 23).

Suvenine aterra num continente muito semelhante a Portugal, integrando-se na sociedade, e onde vai conhecer um dos seus domínios adjacentes, uma ilha chamada Trampislandia. Nas respetivas capitais, os habitantes serão alvo de escrutínio, por um narrador autodiegético, que relata na primeira pessoa, as suas experiências pessoais, de acordo com a sua perspetiva, dando um cunho muito pessoal.

Mais do que um espaço físico, o planeta Zelstrufs é um espaço social, e é neste ambiente que se movimenta o protagonista. Na verdade, a sociedade retratada sugere tratar-se da sociedade portuguesa (lisboeta e madeirense), próxima do autor do livro, como procuraremos demonstrar.

A narrativa apresenta-se de uma forma fragmentada, em que há uma espécie de encadeamento, na perspetiva de Tzvetan Todorov (1969), a propósito de “narrativas encaixadas e narrativas encaixantes”, processo pelo qual o encaixe ocorre quando uma história secundária é englobada na primeira narrativa, pelo aparecimento de uma nova personagem, que provoca a interrupção da história anterior, de forma que uma nova história seja contada. Todorov afirma que nenhuma destas narrativas é mais original que a outra, mas “cada uma delas remete à outra, numa série de reflexos”⁴⁹⁰. Assim, através do encaixe e do espelhamento, este teórico considera:

Contando a história de uma outra narrativa, a primeira atinge o seu tema essencial e, ao mesmo tempo, se reflete nessa imagem de si mesma; a narrativa encaixada é ao mesmo tempo a imagem dessa grande narrativa abstrata da qual todas as outras são apenas partes ínfimas, e também da narrativa encaixante, que a precede diretamente. Ser a narrativa de uma narrativa é o destino de toda narrativa que se realiza através do encaixe⁴⁹¹.

Alfredo de Freitas Branco apresenta a sociedade do Funchal (Xatóburgo) como um reflexo, um espelho da sociedade da capital, de Lisboa (Galeconia), através de

⁴⁹⁰ Tzvetan Todorov (2006a), *As estruturas narrativas*, [tradução Leyla Perrone-Moisés], São Paulo, Perspectiva, p. 132. Disponível em:

https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2511271/mod_folder/content/0/TODOROV%20-%20As%20estruturas%20narrativas.pdf?forcedownload=1 (consulta em 21-07-2023)

⁴⁹¹ *Idem*, p.126.

diversos fragmentos, diferentes narrativas e personagens que vão surgindo e se encaixando. Apesar de parecer não seguir uma lógica, como observa Tzvetan Todorov (1969):

A organização da narrativa se faz, pois, no nível da interpretação e não no dos acontecimentos-a-interpretar. As combinações desses acontecimentos são por vezes singulares, pouco coerentes, mas isto não quer dizer que a narrativa seja destituída de organização; simplesmente, essa organização se situa no nível das ideias, não no dos acontecimentos⁴⁹².

Por meio das narrativas encaixantes, na teoria de Todorov, análogas ao *mise en abyme*, proposto por André Gide, em 1893, processo narrativo “em abismo”, associado ao reflexo do espelho, conceito desenvolvido por Lucien Dallenbach, AFB encontra duas sociedades semelhantes, quer do ponto de vista político, quer sociocultural.

A nível político, o escritor que constitui objeto da nossa investigação, expõe indivíduos sem ideais, que se aproveitavam do regime para conquistar lugares no poder, alguns sem competências para assumir tais funções, mais interessados em se aproveitar dos cargos políticos em benefício próprio e com o objetivo de enriquecer. Estas observações levam-nos a considerar textos de Alfredo de Freitas Branco, nos quais teceu duras críticas a alguns políticos. A obra *Olhando o passado... considerando o futuro* (1949) pode ser exemplo desta evidência, como se pode verificar nos seguintes excertos:

Desde que certos políticos medíocres e vários oportunistas se capacitaram de que a República-velha jamais poderia voltar ao poder, começou a verificar-se a infiltração, em larga escala, no movimento de 28 de Maio, já vitorioso e governo da Nação.

Fora já a infiltração dos *adesivos* que em 1910 e em 1917 comprometeu as boas intenções dos revolucionários, então vitoriosos...⁴⁹³

E, prossegue o seu discurso, tecendo várias acusações:

Mas os videirinhos, os ambiciosos, os oportunistas e os mal-intencionados, que se aproveitaram de todas as situações, não para «*bem-servir*», mas para «*se servirem bem*», e que se infiltraram no 28 de Maio tratando de intrigar, caluniar, vexar e afastar *todos os valores e todas as dedicações* para que eles pudessem agir sem estorvos, fazendo *boa digestão* do que pudessem servir-se, esses *arribados* constituíram aquilo que denomino «o 82 de Maio»⁴⁹⁴.

⁴⁹² *Idem*, p.177.

⁴⁹³ Cf. VPC (1949b), *op. cit.*, p. 6. Sublinhado do autor.

⁴⁹⁴ *Idem*, p.7. Sublinhado do autor.

Mais adiante, no mesmo livro, reitera a opinião formada acerca de agentes sociais, que alegadamente se aproveitam da causa pública, em benefício próprio:

[...] os *oportunistas* que chegaram no momento preciso de *se servirem bem*. Esses *videirinhos* que nunca tiveram outra preocupação que não fosse a *de se acomodarem à mesa dos orçamentos* e fazerem digestões sossegadas de tudo quanto a sua voracidade pudesse apanhar, esses que formam a fauna híbrida, sem Lei nem Grei, que não têm convicções que não sejam as dos seus interesses e dos seus egoísmos, é que constituem os tais *Klans* do «82 de Maio» que impedem aos honestos e aos sinceros que desenvolvam as suas atividades benéficas dentro do espírito e dos princípios da Revolução, que de todas as formas procuram comprometer as doutrinas e desprestigiar o regime, que se prestam a todas as infâmias e a todas as vilanias para assegurarem as posições que conseguiram, sem atender a escrúpulos nem a quaisquer considerações honestas, são os que impedem a marcha da Revolução, a ação inteligente de Salazar e que tudo siga normalmente para os dias melhores.⁴⁹⁵

A nível sociocultural, o autor denuncia os vícios de uma sociedade materialista, que valoriza demasiado o dinheiro e a riqueza, com diversos indivíduos que se aproveitam da profissão para lucrar, de forma duvidosa; que adquire novos costumes sociais, seguindo modas estrangeiras, mas com falta de maneiras elegantes e formalidade, tendo também uma moral duvidosa, com casos de divórcio e adultério. O autor critica ainda a falta de sensibilidade artística, a não valorização dos talentos locais e alguns intelectuais que se julgavam superiores aos restantes. Vejamos, a seguir, com outro detalhe, uma análise destas sociedades, da ilha e do continente.

Nos primeiros contactos com a população local, o narrador expõe a situação política do país, governado por “uma espécie de monarca” (p. 23), mas com poucos poderes, devido ao domínio dos democratas. O povo parecia ser soberano e gozar de liberdade, embora o governo tivesse chegado à conclusão de que esse liberalismo “se tornava tão perigoso para a vida do Estado” (p. 31), ideias em conformidade com o pensamento antiliberalista do autor.

Suvenine teve conhecimento, naquele planeta imaginário, de conspirações que se organizavam contra o sistema. Chega a relatar uma revolução que culmina com o assassinato do Príncipe, o que nos leva a estabelecer um paralelismo com factos ocorridos na História do nosso país, nomeadamente, o Regicídio de 1 de Fevereiro de 1908, em Lisboa. Este acontecimento trágico terá afetado Alfredo de Freitas Branco de

⁴⁹⁵ *Idem*, p.35. Sublinhado do autor.

tal forma que o levou a enveredar na política e a se envolver em lutas monárquicas, como já abordamos no capítulo anterior⁴⁹⁶.

A vida política de Zelstrufs é vista como desordenada e demagógica, da qual Suvenine procurava fugir, no seu *Pássaro Novo*, mas não tinha autorização para se aproximar do aparelho, por este estar sob vigilância de um guarda. Contudo, a situação parecia estar prestes a tomar outro rumo, tanto a conjuntura política do país, como a vida de Suvenine, com o surgimento de novos ideais: “Aparecera *gente nova*, com sangue na guelra, com doutrinismo e agora tudo indicava para breve o triunfo” (p. 23). Apesar da instabilidade política, Suvenine era tratado como um privilegiado, com direito, até, a “um *oficial às ordens*” (p. 26). Percebendo que poderia tirar vantagens, colaborou com os conspiradores, mas as insurreições acabaram sempre por fracassar. Ora, esta parte da narrativa remete para situações da vida do autor, envolvido em conspirações monárquicas que fracassaram, além da sua adesão a ideais emergentes, nomeadamente, o Integralismo Lusitano, doutrina que professou, e que também abordamos no terceiro capítulo da primeira parte do presente trabalho.

Em relação ao aparelho, o *Pássaro Novo*, destacamos o simbolismo que este representa, como se tratasse de um veículo para conduzir o protagonista rumo às suas ambições, por vezes impedido por motivos políticos e doutrinários: “Falaram-me na necessidade de se utilizar o *Pássaro Novo*.... Era o que eu mais desejava. Mas como conseguir apossar-me do meu aparelho?” (p. 31). Durante uma revolução, surge a oportunidade de reaver o *Pássaro Novo*. Com o ajudante, o Tenente Pifs, parte para uma cidade denominada Afaifa, onde presta uma valiosa colaboração, para a êxito do motim, e conquista liberdade para visitar todo o planeta Zelstrufs⁴⁹⁷. Suvenine viaja então para Galeconia⁴⁹⁸, a capital daquele país, surgindo um novo espaço geográfico na narrativa, onde se desenvolve uma parte da ação. Este espaço físico apresenta muitas semelhanças

⁴⁹⁶ Nas suas memórias políticas, AFB afirma que o Regicídio de 1 de Fevereiro de 1908 marcou o seu destino e conseqüente envolvimento na política do país: “Era ainda adolescente quando os políticos da Monarquia Constitucional mancomunados com os extremistas da época perpetraram esse crime de lesa-Pátria assassinando El-Rei D. Carlos I e o Príncipe Herdeiro na tarde trágica de 1 de Fevereiro de 1908. Vibrei então com o País inteiro e com o mundo civilizado na mais justa e revoltada indignação. A partir dessa data encontrei-me no meio do mar revolto dos idealismos e das paixões a que vai chamar-se a Política”. Cf. ABM, Espólio do VPC, cx. 8 – Caderno de apontamentos da autoria do VPC: “Dezasseis anos de lutas políticas (1910-1926). Memórias Políticas”, vol. I, fls. pp. 61-66.

⁴⁹⁷ Acreditamos que o autor se refira à colaboração prestada quando se deu a Revolta da Madeira, em 1931, tendo sido louvado pelo Coronel Fernando Augusto Borges, comandante das Forças Expedicionárias à Madeira, como já referimos na primeira parte deste trabalho, no capítulo 1.

⁴⁹⁸ Esta cidade ficcionada, denominada *Galeconia*, aparece também escrita com a designação *Galeoconia* (pp. 71 e 87) e *Galeosonia* (p. 86). Por uma questão de uniformidade e coerência, optámos por usar o nome *Galeconia*, nas referências a este espaço.

com Lisboa, sendo também um espaço social, onde se descrevem quadros da sociedade, de diferentes profissões e estratos sociais. Suvenine integra-se na sociedade de Galeconia, frequenta festas, priva com diferentes personagens que representam tipos sociais, examinando a sociedade, com o seu habitual olhar crítico, que abordamos com outro detalhe, mais adiante.

Após algum tempo a observar a vida e a sociedade daquele país, nos seus diferentes aspectos, desde a política, o jornalismo, a arte, a moral, as intrigas, os amores e as festas, o protagonista aventura-se por outro espaço geográfico, denominado de Trampislândia, um dos domínios adjacentes do continente onde se encontrava. Analisamos, a seguir, este espaço físico, que é também um espaço social, onde se desenvolve parte da história, que nos interessa particularmente, pela similaridade com a ilha da Madeira, apresentada desde logo como “uma ilha verdejante, com montanhas altaneiras” (p. 58).

A chegada do protagonista e do seu ajudante a Trampislândia, nomeadamente a Xatóburgo, a capital da ilha, causa grande impacto aos habitantes locais. Saliente-se, a propósito da escolha do nome da cidade “Xatóburgo”, a particularidade da sonoridade “Xató” ser semelhante à palavra francesa “*château*” (que em português significa “castelo”), e que em França designa uma casa senhorial ou uma casa de um nobre. Desta forma, cremos que a junção de Xató + burgo = Xatóburgo, poderá indiciar a classe social alvo da crítica do autor, uma classe social burguesa, abastada, cujos vícios se pretende denunciar, expor ou ridicularizar.

O *Pássaro Novo* suscita assombro na população, sendo os seus tripulantes recebidos com festas e outras manifestações de regozijo, considerado por Suvenine um “excesso intragável de amabilidade” (p. 58). Desta forma, o narrador inicia a apreciação acerca dos habitantes da ilha, apontados como materialistas, por valorizarem demasiado o dinheiro e a riqueza: “O *bezerro de ouro* era o deus principal que dominava até nas consciências mais fortes. Não havia sentimentos, méritos artísticos e virtudes que não se subordinassem sistematicamente ao ouro...” (p. 58).

Os insulares são criticados por imitar os estrangeiros e de seguir modas, sem perceberem o ridículo da situação: “Os *elegantes* procuravam imitar, grotescamente, tudo o que era considerado *chic* nos principais centros estrangeiros, sem compreenderem que as *modas* têm sempre uma justificação, embora, por vezes, muito pouco justa” (p. 59). Também as mulheres da ilha, a quem apelidava de “fanáticas da moda” (p. 60), procuravam copiar as estrangeiras, que traziam das suas terras outras

modas e costumes. Isto faz o narrador questionar a moral daquela sociedade, onde aumentavam os casamentos desfeitos, os casos de divórcio e a formação de novos casais, com filhos de pais e mães diferentes.

O problema do alcoolismo é um dos vícios apontados à sociedade da ilha. Afetava todas as esferas sociais, mesmo senhoras “de aparência respeitável” (p. 60), e chegava a ser considerado um luxo.

Os políticos da Trampislândia são acusados de exercer uma má administração pública, executando obras segundo conveniências de amizades, em detrimento do interesse coletivo, de acordo com o seguinte exemplo:

As estradas eram traçadas conforme a conveniência dos ricos proprietários e não segundo os interesses públicos; os fornecimentos, as empreitadas, as compras de terrenos, as expropriações, todo o movimento de tesouraria estava na dependência do que exigiam os amigos e compadres dos «sobas», arvorados em *catões*... (p. 61).

É neste sentido que salienta o governo de regeneração que tinha colocado no poder uns indivíduos incapazes, os quais, “longe de quererem governar só pensavam em *governar-se*” (p. 61). O narrador acusa um destes elementos de se apropriar dos dinheiros públicos, de perseguir os indefesos para proveito próprio e de favorecer tudo o que lhe proporcionasse rendimento. Era um indivíduo sem escrúpulos, com uma ambição desmedida, tendo enriquecido ilegalmente. A sua falta de carácter chegava aos relacionamentos afetivos, pois ludibriava as jovens, com promessas de casamento. O retrato é complementado com a inexistência de maneiras em eventos sociais, sendo que, “na primeira e mais elementar prova quebrava-se logo esse verniz de ínfima qualidade” (p. 62).

O narrador menciona outra personagem, também com ligações à política da ilha, de nome Choquelaroché, que chegara ao poder através de compadrio e, uma vez no poder se servia da administração pública para proveito próprio, familiares e amigos: “ele bateu o *record* do inacreditável quer em favoritismos quer em proveitos que auferiu e fez reverter para os seus!” (p. 63). Este é retratado como um tipo social capaz de fazer qualquer coisa, a troco de dinheiro: “Em se tratando de dinheiro eram capazes de vender a alma ao diabo” (p. 64). Neste sentido, o narrador relata um acontecimento, que quase provocava a morte de duas mulheres idosas, por inalação de fumo, as quais pretendia desalojar. Estas ocorrências revoltantes, do ponto de vista do narrador, seriam frequentes em Zelstrufs. A personagem Choquelaroché representa ainda o tipo que

social que, por meio de um casamento numa família nobre, procura ascender socialmente. Contudo, nem o casamento consegue modificar os seus modos grotescos, sendo alvo de troça.

A propósito desta peculiar personagem, recordemos alguns romances franceses do século XIX, que abordam o tema do arrivismo⁴⁹⁹, sobretudo os de Honoré de Balzac (1799-1850), nas suas cerca de oitenta e oito narrativas, a que chamou de *La comédie humaine*, denunciando problemas relacionados com dinheiro e ambições pessoais, principalmente relacionados com a ascensão da burguesia, na cidade de Paris. Refira-se, a título de exemplo, entre muitas outras obras de Balzac, *Le Père Goriot* (1834), com a personagem Eugénio de Rastignac, um jovem pobre e ambicioso da província, que deseja enriquecer em Paris, a qualquer custo; ou ainda, *Le Cousin Pons* (1847), onde o autor expõe o carácter de diversas personagens, cujos verdadeiros interesses são o dinheiro e a herança. Balzac terá inspirado outros autores, nomeadamente, Eça de Queiroz, que na obra *Os Maias* (1888) expõe personagens que representam a mesquinhez e a corrupção.

A sociedade de *Trampislândia* é considerada “venal e sabuja” (p. 64), uma comunidade que se deixa corromper por dinheiro, sem sensibilidade para as artes, sem gosto para a decoração das casas, e sem cuidado em preservar o património cultural edificado: “O mau gosto e o disparate eram as características dominantes nos ornamentos das habitações. Um ou dois monumentos que eram verdadeiras joias artísticas, esses estavam desfigurados na sua beleza inicial” (p. 65). Assim, as belezas naturais da ilha destacam-se como o principal atrativo para os visitantes.

O narrador critica o público da ilha, acusando-o de não saber apreciar as artes, nas mais variadas vertentes, desde a música, à literatura e à pintura; desprovido de cultura artística e falta de apoio aos artistas locais. O talento de alguns artistas, naturais de *Xatóburgo*, não era reconhecido na ilha. Apesar de se terem consagrado por todo o planeta Zelstrufs, os seus conterrâneos ilhéus, “numa senha feroz de inveja e de ódio só cuidavam de os apoucar e desvalorizar” (p. 65). É neste quadro que Suvenine recorda

⁴⁹⁹ No *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001), da Academia das Ciências de Lisboa, “arrivismo”, que tem origem etimológica no francês *arrivisme*, significa: “Procedimento daquele que, recém-chegado a determinado grupo social, pretende obter vantagens ou benefícios de forma pouco escrupulosa”. Este dicionário apresenta duas definições para “arrivista”: “Pessoa que procura conquistar rapidamente e de forma pouco escrupulosa um lugar de destaque na sociedade, a que não teria acesso por mérito próprio” e “Que procura conquistar rapidamente um lugar destacado em determinado grupo social, aproveitando qualquer circunstância que lhe possa ser favorável”. Cf. “arrivismo”, “arrivista¹”, e “arrivista²”, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001), vol. I, A-F, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, p.361.

um afamado tenor que, tendo realizado um espetáculo em *Xatóburgo*, encontra um público indiferente, apesar de ser aclamado a nível planetário. O relato deste episódio remete para algumas críticas que o Visconde do Porto da Cruz teceu aos madeirenses, no semanário *Independência*⁵⁰⁰, quando se realizou um espetáculo no Teatro Municipal, com o célebre tenor Lomelino da Silva⁵⁰¹. Na verdade, o autor criticou, em diversos textos, a falta de reconhecimento dos seus conterrâneos para com os artistas locais, como no exemplo que se segue:

No entanto o Arquipélago da Madeira possui um bom punhado de grandes valores, mal apreciados ou despercebidos no Funchal, mas que no movimento intelectual do País encontram justiça e apreço, como se verifica com a quase totalidade daqueles que fizeram parte das «tertúlias» ou dos grupos de Vida passageira, de 1915 até o presente!⁵⁰²

No que diz respeito às artes literárias, atente-se às palavras do narrador, ao referir alguns artistas de *Xatóburgo*, que se reuniam em tertúlias, num café local:

Na esplanada do «Café dos Gatos», de onde se abrangia a formosa baía de Xatóburgo, reuniam-se com frequência alguns Artistas que, por terem real valor, andavam isolados do resto da população e fugiam dos outros centros de cavaco onde o motivo obrigatório de todos os assuntos era a maledicência ou uma crítica verrinosa e banal... (p. 67)

Nesta parte da narrativa, estabelecemos uma relação intertextual com o terceiro volume da obra *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira* (1953), na qual Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, descreve grupos de intelectuais que se formaram no Funchal, ligados a várias áreas artísticas, das letras, à pintura e à escultura⁵⁰³. Estes homens formavam tertúlias e reuniam-se em cafés na cidade, como o café *Golden Gate*, por exemplo, onde se apreciava a vida local. Aliás, na narrativa menciona-se o «Café dos Gatos», o que nos leva a estabelecer uma analogia

⁵⁰⁰ A este propósito, ver as notícias publicadas no *Independência*: N° 18, 26-10-1928, p. 3 e N° 19, 03-11-1928, p. 3.

⁵⁰¹ Nuno Estêvão Lomelino da Silva (1892-1967): “Lomelino Silva foi um tenor lírico madeirense do séc. XX, de renome internacional. Estudou canto em Lisboa e em Itália, estreando-se no Teatro Dal Verme de Milão. Realizou várias digressões pelos grandes palcos mundiais, alcançando sucesso na interpretação de importantes papéis em óperas de, entre outros, Verdi e Puccini. Nos Estados Unidos da América, foi chamado de “Caruso português”, por comparação com Enrico Caruso, célebre cantor italiano de música clássica. Em 1926, gravou alguns temas musicais pela editora britânica His Master’s Voice, que foram recuperados em 2009, na edição de um CD áudio, no Funchal”. Cf. Sílvia Gomes (2020), “silva, nuno estêvão lomelino da”, in *Aprender Madeira*. Disponível em: <https://aprendermadeira.net/article/silva-nuno-estevao-lomelino-da> (consulta em 21-04-2023).

⁵⁰² VPC (1953b), *op. cit.*, p.15.

⁵⁰³ Sobre a formação de grupos de intelectuais, ver: VPC (1953b), *op. cit.*, pp.12-15.

com o antigo café «Kit-Cat», que era também um local frequentado por intelectuais da ilha, para as suas tertúlias⁵⁰⁴. Quanto aos artistas retratados, cremos tratar-se de personalidades coevas do autor e, eventualmente, com quem terá privado.

Neste sentido, embora sem procurarmos desvendar a identidade das personagens retratadas, refira-se os artistas caracterizados: Hercúlius, um jornalista, positivista, poeta e escritor; Titus, um poeta; Iocanam, um artista ciente do seu valor; Aforoide, pelo contrário, não tinha consciência do seu valor; Pantanas, inquieto, idealista, escrevia artigos polémicos; Madala, escritor, descrente das suas capacidades; Céres, sacerdote, apreciador de música e de desporto; e Patricius, que, por ser idealista e revolucionário era prejudicado nas artes. Surge outro grupo, composto pelo pintor Melquiades, especialista em aquarelas, o pintor Riencus e o escultor Zefirus⁵⁰⁵. A estes artistas juntava-se o Dr. Ziul, considerado como um dos mais cultos do grupo, elegante, irónico e inteligente, porém, nem sempre reconhecido.

Entre os intelectuais da ilha havia um grupo designado por “velhos consagrados”, sugerindo que estes formavam um grupo restrito, visto indicar-se que estes, por vezes, saíam da sua “Torre de Marfim”. Noutra parte da narrativa, o autor critica um grupo denominado de “consagrados” e a sua Torre de Marfim, mas parece ser outra agremiação, já que a ação se desenvolve noutra espaço físico, no continente, que abordamos mais adiante. Todavia, em qualquer dos casos, cremos que o autor estabelece uma analogia ao grupo do *Cenáculo*, tertúlia muito influente e prestigiada na sociedade madeirense do século XX⁵⁰⁶. Acerca desta tertúlia literária, destacamos a

⁵⁰⁴ Sobre estes cafés emblemáticos do Funchal, no século XX, o *Golden Gate* e o *Kit-Cat*, o escritor Horácio Bento de Gouveia escreve, numa crónica no *Diário de Notícias* da Madeira, ao recordar o seu tempo de jovem estudante do liceu: “Quase em frente do cais, o Café Kit-Cat tinha a frequência diária dos poetas e jornalistas da época: Jaime Câmara, Feliciano Soares, Carlos Marinho Lopes, João Marinho de Nóbrega, Teodoro Correia e Henrique Pereira [...]. Mas o café que por excelência se distinguia dos demais era o do rés-do-chão do Golden Gate com suas cadeiras de vime no passeio circundante onde se viam, sentados, tertulhando ou tagarelando, os vultos de mais fastígio na literatura e no jornalismo da época: Reis Gomes, Comendador Figueiredo, Luís Pinheiro, Dr. João Ferreira, Dr. Elmano Vieira, Francisco Bento de Gouveia, Tenente-Coronel Sarmiento e Baptista Santos. A atmosfera intelectual do tempo não apresentava a caquexia que nos anos seguintes se verificou”. Cf. Horácio Bento de Gouveia, “Funchal de Ontem, Funchal de Hoje”, *Diário de Notícias*, nº 35062, 21-08-1982.

⁵⁰⁵ O retrato destas três personagens leva-nos a estabelecer uma correlação entre o pintor *Melquiades*, como sendo Alfredo Miguéis; *Riencus*, o pintor Henrique Franco e *Zefirus*, o escultor Francisco Franco, conterrâneos do autor. Transcrevemos, de *Notas & Comentários* (1953b), sobre a formação desta tertúlia: “[...] outra tertúlia se formou, também com carácter muito restrito, muito fechado, de que faziam parte o grande Escultor Francisco Franco, seu irmão Henrique Franco, também artista de grande valor, Mestre na Pintura, e outro grande Mestre, especialmente na Aquarela, o Professor Alfredo Miguéis”. Cf. VPC (1953b), *op. cit.*, p.12.

⁵⁰⁶ Sobre o grupo do *Cenáculo*, o VPC, que nunca chegou a fazer parte do grupo, refere a sua formação e critica o carácter fechado: “É, porém, de justiça referir que após o Consulado de Sidónio Pais, e em regime democrático, apareceu o «Grupo do Centenário», tendo como figuras marcantes e sem dúvida

descrição do escritor Cesar A. Pestana (1985): “O «Cenáculo» reunia-se todas as noites numa sala privativa do hotel «Golden-Gate». Guiava-se por uma rígida disciplina, de gravidade académica, e era inacessível a qualquer «intruso» ou intelectual não convidado ou previamente aprovado pelo conspícuo sinédrio”⁵⁰⁷.

Ainda na ilha, o narrador critica o maldizer, típico de Trampislândia, a “má-língua” (p. 71), sobretudo quando as intrigas visavam os próprios conterrâneos. Neste sentido, refere um artista local, de nome Patricius, que era, com frequência, “atacado por todos os lados” (p. 71), o que leva a crer que o autor se refira à sua própria pessoa, sugerindo um registo autobiográfico. O narrador chega a afirmar que, “em Galeoconia ouvi referências elogiosas a este escritor mas em Xatóburgo, que era a sua terra natal, apoucavam os seus feitos militares, o seu valor intelectual e até a sua honestidade” (p. 71).

Alfredo de Freitas Branco viveu em Lisboa e na Madeira, foi militar, lutou por vários ideais, era regionalista, defensor da ilha, e foi um intelectual prolífero, como já tivemos oportunidade de referir. Contudo, sentia-se perseguido e menosprezado pelos seus conterrâneos, como diversas vezes se lamentou. O que significa que, ao referir os pensamentos dos locais em relação à personagem Patricius, parece dar voz às suas crenças:

Não podemos suportar que ele brilhe na capital do nosso império, que o seu nome se imponha e que a sua inteligência se destaque, ao passo que nós, aqui, permanecemos ignorados e obscuros! Sabemos que tem valor e por isso tratamos de o apoucar; sabemos que defende os interesses da nossa Ilha e que se bate até o fim por um ideal nobre e alevantado, mas, para que não obtenha predomínio (...) tratamos de o caluniar, de o combater (p. 71).

Tais apreciações levam Suvenine a demonstrar simpatia por Patricius, e a considerar os “trampislandezes” de “injustos, ingratos e insuportáveis” (p. 72).

valiosas, alguns intelectuais, como o Tenente-Coronel Alberto Artur de Sarmiento, o Major João dos Reis Gomes, o Padre Fernando Augusto da Silva e Francisco Bento de Gouveia. Passado o período das festas do 4.º Centenário da Descoberta da Madeira, o intelectualismo, que presidiu nesses festejos, criou outro núcleo, também muito fechado - «O Cenáculo». Em volta do «Cenáculo» apareciam curiosos que não se afoitavam a aproximar-se de centro tão restrito, onde, especialmente, Reis Gomes e o Padre Fernando da Silva, não viam com bons olhos o advento de novos valores e por isso nem os animavam com um convite amável para tomar parte nas reuniões do «pagode» e até os afastavam fazendo por desiludi-los!”. Cf. VPC (1953b), *op. cit.*, p.12.

⁵⁰⁷ Cf. Cesar A. Pestana (1985), *op. cit.*, p. 31. O autor dedica, nesta obra, entre as páginas 29 e 35, algumas breves e curiosas informações, acerca da formação do grupo do *Cenáculo*, os seus membros e reuniões. De salientar o seguinte comentário do autor: “O próprio Visconde do Porto da Cruz, ao tempo com uma obra literária já, nunca ultrapassou ou «átrio», segundo nos confessou – circunstância que se deve atribuir, em parte, ao seu irrequietismo...” *Idem*, p. 34.

A sociedade da ilha é criticada em diversas áreas e profissões: são os comerciantes, acusados de enganar os clientes e de falsificar produtos, sendo o consumidor uma vítima destes; são os advogados, os notários, os homens de leis que estudavam “a forma de interpretar e sofismar os códigos e as tabelas, segundo as conveniências para cada caso!” (p. 73), sendo capazes de adulterar documentos, para seu benefício. É neste sentido que o narrador denuncia: “Ali falsificava-se tudo: desde os géneros às reputações tudo era susceptível de falsificação” (p. 76). Por sua vez, o povo era extorquido por toda a parte; era uma terra onde a justiça e a lei não funcionavam a favor desta classe social, mas em prol das “conveniências e interesses” (p. 73) dos prevaricadores.

A ilha é também propícia à melancolia, às inquietações das almas apaixonadas. O companheiro de Suvenine vai confessar a sua paixão, a razão do seu desassossego, de um amor da juventude, que terminou devido a intrigas, e à traição de um amigo. Seguem-se cerca de três páginas de descrições típicas do romantismo, desde o início da relação amorosa das personagens, como o seguinte exemplo: “Amaram-se com loucura, com paixão, certos de que não haveria forças que pudessem separá-los” (p. 78). O fim daquele relacionamento amoroso resulta num grande sofrimento, impossível de esquecer: “o velho amor, a chama viva que nunca se apagara sob as cinzas, revivia torturante” (p. 81).

Suvenine compara a Igreja, os crentes e o culto religioso de Trampislândia, com os costumes e com os habitantes do seu planeta. Considera os crentes uns “fanáticos” (p. 82), que tentavam demonstrar a sua religiosidade frequentando a Igreja, mas depois das cerimónias revelavam outra faceta: “havia os que vinham para a rua bilhardar desafortadamente, maldizendo a vida alheia, enquanto ficavam em casa as famílias aguardando que regressassem para solucionar os arranjos domésticos” (p. 83). Apesar de condenar a devoção religiosa, Suvenine considerava essencial acreditar em Deus, ter sentimentos de caridade e de amor ao próximo, ao invés de se apreciar as “imagens de pedra, de barro ou de pau” (p. 84).

Há ainda a assinalar um reparo a um habitante local, que tinha ascendido socialmente, na comunidade de Xatóburgo, porém, não possuía capacidades de etiqueta e boas maneiras, fazendo figuras ridículas. Este representa um tipo social que, integrado numa esfera social superior à sua originária, é considerado um desajustado. Com este exemplo, o narrador pretendeu demonstrar que cada indivíduo deveria permanecer no meio onde sempre pertencera, isto é, nem ascender, nem descer da sua camada social.

Suvenine sente vontade de regressar à capital do país: “Estava já bem a par da vida e das belezas naturais da Trampislândia. Mais ou menos podia avaliar o que era a índole e a psicologia daquele povo. Comecei a sentir desejos de regressar a Galeosonia” (p. 86). De certo modo, a ficção parece espelhar a realidade. De facto, este desassossego sempre acompanhou o autor do livro, incapaz de residir muito tempo na ilha, que ia alternando, com a vida no território continental.

A aproximação ao continente será marcada por alguns contratempos, devido a uma revolução em terra, que desencadeia um tiroteio e pânico a bordo, onde Suvenine seguia viagem, que se atira ao mar, numa tentativa de salvamento. O sábio é depois resgatado, indo desembarcar em Galeconia, onde a ação passa a se desenvolver. Neste espaço físico, o narrador analisa a sociedade, nas suas diferentes vivências, costumes, profissões e estatuto social. Acaba por considerar os habitantes do continente muito semelhantes ao povo da ilha, com os mesmos vícios.

Em relação à vertente satírica da obra, atente-se a uma crítica coeva à *viagem aventurosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs*:

O autor tem uma preocupação fixa – castigar os costumes. Que é que o arma para a luta? Os seguintes elementos:

1º A experiência dos homens e das coisas, ou do conhecimento bastante de aspectos sociais e políticos; 2º uma boa capacidade moral que lhe estimula as faculdades mentais; 3º a boa intenção de converter letargias em actividades úteis.

Compreendera deveras a verdadeira vida nova, ou seja, a que tem de ser extraída com consciência superior de tudo que o Passado teve de grande, fecundo, elevadamente humano? Avistará o Futuro, largo e sólido, que se deduz das próprias como que entrelinhas do que de melhor tem o presente?

Cremos que sim. O impessoalismo do autor dá-nos essa convicção⁵⁰⁸.

Vejam, em seguida, a vertente da crítica social, desenvolvida no espaço físico continental designado de Galeconia, uma sociedade contrária à génese do mundo utópico de Thomas More, na sua obra *Utopia* (1516), sobre a vida numa comunidade ideal. Uma comunidade que vive sem o apelo do dinheiro, da posse e do lucro.

Assim, numa perspectiva política, o narrador mostra-se muito crítico, em relação ao regime democrático, ao liberalismo, ao governo e aos políticos. Condena aqueles que se aproveitavam do regime para conquistar lugares no poder, fomentando o desequilíbrio social, e refere o aproveitamento da situação política em benefício próprio, nomeadamente, a lei do divórcio, o alto comércio, o materialismo e as conveniências em

⁵⁰⁸ Notícia transcrita de *A Voz*, de Lisboa, pela *Revista Portuguesa*, n.º 1, Inverno de 1934-1935. Cf. José Agostinho, “A viagem aventurosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs – Visconde do Porto da Cruz – Lisboa, 1934”, *Revista Portuguesa*, Inverno de 1934-1935, n.º 1, p. 51.

detrimento dos ideais políticos. Além destas situações, acusa alguns indivíduos de se servirem dos cargos políticos para enriquecer, afirmando que “a política se tornara a sua maior fonte de receitas” (p. 117). Outro aspeto apontado aos políticos consistia na sua falta de ideais, estando sempre ao lado dos que se encontravam no poder, independentemente do partido político. Os políticos são ainda acusados de criarem falsas promessas, de conspirar e tecer intrigas, por um lugar no Parlamento. Tudo isto leva o narrador a concluir que “os senhores que faziam da política profissão ou que dela se serviam para utilidade própria, arranjavam sempre forma de apaniguar as dificuldades” (p. 127).

Naquela sociedade, são escrutinados os banqueiros, os aristocratas, a alta finança e os burlões, ligados a negócios pouco claros, fraudes, roubos e falsificação de documentos, onde todos procuravam lucrar. Na verdade, o capitalismo é uma crítica frequente na narrativa, certamente por influência dos ideais integralistas do autor. Como se sabe, o autor pertencia ao Integralismo Lusitano, grupo que se insurgia contra o capitalismo. Sobre a luta integralista, atente-se às observações de Manuel Braga da Cruz (1982):

O integralismo não foi por isso apenas uma simples oposição monárquica – embora talvez a mais combativa e aguerrida – da República de 1910. Foi sobretudo, de acordo com as raízes que invocava, uma oposição conservadora e tradicionalista ao liberalismo, uma oposição nacionalista à democracia parlamentar e uma oposição aristocrática ao capitalismo⁵⁰⁹.

De acordo com este autor, os integralistas, “economicamente corporativistas, criticavam o capitalismo nascente e as suas consequências sociais (...)”⁵¹⁰. Ora, em *A viagem aventureira de Suvenine Boliface a Zelstrufs*, o dinheiro tem uma grande importância na sociedade. Mais do que reconhecer o indivíduo pelos seus valores morais, a comunidade dava demasiada importância às suas posses económicas.

O dinheiro conferia aos seus titulares o poder de conseguir favores, de ganhar o respeito dos outros, ou ainda servia como meio de desculpa para a falta de educação, o que leva o narrador a considerar que “o dinheiro continuará a ser sempre e em toda a parte um grande argumento e uma força invencível para abrir ou fechar todas as portas e calar as consciências” (p. 102). Numa terra onde todos tinham como finalidade angariar dinheiro, reitera-se um “fanatismo contagioso do culto ao *bezerro de ouro*” (pp. 94-95),

⁵⁰⁹ Manuel Braga da Cruz (1982), *art. cit.*, p. 151.

⁵¹⁰ *Idem.*

e critica-se aqueles que enriqueciam à custa de ludibriar os outros, mas, ainda assim, eram respeitados na sociedade; os endinheirados, porém, com falta de educação; e ainda aqueles que só se interessavam pelos outros devido às suas posses. A juntar a tudo isto, o narrador insurge-se contra o facto de ter de dar gorjetas, para ser bem tratado, em hotéis e restaurantes, expondo a forma como exploravam e se aproveitavam dos turistas.

No âmbito profissional, o narrador observa uma sociedade injusta, em que o recrutamento de trabalhadores se regia pelas simpatias pessoais, ao invés do mérito, verificando-se a incompetência de alguns indivíduos para assumir certos cargos. Esta constatação leva o narrador a recordar a afirmação de que “quem não tem padrinho morre mouro” (p. 112), usada no seu planeta Terra, aplicada em diversas situações sociais⁵¹¹.

Por outro lado, expõe a situação dos bons funcionários despedidos por excesso de zelo, acusados de prejudicar as empresas, por não compactuarem com esquemas fraudulentos. A nível profissional, sobressaem também as críticas aos médicos, que geriam a carreira da medicina como um negócio, explorando os doentes e não tratando da sua saúde.

A educação e instrução pública é alvo de escrutínio do narrador, na medida em que critica a educação de algumas crianças por “mestras estrangeiras” (p. 100), encarregadas de instruir (mal) as filhas das famílias ricas; e ainda o ensino público, considerando os métodos exigentes e pouco eficazes para a aprendizagem das crianças. A nível de ensino superior, o narrador aponta o método duvidoso de classificação dos alunos, valorizados segundo a sua importância social e não o mérito pessoal, bem como os professores que entram na Universidade sem merecimento.

⁵¹¹ A meritocracia continua a ser, na verdade, um tema debatido na atualidade do século XXI. O termo foi usado, pela primeira vez, em 1958, no livro *The Rise of the Meritocracy*, de Michael Young, defendendo que este não seria um modelo ideal e alertando para os perigos de um sistema social, baseado em medidas uniformizadas de capacidade individual. Nas sociedades ocidentais modernas, um modelo meritocrático constitui uma forma ideal de promover os indivíduos, nos mais variados serviços ou espaços (escola, profissão, etc.), em função do mérito pessoal, quer seja pelo seu esforço, trabalho, competência, dedicação, entre outras virtudes, independentemente da sua classe social ou origem. O conceito meritocrático tem sido amplamente discutido por sociólogos, especialistas e outros investigadores, havendo quem aponte falhas no modelo, destacando as condições que colocam os indivíduos em desvantagem, seja de natureza social, económica ou mesmo limitações fisiológicas e a ausência de igualdade de oportunidades. Segundo Élise Tenret (2008), “Le mérite est finalement un terme relativement difficile à cerner, avec un sens qui fluctue en fonction des situations et des époques. De même, cette notion mêle inné et acquis et n’éclaire pas la relation qui lie ces deux composantes”. Cf. Élise Tenret (2008), *L’école et la croyance en la méritocratie*, Bourgogne, Université de Bourgogne, Faculté de Lettres et Sciences Humaines, École doctorale LISIT Institut de Recherche Sur L’éducation IREDU – CNRS (Texte présenté en vue de l’obtention du titre de Docteur en Sociologie le 3 décembre 2008). Disponível em [L’école et la croyance en la méritocratie \(hal.science\)](#) (consulta em 21-07-2023).

Em relação à cultura e à arte, o narrador faz um retrato dos escritores e dos poetas, pondo em causa o seu valor: “Havia-os de mérito incontestável, é certo, porém na grande maioria, santo Deus, que miséria! A evidência e a celebridade não lhes provinham do real valor mas de um escândalo, de uma fraqueza, de um defeito...” (p. 34). A imprensa seria, segundo o narrador, a grande aliada destes escritores, por elogiarem os seus trabalhos, levando à notoriedade pública. O narrador chega a acusar os poetas de plágio, para se celebrizarem. Desta forma, denuncia um acontecimento, envolvendo um escritor que alcança sucesso com um trabalho, “mas quando menos se esperava descobrem que num velho alfarrábio, em tempos recuados *outrem* pensara e produzira mais ou menos quanto surgia agora como novidade!” (p. 35). Esta situação leva o autor a comparar os dois planetas, o imaginário e o real – Zelstrufs e Terra – os quais considera semelhantes neste aspeto.

Na intelectualidade de Galeconia, critica-se ainda um grupo denominado de “consagrados”, por não aceitarem bem que outros pudessem concorrer “com eles na lendária Torre de Marfim em que se isolavam com preocupações de *semi-deuses*” (p. 36). A rivalidade entre estes e os restantes intelectuais era evidente: “Por seu lado os que tão duramente eram tratados procuravam, como vingança, amesquinhá-los, criticando-lhes as obras e negando-lhes os méritos, quando não os acusavam de plagiários...” (p. 36). Como já referimos, tudo indica que o grupo literário madeirense do Cenáculo tenha inspirado o autor, também nesta parte da narrativa.

O autor tece críticas ao jornalismo e aos órgãos de imprensa, que eram financiados por empresas e por partidos políticos, em troca de vantagens e interesses. Neste sentido, denuncia a falta de mérito de alguns jornalistas, que exerciam uma profissão conforme a conveniência de quem os subsidiava, não se admitindo oposição: “Quem ousasse assim apresentar-se era fatalmente vencido, esmagado”, pois estes tudo faziam, “servindo-se de todos os processos para caluniar, amesquinhar e aborrecer, de forma a que, desaparecessem esses arrojados cuja sombra tantos arrepios causava...” (p. 37). De referir que o Visconde do Porto da Cruz, em várias ocasiões, chegou a acusar os jornalistas de estarem ao serviço de certas entidades, por interesses, como podemos observar no exemplo que transcrevemos:

O jornalismo foi sendo cada vez mais atingido pela crise de valores, pela falta de critério e até pela falta de carácter, falseando a sua verdadeira missão e tornando-se os periódicos apenas órgãos das Empresas ou de interesses comerciais ou industriais, na maioria ao serviço de entidades estrangeiras! Cultura, intelectualismo, espírito artístico, tudo ficou subordinado ao personalismo

dominante na vida regional. Tal como se verifica no Continente, inventam-se também no Funchal valores em todos os aspectos da vida regional e a Imprensa, ao serviço da plutocracia, enaltece ou diminui valores consoante as indicações dos argentários que suportam os encargos da manutenção dos diários!⁵¹²

Naquele planeta imaginário, para pertencer a associações literárias, o processo funcionava consoante os interesses. O narrador afirma ainda que, para alcançar o prestígio, um artista deveria parecer excêntrico, mesmo não tendo mérito. Para tal, bastaria “escrever artigos sem nexos, criando imagens monstruosas” (p. 38) e seria logo visto como futurista. Assim, o autor critica o futurismo, não apenas como corrente literária, mas extensivo a todas as vivências e situações do quotidiano, em que tudo era apelidado de futurismo, como um marido vítima de adultério, um comerciante que enganava os clientes, as autoridades, os juizes, entre outros.

O casamento, na sociedade imaginária de Zelstrufs, é visto como forma de fuga ou solução para diversas situações, tais como: por interesses ou conveniência entre uma aristocracia falida e os novos-ricos (pp. 48-49); para certos jovens, por motivos distintos, como “uma jovem que prevaricou contra a castidade” (p. 101); “uma órfã que quer fugir ao inventário da Justiça Pública” (p. 101) ou, até, “um moço elegante e rico (...) [que] originava um grande desgosto à família com a sua repulsa ao matrimónio e com o seu comprometedor feitio afeminado” (p. 102), pelo que o casamento era visto como uma medida eficaz para resolver os vários dilemas morais.

Por outro lado, o divórcio e o adultério pareciam ser uma prática recorrente naquele planeta, onde também se apontam os filhos ilegítimos: “Chegava a haver filhos que não tinham a certeza de quem fossem os seus verdadeiros pais... Outros usavam os nomes paternos, mas traziam taras e semelhanças, bem comprometedoras, de outros homens e de outras famílias” (p. 39).

Na sociedade de Galeconia, os novos costumes sociais, que se revelam sobretudo nas camadas jovens, na forma de vestir e de falar, surge um grupo de jovens, rapazes e raparigas, apresentados como grosseiros, sem maneiras elegantes. É uma sociedade composta por novos-ricos que, depois de organizar festas e de desfrutar dos bailes, diziam mal de tudo. Criticam-se as festas realizadas a pretexto da caridade, normalmente organizadas pelas “damas elegantes” (p. 47), mas que se verificava pouca sensibilidade para com os necessitados. Neste sentido, o narrador aponta uma falta de modéstia para fazer caridade, que era realizada para que os outros vissem, e soubessem

⁵¹² Cf. VPC (1953b), *op. cit.*, pp.15-16.

quem a tinha promovido. Além das festas, assinalam-se as homenagens, consideradas exageradas e sem fundamento. Esta sociedade é acusada de falta de patriotismo e sem interesse pelos elementos nacionais: “Mesmo os elegantes e os que pretendiam aparentar bom-tom tinham vaidade em se mostrar desnacionalizados” (p. 45). A ausência de nacionalismo manifestava-se até nos itens mais simples, tais como “a ementa e os rótulos das garrafas eram escritos em língua estrangeira” (p. 45).

Numa sociedade que dava muita importância às aparências, ninguém está livre de crítica, desde os velhos que ainda se julgavam jovens às mulheres que sucumbiam aos caprichos da beleza e a tratamentos de rejuvenescimento. Na verdade, as mulheres são apontadas pela sua vaidade excessiva e definidas como um “exército da ridícula vaidade e da ilusão” (p. 99). Critica-se também a hipocrisia nos funerais, onde se chegava a acompanhar o enterro, aproveitando para tratar de negócios ou relatar sobre qualquer evento quotidiano, num total desrespeito pela morte. Era uma sociedade fascinada pelos títulos nobiliárquicos alicerçada, portanto, na aparência e na iconografia do poder: “O orgulho de provir de origem aristocrática tinha ali um grande campo, em especial entre os que se diziam mais democráticos” (p. 92). Nesta série de reparos, apontam-se como falsos amigos, aqueles que eram capazes de se colocar ao lado dos inimigos, conforme as conveniências. Traçando um perfil dos habitantes do planeta imaginário, a voz do texto afirma: “A ingratidão, a inveja e o espírito servil eram características daquele povo de Zelstrufs” (p. 94). Há ainda um breve espaço narrativo para se aludir aos divertimentos do povo, classe social mais desfavorecida, que se distraía em festas diversas, como os arraiais, as romarias e as excursões⁵¹³.

Entretanto, Suvenine Boliface já fatigado daquela aventura extraplanetária, começa a sentir saudades da sua realidade terrena. Após mais algumas aventuras, depois de recuperar o Pássaro Novo, que estava avariado, desde que desembarcara em Galeconia, acaba por conseguir fugir de Zelstrufs e regressar ao planeta Terra, aterrando no aeroporto da Jamaica.

O narrador coloca, então, a dúvida se tal viagem pelo espaço teria sido um sonho. Imaginária ou não, o certo é que o autor encontra semelhanças de comportamento entre

⁵¹³ Esta parte da narrativa remete para os vários trabalhos elaborados pelo VPC sobre a cultura popular madeirense, nomeadamente, sobre as danças e as músicas. A este propósito, ver os nossos trabalhos: (2013), *Memória e Promoção Cultural Madeirense na Obra do Visconde do Porto da Cruz*, Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural, Funchal, UMa e (2019), “Visconde do Porto da Cruz: Um Estudioso da Cultura Madeirense”, 2184-5743, *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, 2019, pp. 695-712, em <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/21/9>.

os habitantes dos dois planetas, acabando por constatar que “Os homens eram no fim de contas os mesmos” (p. 129)⁵¹⁴.

As várias analogias com a vida do autor, que procurámos identificar, ao longo da narrativa, leva-nos a considerar esta obra de forte cunho biográfico. Neste sentido, evidenciamos, no início da narrativa, a personagem denominada por “Jornalista”, ávido por reconhecimento numa profissão que considerava ingrata. Este surge retratado como um homem curioso, íntegro e amigo leal, o que corresponde à visão que o autor tinha de si próprio. Também as observações a outros jornalistas, por não apoiarem o sucesso dos colegas, a censura aos jornalistas e órgãos de imprensa, movidos por interesses e financiados por empresas e por partidos políticos, ao invés de demonstrarem brio profissional, são exemplos das críticas proferidas pelo autor, em várias ocasiões.

Encontramos, ainda, afinidades entre o autor e o protagonista Suvenine Boliface, um homem perseguido por jornalistas, tal como o autor afirmou, em diferentes textos, que se sentia incompreendido pelos seus pares, bem como alguns desabafos de ter financiado parte das próprias obras. Suvenine, o protagonista que ousa aventurar-se pelo desconhecido mundo extraplanetário, tal como Freitas Branco se lançava em projetos arrojados, procurando aprofundar conhecimentos e trazer à luz da publicidade estudos inéditos, como as recolhas da cultura popular madeirense, ou investigações sobre a fauna e a flora insular.

Acresce a tudo isto os relatos sobre a situação política daquele país imaginário, governado num regime político de monarquia constitucional, dominado por democratas; as descrições acerca do assassinato do Príncipe; as várias conspirações que se organizavam contra o sistema, e o seu envolvimento em insurreições que fracassaram, a exemplo do que teria o próprio vivido, com mudanças de regime político, o Regicídio de 1908 e as lutas monárquicas em que participou e ainda os ideais antiliberalistas. É de sublinhar, ainda, a visão crítica à sociedade do seu tempo, como sempre revelou, estando de acordo com diversas apreciações que foi tecendo, ao longo da obra.

⁵¹⁴ Em *A viagem aventureira de Suvenine Boliface a Zelstrufs* (1934), o narrador estabelece ainda outras comparações entre os habitantes dos dois planetas, nos quais encontra semelhanças. Atente-se aos seguintes exemplos: “Os políticos são os mesmos em todas as épocas e em toda a parte. São homens” (p. 120); “O homem deve ser o mesmo em todos os tempos e em toda a parte” (p.126); “Era assim em Zelstrufs. É e foi sempre assim na Terra” (p.126); “houve um período em que a vida daquele país se assemelhava à do México. Todos os dias rebentavam bombas, os atentados não tinham conta, os roubos e os incêndios eram aos milhares” (p.127).

CONCLUSÃO

No início deste trabalho, propusemos traçar o perfil ideológico e percurso de vida de Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, dando a conhecer uma parte da sua obra. Procurámos, deste modo, resgatar do esquecimento uma personalidade que, embora polémica no seu tempo, foi um prolífero escritor, jornalista e ativista político, tendo deixado um legado literário merecedor de uma análise crítica.

Além de explorar traços da biografia e abordar a ação deste intelectual madeirense, no seu tempo e espaço, definimos como objetivos, investigar representações da Madeira, na sua escrita ficcional. Sendo autor de uma vasta e variada obra, composta por diferentes géneros literários, ensaios e vários estudos de teor económico, social e cultural, procurámos explorar o seu contributo para o conhecimento de vários aspetos da História, da Sociedade, da Cultura e Identidade madeirenses, da primeira metade do século XX.

Neste quadro, foram delineadas algumas questões de investigação, que consideramos fulcrais, tendo em conta os objetivos propostos. Estas equações procuraram indagar as movimentações de Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, atendendo à conjuntura da época, bem como ao percurso que escolheu trilhar. Nesta senda, as influências que terão marcado o seu pensamento e quem terá coadjuvado na sua formação ideológica revestiram-se de importância, no sentido de compreender as suas opções de vida. Outras formulações pretenderam conhecer o modo como contribuiu para o conhecimento da sociedade, cultura e identidade madeirense do século XX, mormente, através da sua produção literária, porque nela se vê, por exemplo, a configuração do espaço insular, a sua ligação ao mundo, a presença de influências diversas.

Assim, para responder à problemática equacionada, partimos de uma visão geral e enquadramento do autor no seu tempo, contextualizando a época histórica em estudo, que recolhe marcas temporais do final do século XIX, até a década de sessenta do século XX (1890-1962).

Nascido na última década do século XIX, a época em que Alfredo de Freitas Branco viveu foi pontuado por grandes acontecimentos, a todos os níveis, de viragem do tempo e de alterações profundas na ordem mundial. No ano do seu nascimento, em 1890, já se anunciavam ventos de mudança, com o Ultimato e a exaltação patriótica, a ameaçar a governação. Alfredo de Freitas Branco cresceu e desenvolveu a sua

personalidade política e ideológica, na primeira metade do século XX. Foram setenta e dois anos marcados por eventos significativos, como o assassinato do rei D. Carlos em 1908, o fim da Monarquia Constitucional, a proclamação da República em 1910, confrontos intensos entre monárquicos e republicanos, vários motins, como o golpe militar de 28 de maio de 1926, e duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), como tivemos oportunidade de apontar.

Na segunda década século XX, uma geração de intelectuais portugueses, padres, franquistas, fidalgos e jesuítas, ligados aos círculos monárquicos e de contestação à jovem República, viu-se forçada ao exílio, devido ao clima de insegurança, motivado pelas suas aspirações restauracionistas. Este foi o destino de Alfredo de Freitas Branco, obrigado a seguir o mesmo rumo dos companheiros, pelo envolvimento na Causa Monárquica, uma Causa que abraçou e pela qual lutou nos anos seguintes.

Freitas Branco, exilado na Galiza, participou nas conspirações e incursões monárquicas de 1911-1912, lideradas por Paiva Couceiro. Após o fracasso da segunda incursão, em 1912, refugiado em França, contactou com a doutrina da *Action Française*, de Charles Maurras, um movimento de extrema-direita, que viria a inspirar o Integralismo Lusitano, no qual desenvolveu uma profícua atividade, contribuindo na sua formação e propagação, depois da amnistia para os exilados, que o fez regressar à Pátria.

De regresso à terra natal, dedicou-se à escrita e ao jornalismo, vendo na imprensa periódica uma forma de luta pela Causa Monárquica, mesmo em contexto insular. A partir de então, enquanto jornalista, colaborou assiduamente na imprensa periódica regional e nacional, como redator, diretor e fundador de jornais e revistas, publicando inúmeros textos, de temas diversos, de interesse social, político, literário e cultural. Aliás, a imprensa periódica seria mesmo o seu principal instrumento de intervenção pública, através da qual debateu pelas convicções e ideologias que foi abraçando, ao longo da vida.

Entretanto, já em Lisboa, integrou o movimento doutrinário e político emergente do Integralismo Lusitano, introduzido por outros expatriados, que também no exílio, contactaram com o ideário de Maurras. Freitas Branco privou com a elite cultural portuguesa ligada aos círculos monárquicos e ao IL, sobretudo com António Sardinha, um dos principais mentores do grupo, que influenciou a sua formação ideológica.

A partir destas premissas, vê-se envolvido na política do país, aderindo a ideais doutrinários e políticos que foram surgindo, revelando diferentes facetas como

monárquico, integralista, antissemita, regionalista, nacionalista, nacional-sindicalista, fascista e germanófilo, tendo uma experiência de vida que decerto marcou a sua escrita, como revelam algumas das suas obras, de cunho biográfico, que referimos ao longo desta investigação.

O Visconde do Porto da Cruz ficou fascinado com algumas personalidades que surgiram no panorama político nacional, como Sidónio Pais e Salazar. Chegou a envolver-se em conspirações e motins, em defesa do regime sidonista e, em consequência da sua participação nas Juntas Militares, foi expulso do exército, sem nunca conseguir a reintegração. Apesar de ter cooperado no movimento militar de 28 de maio de 1926, e de ser admirador de Salazar, acabou por se afastar da política, desencantado com o rumo seguido pelo Estado Novo. Deixou-se seduzir por regimes ditatoriais e pela ideologia fascista, encantando-se por figuras como Mussolini e Hitler, tendo abraçado o movimento do Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto, e colaborado com o governo do *III Reich*, aos microfones da Rádio de Berlim, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, visando transmitir uma propaganda favorável da Alemanha, para as emissões em língua portuguesa, como apontámos no capítulo 3, da Parte I da nossa tese.

Procurámos, assim, explicar, o modo como Freitas Branco se movimentou no seu tempo e espaço, e as circunstâncias em que materializou os seus textos, numa escrita que evidencia marcas ideológicas, certamente influenciado pelas alterações profundas e marcantes do século XX, de carácter político, social e cultural, quer no país, quer à escala global.

Alfredo de Freitas Branco alternou a sua residência entre a Madeira e Lisboa e, tanto na capital do país, como na ilha, envolveu-se na vida pública, distinguindo-se em vários domínios, como escritor, publicista, jornalista, folclorista, conferencista e membro de várias associações culturais. Revelou uma natureza multifacetada e empenho em desenvolver diversas iniciativas em prol do desenvolvimento da sua terra, como as propostas apresentadas para o desenvolvimento do turismo da ilha.

Tendo procurado responder às questões formuladas sobre as suas opções políticas e ideológicas, as suas movimentações e influências, dedicámo-nos à análise de duas das suas obras literárias, nas quais o leitor encontrará várias representações da ilha da Madeira, constituindo registos que justificam o seu contributo para o conhecimento da sociedade, cultura e identidade madeirense do século XX. Por essa razão, foram selecionadas duas obras de ficção, do seu vasto legado literário: *O Destino: romance*

histórico (1915) e *A viagem aventureosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs* (1934)⁵¹⁵. Embora escritas em diferentes momentos, estas obras evocam questões históricas, políticas, sociais, culturais e identitárias, evidenciando marcas das suas experiências e observações da sociedade do seu tempo. Estas criações literárias permitem refletir sobre a realidade insular, visto a Madeira surgir representada ou subentendida, como é o caso de *A viagem aventureosa de Suvenine...*, cuja narrativa leva a crer que se representa uma franja da sociedade portuguesa, incluindo a madeirense.

A narrativa *O Destino: romance histórico*, o seu primeiro livro publicado, em 1915, surge num contexto de plena atividade integralista do autor, e revela múltiplas influências, desde as ideológicas às literárias. Tendo em conta o subtítulo *romance histórico*, impôs-se, num primeiro momento, uma prévia introdução teórica sobre o subgénero, na senda apontada por Walter Scott. A ampla projeção de Scott, por toda a Europa e América, encontrou eco em Portugal, sobretudo com Alexandre Herculano e Almeida Garrett que, por seu turno, influenciaram outros escritores. Alfredo de Freitas Branco também revela influências de Herculano, tendo se inspirando no modelo do século XIX. O enredo é marcado por ingredientes do romantismo, de que se serviram também os romancistas históricos oitocentistas, como o adultério, presságios e a fatalidade do destino, que conduz a um final trágico, com a morte acidental do herói, provocada pelo próprio filho.

O autor de *O Destino* demonstra ser conhecedor da literatura canónica oitocentista, estabelecendo, frequentes vezes, um diálogo intertextual com clássicos da literatura portuguesa: *Eurico o Presbítero*, de Alexandre Herculano; *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco e *Os Maias* de Eça de Queiroz. Estas marcas intertextuais concentram-se em três momentos, respetivamente, em alusões à paisagem natural da ilha da Madeira, no envio de cartas apaixonadas à amada, através de uma mensageira, e na descoberta trágica de que os apaixonados são irmãos.

Consideramos, pois, que o romance histórico serve ao autor para revelar a sua ideologia, a exemplo de autores congéneres da época. Neste sentido, sendo integralista, antiliberal e antidemocrático, não surpreende a abordagem crítica ao liberalismo na sua produção romanesca.

Na personagem Rodrigo de Sequeira (avô) são evidentes os princípios defendidos pelo Integralismo Lusitano, no que diz respeito aos valores da tradição, representando

⁵¹⁵ Ver anexo – Quadro 4: Comparativo das duas obras do *corpus* literário.

um homem conservador, bom pai de família, religioso e aristocrático. Esta personagem surge no contexto político da primeira metade do século XIX, marcado pelos acontecimentos da guerra civil, que opôs liberais a absolutistas, culminando com a vitória dos liberais, e com a partida do rei absolutista D. Miguel I, para o exílio. O autor eterniza, neste oficial português, a esperança no regresso de D. Miguel ao trono lusitano. Estas ideias estão de acordo com o seu pensamento integralista, sendo que o ideário do IL era conservador, tradicionalista, contrário ao progresso e defensor da continuidade do regime absolutista. Para os integralistas, a República significava uma continuação lógica do liberalismo, a sua luta não era apenas uma questão de oposição república-monarquia, consistia também numa forma de transpor o Estado liberal, como afirma Manuel Braga da Cruz (1982), e que referimos, no capítulo 1, da Parte II da nossa tese.

Assim se explica o posicionamento do autor, em relação aos quesitos liberais, que o acompanharam ao longo da sua vida.

Por um lado, ao evocar a figura de D. Miguel, aliado à crítica clara ao liberalismo, cremos que o escritor cumpriu o objetivo a que se propôs, de fazer propaganda aos ideais legitimistas, como anunciado em paratexto. Por outro lado, em 1915, ainda estavam bem presentes as recentes memórias dos tempos vividos pelo autor, em concreto, a Implantação da República, as lutas monárquicas e o exílio, o que leva às outras questões abordadas pelo autor de *O Destino*. Estes são os principais momentos da história do país, que consideramos ter correspondência na narrativa, e que também encontram eco na Madeira, apesar do distanciamento em relação à metrópole.

Outro momento abordado, relativamente ao arquipélago, diz respeito ao chamado “turismo terapêutico”, numa época em que a ilha da Madeira era muito procurada por estrangeiros, devido ao clima ameno, e à fama de ajudar na cura de doenças pulmonares. Saliente-se que o turismo madeirense foi um tema sobre o qual Freitas Branco mostrou interesse, tendo contribuído com estudos, conferências e diversas publicações, apresentando propostas que julgava relevantes para o seu progresso, como tivemos oportunidade de expor, no capítulo 1, da Parte II da nossa tese.

A abordagem à ilha da Madeira, um espaço onde se centra parte da narrativa, apresenta-se como sendo uma terra de contrastes: por um lado, um lugar paradisíaco, com uma paisagem exuberante e um clima ameno; por outro lado, um espaço de isolamento, pacata e longe dos grandes centros culturais, com poucos divertimentos e distrações, que consistiam no casino e nas festas da alta sociedade. À pequenez da

cidade do Funchal, envelhecida, com ruas estreitas e tortuosas e moradias pobres, em volta dos velhos solares, contrastam as quintas, rodeadas de vegetação, onde vivem as classes mais favorecidas. A esta dicotomia se juntam as críticas ao governo e à comunidade estrangeira, acusados de explorar o povo; por sua vez, o povo madeirense, apesar de ser apontado como humilde e laborioso, também é criticado, pela sua passividade, conformismo e falta de iniciativa. Todos estes elementos contribuem para o conhecimento de vários aspetos da vida na ilha, do quotidiano e identidade insular da época. É neste quadro que se move o protagonista do romance, Rodrigo de Sequeira (neto do oficial de D. Miguel), que se torna um conspirador contra a República, tal como o autor do livro.

Também na obra *A viagem aventurosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs*, publicada em 1934, Alfredo de Freitas Branco faz uma auscultação à sociedade do seu tempo. Este livro, de difícil classificação genológica, por combinar elementos da literatura da Ficção Científica e da Literatura de Viagem, revela influências literárias de Voltaire, com *Micromégas* (1752), e de Jules Verne, com *De la Terre à la Lune* (1865) e *Autour de la Lune* (1869), obras que terão, eventualmente, inspirado o autor.

Aos quarenta e quatro anos, Alfredo de Freitas Branco tinha já consolidado o seu pensamento político e firmado as suas crenças. Afastado da vida política, estava mais dedicado aos assuntos de índole social, e às recolhas das tradições e da cultura popular da Madeira, que deram origem a conferências e publicações diversas, em periódicos, opúsculos e em volume. A obra foi escrita, portanto, numa etapa em que tinha já vivido inúmeras experiências, e assistido a diferentes mudanças, a nível nacional e internacional. O conhecimento do seu percurso, obtido através da leitura dos seus inúmeros textos, inéditos e editados, levou-nos a identificar várias analogias com a vida do autor, ao longo da narrativa, e a considerar esta obra de forte cunho biográfico.

Começamos por estabelecer uma conexão com a personagem denominada por “Jornalista”, visto o próprio autor ter exercido aquela profissão. Esta personagem Jornalista é retratada como um homem curioso, íntegro e amigo leal, o que corresponde à visão que o autor tinha da sua própria pessoa, tal como a sua ambição em ser reconhecido, numa profissão que considerava ingrata, não se sentindo apoiado pelos colegas. A isto junta-se a censura a colegas de ofício, e a órgãos de imprensa, movidos por interesses financeiros e políticos, ao invés de demonstrarem brio profissional, tal como o autor proferiu, em várias ocasiões.

Atente-se, ainda, às afinidades entre Freitas Branco e o protagonista Suvenine Boliface: o autor do livro, em diferentes textos, confessou que se sentia incompreendido pelos seus pares, chegando a suportar o financiamento de parte das suas obras; assim era Suvenine, um homem perseguido por jornalistas, que custeou a publicação das suas memórias; nestas conexões entre ambos, verifica-se um temperamento ousado, um por se aventurar pelo desconhecido mundo extraplanetário, o outro, por se atrever a realizar estudos inéditos, e desbravar caminhos, para o conhecimento da cultura popular madeirense, ou investigações sobre a fauna e a flora insular.

A narrativa revela influências das suas experiências de vida, e remete para factos ocorridos na História do nosso país, como uma revolução que culmina com o assassinato do Príncipe, com indícios para o Regicídio de 1 de Fevereiro de 1908; o envolvimento em insurreições, que acabaram por fracassar, remetendo para a parte ativa em conspirações monárquicas, e o surgimento de novos ideais, que acreditamos ser o Integralismo Lusitano, e ainda a contribuição para a êxito de um motim, que poderá ser a Revolta da Madeira, em 1931, na qual também colaborou.

No que diz respeito à parte da narrativa desenvolvida num espaço insular, daquele planeta imaginário, com fortes indícios de se tratar de uma representação da ilha da Madeira, sobressaem as críticas e a auscultação sarcástica aos costumes de uma sociedade, análoga à realidade conhecida pelo próprio autor, de acordo com diversas apreciações que foi tecendo, em diferentes textos.

É neste sentido que surgem quadros da sociedade do Funchal (Xatóburgo), da primeira metade do século XX, similares à de Lisboa (Galeconia). Alfredo de Freitas Branco aponta diferentes aspetos a nível social, cultural, moral e político. Parece que nada escapa à sua pena acutilante e ao seu olhar atento e observador, ao fazer desfilar tipos sociais e a expor situações que sempre condenou, tais como, indivíduos que se aproveitavam do regime para conquistar lugares no poder, a falta de competências e aproveitamento dos cargos políticos para benefício próprio.

Creemos que o autor pretendeu denunciar os vícios de uma classe social burguesa, abastada, vista como materialista, que valorizava demasiado o dinheiro e a riqueza, com indivíduos a aproveitar-se da profissão para lucrar; a adquirir novos costumes sociais, seguindo modas estrangeiras, mas com falta de educação; tendo uma devoção religiosa e uma moral duvidosas, com casos de divórcio e adultério, e com problemas de alcoolismo; desprovida de sensibilidade e de cultura artística, aliados à falta de cuidado em preservar o património cultural edificado. Eram indivíduos que não valorizavam os

talentos locais, existindo alguns elementos que manifestavam sentimentos de superioridade, em relação aos conterrâneos.

Pelo que procurámos demonstrar, a partir da sua produção literária, Alfredo de Freitas Branco não hesitou em criticar a sociedade do seu tempo, mesmo consciente de que as suas apreciações pudessem fomentar inimizades e polémicas. Julgamos que as denúncias e os problemas apontados à sociedade da primeira metade do século XX, a nível social, cultural, moral e político, encontram eco na atualidade, evidenciando o carácter intemporal do autor e da sua obra.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A. Fontes

1. Fontes dos Arquivos sobre Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz

ABM, *Registos Paroquiais*, “Paróquia da Sé”, liv. 1292, fl. 2.

ANTT, 3ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, *Livro de Registo de Casamentos* n.º 51, Registo n.º 183.

2. Textos da autoria de AFB, VPC

2.1. Manuscritos/ inéditos: *Arquivo do Visconde do Porto da Cruz* (ABM)

- Documentos pessoais (certificados, atestados, diplomas):

(1913) Caderneta de “Certificado de inscrição de Alfredo de Castro e Almeida Leal de Freitas Branco”, no Consulado Geral da República Portuguesa em Paris. (Cx. 4)

(1936), Atestado abonatório a AFB, VPC emitidos pelo coronel Fernando Augusto Borges, pelo serviço prestado por ocasião da Revolta da Madeira em 1931. (Cx. 14)

(1949), Diploma premiando o V.P.C. com a 2.ª classificação, pelo exemplar de uma chocadeira para 180 ovos, no âmbito da Exposição de Avicultura, promovida pela Delegação de Turismo da Madeira e inserida nas Festas da Cidade de 1949. (Cx. 12)

(1952), Certificado conferido ao V.P.C. pelo Institut Humaniste pelos seus serviços culturais: “Grade de Commandem dans l’ Ordre du Devoir. Distinction honorifique créée par l’Association pour récompenser les vertus civiles et, dans le cas du titulaire, pour Services Culturels”. (Cx. 12)

(1952), Certificado atribuindo ao V.P.C. o título de Membro Correspondente da Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas. (Cx. 12)

- Apontamentos/Memórias:

(s.d.), Caderno de apontamentos da autoria do VPC: “Dezasseis anos de lutas políticas (1910-1926). Memórias Políticas”, Vol. I-XII. (Cxs. 7-8)

(s.d.), Apontamentos da autoria do VPC: “Memórias da Guerra na Alemanha - As “palestras” na «Reichsrundfunk»” II vol. (Cx. 12)

(s.d.), Apontamentos relativos às palestras radiofónicas proferidas pelo VPC na Reichsrundfunk (Emissora de Berlim), no âmbito das rubricas “Pontos nos ii”. (Cxs. 5, 6, 7 e 8)

(s.d.), Apontamentos relativos às palestras radiofónicas proferidas pelo VPC na Estação Rádio da Madeira, no âmbito da rubrica “Comentários ao Acaso...”. (Cxs. 5, 6 e 8)

(s.d.), Relação numérica (de 1-72) da «Ordem das Palestras» (“Pontos nos ii”), proferidas pelo VPC. (Cx. 13)

- Recortes de jornais:

[1917- 1932] Caderno contendo vários recortes de jornais, da imprensa periódica regional e nacional, intitulado “Críticas aos Trabalhos de Alfredo de Freitas Branco (Visconde do Porto da Cruz)”. (Cx. 4)

[1932-1965] Recortes e números de jornais (entre os quais o *Correio do Minho*). (Cx. 10)

2.2. Textos Editados

2.2.1. Obras literárias/ Monografias

(1915), *O destino: romance histórico*, Lisboa, Livraria Aillaud & Bertrand.

(1916), *Ana Clara*, Lisboa, Tipografia de H. Pereira e Ct.^a.

(1917a), *Charcos*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes.

(1917b), *No Exílio – scenas da vida dos conspiradores monarchicos*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes.

(1919a) *Auto da Primavera*, 1^a ed., [Lisboa], [Tip. Maurício]

(1919b) *Madrinha de guerra: comédia em um acto*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes.

(1922) *A canção de Solveig: peça em 3 actos*, Lisboa, Pap. e Tip. Casa Portuguesa.

(1926) *Esboços*, Lisboa, s.n.

(1928a) *Paixão e morte de Sidónio*, Funchal, Tip. Esperança

(1928b) *Um escândalo “elegante”*: novela satírica, s.l., s.n.

(1934a), *A viagem aventureosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs*, Lisboa, Imp. Lucas.

(1934b), *Fauna marítima do arquipélago da Madeira*, 1^a ed., Lisboa, Imprensa Lucas.

(1934c), *Trovas e cantigas madeirenses*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia.

(1935), *Os primos Teixeira: fantasia humorística*, s.l., s.n.

- (1937), *A revolução literária de Ibsen*, Lisboa, Imp. Lucas & C.^a
- (1940), *A fauna marítima da Madeira*, 2^a ed., Lisboa, s.n.
- (1943), *O romance de Ana Clara*, Funchal, Eco do Funchal.
- (1946a), *Como vi o fim da guerra na Alemanha*, Lisboa, Editorial do Povo.
- (1946b), *Danças madeirenses*, Lisboa, Studium de Comércio e Organizações Técnicas.
- (1949a), *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira, I Volume 1^o. Período, 1420-1820*, Funchal, Eco do Funchal.
- (1949b), *Olhando o passado... considerando o futuro* [Funchal], ed. do autor.
- (1950a) *Auto da Primavera*, 2^a ed., Aveiro, Gráfica Aveirense.
- (1950b), *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira. II Volume 2^o. Período: 1820-1910*. [Funchal], Câmara Municipal do Funchal.
- (1950c), *O mistério de João Cristóvão*, Aveiro, A Lusitania (1951a), Fantoques, Aveiro, A Lusitânia.
- (1951a), *Fantoques*, Aveiro, A Lusitania
- (1951b), *No mundo dos bichos*, Aveiro, s.n.
- (1953a), *A política social na lição de história*, Aveiro, ed. do autor.
- (1953b), *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira. III Volume 3^o. Período: 1910-1952*, [Funchal], Câmara Municipal do Funchal.
- (1954a), *A revolta: romance*, Braga, s.n.
- (1954b), *Contos vividos na guerra*, [s.l.], ed. do autor, (imp. A Lusitânia – Aveiro).
- (1954c), *Crendices e Superstições do Arquipélago da Madeira*, s.l., ed. do autor.
- (1954d), *Danças e músicas do arquipélago da Madeira*, s.l., ed. do autor.
- (1954e), *Lendas do Arquipélago da Madeira*, s.l., ed. do autor.
- (1954f), *Memórias da Guerra na Alemanha*, s.l., ed. do autor, (imp. A Lusitânia – Aveiro).
- (1954g), *Trovas e cantigas do arquipélago da Madeira*, s.l., ed. do autor.
- (195[4]h), *O Trajo do Arquipélago da Madeira*, s.l., ed. do autor.
- (1955), *Folclore Madeirense*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.

2.2.2. Separatas

- (1935), *A flora madeirense na medicina popular*, Lisboa, Sep. da Revista Brotéria, Série de Ciências Naturais, vol. IV, (XXXI), fascs. I, II, III e IV.

- (1936), *A estada de Cristovam Colombo na Madeira*, Lisboa, Separata da Revista de Arqueologia, Tomo II.
- (1937a), *A fauna terrestre do Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Sep. da Revista Brotéria, Série de Ciências Naturais, Vol. VI (XXXIII), fasc. IV.
- (1958) *O Movimento Intelectual do Arquipélago da Madeira, 1.º Período – 1420-1820*, Separata do n.º 84 da *Revista Portuguesa*, Aveiro, A Lusitânia.

2.2.3. Conferências/Congressos

- (1917) *A Acção do Estado nas suas relações com a Igreja Catholica*, Lisboa, Casa Catholica.
- (1924) *Algumas lendas e alguns monumentos do archipelago da Madeira*, Lisboa, Tip. do Comercio.
- (1930), *Aspectos agrícolas e industriais da Madeira*, Funchal, Tipografia Diário da Madeira. (1936), *A vitória latina*, “Discurso pronunciado na noite de 11 de Maio de 1936, na festa dos Estudantes Nacionalistas da Universidade de Lisboa comemorando a vitória romana”, Lisboa, Imprensa Lucas. [Edição privada].
- (1936), *O turismo na Madeira*, I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia.
- (1950), *A flora madeirense na medicina popular e na indústria - I Conferência da liga para a protecção da natureza*, Lisboa, Sep. das Publicações da Liga para a Protecção da Natureza, IV.

3. Periódicos

- A Tradição* (1917)
- Acção Realista* (1924)
- Das Artes e da História da Madeira* (1950-1968)
- Diário da Madeira* (1917-1930)
- Diário de Notícias* (Madeira) (1930-1982)
- Independência* (1928-1929)
- O Jornal* (1928-1933)
- O Realista* (1915-1918)
- Re-nhau-nhau* (1933)

Revista Portuguesa (1934-1960)

Diário de Lisboa (1933)

Diário Popular (1955)

3.1. Artigos da autoria e/ou atribuídos a AFB, VPC⁵¹⁶

- A Tradição

A. de F.B., “Echos D’Arte - Conferência Futurista”, *A Tradição*, nº 1, 15-05-1917, p.5.

-----, “Interesses Regionais”, *A Tradição*, nº 2, 09-06-1917, p.8.

Alfredo de Freitas-Branco, “O Esforço Integralista”, *A Tradição*, nº 1, 15-05-1917, pp.12-13.

[n.a.], “Revista da Quinzena - «A tradição»”, *A tradição*, Ano I, nº 1, 15-05-1917, p. 10.

-----, “Revista da Quinzena - Alfredo de Freitas Branco”, *A Tradição*, nº 2, 09-06-1917, p.12.

- Acção Realista

Visconde do Porto da Cruz, “Aos Combatentes da Monarquia Nova”, *Acção Realista*, nº 2, 10-06-1924, p. 30.

-----, “O Perigo Judeu I”, *Acção realista*, nº 3, 01-07-1924, pp. 53-55.

-----, “O Perigo Judeu II”, *Acção realista*, nº 5, 01-08-1924, pp. 96-98.

-----, “Definindo bem”, *Acção Realista*, nº 8, 20-09-1924, p. 153-156.

- Das Artes e da História da Madeira

V.P.C., “Dr. João de Freitas Branco”, *Das Artes e da História da Madeira*, nº 4, 1950, Funchal, Sociedade de Concertos da Madeira, p. 40.

- Independência

[n.a.], “A Ideia”, *Independência*, nº 10, 13-09-1928, p. 2

-----, “Letras, Ciências & Artes”, *Independência*, nº 19, 03-11-1928, p. 3.

V.P.C., “O Tenor Lomelino”, *Independência*, nº 18, 26-10-1928, p. 3.

⁵¹⁶ Devido aos inúmeros textos do autor publicados na imprensa periódica, incluem-se, apenas, os textos citados na tese.

- O Jornal

Visconde do Porto da Cruz, “Sindicalismo”, *O Jornal*, Ano II, n.º 377, 18-04-1928.

-----, “A Divisão Naval italiana”, *O Jornal*, Ano II, n.º 477, 23-08-1928, p.1.

-----, “Antecedentes do Fascismo”, *O Jornal*, Ano II, n.º 565, 07-12-1928.

-----, “Sindicalismo Fascista”, *O Jornal*, Ano III, n.º 597, 19-01-1929.

-----, “A grande obra fascista”, *O Jornal*, Ano III, n.º 601, 24-01-1929.

-----, “A ressurreição romana pelo fascismo”, *O Jornal*, Ano III, n.º 606, 30-01-1929.

-----, “Turismo”, *O Jornal*, Ano III, n.º 848, 01-12-1929, p.1.

-----, “Vinte e Oito de Maio - A Ditadura Nacional”, *O Jornal*, Ano III, n.º 986, 28-05-1930.

-----, “Regionalismo”, *O Jornal*, n.º 1123, 14-11-1930.

-----, “A Defesa da Madeira”, *O Jornal*, n.º 1131, 23-11-1930.

- O Realista

Alfredo de Freitas Branco, “Pela Monarquia”, *O Realista*, n.º 1, 02-05-1915, pp. 3-4

-----, “Definindo Atitudes”, *O Realista*, n.º 4, 27-12-1917, p. 1.

A Redação, “No Nosso Posto” *O Realista*, n.º 4, 27-12-1917, p. 1.

- Revista Portuguesa

[n.a.], “A Legião Portuguesa”, *Revista Portuguesa*, n.º 8, Outono de 1936, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, p.11.

-----, “Comemorações do 28 de Maio”, *Revista Portuguesa*, n.º 11, Verão de 1937, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, pp. 8-9.

-----, “O Doutor António de Oliveira Salazar”, *Revista Portuguesa*, n.º 39, dezembro de 1943, Lisboa, Sociedade Astória, p. 17.

-----, “28 de Maio”, *Revista Portuguesa*, n.º 44, maio de 1944, Lisboa, Sociedade Astória, pp. 5-6.

-----, “Marcando posições – a campanha da BBC”, *Revista Portuguesa*, n.º 47, outubro/novembro de 1944, Lisboa, Sociedade Astória, p. 23.

-----, “Homenagem e agradecimento dos Portugueses a Salazar”, *Revista Portuguesa*, n.º 70, junho de 1953, Aveiro, Tip. A Lusitânia, [n.p.].

V. de P. C., “Documentos históricos para a História”, *Revista Portuguesa*, n.º 60, março de 1950, Aveiro, Gráfica Aveirense, n.p.

- , “Documentos históricos para a História”, *Revista Portuguesa*, n.º 61, agosto de 1950, Aveiro, Gráfica Aveirense, n.p.
- Visconde do Porto da Cruz, “A Legião Portuguesa”, *Revista Portuguesa*, n.º 9, Inverno de 1937, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, p.14
- , “Salazar”, *Revista Portuguesa*, Ano VII n.º 30 – 2ª Série n.º 13, abril de 1941, Funchal, Tipografia Andrade, p. [3].
- , “Pátria super omnia”, *Revista Portuguesa*, n.º XX – 2ª Série, janeiro de 1942, Funchal, Eco do Funchal, pp. [3]-4.
- , “Factos da História Contemporânea”, *Revista Portuguesa*, n.º 28, setembro de 1942, Funchal, Tipografia Andrade, n.p.
- , “Evocação do «18 de Abril» de 1925”, *Revista Portuguesa*, n.º 34, abril de 1943, Funchal, Tip. Livraria Popular, pp.16-18.
- , “A Revolução continua”, *Revista Portuguesa*, n.º 46, julho/agosto/setembro de 1944, Lisboa, Soc. Astória, pp.3-4.
- , “Memórias da Guerra na Alemanha”, *Revista Portuguesa*, n.º 66, abril de 1952, Aveiro, Tip. A Lusitânia, n.p.
- , “Memórias da Guerra na Alemanha”, *Revista Portuguesa*, n.º 67, julho de 1952, Aveiro, Tip. A Lusitânia, n.p.
- , “Memórias da Guerra na Alemanha (continuação do n.º 67)”, *Revista Portuguesa*, n.º 69, janeiro de 1953, Aveiro, Tip. A Lusitânia, n.p.
- , “Memórias da Guerra na Alemanha (continuação do n.º 69)”, n.º 70, *Revista Portuguesa*, junho de 1953, Aveiro, Tip. A Lusitânia, n.p.
- , “Memórias da Guerra na Alemanha (continuação do n.º 70)”, n.º 71, *Revista Portuguesa*, setembro de 1953, Aveiro, Tip. A Lusitânia, n.p.

3.2. Artigos de autores coevos publicados na imprensa

- AGOSTINHO, José, “A viagem aventureira de Suvenine Boliface a Zielstrufs – Visconde do Porto da Cruz – Lisboa, 1934”, *Revista Portuguesa*, n.º 1, Inverno de 1934-1935, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, p. 51.
- COSTA, Correia da, “Carta de Lisboa”, *Gazeta de Coimbra*, 10-XII-1916
- , “Sucinta e verídica história da reunião do Curso de Direito de 1915-1920, da Universidade de Lisboa”, *Revista Portuguesa*, n.º 76, julho de 1955, [n.p.].

GONÇALVES, Ernesto, “Palavras aos Legionários”, *Revista Portuguesa*, nº 25, junho de 1942, Funchal, Tipografia Andrade, n.p.

GOUVEIA, Horácio Bento de, “Funchal de Ontem, Funchal de Hoje”, *Diário de Notícias*, nº 35062, 21-08-1982.

[n.a.], “Entrevista de Arte”, *Diário da Madeira*, n.º 1753, 07-01-1917.

-----, “Alfredo de Freitas Branco” *O Realista*, nº 8, 24-01-1918, p. 1.

-----, “Alfredo de Freitas Branco” *O Realista*, nº 11, 14-02-1918, p. 1.

-----, “A Divisão Naval Italiana”, *O Jornal*, Ano II, nº 475, 21-8-1928, p.1.

-----, “A Questão Social”, *Diário da Madeira*, n.º 5555, 16-02-1930.

-----, “Centro Monárquico da Madeira - Conferencia”, *Diário da Madeira*, nº 5559, 20-02-1930

-----, “Conferencia”, *Diário de Notícias* nº 16668, 21-02-1930

-----, “Centro Monárquico da Madeira - Conferencias”, *Diário da Madeira*, nº 5560, 22-02-1930

-----, “Serviço Telegráfico do Diário da Madeira”, *Diário da Madeira*, n.º 5589, 01-04-1930.

-----, “O banquete dos nacionais-sindicalistas através dalgumas imagens flagrantes”, *Diário de Lisboa*, nº 3689, 19-02-1933

-----, “O Visconde!”, *O Povo*, nº 359, 22-02-1933

-----, “O Movimento Político Nacional-Sindicalismo”, *O Jornal*, Ano I, Série II, nº 259, 22-03-1933.

-----, “O Movimento Político Nacional-Sindicalismo”, *O Jornal*, Ano I, Série II, nº 261, 24-03-1933.

-----, “O Movimento Político Nacional-Sindicalismo”, *O Jornal*, Ano I, Série II, nº 262, 25-03-1933.

-----, “O Movimento Político Nacional-Sindicalismo”, *O Jornal*, Ano I, Série II, nº 263, 28-03-1933.

-----, “O Movimento Político Nacional-Sindicalismo”, *O Jornal*, Ano I, Série II, nº 264, 29-03-1933.

-----, “O Movimento Político Nacional-Sindicalismo”, *O Jornal*, Ano I, Série II, nº 265, 30-03-1933.

- , “O Movimento Político Nacional-Sindicalismo”, *O Jornal*, Ano I, Série II, nº 266, 31-03-1933.
- , “Jornal da Sociedade”, *O Jornal*, Ano I, Série II, nº 285, 26-04-1933.
- , “Politiquices”, *Re-nhau-nhau*, Nº 116, Ano IV, 04-05-1933
- , “Politiquices”, *Re-nhau-nhau*, Nº 119, Ano IV, 03-06-1933
- , “O Curso Jurídico de 1915-1920”, *Diário Popular*, nº 4871, 28-06-1955, p.8.
- , “Reunião de Curso”, *Diário de Lisboa*, nº 11696, 28-06-1955, p.13.
- , “De «Correio das Ilhas»”, *Revista Portuguesa*, n.º 80, maio de 1957, Aveiro, Tip. A Lusitânia, n.p.
- , “Visconde do Porto da Cruz”, *Revista Portuguesa*, n.º 87, junho de 1960, Aveiro, Tip. A Lusitânia, n.p.
- , “Visconde do Porto da Cruz”, *Diário de Notícias*, n.º 28360, 1 de março de 1962.

PESTANA, César, “Academias e tertúlias da Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. II, n.º 12 (maio-junho), 1952, Funchal, Sociedade de Concertos da Madeira, pp.35-36.

-----, “O cenáculo: Academias e tertúlias da Madeira”, *Das Artes e da História da Madeira*, Vol. VIII, n.º 38 (Ano XVIII), 1968, Funchal, Sociedade de Concertos da Madeira, pp. 21-23.

VAZ, Cónego Fernando de Menezes, “Genealogia – Os Leaes do Porto da Cruz”, *Revista Portuguesa*, Verão de 1935, n.º 3 (suplemento - *Ilustração Madeirense*, nº 10), Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, p.21.

4. Bibliografia crítica sobre AFB, VPC

CLODE, Luís Peter (1983), *Registo Bio-bibliográfico de Madeirenses: Séculos XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, pp.387-388.

COSTA, Daniel da, CARVALHO, Juvenal de (1929), *Cá está o “Visconde”*, Funchal, Imp. Imprensa Continental.

- ESTEIREIRO, Paulo (2008), *50 histórias de músicos da Madeira*, Funchal, Associação de Amigos do Gabinete Coordenador de Educação Artísticas, pp. 55-56.
- GOMES, Sílvia Gilberta (2013), *Memória e Promoção Cultural Madeirense na Obra do Visconde do Porto da Cruz*, Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural, Funchal, Universidade da Madeira.
- GOMES, Sílvia (2018), “Uma perspetiva sobre a vida sociocultural no Funchal, pelo Visconde do Porto da Cruz – Uma primeira abordagem ao semanário *Independência* (1928-1929)”, in SALGUEIRO, Ana e SANTO, Duarte (coords.) *Translocal – Culturas Contemporâneas Locais e Urbanas*, n.º 1, Funchal, Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira (UMACIERL), Câmara Municipal do Funchal, pp. 100-109.
- (2019), “Visconde do Porto da Cruz: Um Estudioso da Cultura Madeirense”, 2184-5743, *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, pp. 695-712, em <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/21/9>.
- (2020), “Alfredo de Freitas Branco e o Integralismo Lusitano”, 2184-5743, *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, pp. 661-671, em <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/38/41>.
- JANES, Emanuel (1997), *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos anos trinta (1928-1926)*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- MARINO, Luís (pseud.) (1959), *Musa Insular*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- SILVA, Ricardo (2015), “O Visconde que adorava Hitler”, *Sábado*, Nº 587, de 30 de julho a 5 de agosto de 2015, Lisboa, pp.56-61.
- SIMÕES, Eduardo Jorge Trindade (2016), “Portugueses ao Serviço da Rádio Berlim durante a Segunda Guerra Mundial.”, *Isleña* (58), jan.-jun., Funchal, Direção Regional da Cultura, pp. 101-118.

B. Bibliografia

1. História, Cultura, Ciências Sociais

A Questão Ibérica (1916), Lisboa, Tip. do Anuário Comercial.

A Questão Dinástica. Documentos para a História, Mandados Coligir e Publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano (1921), Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, Lda.

ADAMS, James Truslow (1931), *The Epic of America*, Boston, Little, Brown and Company.

ALMEIDA, Onésimo (2009), “Comunidades portuguesas dos EUA: identidade, assimilação, aculturação”, *Portugal. Percursos de Interculturalidade: Desafios à identidade*, Lisboa, Portugal: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 339-422.

ASCENSÃO, Leão Ramos (1943), *O integralismo lusitano*, Lisboa, Edições Gama. [www.causanacional.net - Versão Digital da Edição de 1943 das «Edições Gama»]. Disponível em: https://www.academia.edu/8606122/Le%C3%A3o_Ramos_Ascens%C3%A3o_O_Integralismo_Lusitano (consulta em 19-04-2019).

BACHELARD, Gaston (1989, 1957), *La Poétique de l'Espace*, 4.^a ed., Paris, Presses universitaires de France.

BARRETO, José (2009), “Fernando Pessoa e a invasão da Abissínia pela Itália fascista”, *Análise Social*, vol. XLIV (193), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 693-718.

BERGSON, Henri (1960), *O Riso*, Tradução de Guilherme de Castilho (ed. original publicada por Presses Universitaires de France sob o título *Le Rire*), Lisboa, Guimarães Editores.

- BERSTEIN, Serge e MILZA Pierre (2007), *História da Europa*, Lisboa, Plátano, p.73
- CALDEIRA, Abel Marques (2007), *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX: 1900-1925*, 3ª Edição, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- CARITA, Rui (2020), *História da Madeira, Século XX, O Caminho para a Autonomia*, Vol. VI, Funchal, Imprensa Académica.
- CEIA, Carlos (2006, 1995), *Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos*, 6ª ed., Lisboa, Presença.
- CRUZ, Manuel Braga da (1982), “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”, *Análise Social* vol. XVIII, Nº.70 - 1.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 137-182.
- D’OLIVEIRA, Teresa (2007), *Teses e Dissertações, Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*, 2ª ed., Lisboa, Editora RH.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001), vol. I, A-F, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- ECO, Umberto (2007, 1980), *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, 13ª ed., Lisboa, Presença.
- ESTEIREIRO, Paulo (2008), *50 Histórias de Músicos na Madeira*, Funchal, Associação de Amigos do Gabinete Coordenador de Educação Artística.
- FERNANDES, Graça (2010), *A Imprensa e a República nos jornais A Monarquia e o República (1900-1925)*, Porto, Papiro Editora.
- FERREIRA, David (1981), “Integralismo Lusitano”, in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, Porto, Figueirinhas, pp 332-336.

- FIGUEIRA, Paulo (2022), *João dos Reis Gomes: contributo literário para a divulgação da História da Madeira*, V. N. Famalicão, Húmus.
- GARCIA, José Manuel (1981), *História de Portugal. Uma visão global*, Lisboa, Editorial Presença.
- GOMES, Sílvia (2020), “silva, nuno estêvão lomelino da”, *Aprender Madeira*, em: <https://aprendermadeira.net/article/silva-nuno-estevao-lomelino-da> (consulta em 21-04-2023).
- JANES, Emanuel (1996), “O integralista Ernesto Gonçalves e o Estado Novo”, *Isleña*, Nº 18, Funchal, DRAC, pp. 154-158.
- LAMAS, Maria (1956), *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- LANGUM, Virgínia (2021), “Consumidos pelo clima: turismo de saúde na Madeira em guias para pessoas inglesas inválidas do século XIX”, in MONIZ, Ana Isabel [et al.] (coord.), pref. Galin Tihanov., *Viagem e Cosmopolitismo: Da Ilha ao Mundo*, Vila Nova Famalicão, Humus, pp.171-187.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (2007), “O Pensamento Autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações”, *Locus – Revista de História*, vol. 13, Nº.2, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, pp. 9-30.
- MATOS, Rui Campos (2013), *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia Museu – «Vicentes»*, Funchal, Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas & DRAC.
- MATTOSO, José (dir.) (1994), *História de Portugal*, Vol. 6, RAMOS, Rui (coord.), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- , (1994), *História de Portugal*, Vol. 7, ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Editorial Estampa.

- MEDINA, João (1978), *Salazar e os Fascistas: salazarismo e Nacional-Sindicalismo, a história dum conflito (1932-1935)*, Lisboa, Bertrand.
- MILHEIRO, Eva, SANTOS, Jorge Pacheco dos (2005), “O turismo em Portugal: que passado? Que futuro?”, *in Aprender*, n.º 30, dezembro 2005, Escola Superior de Educação de Portalegre, pp.119-125. Disponível em: <http://aprender.esep.pt/index.php/aprender/issue/view/33/34> (consulta em 17-09-2023).
- NEPOMUCENO, Rui (2003), “Uma Perspetiva da História da Madeira”, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- (2010), “A Primeira República na Madeira”, *Isleña*, Nº 47, Funchal, DRAC, pp. 45-68.
- OLIVEIRA, A. Paulo Dias (2012), “Leão Ramos Ascensão e o Integralismo Lusitano”, *Cultura* [Online], Vol. 29, disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/1154> (consulta a 19 abril 2019).
- PAÇO, António Simões do (coord.) (2004), *Factos Desconhecidos da História de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 2004.
- PESTANA, Cesar A. (1985), *A Madeira, Cultura e Paisagem*, Funchal, SRTC, DRAC.
- PINTO, A. C. (2016), *Os Camisas Azuis. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*, Porto Alegre, EDIPUCRS.
- PINTO, António Costa (1982), “A formação do integralismo lusitano (1907-17)” *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 3.º-4.º-5.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 1409-1419.
- , (1989) “O fascismo e a crise da Primeira República: os Nacionalistas Lusitanos (1923-23)”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, Jun., n.º 3, Lisboa, Quetzal Editores, pp. 41-62.

- QUINTAS, Jose Manuel (1997), “O Integralismo Lusitano e a herança de Os Vencidos da Vida”, Sintra, Academia da Força Aérea. Disponível em: [https://www.estudosportugueses.com/uploads/1/1/3/4/113423301/1997 -
_quintas_jos%C3%A9_manuel_o_integralismo_lusitano_e_a_heranca%C3%A7a_dos_vencidos_da_vida.pdf](https://www.estudosportugueses.com/uploads/1/1/3/4/113423301/1997_-_quintas_jos%C3%A9_manuel_o_integralismo_lusitano_e_a_heranca%C3%A7a_dos_vencidos_da_vida.pdf) (consulta em 10-07-2022)
- , (2005), *Filhos de Ramires: as origens do integralismo lusitano*, Lisboa, Nova Ática.
- RIBEIRO, Carla (2017), “Turismo ferroviário em Portugal nos anos de 1930”, *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, 30 – 2017, pp. 8-30. Disponível em: <https://www.dosalgarves.com/index.php/dosalgarves/article/view/124/182> (consulta em 22-09-2023).
- RIBEIRO, Deborah Lemes (2021), *O Estranhamento Cognitivo No Cinema De Werner Herzog: As Retóricas Do Documentário E Da Ficção Científica Nos Filmes Lições Da Escuridão E Além Do Azul Selvagem*, Dissertação Mestrado em Realização - Cinema e Televisão, Porto, Escola Superior Artística do Porto. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/38966/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Final%20-%20Deborah%20Lemes%20Ribeiro%20-%207438.pdf> (consulta em 31-05-2023).
- RODRIGUES, Ana Salgueiro (2012), “Arte Moderna em tempos de Guerra (Madeira, 1916). Uma periferia insular questiona o centro”, *Anuário 2012 do CEHA*, Funchal, CEHA, pp. 267-278.
- RODRIGUES, Luís Nuno (1995), “«A gravidade da hora que passa!»: a criação da Legião Portuguesa em 1936”, *Análise Social*, vol. xxx Nº. 130 - 1.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 93-94.
- (1996), *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo, 1936-1944*, Lisboa, Editorial Estampa.
- RODRIGUES, Paulo (2011), “A Madeira durante o primeiro triénio liberal (1820-1823): autonomia, adjacência ou independência?”, in REBELO, Helena (coord.), *Lusofonia: tempo de reciprocidades*, vol. 2, Porto, Afrontamento, pp. 451-463.

- (2021), *Dicionário Breve da História da Autonomia da Madeira*, Funchal, Imprensa Académica.
- ROMEIRAS, Francisco Malta, (2015), *Ciência, Prestígio e Devoção – Os Jesuítas e a Ciência em Portugal (Séculos XIX e XX)*, Cascais, Lucerna.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de (1996a), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora.
- (1996b), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Venda Nova, Bertrand Editora.
- SAINZ-TRUEVA, José de (Seleção, recolha, inventário e pesquisa) (1989), *Viagens na Madeira Romântica*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, DRAC.
- (1990), *Forasteiros na Madeira Oitocentista, Uma Estação de Turismo Terapêutico*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, DRAC.
- SILVA, Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de (1998), *Elucidário Madeirense*, Fac-Símile da edição de 1940-1946, (3 vols.), Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- SILVA, Iolanda (coord.) (1985), *A Madeira e o Turismo: pequeno esboço histórico*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, DRAC.
- SAMARA, Alice, “A Noite Sangrenta”, in PAÇO, António Simões do (coord.) (2004), *Factos Desconhecidos da História de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest S.A., pp.242-251.
- TENRET, Élise (2008), *L’école et la croyance en la méritocratie*, Bourgogne, Université de Bourgogne Faculté de Lettres et Sciences Humaines, École doctorale LISIT Institut de Recherche Sur L’éducation IREDU – CNRS (Texte présenté en vue de l’obtention du titre de Docteur en Sociologie le 3 décembre 2008),

disponível em [L'école et la croyance en la méritocratie \(hal.science\)](#) (consulta em 21-07-2023).

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (2019), *Turismo Básico*, São Paulo, Editora Senac.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (1987), “As micropátrias do interior português”, *Análise Social*, vol. XXIII (98), 1987-4.º, 721-732.

VERÍSSIMO, Nelson (1991), “Ernesto Gonçalves e o Integralismo Lusitano”, *Isleña*, Nº 8, Funchal, DRAC, pp. 23-30.

VIEIRA, Alberto (2009), “Repensar os Estudos Insulares Hoje”, in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 1, 2009, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp.16-59.

----- (coord.) (2001), *História da Madeira*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.

----- (2010), “As Ilhas: da Nissologia à Nesologia”, in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 2, 2010, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp.16-21.

VIDAL, Frédéric (2021), “O turismo e a invenção de uma política: escalas, territórios e governança (Portugal, 1906-1936)”, *Etnográfica*, vol. 25 (1), 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/9964> (consulta em 22-09-2023).

WILLIAM, Rodney (2019), *Apropriação cultural* (Feminismos Plurais, coord. Djamilia Ribeiro), São Paulo, Pólen Produção Editorial.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins [dir., coord. e comp.] (1961), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, Lisboa, Editorial Enciclopédia.

2. Literatura

ANTUNES, Luísa Marinho (2014), “Literatura e Literatos: questões e contornos da literatura produzida na Madeira e sobre a Madeira”, in FRANCO, José Eduardo,

- TRINDADE, Cristina, *Que Saber(es) para o Século XXI?*, Lisboa, Esfera do Caos Editores, pp. 403-412.
- ARNAUT, Ana Paula (2011), “Post-Modernismo: O futuro do passado no romance português contemporâneo”, *Via Atlântica*, 11(1), pp. 129-140. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/va.v0i17.50544> (consulta em 18-10-2023).
- CANDEIAS, Jorge (2005), “FC Portuguesa —Literatura Filha de Pais Incógnitos” in *E-nigma: Revista de Ficção Fantástico e Ficção Científica*. 1-2. Disponível em: <http://e-nigma.com.pt/artigos/fcportuguesa.html>, (consulta em 12-07-2023).
- CHAVES, Castelo Branco (1993), in REIS, Carlos, PIRES, Maria da Natividade (1993), *História Crítica da Literatura Portuguesa: O Romantismo*, Volume V, Lisboa, Verbo.
- COELHO, Jacinto do Prado (dir.) (1989), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, 4ª ed., vol. 4, Porto, Figueirinhas.
- (1983), *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, 2.º vol., 2.ª ed. refundida e aumentada, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- COELHO, Leonor Martins (2021), “A Ilha e o Mundo na escrita de Irene Lucília Andrade” in Coelho, Leonor Martins (coord.), *Insularidades. Rotas. Gentes. Lugares*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 23-43.
- COELHO, Leonor Martins, SANTOS, Thierry Proença dos (2011), “História da Literatura Infanto-Juvenil na Madeira: Os Primeiros Passos de uma Investigação”, *Revista Portuguesa de Educação Artística*, 1, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direção Regional de Educação, Gabinete Coordenador de Educação Artística, pp. 79-89.
- (2015), “A literatura infantil e juvenil de ambientação madeirense: contributo para um plano regional de leitura”, in VERÍSSIMO, Nelson, SANTOS, Thierry Proença dos (ed.), *Universidade da Madeira: 25 anos*, Funchal, Universidade da Madeira, pp. 229-260.

- CRISTÓVÃO, Fernando (1999), “Para uma teoria da Literatura de Viagens”, in *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*, Lisboa, Cosmos.
- CRUZ, Edinília Nascimento (2017, Narrativas *Mise En Abyme*: A Estrutura em Abismo de *Corpo de Baile*, Anais eletrônicos do XV Congresso Internacional da ABRALIC - 07 a 11 de agosto de 2017, UERJ - Rio de Janeiro, pp. 5100-5107, Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522245230.pdf (consulta em 21-07-2023).
- DALLENBACH, Lucien (1977), *Le récit spéculaire: essai sur la mise en abyme*, Paris, Seuil.
- DUARTE, José (2011), *Objecto Literário (não) Identificado: a Recepção da Ficção Científica no suplemento “Artes & Letras” nos anos 1955 a 1965*”, Lisboa, Ceaul – Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/27798> (consulta em 13-07-2023).
- FERREIRA, Alberto (1979), *Perspectiva do Romantismo português*, 2ª ed., Lisboa, Moraes Editores.
- FLEISHMAN, Avrom (1972), *The English Historical Novel: Walter Scott to Virginia Woolf*, Baltimore, The John Hopkins Press.
- FOLEY, Barbara C. (2018), *Telling the Truth: The Theory and Practice of Documentary Fiction*, Ithaca and London, Cornell University Press.
- GAMA, Arnaldo (1861), *Um Motim Há Cem Anos*, Porto, Typographia do Commercio.
- GONÇALVES, João Miguel Correia (2021), “O lugar insular e a urgência de significado”, in Moniz, Ana Isabel [et al.] (coord.), pref. Galin Tihanov., *Viagem e Cosmopolitismo: Da Ilha ao Mundo*, Vila Nova Famalicão, Humus, pp. 531-541.
- HERCULANO, Alexandre (1983), *Eurico, o Presbítero*, Lisboa/São Paulo, Verbo.

HOEK, Leo H. (1981), *La marque du titre: dispositifs sémiotiques d'une pratique textuelle*, La Haye, Mouton Editeur.

HOLSTEIN, Álvaro de Sousa (s.d.), *Breve História da Ficção Científica Portuguesa*. Disponível em: https://www.academia.edu/9043106/Breve_hist%C3%B3ria_da_Fic%C3%A7%C3%A3o_Cient%C3%ADfica_Portuguesa (consulta em 13-07-2023).

----- (s.d.), *Ficção Científica e Fantasia em Portugal*. Disponível em: https://www.academia.edu/33550464/Science_Fiction_and_Fantasy_in_Portugal_Fic%C3%A7%C3%A3o_cient%C3%ADfica_e_Fantasia_em_Portugal (consulta em 13-07-2023).

HOLSTEIN, Álvaro de Sousa, MORAIS, José Manuel (1987), *Bibliografia da Ficção Científica e Fantasia Portuguesa*, 1ª ed., Vila Nova de Gaia, s.n.
----- (1993), *Bibliografia da Ficção Científica e Fantasia Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Black Sun Editores.

HUTCHEON, Linda (1988), *A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction*, New York and London, Routledge.

LE HUENEN, Roland (1987), “Le récit de voyage: l’entrée en littérature”, *Études littéraires*, 20(1), 45–61. <https://doi.org/10.7202/500787ar>

LOURENÇO, Eduardo (1988), *O Labirinto da Saudade*, 3ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.

LUKACS, Georges (1965), *Le Roman Historique*, trad. Francesa de Robert Sailly, Paris, Petite Bibliothèque Payot.

MACHADO, Álvaro Manuel (1979), *As origens do romantismo em Portugal*, Biblioteca Breve, Volume 36, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura.

----- (1996), *Do romantismo aos Romantismos em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.

- MACHADO, Álvaro Manuel; PAGEAUX, Daniel-Henri (1981), *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*, Lisboa, Edições 70.
- MANZONI, Alessandro (1984), *On the Historical Novel*, trad. e intr. de Sandra Bermann, Lincoln & London, University of Nebraska Press.
- MARINHO, Maria de Fátima (1992), “O Romance Histórico de Alexandre Herculano”, *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, série II, vol. 09, Porto, Faculdade de Letras Universidade do Porto, pp. 97-117. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2643.pdf> (consulta em 21-07-2022).
- “O Romance Histórico na Primeira Pessoa”, p. 67-80. Acesso Digital: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9301/2/5727000064704.pdf> (consulta em 04-08-2023)
- (2005), *Um Poço sem Fundo, Novas reflexões sobre Literatura e História*, Porto, Campo das Letras.
- (2013), “A falsa ingenuidade de Herculano”, in MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos e TAVARES, Pedro Vilas-Boas (coords.), *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 165-176. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12612.pdf> (consulta em 21-07-2022).
- (s.d.), “Romance Histórico”, in *Dicionário de Historiadores Portugueses: da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo: Temáticas*, Disponível em: https://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas_romance_historico.htm (consulta em 04-08-2023).
- MARQUES, Ana Maria dos Santos (2012), *O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista*, Porto, Afrontamento.
- MARTÍN, Pedro García (2022), “Júlio Verne, o escritor visionário”, *National Geographic Portugal*. Disponível em: <https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/3217-julio-verne-o-escriptor-visionario> (consulta em 12/01/2023).
- MARTINS, José Soares (2016), “Realismo fantástico ou irrealismo quotidiano?”, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa. CTEC – Centro Transdisciplinar de Estudo

da Consciência, disponível em: [Pages from e-book _consciencias_05_-5.pdf \(ufp.pt\)](#) (consulta em 12-07-2023).

MCHALE, Brian (2004), *Postmodernist Fiction*, London and New York, Routledge. (1ª. ed. 1987).

MONIZ, Ana Isabel Moniz (2021a), “A Ilha que trago dentro de mim”, in VERÍSSIMO, Nelson e BURNAY, Catarina Duff (coords.), *A Condição de Ilhéu: Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp.153-157.

----- (2021b), “Ilhas, Identidade e Sujeito Insular”, in Coelho, Leonor Martins (coord.), *Insularidades. Rotas. Gentes. Lugares*, Porto, Edições Afrontamento, 2021, pp. 45-55.

MONIZ, Ana Isabel Moniz, TRESACO, María-Pilar (2017), “Traductions portugaises des Voyages extraordinaires de Jules Verne (1863-1905)”, *Carnets* [En ligne], 9. Disponível em <http://carnets.revues.org/2074> (consulta em 26-11-2023).

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas (2005), “Cem anos da morte de Júlio Verne”, *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/artigos/contibuicoes/Ronaldo%20R.%20de%20F.%20Mour%C3%A3o%20-%20Cem%20Anos%20da%20Morte%20de%20Julio%20Verne.pdf> (consulta em 12-01-2023).

MOUREAU, François (1998), “Le récit de voyage: du texte au livre”, in SEIXO Maria Alzira e ABREU Graça [org.], *Les récits de voyage. Typologie, historicité*, Lisboa, Cosmos.

NASCIMENTO, Maria Teresa (1997), “As Ilhas Desconhecidas: fragmentos de olhar, entre o céu e o mar”, in FALCÃO, Ana Margarida, NASCIMENTO, Maria Teresa, LEAL, Maria Luísa (org), *Literatura de Viagem: narrativa, história, mito*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 489-496.

- PESSOA, Fernando, *À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais*, Lisboa, Ed. Império, 1940.
- PINTO-CORREIA, João David (2003), *Paraliteratura: da acção ao sentimento*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <https://purl.pt/301/xpo/docs/joao-d-p-correia.doc> (consulta em 30-09-2023).
- PUGA, Rogério Miguel (2006), *O Essencial sobre o Romance Histórico*, col. «O Essencial», Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- REIS, Carlos; PIRES, Maria da Natividade (1993), *História Crítica da Literatura Portuguesa: O Romantismo*, Volume V, Lisboa, Verbo.
- RICCIARDI, Giovanni (1971), *Sociologia da literatura*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- ROBERTS, Adam (2006), *The History of Science Fiction*, New York, Palgrave Macmillan.
- SANTOS, Thierry Proença dos (2017), “Uma família madeirense de João França: uma saga familiar para refletir (sobre) a mudança dos tempos na Madeira do séc. XX”, *Navegações*, 10(1), pp. 46–52. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1983-4276.2017.1.25745> (consulta em 19-10-2023).
- SANTOS, Thierry Proença dos, COELHO, Leonor Martins (2016). “Função e representações da fidalga de quatrocentos e quinhentos na ficção literária madeirense”, in FRANCO, José Eduardo (dir.), volume antezero do *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, anexo da *Revista Letras Com Vida – Literatura, Cultura e Arte*, n.º 7. Lisboa, CLEPUL/INCM, pp. 76-87.
- SARAIVA, António José, LOPES, Óscar (1989), *História da literatura portuguesa*, 15ª ed. Porto, Porto Editora.

SHAW, Harry E. (1983), *The Forms of Historical Fiction: Sir Walter Scott and His Successors*, Ithaca/Londres, Cornell University Press.

SEIXO, Maria Alzira (1996), “Entre Cultura e Natureza - Ambiguidades do Olhar Viajante”, *Revista USP*, n. 30, julho/agosto 1996, São Paulo, p. 120-133. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25912>. (consulta em 16-09-2023).

----- [coord.] (1997), *A Viagem na Literatura*, col. “Cursos da Arrábida”, Mem Martins, Pub. Europa–América, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses.

----- (1998), *Poéticas da Viagem na Literatura*, Lisboa, Edições Cosmos.

----- (2017), “As rotas narrativas da Peregrinação”, in ALMEIDA, Isabel (org.), *Peregrinação 1614*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos Universidade de Lisboa, Papelmunde (pag., imp. e acabamento), pp.19-41.

SEIXO, Maria Alzira e ABREU, Graça [coords.] (1998), *Les Récits de Voyages. Typologie, historicité*, Lisboa, Edições Cosmos.

STABLEFORD, Brian M, CLUTE, John and NICHOLLS, Peter, “Definitions of SF”, in *The Encyclopedia of Science Fiction*, Eds. John Clute and David Langford, SFE Ltd/Ansible Editions, 15 June 2020, disponível em https://sf-encyclopedia.com/entry/definitions_of_sf (consulta em 31-05-2023).

STOCKWELL, Peter (2000), *The poetics of science fiction*, Edinburgh, Pearson Education.

TODOROV, Tzvetan (2006a), *As estruturas narrativas*, [tradução Leyla Perrone-Moisés], São Paulo, Perspectiva. Disponível em:

https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2511271/mod_folder/content/0/TODOROV%20-As%20estruturas%20narrativas.pdf?forcedownload=1 (consulta em 21-07-2023).

----- (2006b), “A viagem e seu relato”, *Revista de Letras*, vol. 46, no. 1, UNESP Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, pp. 231–244. *Le voyage et son récit*. Publicado em: *Les morales de l’histoire* (TODOROV, 1995). Tradução de Lea Mara Valezi Staut. Publicado originalmente no volume 39 (1999) da Revista de

Letras, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44475293> (consulta em 12-07-2023).

WESSELING, Elisabeth (1991), *Writing History as a Prophet: Postmodernist Innovations of the Historical Novel*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

3. Websites, páginas da internet e documentos digitais

“Arquipélago da Madeira, Maravilha Atlântica, Maria Lamas, Eco do Funchal, 1956, Funchal, ilha da Madeira”, *Arquipélagos.pt*. Disponível em: <https://www.arquipelagos.pt/imagem/arquipelago-da-madeira-maravilha-atlantica-maria-lamas-eco-do-funchal-1956-funchal-ilha-da-madeira/> (consulta em 24-11-2022).

“As Bombas de Hertz”, *NewsMuseum*. Disponível em: <https://www.newsmuseum.pt/pt/na-frente/bombas-de-hertz> (consulta em 16-02-2021).

“Assim nasceu a Causa Real”, *Causa Real*. Disponível em: https://www.causareal.pt/media/attachments/2020/05/22/cr_historia-da-causa-real.pdf (consulta em 31-03-2021).

CORREIA, Rita (2012), “O Panorama. Jornal Litterario e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis”, *Hemeroteca Digital de Lisboa*. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Panorama.pdf> (consulta em 13-07-2022)

“Cronologia da Ficção Especulativa Portuguesa”, *Projecto Adamastor*. Disponível em: <https://projectoadamastor.org/cronologia-da-ficcao-especulativa-portuguesa/> (consulta em 05-06-2023).

Decreto-lei n.º 23 054, de 25 de setembro de 1933 – Cria junto da Presidência do Conselho o Secretariado da Propaganda Nacional. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1933/09/21800/16751676.pdf> (consulta em 21-02-2022).

Decreto-lei n.º 27:058, de 30 de setembro de 1936 – Autoriza a constituição da Legião Portuguesa. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1936/09/23000.pdf> (consulta em 29-01-2021).

Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de abril de 1974 – Extingue a Legião Portuguesa. Disponível em: <https://www.dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1974/04/09701/00020002.PDF> (consulta em 29-01-2021).

Estatuto da Organização Política da Causa Monarchica. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=6014892> (consulta em 03-12-2020).

“Júlio Verne em Portugal no final do séc. XIX”, *Bibliotrónica Portuguesa*. Disponível em: <https://bibliotronicaportuguesa.pt/julio-verne-em-portugal-no-final-do-sec-xix/> (consulta em 04-10-2023).

“Manuel de Oliveira Gomes da Costa (1863-1929)”, *Museu da Presidência da República*. Disponível em: <https://www.museu.presidencia.pt/pt/conhecer/presidentes-da-republica-biografias/presidentes-da-ditadura/gomes-da-costa/> (consulta em 31-03-2020).

MIMOSO, João Manuel (2011), “Ficção Científica em Portugal, Edições de autor”: Disponível em: https://www.inverso.pt/FC/textos/edict_auct.htm (consulta em 31-05-2023).

“Sibylle Bolla-Kotek, Univ.-Prof. Dr.”, *Universitat Wien*. Disponível em: <https://geschichte.univie.ac.at/en/persons/sibylle-bolla-kotek-univ-prof-dr>, consulta em 04-11-2021).

“Sidónio Pais”, *Museu da Presidência da República*. Disponível em: <https://www.museu.presidencia.pt/pt/conhecer/presidentes-da-republica-biografias/presidentes-da-i-republica/sidonio-pais/> (consulta em 01-05-2021).

Simetria FC&F, Associação Portuguesa de Ficção Científica e Fantástico. Disponível em: <https://simetria.org/> (consulta em 12-07-2023).

“Wells, H G”, *SFE Encyclopedia of Science Fiction*: Disponível em: https://sf-encyclopedia.com/entry/wells_h_g (consulta em 12-07-2023).

ANEXOS

I - Quadros

Quadro 1: Atividade jornalística do Visconde do Porto da Cruz

Data	Periódico	Função
1915	<i>O Realista</i> - semanário	Diretor/ fundador/ colaborador
1917	<i>O Realista</i> (2. ^a Série) - semanário	Diretor/ colaborador
1918	<i>A Monarquia</i> - diário	Colaborador
1918	<i>A Tradição</i> - revista	Diretor/ fundador
1920	<i>O Combate</i> - semanário	Fundador
1924	<i>Acção Realista</i> - revista	Colaborador
1927-1928	<i>Diário de Notícias</i> - diário	Colaborador
1928-1930	<i>O Jornal</i> - diário	Colaborador
1928-1929	<i>Independência</i> - semanário	Diretor/ fundador/ colaborador
1929-1934	<i>Ilustração Madeirense</i> - revista	Diretor/ fundador/ colaborador
1930	<i>Arqueologia e História</i> - revista	Colaborador
1931	<i>Arquivo Histórico da Madeira</i> – revista/boletim	Colaborador
1934-1936	<i>Revista de Arqueologia</i>	Colaborador
1935	<i>Brotéria</i> - revista	Colaborador
1935-1961	<i>Revista Portuguesa</i> - revista	Diretor/ fundador/ colaborador
1946-1947	<i>Visor</i> - semanário	Diretor/ fundador/ colaborador
1948-1949	<i>Das Artes e da História da Madeira</i> (Suplemento de <i>O Jornal</i>)	Colaborador
1950-1963	<i>Das Artes e da História da Madeira</i> - revista	Colaborador

Quadro 2: Cronologia do Integralismo Lusitano e do integralista Alfredo de Freitas Branco (de 1907 a 1933)

Data	Formação, desenvolvimento e atividade do Integralismo Lusitano (IL)	Percurso do integralista Alfredo de Freitas Branco (AFB)
1907-1911	- Os mentores do IL estudaram em Coimbra (conhecidos como o grupo dos «exotéricos»)	- Em 1911-12 participa nas incursões monárquicas comandadas por Henrique de Paiva Couceiro, a partir da Galiza.
1913	- Em maio: publicação da revista <i>Alma Portuguesa</i> , na Bélgica, por exilados monárquicos (entre os quais Luís de Almeida Braga e Rolão Preto). Publicou apenas dois números (maio e setembro). Nesta revista surge pela primeira vez a expressão “Integralismo Lusitano”. - Em agosto: o Padre Amadeu de Vasconcelos (pseudónimo Mariotte), exilado em Paris, publica <i>Os Meus Cadernos</i> (textos que refletem a doutrina da <i>Action Française</i>).	- Exilado em Paris, tudo indica que contactou com os ideais da <i>Action Française</i> .
1914	- Em fevereiro: João do Amaral lança, em Lisboa, o primeiro número do periódico panfletário <i>Aqui d’El Rei</i> (publicou-se cinco números, entre fevereiro e abril). - 8 de abril: publicação da revista <i>Nação Portuguesa</i> , o primeiro órgão do IL (teve várias séries: de 1914 até 1938). - Início da campanha ideológica do IL	- Regressa à Madeira após a amnistia para os exilados políticos.
1915	- 7 de abril: início das Conferências da Liga Naval sobre a “Questão Ibérica” (interrompidas em Maio na sequência do movimento que derrubou a ditadura de Pimenta de Castro). O movimento do IL, de doutrinário, torna-se também político.	- Em maio: colabora no semanário monárquico <i>O Realista</i> dirigido por Ramon Rodrigues (fundado no Funchal e suspenso no mesmo mês). - Em outubro: chega a Lisboa para frequentar a faculdade de Direito. Priva com António Sardinha e toma contacto com o Integralismo Lusitano. - Publica: <i>O Destino: romance histórico</i>
1916	- Em abril: fundação da Junta Central do Integralismo Lusitano (JCIL). - Publica-se o primeiro manifesto subscrito pela JCIL. - Em novembro: os objetivos da JCIL são definidos em estatutos.	- Publica: o romance <i>Ana Clara</i>
1917	- 12 de fevereiro: início da publicação do diário <i>A Monarquia</i>	- 20 de janeiro: faz parte da comissão instaladora de um núcleo integralista na Madeira. - 22 de abril - como presidente da Secção Escolar de Lisboa do IL, proferiu uma conferência no Círculo Católico, sob o tema “A Acção do Estado nas suas relações com a Igreja Catholica” (publicada pela Casa Católica) - Redator principal da revista <i>A tradição</i> - subtítulo “Bimensário integralista, político, literário e artístico”, (o primeiro número surge a 15 de maio) - Publica: <i>Charcos e No Exílio – scenas da vida dos conspiradores monarchicos</i> - Dirige o semanário <i>O Realista</i> (que reaparece, no Funchal, como órgão do IL na Madeira)
1918	- Os integralistas colaboram com o Governo de Sidónio Pais (eleitos deputados: A. Xavier Cordeiro, António Sardinha, Pequito Rebelo e visconde do Sardoal).	- Colabora no diário <i>A Monarquia</i> - Em Lisboa, fica fascinado por Sidónio Pais
1919	- Divergências entre os monárquicos (uns apoiam D. Manuel II, outros D. Miguel II)	- 29 de maio: foi demitido do Exército por ser um dos responsáveis pela formação das Juntas Militares, para

	- 19 de outubro: fazem a cisão dinástica, desvinculando-se da obediência a D. Manuel II.	defesa do regime de Sidónio Pais. - Publica: <i>Auto da Primavera</i> e <i>Madrinha de guerra: comédia em um acto</i>
1920	- 2 de setembro: Junta Central IL reconhece herdeiro do trono de Portugal D. Duarte Nuno de Bragança	
1921	- Formação da Ação Tradicionalista Portuguesa liderada por Alfredo Pimenta e Caetano Beirão	- Adere à ATP - Em abril: concedido o título de Visconde do Porto da Cruz (legalmente autorizado por D. Manuel II, no exílio).
1922	- 17 de abril: é assinado o Pacto de Paris (pelos representantes de D. Manuel II e da infanta D. Aldegundes de Bragança, tutora de D. Duarte Nuno) - Os integralistas começam a suspender a sua atividade política, passando a ser apenas doutrinária (focos: sindicalista e nacionalista) – não aceitam o Pacto de Paris - Reaparece <i>A Nação Portuguesa</i> dirigida por António Sardinha. - 6 de maio: último número do diário <i>A Monarquia</i> (números extraordinários: a 15 de maio de 1922, um suplemento ao último número; a 10 de dezembro de 1922; a 5 de abril de 1923 e a 15 de maio de 1925, um último número extraordinário aquando da morte de António Sardinha)	- Publica: <i>A canção de Solveig: peça em 3 actos</i>
1923	- ATP passa a ser conhecida por Ação Realista Portuguesa	- Em março: realiza um ciclo de conferências, num total de quatro sessões, no Núcleo Regional de Lisboa das Juventudes Monárquicas Conservadoras, sob o título de “Sindicalismo-Morte, Sindicalismo-Vida”. - 7 de junho: apresenta uma palestra com o tema “A questão social – Sindicalismo-Morte, Sindicalismo-Vida”, no Centro Sidónio Pais, em Lisboa.
1924	- 22 de maio - Publicação da revista mensal <i>Acção Realista</i> dirigida por Ernesto Gonçalves	- Colabora na revista <i>Acção Realista</i>
1925	- Morre António Sardinha	
1926	- Golpe militar de 28 de maio, no qual também participaram integralistas. - Retomam atividade política. - Duquesa de Guimarães desvincula-se do Pacto de Paris.	- Participa no golpe militar de 28 de maio.
1928		- Publica: <i>Paixão e morte de Sidónio</i>
1933	- Fundam o movimento Nacional-sindicalista, perante a impossibilidade de uma restauração monárquica (comunicado por Salazar) - liderados por Francisco Rolão Preto eram conhecidos pelos “Camisas Azuis”.	- Adere ao movimento Nacional-sindicalista de Rolão Preto.

Quadro 3: Relação de publicações sobre a Madeira por escritores estrangeiros
(1420-1820)

**Relação de Escritores Estrangeiros que publicaram
estudos sobre a Madeira, de 1420 a 1820**

- Luigi Cadamosto*—Ital. 1507. Trad. portug. 1812. «Coleção de Noticias p.^a a História & Geografia»,
Alemanio Fini—Ital. 1574. «Descrittione della Isola d' illa Madera, scritta nella lingua latina, del Conte Giulio Landi».
Monquet—Ingl. 1601.
Norborough—Ingl. 1669 «Voyage to the Straits of Magellan».
Barbot—Ingl. 1681. «Churehill's Collection».
John Ovington—1696. Ingl. «A voyage to Suratt in the year 1689».
Sawaire—Franc. 1721. «Description Nautique des Açores»
D. H. Sloane—Irland. 1725. «A voyage to the Islands Madeira, Barbados, Jamaica &».
Thom. Nichols—Ingl. 1745. «Astley's General Collection of Voyages and Travels».
Dr. Thom. Heberden—Ingl. 1763. «Observations of immersions and emersions of Jupiter's first Satellite made at Funchal, in Madeira».
J. Banks—Ingl. 1768. No relatório da 1.^a expedição de Cook ocupou-se da *Flora* madeirense.
Robins—Ingl. 1774. Bot. Maderense.
Dr. Fothergill—Ingl. 1775. «On consumption medical observations».
De Bory—Franc. 1776. «Histoire et Memoires de l' Academie Royale des Sciences par lan 1772».
Downe—Ingl. 1776. Flora of Madeira.
J. Reinhold Forster—Alem. Estud. Bot. 1787.
William Johnston—Ingl. 1788. Geo-Hydrographic survy of the Isle of Madeira.
Dr. J. J. de Orquigny—Franc. 1789. Flore de Madère.
James Bruce—Ingl. 1791.
G. George Forster—Alem. 1787. «Plantae Atlanticae» 1797 «Herbarum Australe».
Maria Riddell—Ingl. 1792. Critic.
J. Adams—Ingl. 1801. «A Guide to Madeira with an account of the climate».
Robert Brown—Ingl. 1802. «Physicalische Beschreibung der Canarichen (col. cyvon Buch) Inseln».
Lieutenant Colonel Roberts—Ingl. 1802. «Plan of the Island of Porto Santo».
U. G. Benet—Ingl 1811. E Sketc of the geology of Madeira.
Dr. William Gourlay—Ingl. 1811. «Observations on the Natural History, Climate and diseases of Madeira during a period of eighteen years».
Chetien Smith—Norveg. 1815 «Narrattve of an expedition to explore the (col. cyvon Buch) River Zaire».
C. Fred. Philippe de Martius—Alem. 1817. Flora.
Leopold von Buch—Alem. 1818. «Narrative of an Expedition to explore the River Zaire in 1861 under the direction of Capitain J. K. Tukey».
William Madge—1820. Ing. A survy of the Island of Porto Santo.

Fonte:

Visconde do Porto da Cruz (1949a), *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira, I Volume 1º. Período, 1420-1820*, Funchal, Eco do Funchal.

Quadro 4: Comparativo das duas obras do *corpus* literário

	<i>O Destino: romance histórico (1915)</i>	<i>A viagem aventurosa de Suvenine Boliface a Zelstrufs (1934)</i>
Referências históricas	<ul style="list-style-type: none"> - Período das lutas entre as liberais e absolutistas: partida do rei absolutista D. Miguel I para o exílio, após a guerra civil, em 1834; vitória dos liberais sobre os absolutistas; Convenção de Évora Monte. - Revolução republicana em 1889, na cidade do Porto. - Regicídio de D. Carlos I, a 1 de fevereiro de 1908. - Implantação da República em 1910. - Causa Monárquica: exílio; incursões monárquicas lideradas por Paiva Couceiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uma revolução que culmina com o assassinato do Príncipe: Regicídio de 1 de Fevereiro de 1908, em Lisboa? - Surgimento de novos ideais: Integralismo Lusitano? - Contribuição para a êxito de um motim: Revolta da Madeira, em 1931?
Componente biográfica	<ul style="list-style-type: none"> - Episódios das incursões monárquicas; exílio na Galiza. - Apoio ao absolutismo: Causa Miguelista. - Defesa dos valores tradicionais da sociedade e da religião católica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Colaboração em conspirações e insurreições que fracassaram. - Personagem denominada “Jornalista”, a mesma profissão do autor. - Afinidades entre o autor e Suvenine Boliface: um homem perseguido por jornalistas, tal como o autor que se sentia incompreendido pelos seus pares, como afirmou, em diferentes textos, bem como desabafos de ter financiado parte das próprias obras.
Referências à Madeira	<ul style="list-style-type: none"> - Paisagem da ilha: exaltação; descrições das belezas naturais. - Descrições da cidade do Funchal: pitoresca, pequena e envelhecida, com poucos monumentos e edifícios, em contraste com os espaços naturais, com jardins floridos e coloridos. - Lugar pacato, um sítio tranquilo; refúgio ideal para doentes e cansados das grandes cidades. - Referências às moradias dos habitantes da ilha, de diferentes classes sociais. - Alusões à sociedade madeirense. - Escassez de divertimentos e distrações, resumindo-se ao cinema, teatro e festas da alta sociedade. - Bom clima. - Turismo terapêutico: a ilha vista como um lugar terapêutico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Paisagem natural: exaltação das belezas naturais da ilha, que se destacam como o principal atrativo para os visitantes. - Referências à cidade (do Funchal) e à sua baía. - Alusões à sociedade madeirense – classe burguesa - Tertúlias dos artistas locais que se reuniam num café da cidade. - Observações e críticas à sociedade da ilha, apontando diferentes aspetos, a nível social, cultural, moral e político.

Crítica	<ul style="list-style-type: none"> - Crítica ao liberalismo - Progresso tardio/ falta de independência dos madeirenses: defesa do progresso e da autonomia da Madeira. - Conformismo do povo com as suas condições de vida. - Analfabetismo e falta de cultura artística. - Poder político e estrangeiros são acusados de explorar o povo e de se aproveitar deste para enriquecer. - Espaço fechado, com um ambiente de marasmo e de tédio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Americanos: apontados como egoístas, intolerantes, violentos e hipócritas. - Sátira aos costumes e vícios da sociedade da primeira metade do século XX, sobretudo da classe burguesa (lisboeta e madeirense). - As críticas à sociedade do continente passam por diferentes áreas: ao regime democrático, ao liberalismo, ao governo e aos políticos. Critica-se o materialismo, a valorização do dinheiro e do poder, o capitalismo; a falta de ideais políticos, injustiças a nível profissional, como a falta de mérito para assumir certos cargos ou aproveitamento da profissão para benefício próprio; a educação e a instrução pública; os escritores e os poetas. O casamento, visto como forma de fuga ou solução para diversas situações; o divórcio e o adultério; os filhos ilegítimos; uma aristocracia falida e os novos-ricos; os novos costumes sociais, na forma de vestir e de falar; a vaidade e a importância dada às aparências, entre outras situações do quotidiano. - A sociedade da ilha, considerada semelhante à do continente, é criticada em diversas áreas e profissões, ideias, costumes, mentalidades, educação, política, religião: o materialismo, infidelidades conjugais; os problemas de alcoolismo; os novos-ricos; o aproveitamento da sua condição social, política ou profissional para lucrar; os indivíduos sem escrúpulos; a imitação de modas estrangeiras; a falta de cultura artística, a não valorização dos artistas locais e a falta de cuidado com a preservação do património cultural edificado da ilha.
Influências/ Intertexto	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Eurico o Presbítero</i>, de Alexandre Herculano: nas alusões à paisagem natural da ilha. - <i>Amor de Perdição</i>, de Camilo Castelo Branco: envio de cartas apaixonadas à amada, através de uma mensageira. - <i>Os Maias</i>, de Eça de Queirós: o segredo desvendado, quanto ao grau de parentesco dos apaixonados, revelando serem irmãos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Revela influências literárias de Voltaire, com <i>Micromégas</i> (1752), e de com obras de Jules Verne: <i>De la Terre à la Lune</i> (1865) e <i>Autour de la Lune</i> (1869), em relação às viagens extraordinárias.

II – Figuras

ÁRVORE GENEALÓGICA

ALFREDO DE FREITAS BRANCO

VISCONDE DO PORTO DA CRUZ

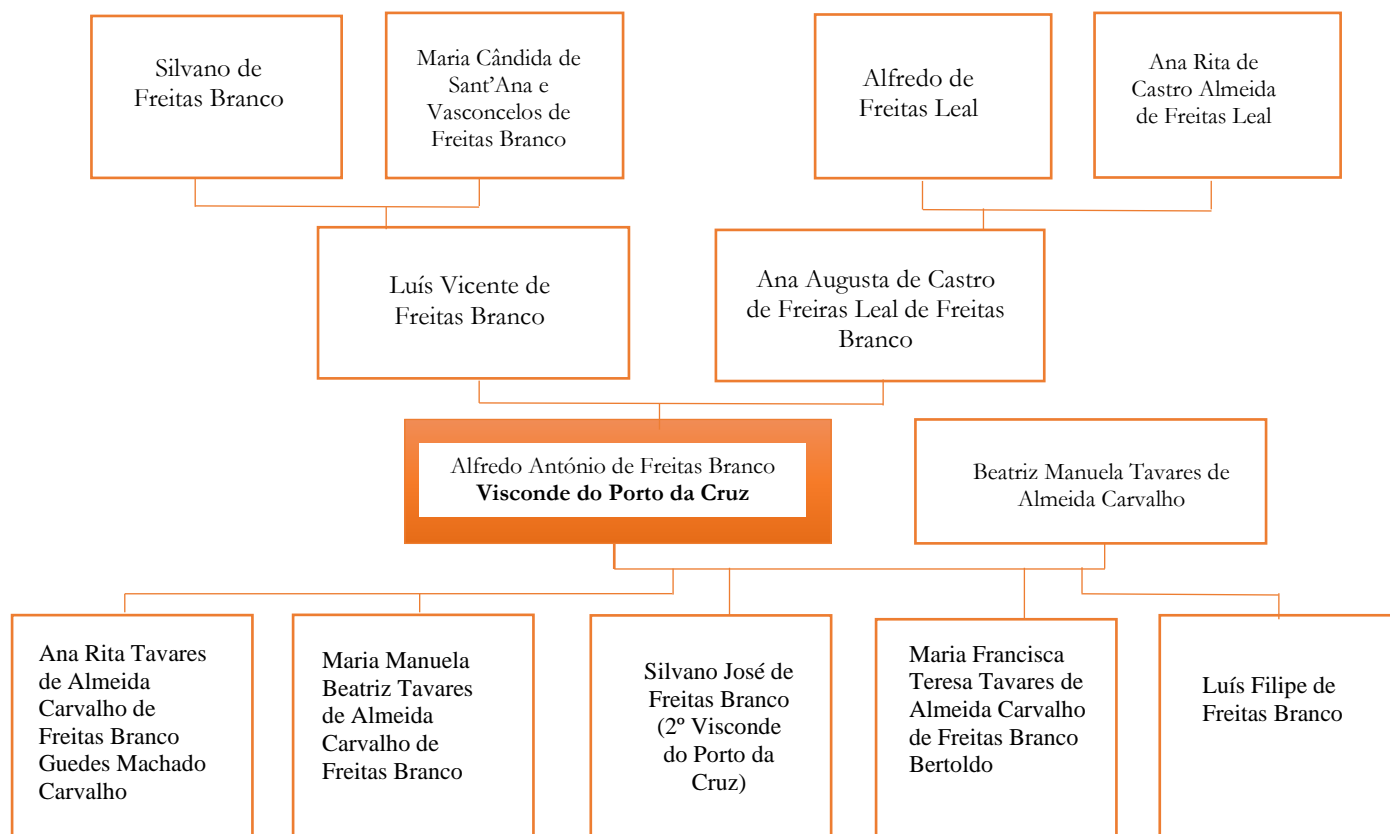


Figura 3: Árvore Genealógica de Alfredo de Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz

Fonte: autora

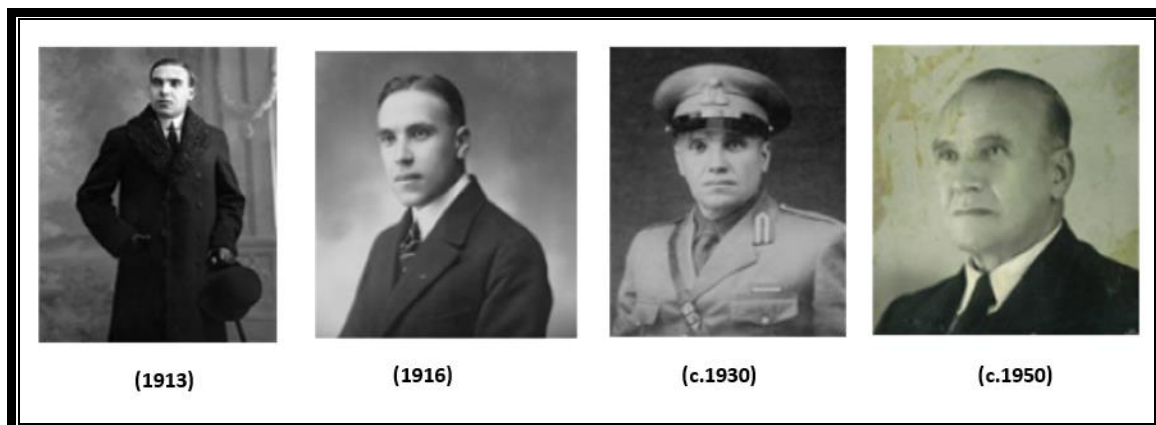


Figura 4: Registos fotográficos de AFB (VPC), em diferentes anos.
 Fonte: ABM



Figura 5: Exemplos de periódicos fundados por AFB (VPC)

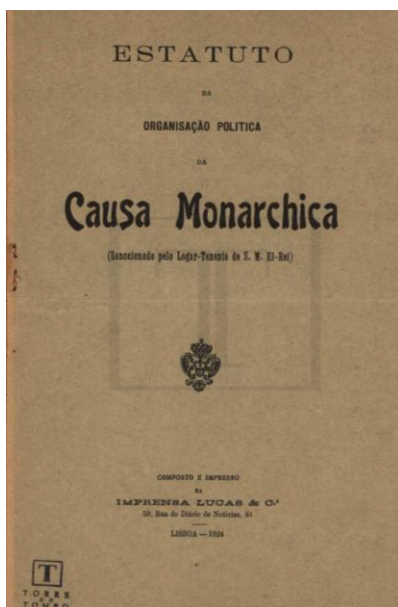


Figura 6: Capa do Estatuto da Organização Política da Causa Monarchica

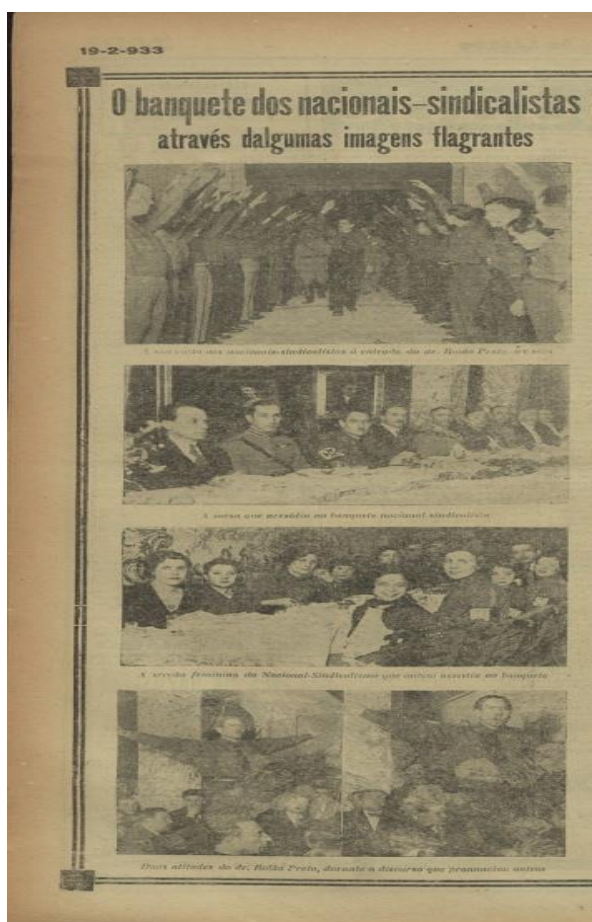


Figura 7: Imagens do banquete dos nacionais-sindicalistas, realizado em 1933, publicadas no *Diário de Lisboa*.

Fonte: *Diário de Lisboa*, nº 3689, 19-02-1933, p.4.



Figura 8: O Visconde do Porto da Cruz com o uniforme da Legião Portuguesa

Fonte: *Revista Portuguesa*, nº 12, 1937, p.20.



Figura 9: Oficiais da Legião Portuguesa que participaram em exercícios de manobras em Valongo (vendo-se o VPC em primeiro plano, à esquerda)

Fonte: *Revista Portuguesa*, nº 44, 1944, p.5.



Figura 10: Notícia sobre o I Congresso Nacional de Turismo, realizado em Lisboa, em 1936, no qual o VPC participou com o estudo “O Turismo na Madeira”.

Fonte: *Ilustração*, N-º 243, 11.º Ano, 1-2-1936.